

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE.

DISSERTAÇÃO

Questão Nacional e Revolução: estado-império e a libertação dos povos no pensamento político de Mikhail Bakunin

Ariel Martins Carriconde Azevedo

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**QUESTÃO NACIONAL E REVOLUÇÃO: ESTADO-IMPÉRIO E A
LIBERTAÇÃO DOS POVOS NO PENSAMENTO POLÍTICO DE
MILKHAIL BAKUNIN**

ARIEL MARTINS CARRICONDE AZEVEDO

Sob a Orientação do Professor
Andrey Cordeiro Ferreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**Rio de Janeiro, RJ
Abril de 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A994q Azevedo, Ariel Martins Carriconde , 1989-
Questão Nacional e Revolução: estado-império e
libertação dos povos no pensamento político de Mikhail
Bakunin / Ariel Martins Carriconde Azevedo. - Rio
de Janeiro, 2019.
209 f.: il.

Orientador: Andrey Cordeiro Ferreira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2019.

1. Anarquismo. 2. Questão Nacional. 3. Povo-Nação.
4. Imperialismo. I. Ferreira, Andrey Cordeiro ,
21/08/1978-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

ARIEL MARTINS CARRICONDE AZEVEDO

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ, área de Concentração em Sociologia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/04/2019

Prof. Dr. Andrey Cordeiro Ferreira, UFRRJ (Orientador)

Profa. Dra. Debora Franco Lerrer, UFRRJ

Prof. Dr. Selmo Nascimento, UFRRJ.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e a todos aqueles que nesses anos de altos e baixos contribuíram de alguma maneira para construção dessa dissertação, que foi fruto de um longo processo de amadurecimento de debates, de buscas e necessidades de nosso momento histórico.

A produção desta dissertação passou por diversos lugares, começando no Rio de Janeiro onde fui bem recebido e tive frutíferos debates e idéias com amigos como Selmo, Luis, Flayane, Dread, Pardal, Lucas, Mariana, Andrey, Sergio, Rodrigo dentre diversas outras pessoas que me ajudaram e compartilharam momentos importantes dessa vivência nesta cidade tão contraditória e instigante. Agradeço a meu orientador Andrey Cordeiro com quem aprendi e tive debates fundamentais para este trabalho.

Meus pais, Alger e Mônica, foram fundamentais nesse processo incentivando esse projeto e sempre me ensinando muito. Agradeço a minha vó Gilda que sempre ajudou como pôde. Aos meus tios em especial ao Henrique a quem me orientou e apoiou em um momento chave do meu trabalho. Ao meu irmão Leon com quem pude compartilhar muitas afinidades de pesquisa e companheirismo, e os meus irmãos Mariana e Rafael.

Agradeço a minha esposa Valéria que me acompanhou do início ao fim desse projeto, sempre estando ao meu lado, me mostrando o caminho da solidariedade. Aos meus sogros Ailton e Rosalia a quem sempre me acolheram com muito carinho. Aos não humanos spike e mufasa e sua companhia nas noites de escrita.

Por fim, agradeço a todos os amigos/as que compartilharam idéias e momentos que tornaram essa dissertação possível e suportável como Diego, Marcello, Savia, Orion, Marina, Tadeu, Elaine, Esdras, Priscila, Macarrão, Raphael, Iara, Samuel, Marisa, Tatiany, Amanda, dentre diversos outros/as camaradas que sempre estão somando e nos ensinando no dia-a-dia.

RESUMO

AZEVEDO, Ariel Martins Carriconde. Questão Nacional e Revolução: estado-império e a libertação dos povos no pensamento político de Mikhail Bakunin. 2019. 209p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

A constituição dos Estados-Nações modernos foi marcada pelo estabelecimento da política da Nação Oficial, burguesa e centralista. Para Mikhail Bakunin essa política dos Estados-Impérios era fundada na conquista e na exploração dos povos-nações e da classe trabalhadora, que representavam o principal polo de Resistência a esse processo de dominação teológico-centralista sobre a natureza e sociedade. Neste trabalho analisamos como as relações centro-periferia e o Colonialismo Interno na Europa moldaram o pensamento político de Bakunin e estiveram na base das principais divergências do movimento popular-operário no século XIX. Buscamos compreender também, como Bakunin articulou uma interpretação anarquista da Questão Nacional que questionou o Direito Histórico dos Estados e a Política de Estado presente nos movimentos sociais e nacionais do período, apontando como estes acabaram por se integrar de diferentes maneiras as políticas imperiais do período, seja o industrialismo da social democracia alemã, assim como, os diferentes nacionalismos, mazzinista e pan-eslavista.

Palavras Chave: Questão Nacional, Povos-Nação, Estado-Império, Anarquismo.

ABSTRACT

The Modern Nation-States constitution was marked by the establishment of the Official Nation politics, bourgeois and centralist. According to Mikhail Bakunin this Empire-States politics was founded on the conquest and exploitation of peoples-nations and the working class, which represented the main pole of resistance to this process of theological-centralist domination over nature and society. In this research we analyze how the Center-periphery relations and the Internal Colonialism in Europe shaped the political thoughts of Mikhail Bakunin and how they were at the base of the main divergences of popular-labor movement XIX century. We also sought to understand how Bakunin articulated an anarchist interpretation of National Question that questioned the Historical Right of States and the State Policy present in the social and national movements of the period, pointing out how such questions ended up integrating in different ways the imperial politics of the period, both the industrialism of the German Social-Democracy, and the different nationalisms, mazzinista and pan-eslavist.

Keywords: National Question, People-Nation, State-Empire, Anarchism.

LISTA DE FIGURAS

1Figura: Mapa Etnolinguístico da Europa em 1848.....	42
2Figura: Mapa Político da Europa em 1848.....	46
3 Figura: Revoluções de 1848 e 1849 na Europa	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
As encruzilhadas da questão nacional na atualidade e a contribuição anarquista	10
A atualidade da Questão Nacional nas Ciências Sociais:	17
Fundamentação Teórico- Metodológica:	21
Objeto e estrutura da dissertação:	28
CAPÍTULO I – AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA NA EUROPA: POVOS ESLAVOS, COLONIALISMO INTERNO E ANARQUISMO.....	36
1.1 - Os Impérios do Leste Europeu e seus escravos-eslavos.....	39
1.2 - Formação social do Leste Europeu: Colonialismo Interno e Racismo.....	47
1.3 - Por uma história anticolonial e global do trabalho: campesinato eslavo e pensamento anarquista.	63
CAPÍTULO II - DO PROTAGONISMO DOS POVOS À CRÍTICA DO ESTADO CONQUISTADOR: A RUPTURA DE BAKUNIN COM A MODERNIDADE COLONIAL.....	70
2.1 - Mikhail Bakunin e a heresia anti-moderna do Populismo Russo:.....	72
2.2 - Revolução e contrarrevolução nas Insurgências de 1848: Política dos Povos- Nações x Política de Estado.....	84
2.2.1 - A Política de Estado como hegemonia da aristocracia-burguesa	88
2.3 - O Estado- Império como agente da Modernidade Colonial: Rússia Oficial x Rússia Popular	96
2.4 - Terra e Liberdade: a agência do campesinato eslavo e o protagonismo dos povos-nação.	104
2.4.1 - Terras Negras: Os “Quilombos” Eslavos e o Socialismo agrário.....	110
2.4.2 - Povo e Classe: a união dos trabalhadores subalternos frente as ideologias modernistas e conservadoras	114
CAPÍTULO III – LIBERTAÇÃO NACIONAL E ANARQUISMO: A LINHA ANARQUISTA VERSUS O ESTATISMO NACIONALISTA E O SOCIAL DEMOCRATA.....	119
3.1 - Mikhail Bakunin e as Lutas de Libertação Nacional:	119
3.1.1 - Do populismo revolucionário ao anarquismo:	122
3.2 - O Nacionalismo como a teologia das nações: a crítica bakuninista ao mazzinismo e ao pan-eslavismo.	129
3.2.1 - Princípio da Autoridade x Princípio da Liberdade: a nação teológica versus o princípio das nacionalidades.	129
3.2.2 - O patriotismo: sua natureza e as Pátrias Populares x Pátrias Oficiais	140

3.2.3 - O Patriotismo Político: o princípio da autoridade como a manutenção da bestialidade humana.	141
3.2.4 - O Direito dos Povos: o princípio da liberdade como sentido humanitário das pátrias populares.....	145
3.2.5 - A Pátria teológica e burguesa de Mazzini x A Pátria Proletária: sindicalismo revolucionário e a dialética Guerra-Revolução na Comuna de Paris.....	151
3.2.6 - Pan-eslavismo: a questão polonesa e a integração na Nacionalidade Oficial	160
3.3 - O debate entre Bakunin x Engels/ Marx sobre a questão nacional: “Povos sem história” ou a história vista de baixo pra cima.	168
3.3.1 - A crítica marxista ao “Apelo aos Eslavos”: a defesa da modernidade colonial.....	172
3.3.2 - As consequências do determinismo econômico na teoria marxista: centralismo e a negação da autodeterminação dos povos nas insurreições de 1848 e 1863.....	177
3.3.3 - A questão social nas lutas nacionais de 1848: o centralismo burgues das nações revolucionárias x o anti-centralismo do populismo revolucionário	184
3.3.4 - Pan germanismo e o Comunismo de Estado: o prelúdio da capitulação social democrata e a denúncia de Bakunin	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	204

INTRODUÇÃO

As encruzilhadas da questão nacional na atualidade e a contribuição anarquista

As experiências contemporâneas de resistência popular observadas nos países periféricos do sistema-mundo capitalista apontam que o problema do entrelaçamento entre questão nacional e revolução, não só mantém sua atualidade como trazem novos dilemas para a análise das Ciências Sociais. As recentes experiências Latino-americanas e no chamado Oriente Médio trazem desdobramentos importantes para o debate como veremos abaixo. Na América Latina o movimento indígena e camponês é o principal protagonista na crítica a globalização imperialista e na elaboração de diferentes perspectivas de liberação nacional, étnica e popular. No Oriente Médio movimentos de caráter guerrilheiro e também com forte participação camponesa protagonizam experiências importantes de poder popular e resistência ao imperialismo dos países centrais e a ofensiva militarista-teológica do Estado Islâmico do Iraque e Levante (ISIS).

Um dos elementos fundamentais dessas experiências é a relação contraditória entre os processos de Insurgências e as concepções de Autonomia, nacional e ou popular, “no Estado” ou “fora do Estado” (FERREIRA, 2016, p.16). No caso Latino-americano, as insurreições indígenas bolivianas, marcada pela Guerra da Água (1999-2000) e a Guerra do Gás (2002-2003), animadas por concepções diversas de nacionalismos indígenas e das lutas sindicais-camponesas, partiram da experiência de formação de micro poderes nos bairros e territórios durante essas insurreições (RAMIREZ, 2006) para a integração na ordem e formação do Estado Plurinacional Boliviano em 2009, podendo ser caracterizada como um movimento que desenvolveu a “autonomia no Estado”. A experiência mexicana do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) difere em grande sentido da experiência boliviana por estar baseada em uma concepção de autonomia “fora do Estado”, pois as concepções acumuladas pelo movimento até então, são de que as Municipalidades Autônomas Rebeldes se mantém fora da estrutura estatal e contra elas (VELASQUEZ, 2016), ainda que recentemente tenha sido anunciada a participação nas eleições pelo Congresso Nacional Indígena do México¹, decisão que terá seus desdobramentos nos próximos anos.

¹ O CNI de 2016 anunciou a indicação de uma candidatura indígena para as eleições de 2018 no México. Porém em 2018 a candidata indígena não teve a candidatura aceita no processo eleitoral.

No Oriente Médio também podemos ver tais contradições sobre movimentos de libertação do povo Curdo e do povo Palestino. Atualmente o povo Curdo ocupa uma região intermediária entre quatro estados: Turquia, Síria, Irã e Iraque. Tal movimento de libertação nacional que se iniciou com a guerra de guerrilhas na década de 1980 sob direção do PKK (Partido dos Trabalhadores Curdos), partiu de uma visão tradicional de formação de um Estado Socialista Curdo, para uma perspectiva de construção do Confederalismo Democrático, proposta baseada na negação do Estado-Nação como forma principal de expressão política do povo Curdo e demais povos, apontando para formação de regiões autodeterminadas de baixo para cima (OCALAN, 2016, p.29). Já na Palestina e para o nacionalismo árabe vemos o desenvolvimento de uma expressão mais tradicional das organizações de libertação nacional, propondo a criação de Estados-Nacionais (Palestino, etc), política que não vem conseguindo unir sequer as nações árabes entre si, ficando divididas devido a nacionalismos religiosos e patriarcais frente ao massacre coordenado pelo Estado de Israel/EUA (ibidem).

Tais concepções de “autonomia via Estado” e “autonomia fora do Estado” não são estanques, mas demonstram que nas últimas décadas houve uma alteração nos modelos tradicionais das lutas de libertação nacional e popular, que vêm acompanhados da própria crise de legitimidade do Estado e das correntes socialdemocratas/comunistas e republicanas como direção destes movimentos nacionalistas. Nesse sentido o fantasma do anarquismo, enquanto saber popular, insurgente e anti-estatista parece emergir exatamente dentro destes contextos como um arcabouço político importante ou legítimo nestas lutas anti-imperialistas. A retomada de uma visão de poder organizado de “baixo para cima”, as críticas às vias institucionais tradicionais como os partidos eleitorais, a defesa dos interesses de povos marginalizados e camponeses, são alguns elementos que coadunam à análise de uma virada anarquista, “*anarchist turn*”, no cenário global das mobilizações populares (FERREIRA, 2016, p.29).

Tais movimentos como os neoZapatistas e do povo Curdo, costumam ser analisados muitas vezes a partir de particularidades que interessam aos pesquisadores, temas como autogestão, questão indígena, saúde, educação, entre outros, são comuns nesta seara, fato que não tira a legitimidade e nem determina a qualidade dos trabalhos sobre a temática. Mas não podemos omitir que muitas vezes o debate da “questão nacional” é secundarizado, o que é prejudicial para a compreensão global do fenômeno, tendo em vista que é um dos princípios fundantes destes movimentos, que se anunciam

como de libertação nacional. Não por acaso, este é um debate espinhoso, que levanta uma série de contradições, tanto teóricas como políticas, por isso não é um debate fácil e nem deve ser feito de maneira leviana.

Frente a esses dilemas, acreditamos que as elaborações político-teóricas de Mikhail Bakunin e da chamada Teoria Anarquista Clássica (TAC) trazem importantes contribuições sobre o problema da Questão Nacional e para analisar os fenômenos contemporâneos. Apesar disso, muitas dessas contribuições não estão sistematizadas e esse será um dos nossos objetivos nesta dissertação.

Para começarmos a delinear nossa concepção da questão nacional e da revolução sob uma perspectiva da TAC é necessário levar em consideração, como vimos acima, que a “questão nacional” é um problema teórico-político concreto e não uma escola de pensamento em si, dessa maneira sua construção teórica e prática varia de acordo com as diferentes correntes políticas-filosóficas, sejam, repúblicas, comunistas, anarquistas, conservadoras, liberais, entre outras. Essas diferenças que definem o conteúdo-método de como a “questão” é formulada, tendo em vista que essas elaborações também são atravessadas por: a) Os contextos políticos, econômicos e sociais em que surgem e se desenvolvem, seja em países centrais, semi-periféricos ou periféricos; e b) A relação com o poder instituído local ou globalmente, adquirindo a forma de movimentos de resistência ou de movimentos de reafirmação da ordem/dominação, assim como sua dialética.

O século XX foi palco de diversos movimentos nacionalistas anti-coloniais. Como disse Benedict Anderson, após a segunda guerra mundial praticamente todas as revoluções populares (socialistas ou não) instrumentalizaram de alguma forma a questão nacional (China, Vietnã, Cuba, Argélia, etc), além disso, é necessário acrescentar que tais experiências assumiram claramente um viés estatista e em sua maioria degeneraram e se reintegraram ao sistema-mundo capitalista como nações novamente subordinadas, a exemplo de Vietnã e Argélia, ou neoimperialistas como a China. Assim, não foram capazes de romper com a dinâmica internacional do Imperialismo e da Dependência, mesmo quando formaram nações formalmente independentes ou mesmo Estados Socialistas.

Estes movimentos de libertação nacional na periferia do sistema-mundo capitalista estavam influenciados seja, por concepções socialistas (oriundas da 3ª

internacional comunista ou da Tricontinental, concepções que se opuseram em diversos momentos, diga-se de passagem), e do republicanismo/nacionalismo burguês, fato que não impediu a colaboração das ideias socialistas com estas últimas em diversos momentos históricos. Nesse sentido cabe uma crítica que tem duas faces, a primeira é de que existe uma visão corrente, inclusive reproduzida pelo próprio Benedict Anderson de que o marxismo pelo fato de possuir concepção economicista teria alijado o debate da “questão nacional”, centrado apenas na “questão de classe”. Essa visão é errada dado que o “economicismo” de Marx e Engels muitas vezes se posicionou na política concreta do movimento socialista a favor das nações economicamente desenvolvidas em detrimento das nações e povos oprimidos (principalmente no caso dos eslavos, da Índia, ou do México). Segundo, a virada orientalista delineada a partir da Revolução Russa de 1917, materializada na política para os países coloniais da 3ª Internacional, ainda que represente um avanço em relação a social-democracia europeia clássica, reproduziu visões etapistas que previam a aliança com o republicanismo burguês nacionalista e mantinha as perspectivas estatistas de revolução.

Da mesma forma que os debates trazidos pelo “pan-africanismo” e as teorias decoloniais, são fundamentais por revelar a face da colonialidade e do imperialismo no século XXI, não necessariamente apontam para emancipações substantivas das massas populares se continuarem a operar nos quadros das revoluções anti-coloniais vistas no século XX, das quais tiveram origem. Os movimentos “pan-nacionalistas” (pan-arabismo, pan-africanismo, pan-eslavismo, pan-indianismo², etc), em nossa opinião, apesar de suas diferenças e distâncias sociais e históricas possuem também semelhanças e uma das principais delas é se constituir em ontologias centralistas fundamentadas na ideia de “Estado-Nação”. Por outro lado o anarquismo, surgido a partir e ao mesmo tempo da crítica ao “pan-eslavismo”, oferece um paradigma científico e popular, subalternizado historicamente, que fornece uma crítica contundente ao paradigma centralista de Nação-Estado.

Dessa forma, a constatação do fato da questão nacional despontar como elemento fundamental desses processos revolucionários e concepções, em si, não os tornam isentos da crítica de que estes processos em sua grande maioria fracassaram em seu objetivo de libertação dos povos e das nações oprimidas, seja por insuficiências internas ou intervenções externas. Frente a esse processo de integração sistêmica dos

² De acordo com Bonfil Batalla (1982) o pan-indianismo agrega as concepções nacionalistas indígenas da América Latina.

movimentos de libertação nacional, acreditamos que as vias/movimentos que reivindicam a autonomia dos povos “fora do Estado”, buscam responder a uma realidade/problema histórico vivido no século XX e construir novos caminhos para a autodeterminação e autogoverno dos povos-nações oprimidos. Nesse sentido, vemos uma conexão entre os dilemas pontuados pelos novos movimentos de libertação nacional periféricos na atualidade com a elaboração da Teoria Anarquista Clássica, elemento que pode oferecer novos paradigmas interpretativos e políticos para os movimentos de libertação dos povos-nações subalternos.

Mikhail Bakunin produziu no século XIX uma importante contribuição para a análise crítica da resistência popular aos Estados-Impérios europeus e seu papel colonial sobre os diversos povos marginalizados do continente, principalmente camponeses e operários super-explorados de nações oprimidas. Esta perspectiva, constantemente esquecida, marca sua trajetória política e de todo um setor do movimento operário e socialista europeu, que passa da luta anti-imperialista, vinculada a luta pela liberdade dos povos-nações oprimidos, para a luta anti-estatista, revolucionária e socialista. Bakunin no período que compreende 1848-1876 desdobra uma dura crítica ao que ficou conhecido como Estado-Nação apontando para a autodeterminação dos povos-nações e da classe trabalhadora, não a toa, no auge de sua atuação política afirma em 1871 “*sigó sendo francamente um patriota de todas as pátrias oprimidas*” (BAKUNIN, 2000k).

O fio condutor de nossa análise é de como o combate revolucionário aos Impérios caminhou para formação do anarquismo, não como um único caminho necessário, mas como uma das variantes históricas mais radicais vinculadas as lutas de libertação nacional e social, que não pode ser negligenciada. Inclusive até hoje muito obscurecida. Assim, o anarquismo foi também o desenvolvimento histórico de uma formulação anti-imperialista, ou seja, surgiu da radicalização da crítica ao colonialismo europeu sobre as nações e os povos oprimidos. Nessa direção, na década de 1860, Bakunin consolidou uma política internacionalista, que já estava presente em germe na década de 40, porém com um caráter mais elaborado e desenvolvido na Fraternidade Internacional e na AIT. A partir dessa perspectiva podemos afirmar a existência de uma saída anarquista para a chamada Questão Nacional: anti-centralista, popular e internacionalista.

A crítica de Bakunin ao Estatismo e aos Impérios de seu tempo, não foi simplesmente uma crítica conjuntural, mas sim uma crítica epistemológica ao

“centralismo” enquanto paradigma ordenador da realidade. Tal forma de conhecimento da realidade qualificada por Bakunin como “teologismo” é fundamentada na explicação de que a realidade possui uma causa primeira organizadora e fundante, que historicamente se transformou, primeiro em Deus, depois o Estado, a Ciência, entre outros e de que, portanto, a sociedade e o mundo natural possuem a necessidade de um centro que lhes imponha uma organização de cima para baixo. Tais visões negam constantemente a capacidade de autodeterminação dos povos e tendem a qualificar a natureza como a expressão de uma ordem absoluta, divina ou positivista, onde o poder central é mera expressão dessa realidade, ou como uma desordem absoluta que necessita ser organizada por um poder central (FERREIRA,2016).

O desenvolvimento dessa congnição centralista (denominada de teologismo por Bakunin), que também era uma episteme das classes dominantes, esteve na base da fundação dos Estados-Nações no século XVIII e XIX assumindo uma feição homogeneizadora e uniformizante. Como parte deste mesmo processo, estava a necessidade da burguesia em centralizar os capitais através de Estados territoriais. James Scott (1998) aponta para o domínio do aparelho burocrático-fiscal e utilitarista do Estado sobre a natureza e a sociedade. Nesse sentido, uma das consequências importantes desse desdobramento sobre a sociedade foi a criação das nações/culturas oficiais de Estado, que passam a ser impostas em todo território estatal, formando os Estado-Nações contemporâneos.

Para Bakunin os povos formados de múltiplas nações/culturas/religiões, nunca expressariam tal diversidade plenamente nas estruturas centralizadoras/monopolistas dos Estados e na verdade tenderiam ser oprimidas sempre por elas. Nesse sentido Bakunin enxerga uma contradição entre os diversos povos-nações que compõem a humanidade e tendem para a diversidade e os Estados-Nações que por suas estruturas tendem a uniformidades restritas que produzem divisões anti-humanitárias.

A perspectiva de Bakunin para se contrapor a visão centralista/estatista, foi a formulação de um materialismo baseado numa ontologia da natureza e nas relações dialéticas entre natureza e sociedade, ordem e desordem, centralização e descentralização. A nível, político essa perspectiva se expressou no modelo do Federalismo e do Socialismo, como formas de descentralização do poder, da riqueza e das nacionalidades/culturas através de uma confederação de povos-nações sem Estado, organizadas de baixo para cima. É fundamental apontar que a retomada da

contraposição entre “(con)Federalismo x Estatismo” vem aparecendo com clareza nas formulações de Abhdula Ocalan e nas organizações revolucionárias Curdas da atualidade sob o nome de “Confederalismo Democrático” como forma de resolução do problema étnico-nacional e do poder. Nesse debate, achamos importante também ressaltar as elaborações recentes de James Scott (1998; 2013), críticas ao centralismo epistemológico, como os conceitos “ótica de Estado” e “infrapolítica” que também são fundamentais.

Nesse sentido, é importante delimitar o que chamamos de teoria anarquista clássica. Em nossa visão, compartilhada por outros pesquisadores (VAN DER WALT; 2016; FERREIRA, 2014; NASCIMENTO, 2016), foi um saber elaborado principalmente entre as organizações operárias francesas, italianas, suíças e eslavas na segunda metade do século XIX, que foi sistematizado principalmente por Mikhail Bakunin e Pierre Joseph Proudhon em diversos livros, revistas e jornais. Podemos incluir nesta lista também Adhemar Switzguebel e Jaime Guillaume, como militantes que tiveram condições de realizar o esforço teórico para sistematizar a política desse setor da classe trabalhadora na qual eles mesmos faziam parte. Este foi então um saber elaborado pelas classes subalternas que foi “sujeitado” pela historiografia oficial (FERREIRA,2016, P.51) e na atualidade vem recobrando nova força e espaço dentro da academia e dos movimentos sociais³.

É extremamente recente a publicação das obras completas de Mikhail Bakunin pelo International Institute of Social History (IISH), de Amsterdã, Holanda, nos anos 2000. Foi a partir daí que vários departamentos de pesquisa e organizações espalhados pelo mundo começaram a trabalhar na tradução e na elaboração teórica permitida pela publicação desses documentos até então inéditos. Podemos citar alguns desses documentos como o “*O império Knuto Germânico e Revolução Social*” em versão integral ou os “*documentos secretos da Fraternidade Internacional*” lançados ha alguns anos no Brasil (FERREIRA, 2014).

Nosso trabalho compõe este movimento de recuperação e inovação teórica a partir das obras completas de Bakunin, buscando uma rigorosidade analítica e a recuperação de conceitos elaborados pela teoria anarquista clássica para analisar

³ O levante popular de junho de 2013 no Brasil foi um episódio onde o “fantasma” do anarquismo voltou a aparecer na cena política do país, principalmente sob a tática black bloc nos protestos de rua. O nome de Mikhail Bakunin inclusive foi citado em processo criminal da policia do Rio de Janeiro em 2014 como um claro erro investigativo, mas sintomático.

fenômenos contemporâneos. Definimos este trabalho dentro da abordagem coletivista das Ciências Sociais que engloba a dialética serial de Proudhon e o materialismo sociológico de Bakunin (FERREIRA, 2016). Neste sentido, este trabalho de Mestrado faz parte de um projeto maior (possivelmente para o doutorado) que visa construir ferramentas analíticas e sociológicas a partir da teoria anarquista para compreender a realidade brasileira e vice-versa.

Os estudos que relacionam o anarquismo com a questão nacional são extremamente escassos, o que por um lado demonstram o caráter inovador e ao mesmo tempo o desafio que nosso trabalho terá pela frente. Felizmente, contribuições importantes nesse sentido foram feitas recentemente por alguns pesquisadores como: Lucien Van Der Walt da África do Sul em *Anarchism and syndicalism in the colonial and postcolonial world, 1870-1940: the praxis of national liberation, internationalism, and social revolution* (2010) e *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism* (2009); Jean Cristophe Angaut da França em “*La liberté des peuples: Bakounine et les révolutions de 1848.*” (2010); Benedict Anderson, em “*Sob três bandeiras: Anarquismo e imaginação anticolonial*”(2015); Serge Cipko em “*Mikhail Bakunin and the National Question*” (1990); René Berthier com “*L’autre Bakounine - Allemagne et question slave*” (2014); Ryan Allen Knight em “*Anti-colonial anarchism, or anarchism anti-colonialism: the similarities in the revolutionary theories of Frantz fanon and Mikhail Bakunin*” (2013), Lorenzo Kom’boa Ervin “*Anarquismo e Revolução Negra*” (2015).

Podemos citar outros autores contemporâneos que também fazem parte deste movimento de atualização das pesquisas acerca do anarquismo a partir de uma rigorosidade analítica e que trarão contribuições importantes ao nosso trabalho: Mclaughlin, Irlanda, “*Mikhail Bakunin: the philosophical basis of his theory of anarchism*” (2002); James Scott, EUA, em “*Elogio del Anarquismo*”, 2013. No Brasil temos Andrey Ferreira, em “*Poderes Científicos, Saberes Insurgentes – rumo a uma ciência social dialética e antissistêmica*” (2016); Selmo da Silva, “*Greves e insurreição: da teoria bakuninista à social-democracia contemporânea*” (2016); e Romulo Castro “*Industrialismo e Agrarismo: o eurocentrismo no marxismo e a crítica coletivista*”, que compõem o Livro “*Anarquismo Pensamento e Prática Insurgentes*” (2016).

A atualidade da Questão Nacional nas Ciências Sociais:

No campo acadêmico das Ciências Sociais e da História o debate da questão nacional teve um grande fôlego a partir da década de 1980, tanto na América Latina, quanto na Europa e outros países do chamado Terceiro Mundo. O debate europeu, que é mais conhecido principalmente devido ao eurocentrismo nas ciências sociais, teve como principais interlocutores Eric J. Hobsbawm que escreve “*A Invenção da Tradição*” (1983) com Terence Ranger, e “*Nações e Nacionalismo desde 1780*” (1990); e Benedict Anderson que escreve “*Comunidades Imaginadas*” (1983) e “*Sob Três Bandeiras: Anarquismo e Imaginário anti-colonial*” (2005). Podemos citar também outros autores importantes na temática como Anthony D. Smith, Ernst Gellner e Pierre Nora, que escreveram no mesmo período.

Benedict Anderson (1993) define a nação como uma comunidade política imaginada vista como inerentemente limitada e soberana (ibidem, p.23). Imaginada por que é vista e refletida como uma unidade entre pessoas que nunca se viram e nem se conhecerão, comunidade por que é pensada acima dos interesses materiais, e soberana por que é produto do iluminismo e das revoluções americana e francesa. Para o autor a ideia de nação é produto da modernidade capitalista, marcada por três fatores principais: desenvolvimento do sistema produtivo capitalista (produção em massa, industrial e mercadológica), desenvolvimento da tecnologia de comunicação (principalmente a imprensa impressa) e a diversidade linguística humana (ibid., p.69).

Para Anderson as crises das línguas sagradas (como o latim), das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos, abriram caminho para o desenvolvimento da indústria da comunicação de livro e jornais, o fortalecimento de línguas vernáculas e sua fusão a dialetos populares e o desenvolvimento de novas ideias políticas republicanas que tem no conceito de “nação” uma mediação central. Porém, o autor chama atenção para o fato de o nacionalismo ter sido utilizado de diferentes maneiras por seus agentes históricos, sejam os impérios e os seus “nacionalismos oficiais”, sejam os movimentos de libertação nacional dos países periféricos que lutaram contra aqueles mesmos impérios, apontando assim a inter-relação e a oposição entre tais processos.

Ainda nos países do norte, a produção sobre a temática foi atualizada por Manuel Castells em “*A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*” de 1997, e Ulf Hannerz com “*Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*” também de 1997, trabalhos que perpassam o debate sobre nacionalismo, identidade e fronteiras, a partir da antropologia e das ciências sociais em geral. Castells,

por exemplo, aponta que a partir da década de 1980 o capitalismo entra em uma era informacional e global, com o desenvolvimento tecnológico do processamento/mercantilização de símbolos. No terreno dos estados-nacionais tal elemento fortaleceu uma crise de legitimidade do Estado e impulsionou movimentos sociais de caráter identitários reativos a ordem global, agrupados seja em espectros políticos de esquerda ou de direita, sob formato de fundamentalismos religiosos, nacionalismos culturais ou comunais territoriais (AZEVEDO, 1999).

Saindo do eixo norte e ocidental temos uma produção muito mais vasta, o que torna nosso mapeamento mais difícil. Podemos apontar que após o auge da Teoria da Dependência (1970) e do chamado “terceiro mundismo”, ambos vinculados a movimentos socialistas e de libertação nacional na periferia do sistema-mundo e a Conferência Tricontinental de 1966 (que reuniu movimento anti-coloniais da África, América Latina e Ásia), temos como consequência a ebulição de intelectuais que nos anos 1980-1990 dariam origem a diversas escolas de pensamento conhecidas como as teorias pós-coloniais, decoloniais, estudos subalternos e do sistema-mundo, que hoje possuem lugar de destaque nas Ciências Sociais Latino-americana e mundial (BALLESTRIN, 2013). Podemos citar alguns desses autores como Samir Amin, Walter Mingnolo, Anibal Quijano, Bonfil Batalla, Homi Bahba, Apadurai, etc. Somados a isso temos a emergência de um pensamento político indígena que tem na declaração de Barbados de 1980 no México, um impulso para os chamados nacionalismos indígenas, ou “pan-indianismo” (BONFIL BATALLA,1981).

No Brasil uma importante contribuição para o debate da questão nacional foi feita por uma série de autores. Darcy Ribeiro em *“O Povo Brasileiro”* analisa o papel dos povos indígenas, negros e europeus na formação do país. Outros autores como Alberto Guerreiro Ramos publicou *“O problema nacional do Brasil”* (1960), *“Mito e realidade da revolução brasileira”* (1963), também Alvaro Vieira Pinto com a publicação de *“Consciência e Realidade Nacional”*. Outro intelectual de fundamental importância é Clóvis Moura que traz, em diversas obras⁴, o debate central da resistência negra e o seu papel na formação do Brasil. Atualmente Nildo Ouriques aponta como o debate da questão nacional foi relegado e secundarizado por uma academia colonizada teoricamente, tal perspectiva fica explícita no livro *“O colapso do figurino francês: crítica às Ciências Sociais no Brasil”*.

⁴ Algumas das obras de Clóvis Moura: “Brasil: Raizes do protesto negro”, “Os Quilombos e a Rebelião Negra”, “Sociologia do negro brasileiro”, “Dialética radical do brasil negro”, dentre outros.

Na América Latina abordagem de Aníbal Quijano (2014) e Bonfil Batalla chama a atenção para o problema da “questão nacional” da América Latina e o seu entrelaçamento com a questão indígena, assim como, sua contraposição ao “problema indígena” formulado pelos Estados e as elites. Batalla aponta que a formação dos Estados Nacionais espelharam o modelo cultural, político e econômico das elites dominantes, reproduzindo dinâmicas coloniais assimilacionistas ou fragmentadoras/excludentes frente aos “povos índios”. A denominação “índio” surge neste processo de formação “nacional” como uma figura incapaz ou arcaica, imposta como uma categoria homogeneizadora que expressava a dominação entre colonizador x colonizado. Vemos estas questões entrelaçadas na passagem abaixo:

“La adopción del modelo de estado nacional napoleónico, no refleja — ni admite — un hecho histórico innegable: el carácter pluriétnico de las sociedades englobadas por esos estados;” (p.14) (...) “No sólo en América, en el mundo entero, sin distinción de sistemas políticos o niveles de desarrollo, las minorías étnicas (el “problema nacional” o “regional”, como se nombra en algunos países) plantean sus reivindicaciones cada día con mayor fuerza, toman la palabra y llegan a convertirse en el tema central de muchos conflictos.”(BONFIL BATALLA, 1981, p.19)

Quijano em uma linha semelhante aponta como os Estados-Nações na América Latina constituíram Estados formalmente independentes, mas ainda articulados a sociedades coloniais, marcadas pela condição dependente dos países Latino americanos. Tal elemento aprofundou a relação de colonialidade como padrão de poder e exclusão das populações não brancas, não permitindo que os próprios ideais liberais e de modernização se expandissem para o resto da população, tratadas como raças inferiores. Como vemos nos trechos abaixo:

“En ambas dimensiones fundamentales, el nuevo Estado independiente en esta América (Latina), no emergía como un moderno Estado-nación: no era nacional respecto de la inmensa mayoría de la población y no era democrático, no estaba fundado en, ni representaba, ninguna efectiva ciudadanía mayoritaria. Era una ceñida expresión de la colonialidad del poder.” (QUIJANO, 2014, p642)

A reflexão dos dois autores chama a atenção para uma contradição nacional, que é a inclusão de diferentes etnias e povos dentro de um Estado e a sua exclusão dos espaços de poder e de cidadania. Os autores apontam saídas diferentes para a questão, para Batalla é necessário erguer um movimento civilizacional pan-índio contra a civilização ocidental, mas que garanta as autonomias étnicas (BONFIL BATTALLA,1981). Para Quijano, os movimento indígenas vêm construindo formas diversas de resistência mas se faz necessário desestruturar o padrão de colonialidade do

poder dos estados “desnacionalizados”, e construir estados com múltiplas cidadanias (QUIJANO,2014, p661).

Nesse sentido, Vivian Urquidi (2013) aponta que a criação dos Estados Plurinacionais impulsionados pelos movimentos indígenas Latino americanos reatualizam o debate da questão nacional no terreno da política prática,

“O acesso a diversas instâncias de poder pelos movimentos sociais, principalmente os indígenas, permitiu mais que nunca enxergar quanto a matriz de poder estaria arraigada na forma concreta do Estado-Nação. Por isto, este molde institucional e jurídico é o foco das críticas a partir do qual se busca construir um projeto descolonizado de Estado. Daqui surge, progressivamente, com foco revigorado, a famigerada questão nacional, mas em moldes novos, como a questão plurinacional.” (URQUIDI,2013, p28)

Ao mesmo tempo, as contradições que tais experiências vêm apresentando nos levam novamente a uma encruzilhada entre as saídas estatistas e anti-estatistas para a questão nacional. Assim, salientamos como o debate da “questão nacional” não está descolado, ao contrário, está na ordem do dia do debate acadêmico e político Latino americano e talvez mundial.

Fundamentação Teórico-Metodológica:

Podemos definir nosso trabalho como um intento histórico-sociológico de compreender as formulações de Mikhail Bakunin sobre a questão nacional em seu tempo, utilizando um arcabouço metodológico-conceitual contemporâneo para analisar sua práxis e ao mesmo tempo buscar construir conceitos a partir de seu pensamento que possam servir para análise dos dilemas e problemas levantados dentro da temática da questão nacional na atualidade. Nesse sentido, compreendemos que o pensamento de Bakunin não pode ser compreendido isoladamente, como uma história heróica, mas como produto/produtora das contradições sócio-políticas de seu tempo, que esteve cravada no que Selmo Nascimento da Silva (2017) denomina de “grande ciclo de lutas operárias do século XIX” que vai de 1848 a 1873.

Esse grande ciclo que permeia praticamente toda vida política de Mikhail Bakunin (décadas de 1840-1870) foi marcado por subciclos insurrecionais que sempre foram acompanhados por saltos no pensamento do revolucionário russo. O ciclo insurgente de 1848-1849 foi fundamental por consolidar uma crítica ao colonialismo dos Impérios europeus e a defesa do protagonismo do campesinato na revolução. O

ciclo de 1861-1863 (insurreições Itália-Polônia) foi importante para consolidar a crítica de Bakunin aos nacionalismos estatistas e impulsionar a criação da Fraternidade Internacional em 1864. E o ciclo de 1869-1873 que incluem a Comuna de Paris (1871) e a insurreição na Espanha (1873), que são revoltas populares em que os anarquistas assumem papel central desenvolvendo formas de luta avançada (autogoverno, greves gerais, etc.).

Como apontado por Ferreira (2016), o pensamento de Bakunin, que se configura num dos pilares da Teoria Anarquista Clássica (TAC), não é apenas um saber produto das insurgências, como também se constitui num saber político-científico insurgente, que questionou os principais sistemas cognitivos e instituições de poder dominante da Europa no século XIX, sejam liberais, comunistas ou conservadores, todos centrados nos paradigmas da ordem, que tinham no Estado seu regime de enunciação/interlocução principal. A insurreição representou assim, um ataque e uma crítica direta a instituição do Estado e a afirmação do povo como sujeito “por si”. Nesse sentido a própria constituição de uma história construída de baixo para cima, “por si”, que se contrapõe a história estatal/oficial é fundamental.

Um dos pressupostos que norteiam nosso trabalho é a abordagem coletivista das Ciências Sociais que visa constituir a história das lutas da classe trabalhadora de baixo para cima e da periferia para centro, negando as perspectivas que qualificamos como calcadas em um centralismo ontológico. É importante situar que esta perspectiva é um norte para nosso trabalho, que admitimos estarmos ainda distante de concretizarmos completamente, tendo em vista ser um esforço monumental e coletivo. Aqui na verdade queremos trazer elementos históricos e conceituais que nos façam compreender um pouco mais acerca da constituição do próprio anarquismo, como contribuir com ferramentas para auxiliar na emergência das histórias e resistências subalternas.

A primavera dos povos de 1848-1849 foi um momento central para a explosão do problema da questão nacional na Europa e de sua introdução nas análises socialistas. Para o “jovem” Bakunin este debate aparecia vinculado a outros dois conjuntos de “questões-problema” que lhe eram indissociáveis: a questão eslava e a questão camponesa. A questão eslava, dizia respeito a uma intrincada estrutura político-social do leste europeu que instituía a esse grupo étnico-nacional um lugar subalterno, seja no terreno político, econômico e cultural nessas sociedades. A questão camponesa, dizia respeito a um turbulento cenário onde uma gigantesca massa camponesa vivia sob a

servidão tendo seu trabalho explorado por uma pequena aristocracia imperial e como resistência alçava inúmeras insurreições populares.

Para compreender o que significava a questão eslava para Bakunin foi necessário reconstituir, ainda que brevemente, as estruturas político-sociais do Leste Europeu. Percebemos assim, que a formação dos impérios do leste estava assentada em uma prática de dominação étnico-religiosa que tinha na servidão-escravista sobre o campesinato eslavo uma de suas principais instituições. Visando escapar da análise etapista e eurocêntrica que o leste europeu apenas apresentava um “desenvolvimento atrasado” frente ao ocidente europeu sob a tese marxista da “segunda servidão”, buscamos compreender como o aprofundamento da servidão sobre o campesinato eslavo, estava calcado em um processo mais amplo de desenvolvimento do capitalismo, da generalização do trabalho forçado, como uma espécie particular de desenvolvimento dependente e de colonialismo interno. Nesse sentido a teoria do capitalismo como sistema-mundial de Emanuel Wallerstein, mas principalmente a teoria do colonialismo interno desenvolvida por André Gunder Frank e Pablo González Casanova é central em nosso trabalho.

A teoria do colonialismo interno assume papel de maior importância pelo fato de percebermos, como apontam diversos pesquisadores como Gunder Frank, Pablo Casanova, Cristobal Kay, Antônio Mazzeo, entre outros que as formas de desenvolvimento econômico-político do leste europeu ocorreram de maneira dialética ao ocidente europeu ou a outras regiões e países, como o Império Turco. A produção de bens primários, a grande propriedade e a subordinação do campesinato a uma servidão-escravista, estavam vinculadas à integração subordinada do leste ao sistema-mundo capitalista que tinha no Atlântico Norte seu centro. Ainda assim, diferente das colônias, os impérios do leste eram independentes e também colonizadores, reproduzindo um tipo de dominação interna sobre os povos conquistados, principalmente o campesinato eslavo. Assim, o campesinato eslavo que estava submetido a constantes processos de conquista colonial foi subjugado e dominado como “minorias” étnico-religiosas dentro destes impérios, sob a dinâmica do Colonialismo Interno.

A teoria Latinoamericana do colonialismo interno e as análises de Bakunin sobre o estatismo foram fundamentais para percebermos como os Impérios do Leste, se integraram à lógica colonial dos Estados modernos, articulando ao que Bakunin também percebeu como de uma dominação interna e externa vinculada ao processo de

Conquista. Nesse sentido, a questão nacional nascia vinculada a um problema internacional: o sistema-mundo capitalista e o seu sistema interestatal, que articulava uma hierarquia internacional e intranacional entre classes e nações. Nossa perspectiva então aponta para as relações dialéticas e articuladas entre centro-periferia, local-global e desenvolvimento-dependência.

Nesse sentido, para entender o lugar do campesinato no pensamento de Bakunin é necessário realizar uma dupla crítica, primeiro ao colonialismo, que apresentamos acima, e segundo, sobre a visão eurocêntrica da classe trabalhadora. Assim, achamos fundamental a formulação da nova História Global do Trabalho (HGT), proposta internacional sugerida por Marcel van der Linden no livro *“Trabalhadores do Mundo”* (2013), entre outros pesquisadores, que visa superar dois desvios importantes nos estudos tradicionais da classe trabalhadora mundial: o eurocentrismo e o nacionalismo metodológico. O primeiro, na definição do autor, é o ordenamento mental do mundo a partir da perspectiva da região do Atlântico Norte. O segundo tende a fundir sociedade e estado, tratando cada estado nação como “mônadas leibnitzianas”, ou seja, unidades homogêneas.

Tais concepções tiveram um impacto funesto sobre a história da classe trabalhadora, que passou a ser identificada apenas com os trabalhadores brancos assalariados da Europa Ocidental e Estados Unidos. Uma grande parte dos próprios trabalhadores europeus, não poderia ser encaixada nesses termos. Para Van der Linden (2013) um dos motivos deste erro consiste na interpretação errônea feita principalmente decorrente da teoria marxista, de que a força de trabalho só se transforma em mercadoria de uma única maneira, pelo assalariamento, e que o trabalhador só seria o portador e o possuidor de sua força de trabalho, e que não venderia nada além dela. O fato é que essa realidade só existiu de maneira majoritária nos países do Atlântico Norte, já no Sul Global, diversas outras formas de mercantilização do trabalho e dos produtos do trabalho se processaram. Neste sentido o autor aponta que o sistema-mundo capitalista se utilizou de diferentes formas de mercantilização da força de trabalho, assalariamento, escravidão, servidão, meação, trabalho autônomo, etc, e que entre essas, inúmeras formas híbridas se articularam sob o capitalismo.

Nesse sentido a HGT aponta para a necessidade de uma redefinição dos conceitos, tendo em vista que existem amplas e complexas áreas cinzentas entre trabalhadores assalariados, escravos, trabalhadores autônomos e “lumpemproletários”.

Linden (2013) aponta que quase a totalidade dos trabalhadores subalternos pertence a famílias que praticam diferentes modalidades de trabalho. Os trabalhadores subalternos normalmente acumulam diferentes formas de trabalho, diacronicamente e sincronicamente. Assim, Linden (ibidem) define “Trabalhadores Subalternos”, como uma grande classe onde a força de trabalho é mercantilizada de diversas maneiras, onde todos os trabalhadores existem em um estado de heteronomia institucionalizada (ao contrário de autonomia social) e mercantilização coagida de sua força de trabalho (ibidem. p. 40-41).

Um elemento fundamental dessa conceituação de trabalhadores subalternos é que ela inclui no seu escopo de análise os escravos, os camponeses, os marginalizados, em suma, a massa trabalhadora dos países periféricos e centrais. Outro apontamento muito importante da HGT é que as formas de ação coletiva da classe trabalhadora não podem ser compreendidas apenas em suas facetas oficiais/formais (partidos e sindicatos), mas também nos seus modos informais/ilegais (motins, sabotagem, queima de plantações, organizações clandestinas, etc.), também nas práticas culturais (VANDERWALT, 2016) ou na “infrapolítica”, no discurso oculto, como apontado por James Scott no livro “*Os dominados e a arte da resistência*”.

Isso permite uma visão da classe trabalhadora e suas formas de ação muito mais ampla, menos centralista. Lucien van der Walt (2016), por exemplo, vai trazer essa perspectiva para a história do anarquismo e sua influência mundial sobre os movimentos da classe trabalhadora no centro e na periferia do globo. Em sua vasta pesquisa, após a dissolução da Associação Internacional dos Trabalhadores (antiautoritária) em 1877, o anarquismo através do sindicalismo revolucionário, apontado como a “grande tradição anarquista”, se transformou no início do século XX na principal força política do movimento operário/popular em diversos países como Argentina, Brasil, Chile, Cuba, França, México, Peru, Portugal, Uruguai, mantendo uma presença expressiva em outros como Coréia, China, Japão, Bulgária e Estados Unidos. Tendo participação ativa em diversos movimentos de libertação nacional dos países coloniais e pós-coloniais (WALT, 2016; ANDERSON, 2005).

Nesse trabalho nós pretendemos analisar como o conceito de classe trabalhadora de Bakunin está intimamente vinculado a sua militância anti-imperialista e ao papel fundamental que atribui aos povos e nações colonizados, no caso específico aos povos eslavos que faziam parte de sua realidade imediata, e aos camponeses em geral, em sua

concepção de revolução social internacional. Este contato do anarquismo com saberes e experiências locais de lutas camponesas influenciou formas diversas de “populismos” (FERREIRA, 2016, p.12).

Neste sentido, pretendemos compreender como Bakunin articula sua noção de povo-nação e povo-classe. Isso só é possível a partir de uma descolonização do próprio conceito de classe trabalhadora como vimos acima, que permitiu através da teoria anarquista atribuir uma agência positiva sobre a ação coletiva do campesinato eslavo e trabalhadores subalternos em geral. Em nossa visão compreender essa articulação traz indícios do motivo da expansão do anarquismo para a periferia do globo, em contrapartida a concentração da social-democracia nos países centrais até o primeiro quartel do século XX.

O conceito de “Povo” em Bakunin realiza em certa medida uma crítica semelhante a da HGT a um conceito de classe trabalhadora restrita ao proletariado industrial dos países centrais. Para o anarquista russo, o Povo era sinônimo de classe trabalhadora em um sentido abrangente, principalmente no quesito campo-cidade como também centro-periferia, assim operários e camponeses, de países centrais ou periféricos, compunham a “Classe-Povo” dos trabalhadores. Semelhante a alguns debates contemporâneos realizados na sociologia do trabalho no Brasil⁵, Bakunin entendia o povo como a classe que vive do seu próprio trabalho, como vemos no trecho abaixo:

“Denomino pues, burgues a todo el que no es trabajador de las fabricas, de los talleres o de la tierra; y pueblo a toda la masa de los obreros propriamente dichos, lo mesmo que los campesinos que cultivan con sus brazos sea sua propia tierra sea la tierra de otro (Bakunin, 1980, p. 207)”

Bakunin aponta para a oposição da Classe-Povo a noção de Classes-Estado, identificados com a burguesia, a burocracia, o clero, nobreza, e seus aspirantes, e no caso a social-democracia, que introduzia dinâmicas estatizantes à classe proletária industrial dos países centrais. Quando Bakunin critica a ideia de “classe” dos marxistas, critica sua visão de uma classe excludente, corporativa (FERREIRA,2016,p.314) restrita ao operariado industrial dos países centrais integrados cada vez mais na ordem burguesa, ou seja, critica o advento da aristocracia operária enquanto uma classe com

⁵ O sociólogo Ricardo Antunes busca definições de classe trabalhadora que possa dar conta das abrangentes metamorfoses no mundo do trabalho contemporâneo, uma dessas definições dos trabalhadores é a da “classe-que-vive-do-trabalho”, em suas diferentes formas.

interesses particularistas. Essa noção de classe-estado compreende que esta aristocracia operária alemã estava se integrando, se legalizando e colaborando com os interesses do Império alemão contra as classes-povos das nações oprimidas. (BAKUNIN, 2014,p,447)

Mas este conceito de Povo apareceu de duas formas no pensamento de Bakunin, tanto como Povo-Classe, como vimos, mas também, como Povo-Nação, que de certa forma estão vinculados, mas não são a mesma coisa e também foram mais utilizados em períodos diferentes. A noção de Povo-Nação aparece principalmente na primeira fase do pensamento político de Bakunin, de 1840 a 1860, com seu Populismo Revolucionário, concepção que analisaremos com profundidade no 2º Capítulo. A concepção de Povo-Classe se consolida na segunda fase do pensamento de Bakunin (1860-1870) com a integração da teoria do valor trabalho ao seu pensamento, porém, não há como fazer uma divisão rígida entre as concepções e os períodos, tendo em vista que a dimensão do “Povo” se mantém nas duas e na realidade não foram separadas de forma esquemática.

Assim, Bakunin já apontava na década de 1848 a separação entre o povo e burguesia. Ou seja, sua noção de “Povo” já excluía a burguesia, outrora uma força revolucionária “popular⁶”, mas que integrada à ordem imperial, sustentada pela exploração e temerosa a insurreição popular, se torna e se alia cada vez mais a reação monárquica materializada na Santa Aliança, traindo e participando dos massacres às revoltas populares de 1848-1849, na França, na Áustria e diversos outros países. Também é importante pontuar que a nacionalidade aparece para Bakunin neste período já integrada a questão social, ou do que ele chamou de “dupla revolução”, ou seja, a transformação das lutas de libertação nacional em revoluções sociais.

Assim, para ele, a questão nacional não estava vinculada à formação de um Estado-Nação moderno, como etapa para a revolução socialista, até por que para ele a nação também não deveria ser vista de maneira unitária/centralista. A questão principal das nacionalidades oprimidas foi apontada pelo revolucionário russo como o direito de autodeterminação e o controle coletivo e direto do povo sobre a terra. Neste processo as questões nacional, social e agrária já começam a ser articuladas de maneira clara. Assim, Bakunin no período de 1840-1860 desenvolveu uma perspectiva centrada no conceito de “Povo-nação”, representado principalmente pelas massas trabalhadoras do

⁶ Esse elemento “popular” anterior se remete ao fato de que burguesia até a revolução francesa era enquadrada pelo sistema estatamental de diversos países como parte do “povo”, fora o seu papel no questionamento da ordem absolutista.

campo, que se contrapunha ao de “Estado-Império”, formado pela nobreza, burocracia e burguesia urbanas.

O conceito de povo/nação contruído por Bakunin aponta para três elementos metodológicos importantes: a) Oposição ao Estado. As nações tendem a diversidade e o Estado à centralização; b) Negação de uma essência eterna da nação (o que remete a idéia de trocas, fluxos e diversidade na formação dos povos;) c) Vinculação com as condições materiais que formam as classes e determinam as nações; d) A autodeterminação dos povos é vista dentro de um processo mais amplo de libertação da humanidade. É interessante pontuar por fim, que esta noção de Povo foi utilizada por Bakunin tanto para resistir ao processo de institucionalização⁷ dos povos-nações dentro dos órgãos oficiais de Estado, assim como, dos trabalhadores e suas organizações.

Objeto e estrutura da dissertação:

Para compreender como se forma a visão de Bakunin acerca da questão nacional é necessário delimitar o que era esta “questão” no século XIX. Primeiro é importante notar que o conceito de “nação” tal como entendemos surge historicamente no século XVIII⁸ (BENEDICT ANDERSON, 1993) e tem como base dois fenômenos: a) disputas imperiais; e b) revoluções e lutas anticoloniais. As disputas imperiais dizem respeito à formação dos Estados Modernos territoriais e a própria formação do sistema interestatal capitalista, que tem no tratado de Vestefália e no Congresso de Viena de 1815 dois momentos importantes de sua consolidação. As lutas anticoloniais, que tem nas lutas por independência nas Américas um capítulo fundamental, e a revolução francesa, alçam a ideia de “nação” como uma fundamentação republicana da participação popular nas estruturas do Estado, confrontando as estruturas monárquicas.

Uma contradição central que emerge então nesse processo, é entre Nação x Dinastia. As dinastias (Habsburgo, Bourbons, Hahozolern, Holstein-Gottop, para falar apenas das presentes leste europeu) eram impérios internacionalizados, sem qualquer

⁷ Uma das nomenclaturas fundamentais utilizadas por Bakunin para criticar esse processo de integração sistêmica a ordem, tanto em 1848 como posteriormente, é de “Política de Estado”.

⁸ De acordo com Catroga (2007) os vocábulos “patriotismo/nação” e “nacionalismo” não existiam até os finais dos séculos XVIII e XIX respectivamente, dessa forma, em termos históricos gerais são concepções recentes fundadas sob a modernidade capitalista. Por outro lado, o mesmo autor aponta que o termo “Pátria”, diferente dos primeiros, remete a antiguidade clássica e foi utilizado sob diferentes formas e contextos, mas no geral, não possuía os mesmos sentidos que hoje entendemos o nacionalismo e a vinculação de um povo a um Estado-Nação.

vinculação a um povo específico, fundadas unicamente no interesse de suas próprias famílias. As “lutas nacionais” contestavam o poder destas dinastias, questionando a dominação dos povos-nações sob estas elites internacionais, nesse sentido a idéia de nação assumia um caráter progressista, e mesmo democrática em alguns casos. A revolução americana contra o Império Inglês, a Revolução Francesa contra os Bourbons, dos eslavos contra os Romanov/Holstein-Gottorp, e diversas outras que se desdobram principalmente até 1848.

Perry Anderson (2005) aponta que então que a idéia de “Nação” surge como questionamento das monarquias hereditárias e de uma visão de que o povo passava a ser um sujeito dotado de direitos políticos, mais especificamente a burguesia. Em seu início estava vinculada também a ideia de uma construção futura, da nação como uma sociedade que cidadãos livres criariam, e não voltada para tradições do passado. Aponta também que neste primeiro período cosmopolitismo e patriotismo, não se apresentavam com opostos, e sim muitas vezes complementares, predominando as concepções Iluministas.

Em um segundo momento até meados do século XIX, após o avanço do Imperialismo francês e suas resistências (às vezes populares e outras monárquicas), o processo de Restauração em 1815 e a criação da Santa Aliança, começa a surgir um “nacionalismo” que se diferenciava do “patriotismo” anterior, um nacionalismo de base romântica, assentado em uma perspectiva culturalista. Esse nacionalismo começou a ser utilizado por alguns setores das classes proprietárias de alguns países visando justificar a constituição de Estados com base em tradições do passado medieval. Porém, esse nacionalismo romântico de diferentes vertentes e ainda universalista, teve papel central nos levantes de 1848 na Europa, sendo Giuseppe Garibaldi um de seus grandes símbolos (ANDERSON, 2005, p.21).

Assim, nesse período de cerca de 100 anos, que compreende a vitória das revoluções nacionais-burguesas, da Americana de 1776, as independências Latino-americanas, ao processo de Unificação Alemã 1871, tendo como um dos marcos principais as revoluções de 1848, de acordo com Bakunin, vemos a consolidação de uma outra contradição dialética entre Estados-Nações x Povos-Nações. A contradição anterior entre dinastias e nações se transforma, as burguesias se integram completamente nos aparatos do Estado Moderno, deixando suas estruturas intactas e

juntamente a esse processo vemos um processo de centralização político-cognitivo na idéia de Nação Oficial, que era a própria idéia centralista de Nação burguesa e estatal.

A idéia de nação representou de certa forma uma visão do povo enquanto sujeito dotado de direitos, esse desdobramento em sua perspectiva burguesa-liberal se configurou no chamado Estado Democrático de Direito, ou as “democracias burguesas”, que mais do que a própria burguesia liberal, foi defendida pela social-democracia. Já na perspectiva burguesa-conservadora temos a fusão das ideias de nação com a dinastia, elaboração que teria seu último desdobramento no fascismo. Dessa forma podemos dizer que existe um certo entrelaçamento histórico entre a ideia de nação e democracia. Mas dentro dessas concepções seria o Estado o ente soberano onde se expressaria e concretizaria o tal direito, ou a soberania popular. Nesse sentido a centralização do poder permanece, pois o Estado continua sendo o único órgão passível de garantir legitimidade e direitos. Diversas correntes do marxismo reivindicam um programa refém desse período, ou seja, a transição de Estados (dinásticos ou oligárquicos, etc) para “verdadeiros” Estado-Nações, em suas vertentes democráticas, porém burguesas, onde as nações-povos estariam representadas.

Dessa forma, a formação do moderno Estado-Nação em nossa perspectiva foi fusão dos Impérios Dinásticos, principalmente seu corpo burocrático e militar absolutista, com as ideias-políticas de nação/cidadania proveniente das revoluções (francesa, americanas). Dessa forma a ideia do direito histórico dos Estados produto principalmente das conquistas coloniais, permanece na espinha dorsal dos recém-fundados Estados-nações europeus, não a toa fundamentando o neocolonialismo. A nação passa a ser assim a religião de Estado por excelência (ou o estado passa a ser a religião das nações), a ideia de nação e povo, passam a ser identificadas e subordinadas à grandeza do Estado, ao orgulho colonial, o fascismo.

Este processo, leva necessariamente, na visão de Bakunin, a um processo de dominação da Nação Oficial sobre as nações conquistadas, no caso os povos-nações, e no leste principalmente o campesinato eslavo. Benedict Anderson aponta que o Império Russo será o criador de uma concepção específica de “nacionalismo oficial”, que seria modelo para as fusões conservadoras entre nação e dinastia, realidade que Bakunin está diretamente inserido. Aqui também aparece marcadamente a contradição entre campocidade, e da dominação moderna urbano-burguesa-ocidental, que na primeira fase populista de Bakunin será bastante criticada, constitui mesmo uma marca do Populismo

Russo (FERNANDES, 1982). Nesse sentido, se encontra também a defesa do socialismo camponês que encarna essa contradição e aponta para a destruição selvagem deste domínio dos novos impérios oficiais burgueses-urbanos.

Assim para Bakunin os povos-nações, camponeses e trabalhadores urbanos, constituíam uma contradição central com os Impérios e sua ideia de Nação Oficial. Aparecendo assim, a crítica à modernização ocidental. Nesse sentido a ideia de povo-nação de Bakunin é fundamental, por marcar um divisor de águas nos movimentos populares e nacionais que se integram de forma geral na fusão burguesa da ideia de nação com o Estado moderno. Essa dinâmica aparece na contradição apontada por Bakunin entre a Política de Estado x Política das Nações em diversos documentos de 1848 a 1864.

A historiografia em geral tende a analisar o período de vida política de Bakunin entre 1840 a inícios de 1860 como um período desagradável, como algo que dentro da biografia de Bakunin não passaria de um passado republicano, nacionalista. Porém, este debate é feito com grande superficialidade, ou seja, são realizadas taxações sem maiores explicações ou sem demonstrações vinculadas aos textos originais produzidas pelo revolucionário no período de 1840-1860. Além disso, costumam mostrar uma imagem de um Bakunin descolado de sua realidade social, ou seja, enquadrado dentro de uma fraca história das personalidades e textualidade, sem verificar a importância das lutas populares, guerras e revoluções do período que moldaram ou foram influenciados por sua ação⁹.

Bakunin entre o período de 1846-1863 dedica a maior parte de sua militância, de seu esforço intelectual e político, aos movimentos de libertação dos povos eslavos, que em sua massa eram camponeses e proletários, oprimidos em termos de nacionalidade, que no século XIX viviam sob o jugo de quatro Impérios autocráticos e coloniais da Europa Oriental - o Império Austríaco, o Império Russo, o Império Otomano e o Reino da Prússia. Diferente da historiografia corrente, gostaríamos de demonstrar como essa fase inicial da vida política de Bakunin revelou uma série de elementos positivos para o seu posicionamento tendo em vista o contexto e uma análise mais rigorosa da luta de classes na Europa: a) O germe de uma saída anti-estatista para as lutas de autodeterminação dos povos (ou de libertação nacional); b) A crítica às relações de

⁹ Muitos esquecem que Marx e Engels também foram influenciados pelo debate da questão nacional desde 1848, tomando sempre partido da Unificação Alemã.

colonialismo interno presentes na Europa vistas no papel dos Impérios do Leste Europeu sobre os povos eslavos; c) A contraposição ao desenvolvimentismo econômico e estatismo presentes nas concepções liberais e dos socialdemocratas/comunistas¹⁰ ocidentais sobre a questão nacional.

Assim, muitas das análises correntes sobre Bakunin e a questão nacional neste período definitivamente não reconstróem o papel subordinado dos povos eslavos na Europa; do desenvolvimento do colonialismo interno; não relevam a crítica pioneira sob viés socialista ao modelo de modernização burguês-urbano-ocidental; não realizam uma análise de classe mais clara (como o papel da burguesia e do campesinato em sua concepção); e muitas vezes não comparam com as concepções comunistas de desenvolvimento histórico. Ficam no debate mecânico sobre Nação e Estado, ou seja, até que ponto Bakunin defendia Nação e depois não, e quanto à ideia de federação, pode ser um Estado ou não, sempre com uma visão relativamente anacrônica e taxonômica. É um debate formalista, que perde a dimensão histórica e social concreta.

Bakunin nesse sentido representou a primeira crítica socialista a noções de modernização e colonialismo presentes na esquerda europeia e no discurso burguês. A sua crítica a colonização sobre os povos eslavos dentro da Alemanha (Prússia e Áustria) e na Europa, o fez questionar a tese do desenvolvimento econômico em última instância e a centralização do Estado como corolário desse processo. Essa crítica ao estatismo e industrialismo se confundia com a crítica ao Pangermanismo que representava em termos políticos exatamente este fenômeno de glorificação de um grande Império Industrial Alemão, que teve em Otto Von Bismarck sua maior expressão. O fato dos povos eslavos estarem pouco integrados a ordem burguesa era para Bakunin um fato positivo. A sua ligação com a terra, com o trabalho e sua rejeição a modernidade capitalista através da revolta camponesa, eram qualidades revolucionárias na visão do russo, e eram elementos que o colocavam na contramão tanto das visões modernizantes (liberais ou comunistas), como das conservadoras (religiosas ou monarquistas).

Com base nos arquivos do IISH – Amsterdã, podemos perceber a dedicação de Mikhail Bakunin a questão eslava e seu desenvolvimento histórico para o anarquismo. Em nossa análise a partir das Obras Completas, levantamos mais de 70 escritos de Bakunin que foram publicados em revistas, jornais, panfletos, manifestos e discursos

¹⁰ O que lhe valeu caráter imperialista e anti-camponês.

relacionados ao tema da “*Questão Nacional*”¹¹ em um período de 30 anos, entre 1846 a 1876. Abaixo selecionamos cerca de 30 documentos que analisamos neste trabalho, aqui não estão presentes as cartas pessoais que também são fontes importantes para análise do pensamento de Bakunin, mas dado o volume de sua obra sobre o tema, optamos analisar os documentos mais densos e que sintetizam a visão política do autor. Segue a lista:

- 1 - *Carta a Le Constitutionnel*, 19 mars 1846, Paris
- 2- *Discours: 17e anniversaire de la révolution polonaise*, La Réforme, 14 décembre 1847, Paris
- 3 - *Principes fondamentaux de la nouvelle politique slave* , juin 1848 , Praga.
- 4- *Cartas a Die Reform e Die Neue Rheinische Zeitung*, 1848, Berlin
- 5 – *Apelos aos escravos, por um patriota russo* , novembro 1848, alemanha.
- 6 – *Apelo aos Tchecos*, 1849
- 7 - *La situation en Russie - L'armée, Dresdner Zeitung, 1849, Dresden*
- 8 - *La situation en Russie - Le peuple, Dresdner Zeitung* 13, 14 avril 1849
- 9- *La situation en Russie - La noblesse, Russische Zustände. Ein Bild aus der Jetztzeit*, Leipzig, 1849, pp.11-17
- 10 - *Ma défense*, janvier-mars 1850, Forteresse de Königstein, Allemagne
- 11 – *Confession*, juillet-août 1851, Forteresse Pierre-et-Paul, Russie
- Prisão (1849-1859)
- 12 - *Aux Russes, Polonais, et tous les amis slaves* - 2 février 1862, Londres
- 13 - *La cause du peuple. Romanov, Pugachev ou Pestel'?*, Londres, 1862
- 14 - *Bakunin sur les Slaves* , 1862 Londres.
- 15 - *Le comité central de Varsovie et le comité militaire russe. Réponse au général Mierosławski*, novembre-décembre 1862 Londres
- 16 - *Lettre sur la Russie, La Cloche*, 15 septembre 1863, N° 27, Londres
- 17 - *Discours prononcé au banquet à Stockholm*, 28 mai 1863, Stockholm

¹¹ Os documentos listados apresentam diferentes temas que se relacionam a questão nacional no pensamento de Bakunin.

18 - *La Russie officielle et le peuple russe*, *Aftonbladet*, 12 et 13 novembre 1863, Stockholm

19- *La question slave – Libertà e Giustizia. Foglio settimanale democratico-sociale*, Naples, 31 août et 8 septembre 1867

20 - *Lettre à "La Démocratie"*, *La Voix de l'Avenir*, 24 mai 1868, la Chaux-de-Fonds

21 - *Aux compagnons de l'Association Internationale des Travailleurs de Locle et de la Chaux-de-Fonds*. Article 5 e outros. *Le Progrès*, 1 mai 1869, Le Locle (sobre o patriotismo) 69010

22 - *Le Panslavisme*, *Bulletin russe (supplément du Kolokol)*, N°2, 9 avril 1870, Genève

23 - Lettre à un Français, 1870, **lieu:** Locarno, **pays:** Suisse

24 – *O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social*, novembre 1870, **lieu:** Locarno (ver Fragment H)

25 - *Lettre à mes amis d'Italie. A mes amis d'Italie à l'occasion du Congrès des travailleurs tenu à Rome le 1 novembre 1871 par le parti mazzinien*

26 - *Article "contre Mazzini"* novembre 1871, Locarno

27 - *Lettre aux Internationaux de Bologne. Pièces explicatives et justificatives* N° 1, décembre 1871, **lieu:** Locarno

28 - *L'Allemagne et le communisme d'Etat* - mars 1872, Locarno **pays:** Suisse

29 - *Etatisme et anarchie*, 1873,

A partir de tais fontes, nosso trabalho buscou analisar como o pensamento revolucionário de Bakunin se desenvolveu historicamente. Um primeiro elemento a pontuar é que achamos interessante dividir o seu pensamento em dois períodos: a) o período populista revolucionário; e b) o período anarquista. O primeiro período abrange as décadas de 1840 ao início da década de 1860. Já a segunda fase, abrange meados da década de 1860, com a fundação da Fraternidade Internacional e da AIT, até a morte de Bakunin em 1876.

Essa divisão, no entanto não deve esconder as inúmeras continuidades no pensamento de Bakunin, entre elas a sua crítica a “Política de Estado” presente desde 1848, sua defesa da autodeterminação dos povos e da federação contra a política centralizadora dos impérios coloniais. A defesa do papel fundamental do campesinato nas revoluções também é uma marca desta continuidade. Mas uma das diferenças importantes desses dois períodos é a estratégia, em seu período populista revolucionário

Bakunin dava centralidade à guerra revolucionária de libertação nacional. No seu segundo período sua estratégia tem como centralidade o associativismo operário-camponês como base da revolução social. Outro elemento que marca uma diferença qualitativa entre um período e outro é a elaboração teórica e a formulação de uma concepção materialista própria, com a noção de antiteologismo na fase anarquista. Tais elementos serão abordados com maior profundidade ao longo dos capítulos.

Tendo em vista tais elementos dividimos nosso trabalho em três partes e capítulos. **1º Capítulo - As relações Centro-Periferia na Europa: Povos Eslavos, Colonialismo Interno e o Anarquismo.** Neste primeiro capítulo analisamos como as relações entre centro-periferia na Europa, a formação dos impérios do leste europeu e o desenvolvimento de um Colonialismo Interno foram fundamentais na gestação do pensamento político de Mikhail Bakunin.

No **2º Capítulo - Do protagonismo dos povos-nação à crítica do Estado Conquistador: a ruptura de Bakunin com a modernidade colonial.** Analisamos o primeiro período do pensamento de Bakunin, sua inserção no movimento de libertação dos eslavos, as diferenças entre o pan-eslavismo e o populismo russo, os levantes de 1848, e a crítica de Bakunin ao Estado-Império e sua concepção de autodeterminação dos povos-nações.

Por último, o **3º Capítulo – Libertação Nacional e Anarquismo: a linha anarquista versus o Estatismo nacionalista e socialdemocrata.** Analisamos a formulação anarquista de Bakunin acerca da Questão Nacional e suas divergências com o nacionalismo pan-eslavista e mazzinista, e seu debate com a social-democracia /comunistas alemães e o processo de unificação alemã.

Nosso trabalho se estrutura então entorno dos seguintes tópicos: a) o impacto das relações centro-periferia e do colonialismo interno europeu na formação do anarquismo; b) a crítica ao centralismo na noção de Império e Estado-Nação; c) formulação de uma concepção de povo e de agência camponesa centrada numa epistemologia da periferia para o centro; d) crítica da teologia das nações e a formação da nação oficial; e) articulação do nacional e internacional na revolução e na guerra.

CAPÍTULO I – AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA NA EUROPA: POVOS ESLAVOS, COLONIALISMO INTERNO E ANARQUISMO .

“Toda a história da Alemanha é propriamente uma luta contra a raça eslava – a Prússia, esta pedra angular do poder atual da Alemanha, não é nada além de um cemitério eslavo. Todos os alemães creem instintivamente que tem a missão de civilizar, isto é, de pan-germanizar os eslavos. Esta ilusão pode ter, para eles, consequências muito amargas. Os alemães, apesar de todos os horrores que cometeram contra as populações eslavas, não as conseguiram destruir. Hoje não é mais possível. A raiva que os alemães souberam despertar em todos os corações eslavos contra eles constitui a força e união das populações eslavas, e deu nascimento ao pan-eslavismo. Pan-germanismo e Pan-eslavismo são igualmente detestáveis, mas cada um deles produz o outro, respectivamente; são tão inimigos e tão inseparáveis quanto o são a Igreja e o Estado.

Para destruir o pan-eslavismo e o pan-germanismo há somente um meio: afogar, simultaneamente, todos os dois na humanidade, através da abolição dos Estados.”

Mikhail Bakunin, Alemanha e Comunismo de Estado, 1872.

O chamado leste europeu se apresentou historicamente como um grande barril de pólvora da Europa. São muitas as notícias que vinculam a violência e a fragmentação desta região, a exemplo do fantasma da “Balcanização”. Semelhante campanha é feita em relação ao continente Africano ou a região do Oriente Médio, territórios também marcadas por guerras, divisões imperiais, nacionalistas e religiosas. Mas poucos são os estudos que se debruçam a fundo na questão da formação social e nacional destes povos. O chamado pan-eslavismo, movimento nacionalista do leste europeu, expressou grande vitalidade no século XIX e XX, tendo sido um dos estopins da primeira guerra mundial¹². Os debates deste período não podem ser ignorados, pois são uma rica fonte para os estudos da questão nacional, colonial e de classe, tendo em vista que o socialismo esteve intimamente vinculado a estes debates.

¹² O grupo sérvio Unidade ou Morte - Mão Negra, que assassinou o imperador Francisco Ferdinando da Áustria em 1914, se reivindicava pan-eslavista. Envoltos deste fato e tendo em vista a disputa territorial dos impérios europeus, uma coalização se formou em volta do Império Austro-húngaro (Alemanha, Itália), e outra se formou em volta do Império Russo (Inglaterra e França), dando início a 1ª Guerra Mundial.

A questão dos povos eslavos foi também o problema do colonialismo interno e da escravidão na Europa. Ao lado da questão irlandesa, mas diferente desta, se constitui num ponto de inflexão da política socialista para a questão das lutas de libertação nacional. Tais povos que deram origem a palavra “slave”, escravo, possuem neste continente uma vasta história de dominação pelos Impérios dinásticos da Europa Oriental/Central, que data no mínimo o século XIII (SKAZKINE, 2013, p.70), entre eles principalmente o Sacro Império Romano-Germânico (que mais tarde daria origem Prússia e Áustria), o Império Turco-Otomano, e mais tarde Império Russo. Mikhail Bakunin e a social-democracia alemã (entre eles Karl Marx e Friedrich Engels) protagonizam um importante debate a esse respeito que os colocou em campos opostos, ainda na década de 1840, muito antes da formação da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) e seus debates clássicos acerca do Estado e dos rumos do movimento dos trabalhadores que datam das décadas de 1860-1870.

As experiências soviéticas no Leste Europeu ainda que relativamente subalternas nos estudos históricos e das ciências sociais na contemporaneidade, não se comparam ao grau de marginalização acadêmica legada às experiências anarquistas na região, que ainda assim, tiveram uma presença significativa ao longo do século XIX e XX. Além de Rússia, Polônia e Sérvia, onde o anarquismo atuou dentro de movimentos populistas (narodniks) e sindicalistas na segunda metade do século XIX e início do século XX¹³, tivemos na Ucrânia a emergência do Exército Insurgente Makhnovista em 1918, na Macedônia uma grande influência na Revolta de Ilinden-Preobrazhenie em 1903, na Bulgária a formação da Federação Anarco Comunista (FAKB) em 1910 que posteriormente assumiria o caráter “plataformista”¹⁴, e na Grécia¹⁵ em 1870 com ações vinculadas as seções da AIT no país (VAN DER WALT, 2016). Mesmo sabendo que esta lista possivelmente não está completa, frente a uma realidade muito mais complexa e ampla, ainda assim, esses são os dados disponíveis a nós no momento, e nesse sentido coadunamos a perspectiva da História Global do Trabalho (VAN DER LINDEN, 2013) que vem trazendo significativo avanço para a descolonização da história da classe trabalhadora e do papel do anarquismo nesse sentido.

¹³ Para constatar essa participação do anarquismo na Rússia, Polônia e Sérvia ver documentos de lançamento da organização “Terra e Liberdade” em 1862, carta de adesão da “Aliança da Democracia Socialista Russa” de 1870 e o programa do Partido Socialista Sérvio de 1872. Documentação no CD-rom Obras Completas de Mikhail Bakunin (2000).

¹⁴ Plataformismo é o conceito derivado dos anarquistas que reivindicaram o modelo organizativo proposto pela Plataforma da União Geral dos Anarquistas, do grupo russo Dielo Trouda.

¹⁵ Grécia que até 1829 era dominada pelo Império Otomano.

Consideramos tais experiências importantes, por que além de representarem um desdobramento do projeto anarquista elaborado entre as décadas de 1840-1870, foram experiências que se relacionaram diretamente com a questão nacional e as lutas camponesas nessa região que naquele momento se caracterizava como a periferia europeia. No caso da Ucrânia frente a invasão imperialista após a revolução russa e a luta pela autodeterminação dos soviets livres frente ao estado soviético, ou da Revolta de Ilinden-Preobrazhenie na Macedônia e da FAKB na Bulgária que se insurgiram contra o Império Turco-Otomano. Nesse sentido cabe determinar melhor a relação centro-periferia na Europa e o lugar do campesinato eslavo neste contexto, assim como, por em relevo o caráter de sua agência política tendo em vista a sua centralidade na formação do anarquismo.

A história global do trabalho traz dois elementos importantes para essa análise do movimento da classe trabalhadora que é a crítica ao eurocentrismo e a crítica ao nacionalismo metodológico, perspectiva fundamental para nosso trabalho. A crítica ao eurocentrismo permite uma ampliação do conceito de classe trabalhadora, indo muito além do operário assalariado europeu urbano da Europa Ocidental, apontando também para a centralidade da luta dos escravos, camponeses, marginalizados. Outro elemento fundamental é ampliar a análise da classe trabalhadora e sua exploração a partir de saberes construídos pelas próprias periferias, nesse sentido trazemos o conceito de “*colonialismo interno*”, usado normalmente para analisar nossa própria realidade latino-americana, mas que traz ferramentas teóricas que a nosso ver podem nos auxiliar na análise das relações centro-periferia na Europa.

Tais teorias delineadas acima são importantes para contrapor as teorias correntes e hegemônicas até o século XX acerca da história do capitalismo e do leste europeu: as teorias liberais da modernização e o marxismo. Tais teorias estão fundamentadas na visão de uma história linear que tiveram por base o desenvolvimento capitalista dos países do atlântico norte (Europa ocidental e EUA). Seja o marxismo e sua teoria do desenvolvimento das forças produtivas que acabava instituir um modelo “central” que via no desenvolvimento dos Estados centralizados e na grande Indústria, fases inexoráveis do desenvolvimento humano e pré-condição do próprio socialismo. Já as teorias da modernização de cunho liberal acreditavam haver uma luta entre as instituições modernas capitalistas e “democráticas” contra os resquícios tradicionais a

serem superados, também elegendo um modelo “central” de desenvolvimento das instituições sociais.

Essas teorias, em nossa visão tiveram dificuldade em apreender as lutas dos trabalhadores das periferias globais e o próprio leste europeu. Nesse sentido, os camponeses eslavos e o Império Russo, principalmente, eram vistos como traços desse atraso, de instituições feudais que apenas persistiam, de uma “segunda servidão” que não estavam diretamente articuladas ao desenvolvimento do capitalismo europeu. Ou seja, tais teorias não conseguiam compreender o desenvolvimento desigual e combinado do próprio capitalismo. Os camponeses por outro lado representavam formas de organização social em desaparecimento, que tenderiam a se expressar de maneira reacionária.

Por fim, achamos importante fazer uma crítica ao centralismo de forma geral, que se desdobra necessariamente nos nacionalismos metodológicos e na ideia de que alguma nação/povo/raça ou forma de desenvolvimento, seja ela do centro ou da periferia do sistema-mundo, seria o modelo superior na qual as outras deveriam se subordinar. Nesse sentido nos diferenciamos de algumas perspectivas do próprio nacionalismo periférico que, por exemplo, tendem a encarar a Europa como um bloco homogêneo e sem conflitos, como se lá não houvesse subalternos, eliminando a perspectiva dialética da realidade. É nessa perspectiva que compreendemos o anarquismo enquanto um saber e uma prática subalterna, que mesmo surgido na Europa, contribuiu para uma crítica ao modelo centralista, eurocêntrico e industrialista de interpretação da sociedade e da classe trabalhadora em seu tempo (CASTRO, 2016). Este caráter se refletiu na expansão do anarquismo na periferia do sistema-mundo por um longo período de tempo e por consequência, na sua marginalização política e acadêmica no século XX e XXI.

1.1 - Os Impérios do Leste Europeu e seus escravos-eslavos.

O debate sobre as relações centro-periferia na Europa se apresenta como uma discussão complexa que não pretendemos esgotar nesse trabalho. Pretendemos na verdade pontuar alguns elementos e constatar outros a partir da literatura existente com o objetivo de embasar nossa perspectiva. Primeiramente, é importante compartilhar que mesmo nas abordagens históricas e anti-coloniais contemporâneas, fundamentais para nosso trabalho, a história dos “povos eslavos”, anterior ao século XX e da formação de

seus estados nacionais, possui pouquíssima bibliografia e até mesmo referências, sua existência parece mesmo esquecida, ao menos nas línguas portuguesa e espanhola. Em nossa opinião, em geral, as visões históricas centralistas tendem a relacionar a constituição das identidades populares sempre em relação aos Estados e assim os eslavos aparecem ou por conta do Império Russo, ou como locus genérico da categoria “servo/escravo” dos Impérios germânicos e turco. Toda a imensa faixa que fica entre os centros Imperiais (Viena, Moscou, Constantinopla, Berlim) e seus representantes locais, os senhores de terra/aristocratas, parece desprovida de história, não a toa, os povos eslavos foram classificados no século XIX por Friedrich Engels como “povos sem história”¹⁶.

Nos teóricos clássicos do marxismo (Engels, Hobsbawn, Anderson) normalmente encontramos referências a “*segunda servidão*” enquanto um processo econômico, mais ou menos abstrato, que se desdobrou sobre os “camponeses do Leste”, estes últimos aparecendo muito mais a título de exemplo, como vetores da história econômica, principalmente como resquícios “atrasados” do feudalismo europeu. Outra linha de historiadores alemães desenvolveu no século XIX uma análise francamente racista acerca dos povos eslavos e da “segunda servidão”, dentre eles Knapp, W. Von Brunneck, Lamprecht, apontando entre outras coisas que, os eslavos possuíam uma “natureza dócil” própria ao trabalho escravo e viam o recrudescimento da “servidão” e da pobreza do campesinato eslavo como uma consequência da sua própria natureza e cultura atrasadas (SKAZKINE, 2013,p.75).

Tal racionalização colonial não foi “privilegio” dos povos eslavos, longe disso, os povos autóctones de África, América e Ásia, sofreram processos ainda mais duros e humilhantes de genocídio e invisibilização histórica e social por seus colonizadores europeus. Por outro lado, sugere uma realidade de subalternidade colonial comum, mesmo entre povos tão diferentes e distantes. Em nossa pesquisa, foi possível encontrar trabalhos acadêmicos que perpassam o tema da história desses povos, normalmente de pesquisadores brasileiros de parentesco eslavo. Foi possível verificar também que nos séculos XIX e XX houve um intenso debate sobre a etnogênese povos eslavos entre intelectuais dos países do leste europeu e posteriormente os soviéticos, mas pouquíssimo deste material foi traduzido para as línguas “ocidentais”. Neste sentido inovamos em um campo não muito pesquisado em nosso país, e é interessante o fato de

¹⁶Engles apresenta essa concepção no texto “O pan eslavismo democrático” <https://www.marxists.org/francais/engels/works/1849/02/fe18490214.htm>. Visto em 25/03/2019

como trazer a tona a história do anarquismo é trazer a tona também a história de povos subalternos (e não apenas eslavos, olhando em uma perspectiva global), acreditamos que isso não seja por acaso.

A história dos povos eslavos faz parte de uma conturbada e debatida descendência que normalmente é apontada como a confluência de diversos povos antigos, como os vênets, vendeios, da cultura lusaciana, entre outros como os iranianos, que se distribuíam em diversas tribos na região da Europa central à Europa Oriental entre os séculos I e II (a.c) (BERGNISEN,1952). Para Miliukov a palavra “vendes” que dava origem a estes povos significava “autóctone” de tais regiões do leste europeu, ainda assim, alguns vestígios desses povos foram encontrados por pesquisadores em países como França (região da Vendéia) e Inglaterra, que de acordo como este remete a sua escravidão pelos celtas na antiguidade (ibdem,p.37). Apesar disso, os eslavos enquanto tal, entrariam para história conhecida durante os séculos V e VI, ocupando a região que iam das estepes Ucrânicas ao Mar Báltico, e dos rios Oder e Elba aos mares Egeu e Adriático (JOVANOVIC,1990, p.50).

O termo “eslavo” ou “slovenin”, no original do proto-eslavo, no geral deriva das palavras slovo (língua, palavra) ou slava (glória, grandeza), que pode ser entendido como “povo que fala a mesma língua”. Da palavra “slovenin” e das relações sociais escravistas que desenvolveram na região oriental da Europa, principalmente perpetrada por gregos e pelo Império Romano, derivam do grego antigo o termo “sklábos”, e posteriormente no português “sclavus” e no inglês “slave”, que se tornaria sinônimo de “escravo” (HOUAISS, 2001). O povo eslavo foi identificado assim, pelos Impérios e a sociedade escravista e feudal do período, como os escravos europeus por excelência.

É interessante perceber que o fato da palavra escravo derivar de um povo específico, os eslavos, não é algo de menor importância, demarca um processo histórico de longa duração de associação de um povo a um tipo de exploração do trabalho: o escravismo antigo. Nesse sentido, a própria denominação “eslavo” para as tribos de tal região que tinham origem relativamente diversa, também pode ser pensada como um emergência relacional, ou seja, a as relações das tribos “venetas”, que depois desembocariam nos eslavos, fazem parte de um processo histórico e da interrelação com outros povos que conformam suas características específicas, destacamos aqui principalmente a relação dos eslavos com o Império Romano e seus desdobramentos ocidentais e orientais.

Durante os séculos V e VI, com as migrações germânicas e eslavas, tais povos se espalharam em três grupos principais que dariam origem as atuais divisões entre os eslavos: a) eslavos ocidentais (tchecos, eslovacos, morávios, poloneses, silesianos e sérbios), b) orientais (russos, ucranianos e bielorrussos) e c) meridionais (bósnios, búlgaros, croatas, macedônios, montenegrinos, sérvios e eslovenos) (BENNGISEN,1952). Entre o século VI e VIII, uma série de guerras e invasões ocorreram entre o Império Romano do Oriente (Bizantino) e as tribos eslavas que eram conhecidas no período como os bárbaros “*sclaveni*”. Tais guerras terminaram com a subjugação dos eslavos e da “*sclavinia*” (terra eslava do sul) ao Império Bizantino (STRATOS, 1975). Seria novamente no século XIII que a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, de origem germânica, avançaria sobre os territórios do leste colonizando novamente as terras e os povos eslavos (SKAZKINE, 2013,p.70).

No mapa abaixo vemos a região ocupada pelos grupos etno-linguísticos europeus durante o século XIX (1848), e a distribuição dos eslavos da Europa central à oriental (em laranja).

1Figura: Mapa Etnolinguístico da Europa em 1848



Fonte: <http://www.clehmnn.org/Maps/> (2019)

Tal mapa nos dá uma ideia do território ocupado pela população de língua eslava no continente no século XIX, que é o período em que concentraremos a análise desse

trabalho. Ainda assim, é importante pontuar que foi entre os séculos XV-XVIII que se gestou o ordenamento da geopolítica imperial que determinou os rumos da existência eslava esmagada sob quatro Impérios Absolutistas até o século XX: a) Império Russo; b) Reino da Prússia (no século XIX - Império Alemão); c) Sacro Império Romano-Germânico (no século XIX - Império Austríaco) e d) Império Turco-Otomano. Os eslavos foram assim escravizados por quatro Estados dinásticos, durante no mínimo três séculos, tornando-se assim nações oprimidas em seu próprio território, submetidos a dominação política, econômica, cultural e religiosa, pelos germânicos, pelos otomanos ou pelo estado católico ortodoxo russo.

Tal processo foi contraditório, inclusive com a formação de alguns estados eslavos entre os séculos XIII-XV, mas que paulatinamente foram sendo conquistados e colonizados pelos impérios citados acima. Esse período correspondeu ainda a um processo mais geral de formação das monarquias absolutas no continente europeu, como aponta A. Z. Manfred¹⁷:

“O século XV também assistiu à unificação política de outros países europeus, grandes e pequenos, tornada possível por uma gradual consolidação econômica. Na Europa Ocidental surgiu um forte reino espanhol, para Norte surgiram três reinos escandinavos, a Dinamarca, a Noruega e a Suécia, e, a Leste, alguns Estados eslavos — a Polónia, a Boémia e o grande principado de Moscovo. Os países eslavos do Sul que se tinham formado nos séculos XIII e XIV (a Sérvia e a Bulgária) ficaram sob o domínio turco a partir do final XV.” (MANFRED, 1978).

Tal processo de formação de Estados eslavos principalmente o Polonês e o Russo, foram responsáveis pela criação de uma reduzida aristocracia eslava, que poderiam ser consideradas ilhas em meio a uma imensidão de camponeses eslavos e de outras nacionalidades oprimidas, em sua maioria pobres, e submetidos a servidão, que compunham uma massa de 80 milhões de pessoas em meados do século XIX (BAKUNIN, 2000a). Mas o fato de se constituir em um diminuta elite composta de famílias dinásticas, nobreza (boyardos no caso russo e szlachta no caso polonês), clero e de funcionários, não devem obscurecer as segmentações sociais dentro da etnia eslava.

Nesse processo, a conquista e a guerra foram a argamassa fundamental para a formação dos Impérios do leste e a definição de suas fronteiras. As sucessivas invasões suecas ao norte dos territórios russos, alemães e poloneses, foram acompanhadas pelas ofensivas do Império Otomano ao sul, principalmente em territórios austríacos, que

¹⁷ <https://www.marxists.org/portugues/manfred/historia/v01/index.htm> (visto dia 01/06/18)

tiveram conflitos que duraram ao menos 250 anos. De acordo com Perry Anderson (2004) a centralização dos exércitos, entre outros elementos, foi uma política para a sobrevivência dos Estados, através da reforma militar de 1560 no Ocidente (ibidem, p.198.). Com a reorganização dos exércitos e forças militares, Rússia e Prússia conseguiram repelir a Suécia, já a Polônia e a Áustria perderam territórios, a primeira foi recolonizada pela Rússia, após ser devastada pela Suécia e a segunda perdeu territórios para os turcos e suecos. As invasões suecas frustraram os desejos dos Habsburgos acerca da consolidação do Império Alemão (ANDERSON, p199).

O processo de colonização das terras dos camponeses eslavos pelos germânicos se intensificou no século XIII pelas Ordens de Cavaleiros Teutônicos que conquistaram e expropriaram através da violência tais terras, e depois recebiam a titulação de grandes parcelas de terra indivisas do Sacro-Império ou de Reinos específicos (SKAZKINE, 2013). Os Cavaleiros Teutos com o tempo se consolidam como os chamados “Junkers”, a nobreza latifundiária-militar alemã. Tal aristocracia administrou suas terras e os trabalhadores eslavos sob uma rígida disciplina militar. Essa disciplina militar logo se tornaria uma política de estado tendo no caso do Reino da Prússia a expressão mais desenvolvida. (ANDERSON, 2004, p.212)

Em 1650 o Reino de Brandeburgo (que compunha o Sacro Império Romano-Germânico) deu origem ao reino da Prússia e implantou o absolutismo, a Carta de 1653 instituiu o exército unificado e a contribuição/impostos sobre as cidades e os camponeses. O Reino da Prússia, dirigidos pela Casa Hohenzolern, desenvolveu um exército unificado e um sistema fiscal, em grande parte como absorção e resposta as invasões suecas e manutenção dos territórios conquistados, em aliança aos Junkers. O Estado prussiano derivou todas as ações de estado de sua linha militar, o setor de finanças era o mesmo da guerra e em todos os níveis do estado. Anderson aponta que a Prússia foi responsável pela criação de uma centralização absoluta e eficiente. (ibid., p213)

Já a Áustria teve muito mais dificuldade em manter a unidade, só a conseguiu através do exército imperial e seu Conselho Supremo de Guerra, que eram um dos únicos elementos que garantiam a unidade sob os territórios dos Habsburgos (ibid.p.214). Hungria e Bohemia se integraram de maneira subordinada a Áustria, na luta contra os turcos. Na colonização desses novos territórios eram enviados emigrantes alemães. Em 1648 com fim da guerra de 30 anos dos Habsburgos (Áustria) contra os

tchecos na Bohemia, tendo derrotado esses últimos, eliminaram a liberdade dos camponeses tchecos (ibid.p 204). O fim desta guerra marca o chamado Tratado de Vestifália, que institucionalizou o sistema interestatal europeu e as fronteiras dos estados nacionais nascentes.

Na Rússia em 1683 a “Subornoe Ulozhenie” codificou e universalizou a servidão em todo o território russo, e obrigou o serviço militar obrigatório nas terras da nobreza. Foi o primeiro código jurídico da Rússia (ibid.203). Esse processo foi impulsionado pela Unificação do Estado Russo no século anterior, e o surgimento do Czarismo com Ivan III no século XVI, e Ivan o Terrível, Czar de todas as russias (1530-1584). Durante o século XV e XVI a Moscóvia expandiu 12 vezes seu tamanho original. Apesar disso, a Rússia viveu no século XVI (Ivan IV) uma série de guerras que tiveram efeitos desastrosos, como a guerra com a Livônia, que teve como resultado interno a ascensão da dinastia Romanov. Assim, o conhecido Império Russo se consolidou oficialmente apenas em 1721, com Pedro I (1672-1725) que radicalizou todas as reformas de impostos e vinculação da propriedade da terra com o exército, e da nobreza com exército, obrigando até o segundo filho ingressar no exército Imperial. (Anderson, p. 215).

Dessa forma a Nobreza Russa e em grande parte da nobreza no leste europeu, era uma Nobreza de Serviço, integrada de forma subordinada ao Estado Imperial, como vemos nos trecho abaixo:

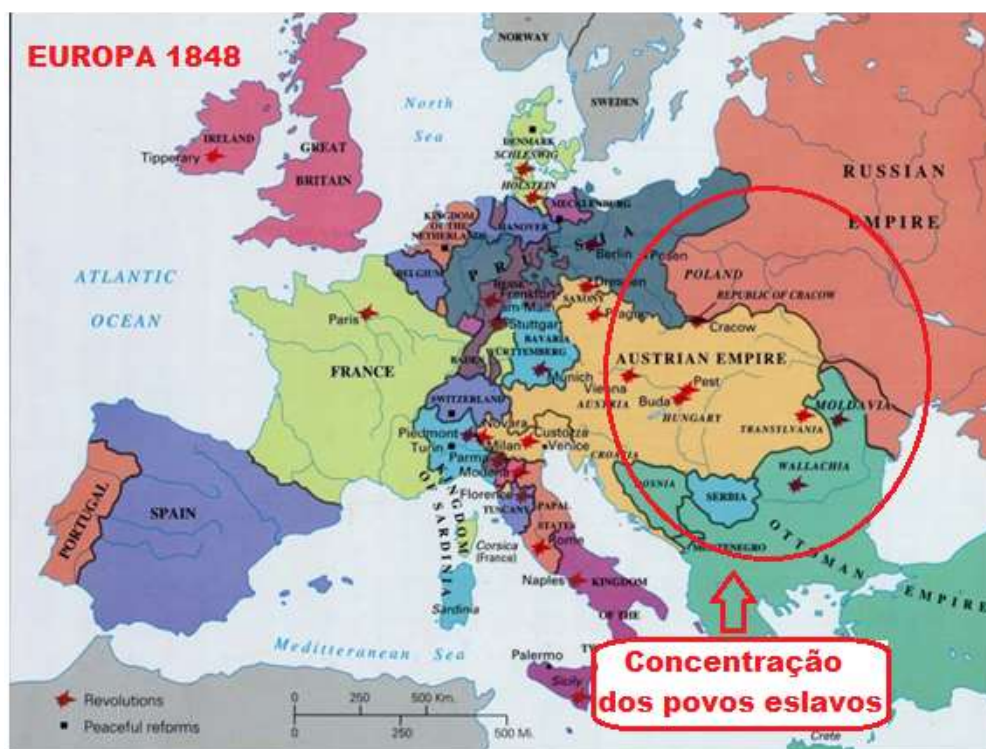
“Daí pra frente, todos os nobres tornaram-se servidores permanentes do czar. A burocracia de Estado foi dividida em 14 níveis hierárquicos, implicando os 8 níveis superiores um status nobre hereditário e os seis inferiores em um status aristocrático não-hereditários. Deste modo, fundiram-se organicamente a ordem feudal e a hierarquia burocrática: o sistema da nobreza de serviço fazia do Estado, em princípio, um simulacro virtual da estrutura da classe fundiária, sob o poder centralizado de seu delegado “absoluto”.” (ibid. p.220)

Já o Império Turco-Otomano foi um dos mais antigos e extensos Impérios do Leste fundado em 1299 pelo sultanato (dinastia) Osman, durou até 1923. Foi um Império transcontinental que ocupou territórios na Europa, Ásia e África, tendo por capital Constantinopla. Anderson (ibid.,365) aponta que no século XVI, sob direção do califa Solimão I, o Império Turco era o mais poderoso do mundo e quase toda península balcânica havia sido assediada por seus exércitos e Grécia, Sérvia, Bulgária, Bosnia, Hungria oriental estavam sob seu domínio. Nos séculos XVIII e XIX o Império Otomano sofreu uma série de derrotas para a Áustria e a Rússia, enfraquecendo seu poder.

As novas monarquias comandadas pelas dinastias Habsburgo, Hahenzolern, Romanov e Osman, se consolidaram na força das estruturas burocráticas estatais ultracentralizadas, principalmente Rússia, Prússia e Turquia, e nos grande proprietários rurais, vinculados a títulos de nobreza e aos Impérios. O Império Sacro Romano-Germânico e posteriormente a Áustria, ainda que costumeiramente apontados como menos centralizados, exerciam uma forte dominação e centralização através dos reinos regionais, sendo as manifestações locais e reais do Império. A centralização do Império Russo atingiu tamanho poder que até a nobreza esteve em parte subjugada pelo poder do Czar. Consolidou-se assim uma estrutura de poder que articulava Estado/Império-Nobreza/Grandes Proprietários como classes dominantes e uma imensa massa de camponeses “servos-escravos” na sua maioria de origem eslava.

No mapa abaixo vemos como os Impérios do Leste se desenvolveram até o século XIX, se consolidando em estruturas monstruosas que aprisionaram através da “enganação e do crime”, nas palavras de Bakunin, inúmeras nações e povos sob o despotismo:

2Figura: Mapa Político da Europa em 1848



Fonte: (Adaptado) <https://www.edmaps.com/> (2019)

A comparação com o mapa da página 40, que representa o mesmo ano de 1848, apresenta um claro contraste entre a distribuição dos povos de língua eslava no Leste Europeu com o caráter étnico e político dos Impérios constituídos na região. Vemos que

os eslavos viviam na interseção dos quatro Impérios, como minorias étnicas-nacionais, situação semelhante a dos povos Curdos na atualidade (que vivem entre Síria, Iraque, Irã e Turquia).

Nesse sentido no início do século XIX, o leste europeu estava dividido no Império Russo (fundado em 1721), no Império Austríaco (Fundado 1804), no Reino da Prússia (fundado em 1701) e no Império Turco (fundado em 1299). Por serem Impérios coloniais o território desses países esteve em constante mudança devido as anexações, guerras e partilhas imperialistas que ocorreram no mesmo século. Mas duas grandes alterações se processam na segunda metade do século XIX: 1) a unificação alemã que dá origem ao Império Alemão em 1871 (resultado de ações da Prússia de conquista e anexação de parte de territórios da Áustria, Polônia e França – como Alsácia e Lorena), e 2) modificação do Império Austríaco para Império Austro-húngaro em 1867, resultado da política de integração da elite húngara/magiar no império.

Podemos dizer que existiu uma tendência contraditória acerca da dominação sobre o campesinato eslavo no século XIX, relacionadas as lutas político-econômicas em curso. Se por um lado existiu um movimento de “emancipação” formal do campesinato entre as décadas de 1840-1860, primeiro em diversas províncias da Áustria em 1846-1848, principalmente decorrente das sucessivas insurreições camponesas, e depois no Império Russo em 1861. Com o avanço da Prússia e a formação do Império Alemão, existiu um processo de recrudescimento da dominação sobre o campesinato e o proletariado eslavo, como novas restrições e o aumento da miséria, como apontado por diversos autores (FERREIRA,2017, STAWINSKY, 1976). Processo que inclusive levou a migrações massivas, de poloneses e eslavos de outras nacionalidades a países como o Brasil.

1.2 - Formação social do Leste Europeu: Colonialismo Interno e Racismo

Tendo em vista o quadro acima da formação Imperial do Leste Europeu, acreditamos que o conceito de Colonialismo Interno (CI), entendido como uma formulação utilizada para análise da realidade latino-americana, desenvolvido na periferia do sistema-mundo capitalista principalmente por Pablo Gonzales Casanova e por André Gunder Frank (entre outros), pode nos ajudar a compreender o caráter da

subjugação dos povos eslavos pelos Impérios do Leste. A teoria do Colonialismo Interno aponta que as relações centro-periferia se desenvolvem não somente entre países/classes do norte e do sul do globo, foco da Teoria da Dependência¹⁸, mas também internamente aos Estados, tanto nos países do sul como nos países do norte. Todo país em que uma classe mantém a hegemonia étnica, econômica e política, de um povo sobre o outro, através das estruturas políticas, econômicas e culturais, desenvolve relações entre metrópoles e colônias internas. Relações como a das elites brancas e os povos negros e indígenas nos Estados da América do Sul ou do Norte. As desigualdades Regionais interna dos países, como no Brasil, por exemplo, a relação contraditória e vinculada entre o subdesenvolvimento do nordeste e o desenvolvimento do sudeste. Também nas relações cidade-campo, onde as metrópoles urbanas dominam o campo (FRANK, 1968).

“A estrutura colonial relaciona entre si os lugares, os setores, grupos raciais ou étnicos identificáveis. O sistema capitalista possui uma estrutura colonial que serve a metrópole imperialista para explorar suas colônias latino-americanas e outras (as colônias afroamericanas internas ao âmbito nacional) e serve as metrópoles nacionais da América Latina para explorar, pela via do “colonialismo interno”, os seus centros provinciais, os que a sua vez exploram a suas respectivas terras locais, formando-se assim uma cadeia espoliadora que se estende ininterruptamente desde o centro imperialista até a mais isolada região rural dos países subdesenvolvidos da América Latina e outros continentes. (FRANK, 1968, p.328)

No trecho acima Frank (1968) demonstra a cadeia que interliga o sistema imperial global ao colonialismo interno, que vai das metrópoles dos países imperialistas às “metrópoles” nacionais dos próprios países (ex) colonizados às “colônias internas”. A princípio, o leitor poderia se perguntar o que a relação colonial entre os impérios do norte e os países do sul, tem a ver com o leste europeu? Nesse sentido o próprio André Gunder Frank responde em outro livro, “*A Acumulação Mundial 1492-1789*” (1976), onde aponta que a expansão mercantilista capitaneada pelos países da Europa Ocidental no século XV, integrou em um único sistema-mundo, comercial e produtivo, a Europa Ocidental e Oriental, o “Novo Mundo” e o extremo oriente, a Ásia (ibidem, p.13). Tal processo de expansão e integração desigual deu origem ao capitalismo e ao sistema colonial moderno.

Nesse sentido, as relações políticas, econômicas e sociais, externas e internas dos Impérios do Leste Europeu, que consolidavam suas monarquias absolutas no mesmo período, foram profundamente marcadas por esta integração no nascente

¹⁸ a qual a teoria do colonialismo interno está alinhada.

sistema-mundo capitalista. Foi nesse sentido que a Conquista sobre as diversas tribos camponesas eslavas pelas Ordens Teutônicas, pelos Otomanos e a Rússia (diferente de outros momentos da história onde os eslavos também haviam sido subjugados/subjugadores) se institucionalizou em um sistema colonial que articulou a grande propriedade de terra, o Estado territorial centralizado que a instituía, uma forma predominante de exploração do trabalho que ficou mais conhecida como “segunda servidão” e um sistema internacional de comércio entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental, que começava a interligar os quatro cantos do globo. (SKAZKINE, 2013; FRANK, 1976).

Nesse ponto é importante fazer uma separação importante. A relação de dependência entre a Europa Oriental e Ocidental, não se constituiu numa relação de colonialismo clássico, dado que os Impérios do Leste possuíam sua independência política. Porém, a relação dos Impérios do Leste com as nações eslavas e camponesas na região foram relações coloniais na prática. A concepção de colonialismo interno dessa forma nos parece a mais indicada para compreender esse processo. E como apontamos acima, um dos principais mecanismos do colonialismo interno existente no Leste Europeu foi o desenvolvimento da chamada “*segunda servidão*” que foi a institucionalização de uma forma de trabalho e de extração de riqueza baseada no trabalho semi-escravo das populações eslavas nas grandes propriedades de terra da nobreza latifundiária. O fato de nos referirmos a tal forma de trabalho como escravidão ou semi-escravidão ficará mais claro nas linhas que se seguem.

Essa forma de exploração do trabalho nas grandes propriedades de terra da Europa oriental foi moldada por sua relação dialética com a Europa ocidental. A linha que dividia as relações agrárias na Europa do período coincidia com a divisão do Rio Elba, normalmente utilizado para dividir a Europa do Oeste da do Leste. Existe um debate teórico, ainda hoje, acerca dos modelos de domínio/propriedade da terra que teria predominado na Europa após o século XV. A “Grundherrschaft”, que teria predominado no Oeste, correspondeu ao “senhorio sobre posse camponesa”, e no Leste que seria o modelo da “Gutsherrschaft”, correspondeu ao “senhorio sobre posse dominial” num modelo de empresa (SAKAZKINE, p.68, 2013). Sem entrar no mérito dessas categorias, principalmente sobre as relações do Oeste europeu, onde ainda que houvesse esse outro regime de senhorio (visto na França. por exemplo), também ficou patente a concentração de terras ao longo do tempo, como no caso dos “cercamentos” na

Inglaterra. Uma diferença mais importante apontada por André Gunder Frank (p. 91, 1976) foi que na região ocidental houve uma grande expulsão dos camponeses para as cidades, processo que acelerou a urbanização e a própria demanda por bens de consumo de subsistência, enquanto no Leste o campesinato foi expropriado de suas terras, mas ao mesmo tempo aprisionado como propriedade dos senhores.

Esse novo modelo de grande propriedade senhorial que começou a aparecer a partir do século XV-XVI, primeiro na Polônia e depois em todo o Leste (Alemanha Oriental, Bohemia, Silésia, Hungria e Lituânia) configurou um sistema de expropriação progressiva das terras (lotes) dos camponeses e centralização nas mãos dos senhores de terras, que passaram a ter o controle privado das terras e das “almas” dos camponeses, podendo em muitos casos vendê-los e comprá-los (SKAZKINE, 2013). Aqui aparece a mercantilização da mão de obra semi-escrava dos camponeses eslavos e a perda da parcela de terra do camponês, elementos que em nossa opinião apontam para um claro distanciamento do feudalismo clássico e a integração subordinada no capitalismo nascente no século XVI.

Ou seja, a “segunda servidão” representou inicialmente uma perda gradual da liberdade do campesinato no Leste Europeu, iniciado por políticas fiscais e de escravização por dívidas, devido a depressões econômicas pelos quais passaram os senhores feudais da região, para depois se tornar uma instituição de Estado, que por outro lado a expandiu e generalizou. Uma das consequências imediatas dessa dinâmica foi a perda do direito de ir e vir dos camponeses. O processo de consolidação da “segunda servidão”, nos séculos XV-XVI, foi marcado pela adequação dos proprietários rurais da Europa Oriental a demanda da Europa Ocidental por produtos agrícolas (principalmente cereais, trigo, linho e cânhamo). (FRANK, p.91-92, 1976).

Esta demanda por produtos agrícolas esteve fortemente marcada pela inundação dos metais preciosos no mercado europeu, extraídos das colônias americanas, que elevou os preços dos produtos primários quase acima dos supérfluos, processo acompanhado do gradual fim da servidão (no ocidente). Dessa forma, o século XVI foi marcado por um “boom” dos preços, que beneficiou os latifundiários do leste europeu, que eram pagos com a prata americana e especiarias da Ásia (ibidem). Deste modo, a Europa Oriental se integrou no nascente sistema mundo capitalista em sua parte “inferior”, como produtora de matérias primas, baseado internamente, ao contrário da parte ocidental, no fortalecimento do trabalho servil e forçado.

Na passagem abaixo, Cristóbal Kay aponta como a relação entre a Europa Ocidental e Oriental se apresentou como um dos primeiros casos de subdesenvolvimento e dependência no limiar do desenvolvimento capitalista Europeu:

“A dependência da burguesia em relação aos proprietários Gutsherrschaft, e destes em relação ao desenvolvimento capitalista ocidental, teve, como resultado final, o efeito de criar um dos primeiros casos de subdesenvolvimento histórico... O relacionamento que emergiu entre economias do Leste Europeu e do Oeste, aquelas fornecendo matérias primas e principais produtos alimentícios para estas últimas, não se diferencia da dependência entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos de hoje” (KAY apud FRANK, p. 95, 1).

Muitos autores apresentaram esse período como uma fase transitória entre o feudalismo e o capitalismo (Friedrich Engels, Perry Anderson), outros apontam que tais relações escravistas do Leste europeu representaram um desdobramento do modelo que iria se expandir para as Américas (Antonio Mazzeo, Cristobal Kay), apontando a relação de proximidade entre essa “segunda servidão” com modelo de plantations e escravidão vista em nosso continente. Outros autores também trabalham essa relação de semelhança entre a escravidão americana e a servidão do leste europeu como em “*Unfree Labor – American Slavery and Russian Serfdom*” de Peter Kolchin. Ainda que não seja o foco deste trabalho, nos parece particularmente interessante essa relação entre o trabalho não livre na Europa Oriental e nas Américas, principalmente no que tange a estrutura agrária ultra-concentrada, a forma do Estado-Império colonial e o caráter das lutas populares de resistência a esses modelos.

Mazzeo analisa essas relações de vinculação do escravismo colonial com a segunda servidão no trecho abaixo, apontando como a imposição do *trabalho forçado* nas periferias estava vinculada ao surgimento do capitalismo, se expandindo de forma mais ou menos paralela no Leste, depois para a escravidão nas Ilhas do Mediterrâneo e posteriormente para as Américas e África.

“Podemos dizer, inclusive, que essa necessidade ligar o servo à terra pela força, para a produção em larga escala, direcionada aos mercados ocidentais, é o prenúncio do que irá acontecer, em escala super ampliada no Novo Mundo, onde a escravidão adquire o caráter de *trabalho forçado* – do mesmo modo que a “segunda servidão” europeia – de onde se extrai a mais-valia absoluta para um voraz processo de acumulação de capital” (MAZZEO, 1986, p.211)

Dessa forma, as relações de dependência entre Leste-Oeste, constituíram relações centro-periferia no continente europeu, que, nos Impérios do Leste se expressou através do Colonialismo Interno. Ou seja, a força de trabalho escravizada das tribos camponesas eslavas forneceu a base ao sistema político-econômico exportador e

absolutista do Leste Europeu, principalmente nos Impérios de origem germânica. Skazkine aponta ainda que tais formatos de servidão/escravidão partiram de interpretações do “*Código Justiniano*”, formulado no antigo Império Romano do Oriente, que definia propriedade privada como *jus utendi et abutendi quantenus juris ratio patitur* (o domínio é o direito de usar e abusar até onde é admissível pela regulação jurídica). Nesse sentido os Impérios do leste, representavam a fragmentação dos antigos Impérios Romano do Oriente e do Sacro-Império Romano Germânico do Ocidente, e sua reorganização em novos “centros”. Tais concepções jurídicas e formas organizativas da propriedade/domínio instituídas por esses Impérios teocráticos e sua ação centralizadora/conquistadora teve papel fundamental nesse modelo de exploração em forma de “empresa” e de um desenvolvimento capitalista específico na região.

É importante salientar que aqui fazemos uma generalização para efeito do estudo, que nos permita compreender pelo menos em linhas gerais a diferença entre leste-oeste e sua estrutura social. Porém, a forma como a propriedade da terra se materializou na prática no território de cada Estado-Império proporcionariam linhas específicas de estudo. Por esse ângulo, as lutas de classes, o caráter da vinculação com o mercado mundial, a formação dos Impérios e suas economias e a relação com as economias camponesas, entre outros elementos, determinaram diferentes arranjos em cada realidade. A Rússia, por exemplo, manteve menos contato com a economia “ocidental” do que os Impérios germânicos até o século XIX, tendo a relação com os povos do oriente (asiáticos) um papel mais relevante na história desse império e menos em outros. Apenas no último quartel do século XIX uma gama de investimentos estrangeiros começou a migrar para a Rússia iniciando um processo de industrialização que integrou de forma subordinada o país no sistema inter-estatal capitalista que se reorganizava.

Voltando a nosso debate. A diferença desse regime de trabalho nascente no Leste frente as tradicionais formas feudais verificadas na Europa ocidental, tomaram cada vez mais distância. Muitos teóricos marxistas analisaram estas relações do Leste como um desvio “feudal” ou um “atraso absolutista”, chamando a atenção para a “inexplicável” permanência da “corveia”. A “corveia”, que era o trabalho direto do camponês ao senhor, um dos tipos de regimes de exploração do trabalho camponês e não necessariamente o predominante na Europa Ocidental durante o feudalismo, passou a ser nesse período do século XV-XVII, o regime por excelência de exploração do

campesinato na Europa oriental. Apesar disso, esse modelo de “corveia generalizada” e integrado a um mercado que se mundializava, nunca havia sido visto nem na “Alta Idéia Média”, sendo “*vizinho da escravidão*” como aponta Skazkine. No trecho abaixo o autor define bem esse processo no Leste:

“Mas não se deve esquecer que a propriedade agrícola baseada na corveia do fim da idade média se constituiu sobre relações econômicas desconhecidas na Alta Idade Média. Esta propriedade era antes de tudo, uma empresa trabalhando para o mercado, ao passo que durante a Alta Idade Média a terra senhorial servia, em primeiro lugar, para satisfazer as necessidades do senhor e sua casa”. (SKAZKINE, 2013, p.71)

Essa tese favorece a visão dos teóricos do sistema-mundo Emmanuel Wallerstein, Giovanni Arrigh e Gunder Frank, de que o capitalismo enquanto sistema mundo passa se estruturar durante o século XVI-XVII, e não apenas após a revolução industrial inglesa, ou de que os sistemas que se formavam no “novo mundo” e no “oriente” do globo seriam feudais, como mera cópia imperfeita do “centro”. Essa perspectiva aponta, que ao contrário de um, existem múltiplos centros desse desenvolvimento, não apenas a “Inglaterra”, mas as colônias além-mar, o leste europeu, a Ásia, todas representavam desenvolvimentos desiguais que se combinariam e dariam origem ao sistema-mundo capitalista. Este elemento, porém, não desconsidera o processo de estruturação de uma hierarquia mundial liderados pelas elites e os impérios da Europa ocidental a partir do século XVI.

Articulada a esse pensamento acima, a teoria do Colonialismo Interno acabou por se constituir numa ferramenta que se contrapôs a algumas vertentes de um marxismo ortodoxo da década de 1940-50, ou mesmo de teorias liberais desenvolvimentistas, de base weberiana, desenvolvida nos EUA. Esta última se baseava na diferenciação entre o tradicional e o moderno, na qual a diferença de valores e crenças individuais estavam na base da constituição e distinção das sociedades. Esta teoria tinha por elemento fundamental a visão de que as sociedades, norte-americana e europeia, são tipos ideais formados por etapas universais a serem seguidos pelo resto do mundo, tendo por fim a democracia liberal e o capitalismo (AZEVEDO, 2015, p.34-35). Marxistas ortodoxos e liberais-desenvolvimentistas convergiram nos diagnósticos “dualistas”, de que nas formações capitalistas periféricas existiriam traços de sociedades feudais ou arcaicas/tradicionais que estavam em oposição ao desenvolvimento capitalista, e deveriam ser superadas pela industrialização moderna e pela ação do Estado – capitalismo monopolista de estado.

A teoria do Colonialismo Interno, principalmente de Frank, se baseou na ideia de articulação entre “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” como partes de um único sistema capitalista mundial, dessa forma negava as teses dualistas como ele mesmo aponta no trecho abaixo:

“Mas a mesma interpretação da sociedade dual se colocou á análise marxista dos países subdesenvolvidos, quase sempre sob as formas da suposição da conservação do feudalismo em uma parte e a introdução do capitalismo em outra – com a organização de cada setor ou parte independentemente determinada por si mesma e com uma dinâmica própria separada – da sociedade desses países subdesenvolvidos”(…) O subdesenvolvimento, longe de ser um efeito de algum suposto “isolamento” da maioria da população mundial da expansão capitalista moderna ou inclusive de uma supostas relações e formas feudais sobreviventes, é o resultado da incorporação totalizadora desta população dentro do sistema capitalista do todo integrado, mas contraditório, que faz muito tempo abarcou no seu conjunto”. (FRANK, 1968,p.207).

Tendo isso em vista, para nossa perspectiva, mais importante do que saber/debater se o tipo de produção do leste europeu era capitalista ou não, é apontar que havia uma “articulação” entre ocidente-oriental e que o modelo do Leste não se desenvolveu isoladamente a partir do século XVI como um “bastião feudal”, e mais do que isso, se constituía em uma face integrada, porém dependente, que tinha nas relações de colonialismo interno sua principal expressão no nascente sistema-mundo capitalista. Assim, o fenômeno do “colonialismo interno” para Frank não é uma categoria “a temporal”, mas está atrelada ao surgimento do capitalismo e a formação dos Estados Modernos e suas múltiplas relações de colonialismo, dependência e subdesenvolvimento, principalmente após as independências formais e políticas.

Nesse sentido, penso que o termo “servidão-escravista”¹⁹ em vez de “segunda servidão”, seja mais coerente com os resultados da pesquisa sobre temática realizada até agora, ainda que seja apenas uma categoria provisória, tendo em vista que este debate não constitui o centro de nosso trabalho. Recusamos a perspectiva “dualista” de que a Europa Oriental fosse apenas um modo de produção feudal atrasado em contraposição ao capitalismo moderno ocidental, orientação que embasa o conceito de “segunda servidão”. Adiantamos que sentimos a necessidade de esboçar um conceito alternativo levando em conta que o processo nomeado de “segunda servidão” não remeteu historicamente nem a servidão clássica feudal e nem a chamada escravidão moderna propriamente dita. Já este conceito de “servidão-escravista” apresenta uma variabilidade

¹⁹ Wallerstein (1974, p. 91) que também se debruça sobre esta polêmica se utiliza do termo “coerced cash crop” como termo alternativo ao de “segunda servidão”.

maior sobre essa categoria de trabalho híbrido. Ainda que não tenha recebido esse nome no período ela é contemporânea da escravidão moderna, tendo sido inspirada pela escravidão antiga (vinculado ao direito romano).

Outro elemento importante trazido pela História Global do Trabalho são as zonas de interseção entre as formas de trabalho que foram mercantilizadas sob o capitalismo, sejam elas o assalariamento, a escravidão, a servidão, o trabalho autônomo e marginal, todas são relações que dificilmente podem ser encontradas em seu modelo puro. Acreditamos que aqui estamos diante de uma interseção entre formas de trabalho de “servidão” e “escravismo”, que se articularam já sob o sistema-mundo capitalista.

Além dos elementos político-econômicos, outra faceta fundamental que não podemos esquecer sobre a dinâmica das relações centro-periferia na Europa é o fator étnico-nacional como um elemento constituinte da relação de colonialismo interno no leste europeu. A perspectiva de Casanova em nossa visão consegue captar melhor essa dinâmica, como ele aponta no trecho abaixo:

“La estructura colonial se parece a las relaciones de dominio y explotación típicas de la estructura urbano-rural de la sociedad tradicional y de los países subdesarrollados¹⁰⁶, en tanto que una población integrada por distintas clases (la urbana o la colonialista) domina y explota a una población integrada también por distintas clases (la rural o colonizada); se parece también porque las características culturales de la ciudad y el campo contrastan en forma aguda; se distingue porque la heterogeneidad cultural es históricamente otra, producto del encuentro de dos razas o culturas, o civilizaciones, cuyas génesis y evolución ocurrieron hasta un cierto momento –la conquista o la “concesión”–, sin contacto entre sí, y se juntaron por la violencia y la explotación, dando lugar a discriminaciones raciales y culturales que acentúan el carácter adscriptivo de los grupos de la sociedad colonial: los conquistadores y los conquistados.”(CASANOVA, 2006, p.198)

Casanova aponta então que a divisão entre conquistadores e conquistados é um fator fundamental do sistema colonial, mas que como vimos acima assume feições particulares sob o sistema-mundo capitalista e a formação dos Estados Modernos. Esses dois últimos elementos dão ao fenômeno da Conquista um caráter estrutural e institucionalizado sobre grandes parcelas de terra pertencentes aos estados monárquicos e suas elites. Essa dominação colonial em grande sentido esteve assentada na dominação de um grupo étnico sobre outro e pressupôs a imposição das normas étnico-culturais dos conquistadores (ibid.).

O processo de conquista dos povos eslavos pelos germânicos pertence a um passado de conflitos, idas e vindas, que poderiam fornecer inúmeros debates, polêmicas

e páginas para um livro de história. Porém, nos interessa precisar apenas o cenário imediatamente anterior a formação dos Estados Modernos, elemento que nos permite compreender a dominação étnica-nacional que perduraria até o século XX no Leste Europeu. No século X foi iniciado o processo de expansão e migração germânica para o leste conhecido como “*Drang Nach Osten*”, que combinava: colonização agrícola, germanização e cristianização. Esse processo se integrou ao movimento das “*Cruzadas*” e no leste se impôs principalmente sobre três povos “pagãos”: a) eslavos; b) Lituanos; c) fino-ugricos. O fracasso da primeira missão, foi superado no século XIII com a criação das Ordens Militares Teutônicas para proteger os missionários e fazer avançar a fé cristã, pela força, conquista e colonização. Tal processo foi realizado sob a benção do Papa e ação dos príncipes da região. Nos séculos seguintes a Ordem Teutônica se incrustou nos Impérios germânicos (Sacro Império, Austria, Prússia), muitos se converteram nos “Junkers”, se mantendo como força importante nestes Estados (DUMERGER, 2002; MANFRED, 1978).

O historiador alemão do século XIX, Gustav Freytag, narra com entusiasmo sobre o processo de colonização levado a cabo pelas Ordens Teutônicas sob as cruzadas:

“Nos territórios prussianos da Ordem Teutônica o punho de ferro do conquistador destruiu o tipo de vida popular dos habitantes lá encontrados e implantava pela violência a maneira de ser dos alemães;” (...) “a ampliação do solo alemão, efetuada na sua parte principal no século que se estende de 1250 a 1350, corresponde ao grande feito do povo alemão naquela época; ocuparam-se extensos territórios com centenas de cidades alemãs e milhares de aldeias alemãs, tornando-se eles, assim, estrita e indissolúvelmente ligados à Alemanha; decidiu ela, também, o destino político de todos os outros alemães”(...) “No fim do século (XIII) estava decidido o domínio alemão sobre a terra colonizada; mas a imigração continuou, e a surda luta entre poloneses e alemães prosseguiu, mesmo depois de não haver dúvidas acerca de quem vencera; em alguns pontos dura este conflito até hoje” (FREYTAG apud CAMPOS, 1967, p.30).

Esse processo de conquista se desdobrou nos séculos seguintes (XIV a XVI), como vimos, na servidão-escravista sobre os povos eslavos, fazendo com estes se convertessem em minorias étnico-religiosas em seu próprio território. A política dos Impérios de origem germânica e os seus Junkers oscilaram entre a assimilação ou o extermínio, assim avançou a chamada “germanização forçada”. Alvaro Mendes Ferreira em seu trabalho “*Colonização Oriental e o Senhorio Rural em Brandemburgo*”(2007) chama a atenção, por exemplo, para a formação de um campesinato superexplorado conhecido como “cabaneiros”, com um claro corte étnico de origem eslava.

Ferreira (2007) aponta que o processo de “loteamento” da terra vinculado a dinâmica da colonização alemã, era praticamente inexistente entre os povos eslavos (p.102), e foi responsável pela estratificação do próprio campesinato em algumas regiões, entre os “mansionários” e um setor superexplorado conhecido como “Cabaneiros”, desprovido de terras ou com poucas terras, e submetido maiores encargos pelo estado/nobreza, assim como, sem direitos a registros familiares, que na opinião do autor possuíam uma marcada origem étnica eslava (p.157). Tais cabaneiros eslavos sob domínio germânico estavam submetidos então a uma condição de: *“a) exiguidade das terras; b) pela carência tanto de capitais, quanto de ferramentas e técnicas agrícolas mais sofisticadas; c) pelo estatuto inferior dentro da comunidade aldeã.”*(p. 145). O Autor comenta essa situação abaixo:

“Um quarto elemento a colaborar na inferioridade cabaneira seria mais particular a Brandemburgo, ou melhor dizendo, às zonas de expansão colonial dentro da Europa: a etnia, sobretudo na sua determinante linguística, ainda mais após a cristianização. (...) certas cidades continham um Wendenparagaph para excluir os eslavos da cidadania – isso mesmo numa cidade como Lunemburgo, sita no velho território alemão e numa data tão tardia como 1409. Nas fronteiras orientais da Baviera e da Áustria, a palavra para corveia foi tomada de empréstimo das línguas eslavas a fim de associar linguisticamente a inferioridade social com a étnica (...).A especificação atendeu a motivos fiscais, visto os eslavos pagarem 15 sólidos e 9 denários enquanto o alemão apenas 3 denários (todos pagam 8 frangos). (FERREIRA, 2007, p.157-158)

O autor chama a atenção para o fato da historiografia do pós-guerra buscar não especificar a condição étnica dos cabaneiros no leste, devido ao uso político que havia sido feita pelo nazismo, que ligava a condição de subalternidade social dos eslavos a uma condição biológica de inferioridade (p.157;p.44). Mas para o autor essa busca por desvincular a condição social a uma etnia, também não poderia servir para apagar diversos indícios étnicos dessa sujeição e trazê-los a tona torna-se relevante, ainda que de maneira não determinista.

O processo de colonização descrito acima inicia-se então por volta do século XII, marcado por relações contraditórias e nem sempre uniformes de subordinação do campesinato eslavo, mas que a partir dos séculos XV e XVI toma a face da servidão-escravista institucionalizada pelos Impérios do leste. A dinastia Hohenzoller que assume o poder do Reino de Brandeburgo em 1415, mantém-se no poder até 1919 com a queda da monarquia alemã. O reino de Brandeburgo deu origem em 1701 ao conhecido Reino da Prússia, que no século XIX foi o vetor de constituição do Império Alemão.

A Prússia foi de fato um grande cemitério eslavo, como afirma Bakunin na epígrafe deste capítulo, não apenas por uma constatação historiográfica do anarquista, mas por que no próprio século XIX existiu um processo de recrudescimento do colonialismo interno sobre os eslavos, principalmente os poloneses. O historiador Alberto Victor Stawinski, no livro “Primórdios da Imigração Polonesa no Rio Grande do Sul” (1976) aponta que a partir da Conquista e das partições da Polônia que se iniciam em 1795, houve um processo de aumento crescente da expropriação da terra pelos prussianos, proibição da língua, cultura e religião polonesas:

“A tarefa da assimilação de aproximadamente 4 milhões de indômitos poloneses exigia um processo metódico e a longo prazo. Em plano prioritário, foi criada a tal “Comissão Colonizadora”, cuja meta principal era obrigar os poloneses, a venderem suas propriedades aos prussianos. A seguir, organizou-se a chamada “luta agrária”, com a finalidade de arrancar das mãos de proprietários poloneses as terras que eles vinham ocupando desde tempos imemoriais. As terras eram confiscadas aos agricultores que se obstinassem a não vendê-las. Com base nessa lei desumana, os agricultores eram esbulhados das suas terras e casas, e substituídos por intrusos lavradores prussianos. Banidos das suas propriedades, os poloneses tinham a proibição de construir novas residências sem a prévia licença das autoridades prussianas . (...) O processo de germanização dos poloneses por parte dos prussianos recrudescceu com o lançamento do malfadado “Kulturkampf” do autoritário chanceler Otto Von Bismarck. Na década de 1870 foi, severamente, proibido o uso da língua polonesa nas escolas, nas igrejas, nas repartições públicas e em todos os atos oficiais. Ademais, aos poloneses foi interdito o acesso a qualquer cargo público. Os prussianos empenharam-se, ainda, em germanizar os nomes poloneses de cidades, vilas, aldeias, praças, ruas, lagos, montanhas.” (STAWINSKI, 1976, p.14)

Por outro lado, mesmo o Império Russo, após sua conversão ao Catolicismo Ortodoxo em 1721, passou a impor uma dominação político-religiosa sobre os eslavos periféricos que ancestralmente eram politeístas ou de outras variações do catolicismo, elemento que será responsável por uma série de conflitos entre o Império Russo e nações eslavas subordinadas ao império (como Bielorrússia, Polônia, Ucrânia, etc). No trecho abaixo Bakunin fala sobre a imposição da língua oficial e da servidão na Ucrânia (pequena Rússia) pelo Império Russo:

“un empire qui n'est pas slave, qui n'est d'ailleurs russe que de nom et qui a toujours trompé, trahi et vendu les Slaves; d'un empire qui n'a jamais su respecter aucun droit ni même aucune coutume populaires, qui impose par exemple aujourd'hui despotiquement à la population de la Petite Russie la langue de la Grande Russie, tout comme au siècle dernier il leur avait de la même façon imposé le servage; d'un empire qui dès le début de son existence n'a rien su faire qu'exploiter, saccager, soumettre, chasser, étouffer, massacrer les peuples et les individus pour le seul profit de son formidable troupeau de fonctionnaires et pour la plus grande gloire de son véritable Dieu: le Tsar.” (BAKUNIN, Questão eslava 1867, p.5).

É importante pontuar então que as diferenciações de classe e o acesso aos direitos políticos e civis nos impérios do leste europeu, estavam atravessados pelas questões religiosas, linguísticas, enfim, étnicas, que fundamentavam o seu colonialismo interno. Assim, os poloneses perderam terras e foram submetidos a perseguições. A servidão na Ucrânia era imposta junto com a imposição linguística russa. Na Lituania e províncias bálticas a servidão se relacionava com a discriminação religiosa. Nesse sentido um elemento interessante que Bakunin aponta em Confissões (1851) que a primeira metade do século XIX foi marcada por uma retomada de diversos centros eslavófilos que buscavam resgatar as línguas, culturas e lutas subalternizadas dos povos eslavos, que em alguns casos se transformaram em centros anti-imperiais importantes²⁰.

Sobre esse processo de Conquista e Resistência, entre alemães e eslavos Bakunin afirma:

“Como todos os conquistadores de territórios estrangeiros e escravizadores de povos, os alemães tem simultânea – e muito injustamente – ódio e desprezo pelos eslavos. Já explicamos as razões deste ódio; quanto a seu desprezo, procede do fato de que os eslavos não puderam ou não quiseram se deixar germanizar. Deve-se observar que os alemães da Prússia censuram amargamente e de modo mais sério os alemães da Austria – indo quase a acusar o governo austríaco de traição – por não ter sabido germanizar os eslavos. Segundo eles, e, no fundo, tem razão, não ha maior crime contra os interesses patrióticos comuns a todos os alemães, contra o pangermanismo. Ameaçados, ou melhor, desde já perseguidos por todos os lados, se não esmagados por esse pangermanismo execrável, os eslavos da Austria, com excessão dos poloneses, opuseram-lhe uma repugnante asneira, não menos contrária liberdade e mortal para o ideal do povo: o pan-eslavismo.” (BAKUNIN, 2003, p.60-61)

Assim o nacionalismo alemão, pangermanista e imperialista, desenvolvido principalmente no século XIX foi um eixo fundamental para a formação do Império Alemão e o fortalecimento de seu colonialismo que atingiria o ápice com o Nazismo no século XX. Esse processo de centralização e dominação sobre os povos eslavos comandados pela Prússia de Bismarck estava amparada em um processo de legitimação político e historiográfico, como comenta Alvaro Ferreira:

“O próprio fenômeno da colonização oriental surge como um objeto histórico no bojo das partições da Polônia em fins do século XVIII: a inteligência ligada a Berlim recorre ao passado para enquadrar a necessidade da germanização dos territórios adquiridos naquela que é uma das primeiras manifestações do historicismo na sua paradoxal missão de justificar o status quo. (...) A partir de 1871(...) com o triunfo da unificação sob a batuta da aristocracia militar oriental, a Ostsiedlung tende a ser reinterpretada como “Drang nach Osten (literalmente “impulso para o leste”) ação precipuamente guerreira, a fim de

²⁰ Interessante perceber como os “centros de linguística” também foram, em outras realidades, espaços importantes de movimentos descoloniais como no México, no caso das línguas e culturas indígenas (Bonfil Batalla, 1981).

legitimar dentro do Reich a preponderância da Prússia, o Estado fruto da conquista militar pela Ordem dos Cavaleiros Teutônicos”. (FERREIRA, P.42, 2017)

Assim como já afirmamos, uma série de visões racistas sobre os povos eslavos se proliferaram entre os historiadores alemães no século XIX (SKAZKINE, 2013, p.75) como Knapp, W. Von Brunneck, Lamprecht. No período essas ideias se desenvolveram não só na Alemanha, Casanova chama a atenção para a análise de Grasmici sobre as visões positivistas que se formaram para explicar as diferenças entre a Itália²¹ do Norte, desenvolvida e rica, e a Itália do Sul, subdesenvolvida e pobre, afirmando como os cientistas do período atribuíam a características inatas de determinados povos camponeses do sul da Itália uma cultura ou genética bárbara e atrasada. Estruturou-se na Europa nesse período o chamado “Racismo Científico”, ideologia pseudocientífica que cumpriu um papel fundamental na invisibilização das relações de exploração e legitimação da dominação étnica-racial-nacional, que constituíam a base do colonialismo interno e externo (CASANOVA, 2001).

Percebemos então que tais ideologias racistas, que tiveram seu maior uso para a dominação das periferias globais, também se desenvolveram internamente a Europa, no processo de dominação de seus escravos internos, principalmente sobre o campesinato, mas também as classes trabalhadoras urbanas.

O caráter da formação social dos povos eslavos, como uma população de esmagadora maioria de camponeses pobres, servos ou interiorizados nas florestas interfronteiriças, sem uma grande Indústria e Estado-Nações desenvolvidos, lhes valeu a alcunha produzida pelos intelectuais dos Impérios do centro/ocidente da Europa, de “povos atrasados”, “povos sem história”, “bárbaros”, “nação reacionária” (RODOLSKY, 1980) ou até mesmo de “indígenas da europa”²².

Sobre os eslavos, a denominação de “povos sem história”, cunhada por Engels, também um historiador e economista alemão, foi marcada por preconceitos de origem nacional e desdobramentos de sua perspectiva estatista e desenvolvimentista, (crítica que aprofundaremos no terceiro capítulo). Segundo Rodolsky (1980, p.127), Engels

²¹ Um dos grandes referentes da teoria racista na Itália foi Cesare Lombroso, que possui inclusive um livro “dedicado” aos Anarquistas, onde aponta os aspectos biológicos da sua suposta atitude “criminosa”. Os anarquistas eram apontados assim como membros de “raças inferiores”.

²² Hitler no século XX, expoente de um pangermanismo radical e racista, se refere aos povos eslavos como “índios” da Europa e que dessa forma estavam condenados ao mesmo fim dos povos indígenas americanos, ou seja, ao extermínio e a dominação pela elite europeia, em sua visão os germânicos (ver *A melhor colônia do mundo”: inspirações de Hitler para a conquista da União Soviética – Samuel Scheneider*)

entendia os eslavos, como “povos sem história”, que não teriam conseguido criar nenhum sistema estatal vigoroso e não possuíam força para obter sua autonomia nacional, dessa forma deveriam ser assimilados ou gradualmente desapareceriam. Tal concepção vinda do comunismo alemão, principalmente após o ciclo de insurgências de 1848, se constituiu também num discurso de legitimação do colonialismo interno sobre os eslavos, ainda que sua argumentação não seja biológica/racial.

Nesse sentido, a dominação dos Impérios do Leste perpassou também uma dominação cognitiva, a constituição de uma visão centralista da Nação, uniformizadora, que buscou eliminar os traços de toda diversidade cultural do campesinato eslavo (que era extremamente diferenciada internamente e complexa), culminando em termos sociais na política da germanização forçada, cristianização ou extermínio²³. Essa concepção uniformizadora, e supostamente universalista, estava na base do próprio desenvolvimento do Estado Moderno e seu controle sobre a natureza e a sociedade, que impulsionaria a noção de Estado como o representante de um único povo, uma única nação, que teria seus direitos históricos condensados no Estado, o “espírito da sociedade”, em sua versão Hegeliana. A própria capacidade da constituição de estados-nações desenvolvidos passou a ser um parâmetro para a desqualificação racista do debate que se desenvolveu no século XIX acerca dos eslavos.

Com base em Gonzales-Casanova trazemos então um resumo das sete características principais dos povos submetidos ao Colonialismo Interno:

(1). Habitan en un territorio sin gobierno propio. (2). Se encuentran en situación de desigualdad frente a las élites de las etnias dominantes y de las clases que las integran.(3). Su administración y responsabilidad jurídico-política conciernen a las etnias dominantes, a las burguesías y oligarquías del gobierno central o a los aliados y subordinados del mismo.(4). Sus habitantes no participan en los más altos cargos políticos y militares del gobierno central, salvo en condición de “asimilados”. (5). Los derechos de sus habitantes, su situación económica, política social y cultural son regulados e impuestos por el gobierno central.(6). En general los colonizados en el interior de un Estado-Nación pertenecen a una “raza” distinta a la que domina en el gobierno nacional y que es considerada “inferior”, o a lo sumo convertida en un símbolo “liberador” que forma parte de la demagogia estatal. (7). La mayoría de los colonizados pertenece a una cultura distinta y habla una lengua distinta de la “nacional”.

Essa passagem configura de forma geral a situação que os povos eslavos viveram até a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

²³ Tal ideologia se desenvolveu ao ponto, dos primeiros passos anunciados pela Alemanha Nazista era o extermínio e a colonização dos povos eslavos.

1) Primeiro com a formação dos Impérios dinásticos (XVI-XVIII) os eslavos perderam direitos políticos e possibilidade de constituição de governo próprio. Ainda que houvesse lutas pela constituição de estados autônomos (Polônia) ou revoltas camponesas contra a aristocracia e os impérios, a regra geral foi o desenvolvimento da opressão política.

2) Entre as elites russa e germânicas (austríaca e prussiana), e os seus servos eslavos, existia um abismo social gigantesco, os camponeses na maioria dos casos eram analfabetos, não possuíam nem o direito a terra e podiam ser vendidos como gado.

3) Os cargos burocráticos jurídicos estatais eram comandados pelas dinastias Romanov, Hahenzolern, Habsburgo e Osman, na Alemanha os Junkers, na Rússia a nobreza/igreja ocupavam o papel de representação local do estado.

4) Em alguns casos no Império Austriaco/Polônia alguns eslavos acenderam a burocracia imperial ao longo dos séculos, mas apenas em condição subordinada e restrita.

5,6,7) Os estados centralizados impuseram norma de ferro sobre o campesinato sob o domínio austríaco, prussiano e otomano, dado que eram Estados etnicamente diferenciados dos povos eslavos. Apesar disso, o Império Russo mesmo possuindo uma raiz eslava promoveu uma série de políticas coloniais sob o manto da religião sobre os seus povos periféricos (sejam minorias eslavas, como os ucranianos, poloneses, bielorrussos, etc).

Por fim, acreditamos que não é necessário apontar um único fator como “centro” do desenvolvimento dos Impérios, do “Colonialismo Interno” e da “servidão-escravista” na Europa Oriental, mas a combinação dialética entre fatores que tiveram pesos relativos numa realidade multicausal, tendo em vista que a própria Europa era a periferia do mundo oriental até os séculos XV. Nesta breve contextualização buscamos abordar elementos políticos, econômicos e culturais que formaram historicamente a base da estrutura de poder no Leste Europeu, que lhe dará uma conformação específica no século XIX. Não apontar que a economia seja o único centro da explicação, não nos faz eleger outro centro, a exemplo da “cultura” como o elemento determinante em última instância, e sim entender a relação indissociável entre todos os fenômenos, conexões e suas determinações relativas.

A característica de uma forma de analisar a realidade, uma teoria-ontologia, não está apenas no foco que dá ao fenômeno (por exemplo, na especialização da análise do Estado, da Economia ou da Cultura), mas da forma que articula o conhecimento de cada uma dessas áreas num todo complexo, e como o conhecimento e os processos históricos vão se estruturando e desestruturando ao longo do tempo (GURVITCH, 1987, p.9). Ainda que pretendamos neste capítulo apenas apontar uma contextualização e não elaborar uma nova teoria, apontar essa dialética é importante, pois o centralismo na epistemologia representa a morte da dialética, sua petrificação abstrata em noções mecânicas.

Buscando questionar a perspectiva “centralista” de análise da história, é necessário também reconstruirmos o debate sobre a agência políticas dos povos eslavos e a formação do anarquismo nesse processo. Um dos objetivos principais dessa reconstrução histórica é situar o contexto em que se inicia o debate da “questão nacional” dentro do movimento socialista a partir do ciclo de insurgências de 1848, buscando apontar que o anarquismo enquanto saber/teoria e prática foi um dos poucos a compreender o caráter do colonialismo na Europa e suas conclusões para a política revolucionária.

1.3 - Por uma história anticolonial e global do trabalho: campesinato eslavo e pensamento anarquista.

O artigo “Anarquismo Anticolonial” de Ryan Allen Knight²⁴ traz uma importante pergunta para nosso debate: qual a relevância do pensamento anarquista para as lutas anticoloniais? Neste texto o autor se debruça sobre as semelhanças entre o pensamento de Mikhail Bakunin e do revolucionário negro Franz Fanon, trazendo contribuições importantes. Para Knight existem três ligações importantes entre o pensamento de tais autores: a) o papel revolucionário do campesinato; b) a defesa da revolução violenta; c) a crítica a degeneração da revolução devido ao desenvolvimento de partidos burgueses e elitistas dentro do movimento revolucionário de libertação nacional.

Neste debate a questão do campesinato foi apontada por Fanon como um elemento fundante para os movimentos anticoloniais, tendo em vista que a realidade dos

²⁴ “ANTI-COLONIAL ANARCHISM, OR ANARCHISTIC ANTI-COLONIALISM: THE SIMILARITIES IN THE REVOLUTIONARY THEORIES OF FRANTZ FANON AND MIKHAIL BAKUNIN”

países periféricos, como a Argélia, diferia dos países centrais onde a industrialização já havia se tornado predominante. Para Fanon, o campesinato por não ser um produto direto e, na maioria das vezes, ser resistente aos processos colonizadores, seja culturalmente como político-socialmente, era visto por ele com um grande potencial revolucionário para as lutas de libertação nacional. Já os partidos nacionalistas da Argélia, muitos deles compostos de intelectuais, burgueses e trabalhadores urbanos, vinculados muitas vezes aos colonizadores, ao contrário, não viam o campesinato como uma força agente da revolução.

O pensamento de Mikhail Bakunin, como veremos em nosso trabalho, não a toa também relacionou o protagonismo do campesinato com as lutas anticoloniais e de libertação social. Podemos dizer que a partir da realidade do leste europeu, das relações centro-periferia dentro da Europa e da existência dos Estados-Impérios que estavam assentados fundamentalmente no Colonialismo Interno sobre o campesinato eslavo, como vimos acima, podemos dizer que de fato o pensamento de Bakunin se vinculou a realidade dos países coloniais e pós-coloniais de maneira profunda.

O marxista Roman Rodolsky, como uma crítica e ao mesmo tempo um reconhecimento, chega a afirmar que o pensamento de Bakunin se confundiu com o processo de emergência das populações camponesas a “historicidade”, saindo de uma marginalização completa seja política ou acadêmica, para um espaço de protagonismo e fazer histórico que antes lhes era negado pelas tradições historiográficas/políticas vigentes. O pensamento de Bakunin teria servido assim como uma caixa de ressonância para emergência de uma política destes trabalhadores e povos subalternos:

“Inclusive neste caso Bakunin viu mais claro e mais longe, e pode fazê-lo por que o processo de despertar nacional dos povos eslavos ahistóricos só representava o outro lado do despertar social, da historicização das amplas massas camponesas dessas populações, e justamente assim, encontrou na ideologia de Bakunin – camponesa-revolucionária em sua mais profunda essência – a melhor caixa de ressonância”.(RODOLSKY, 1980, p.178)

Mas se o posicionamento de Bakunin intervia no sentido da defesa do protagonismo dos povos camponeses, seja em sua luta contra a servidão-escravista ou na defesa de seus modos de comunitários de existência, por outro lado, essa perspectiva não era majoritária dentro do movimento socialista europeu no século XIX, nem a que se tornou hegemônica em meados do século XX e que predomina até hoje nas “esquerdas oficiais”. Como analisaremos de maneira mais aprofundada no último capítulo, Bakunin travou, praticamente durante toda sua vida política de 1840 a 1870,

um debate com o marxismo acerca da autodeterminação dos povos, que influenciou diretamente na concepção de classe trabalhadora para o anarquismo e para o comunismo.

Cabe apontar que este debate é praticamente desconhecido do público em geral, entre outras razões pela marginalização política e acadêmica a qual o anarquismo foi relegado na segunda metade do século XX como aponta Ferreira (2016). Nesse sentido, é interessante perceber que o pensamento de Bakunin vem sendo taxado de maneira simplista a partir de afirmações opostas, mas que possuem o mesmo objetivo de deslegitimar suas concepções. Se por um lado, o marxismo em geral tendeu a taxar Bakunin/anarquismo como um pensamento/movimento pré-capitalista como no caso do historiador Eric Hobsbawn, exatamente por se vincular as lutas dos trabalhadores dos países periféricos (camponeses, servos, escravos, proletariado esfarrapado, etc), chegando ao cúmulo de chama-lo de conservador, por não partilhar a “fé” na modernidade colonial capitalista. Na outra linha de discurso alguns setores o classificam como eurocêntrico, colonialista, etc.

De duas uma, ou Bakunin corresponde a uma das duas visões, ou a nenhuma das duas. E realmente acreditamos que tal confusão, não a toa, não consegue compreender a dialética de seu pensamento que questiona tanto a ideologia da modernidade quanto o conservadorismo. Não é nosso intuito aqui apontar uma suposta perfeição do anarquista russo, pois seu pensamento é datado e localizado, possui também falhas e vícios, porém seja por sua trajetória de militância no leste europeu, região que trazia contradições sociais vivas entre ocidente x oriente, modernidade x tradição, campo x cidade, seja por, e principalmente, seu método materialista que buscou questionar todos os centralismos/teologismos, podemos falar, inclusive, do questionamento daquele centralismo da modernidade europeia burguesa, o eurocentrismo.

Nesse sentido, as relações de classe que analisamos aqui e seu papel também estão condicionadas pelas relações centro-periferia e fazem parte dela intrinsecamente. O lugar de produção dessas lutas e concepções dentro de um contexto de desigualdade econômico, político e nacional-étnico forneceu base para tais concepções. Como apontamos acreditamos que as contribuições da nova História Global do Trabalho são fundamentais para desvelarmos papel do campesinato eslavo no continente, tanto em relação ao caráter de sua agência política, como das relações centro-periferia na Europa,

trazendo uma nova abordagem do conceito de classe trabalhadora e da crítica ao nacionalismo metodológico, elemento que está intimamente interligado.

A visão de que o operário da grande indústria seria a classe trabalhadora por excelência, realidade principalmente nos países da Europa Ocidental (norte e centro), que seria o sujeito por excelência da revolução socialista e que estaria acima de todos os outros setores da “classe trabalhadora” ou do “povo”, representa claramente dentro da perspectiva da HGT uma elaboração refém de uma visão do “nacionalismo metodológico”. É um nacionalismo metodológico por que toma a sua própria realidade, ou seja, a realidade particular de seu país, como a realidade universal. Assim, a forma da classe trabalhadora dos países centrais europeus, é proclamada como a forma por excelência da classe trabalhadora em si, excluindo de seu escopo analítico e político a maioria da classe trabalhadora global inserida na esfera inferior da divisão do trabalho no sistema inter-estatal capitalista, ou seja, as colônias e os países periféricos.

Nesse sentido concordamos com a afirmação de Porto-Gonçalves (2006) de que o eurocentrismo, e suas fases moderno-coloniais, tende a não abarcar nem a realidade e as contradições presentes na própria Europa, e sim apenas de alguns de seus centros, e quem dirá da periferia do sistema-mundo. O autor aponta que a segunda modernidade-colonial, iluminista, ocorre após a decadência da primeira fase marcada pela hegemonia católica de Portugal e Espanha, e que nesta segunda fase seriam as classes dominantes dos países de fala inglesa, alemã e francesa a se proclamar os centros econômicos, políticos, cognitivos do planeta.

O marxismo e uma grande parte da historiografia “oficial” da classe trabalhadora foi marcada por tal eurocentrismo e nacionalismo metodológico como afirma Linden (2013), não apenas em sua circunscrição da análise, já que realizar a análise acerca da Europa não atesta eurocentrismo em si, mas o sentido que é dado ao papel e ao desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora que são identificadas/fusionadas ao destino do desenvolvimento dos impérios/economias do atlântico norte, sim. Especificamente as concepções defendidas por Engels e Marx desde a década de 1840, de “nações revolucionárias” e “povos históricos” tendem a reproduzir a ideia criticada pela HGT da nação vista como mônadas leibinizantes, que tendem a fundir sociedade e

estado, no Estado-Nação, como marca de um mesmo processo histórico e necessário de desenvolvimento do capitalismo²⁵.

Essa política socialdemocrata tendeu a ver Burguesia e Proletariado, ainda que como classes antagônicas, antes como “classes modernas”, que estavam em luta contra as “classes reacionárias”, vinculadas ao passado, as tradições, e na verdade a contradição entre modernidade x tradição e a defesa da primeira, tendo em vista a identificação do desenvolvimento das forças produtivas com este processo, passou a assumir um caráter e um peso mais relevante em determinadas análises do marxismo, principalmente relacionadas a Questão Nacional. Nesse sentido o campesinato, livre, servo ou escravo, principalmente dos países coloniais/periféricos, passou a ser identificado como pertencente a um modo de produção ultrapassado, sem qualquer projeto de futuro, concepção que em nossa visão promoveu a uma cisão epistemológica entre a classe trabalhadora dos centros e das periferias.

Podemos dizer a partir do século XX e da própria Revolução Russa de 1917, houve uma mudança relativa na narrativa do marxismo que passa a incorporar os países coloniais e o campesinato em sua estratégia de maneira mais clara, porém o paradigma etapista tende a ser mantido assim como o lugar subordinado do campesinato, principalmente sob o stalinismo²⁶. Mas aqui não nos centraremos nos debates do século XX ou no debate contemporâneo, onde diversos outros elementos poderiam e deveriam ser levantados, mas sim no século XIX, onde o anarquismo se formou e como ele elaborou concepções anticoloniais e anticapitalistas acerca da Questão Nacional.

A concepção de “Classe-Povo” de Mikhail Bakunin, central para o anarquismo, se aproxima em muitos sentidos da formulação da HGT de “Trabalhadores Subalternos”. Primeiramente por que Bakunin não define a classe trabalhadora de maneira economicista como sinônimo de trabalho assalariado livre, sua definição está baseada em termos históricos e ontológicos. Um elemento central em termos históricos é o desenvolvimento do Estatismo, como um processo político, econômico e cultural, que se desdobra a partir do século XV com a formação dos Estados Modernos que dão origem ao próprio capitalismo e sua centralização industrial/financeira. Nesse sentido, o Estatismo que se funda sobre a colonização e exploração do trabalho dos povos, seja assalariado ou não, no campo e na cidade, constitui para ele a grande classe trabalhadora

²⁵ A cerca do debate entre “nações revolucionárias” ver capítulo 3 e o debate entre Bakunin e os comunistas alemães.

²⁶ Para uma análise mais aprofundada a cerca deste debate ver artigo Industrialismo Rômulo Castro

subalterna. O Povo representava o polo e a classe antagonica ao Estatismo, que por sua vez articulava de diferentes maneiras todas as classes privilegiadas.

Por outro lado, em termos ontológicos todo ser humano necessita do trabalho para viver, seja na luta contra a natureza exterior, seja no desenvolvimento das instituições humanas. Porém a história da humanidade é fundada sobre a escravização deste trabalho, que por outro lado é a única fonte da liberdade. Nesse sentido, para Bakunin o trabalho é instituinte e todos os povos são capazes de se autodeterminar através de seu trabalho, nesse sentido aponta um sentido de classe-por-si. Assim, a verdadeira consciência da classe e dos povos nasce de baixo para cima e não pode ser negada por uma ideologia centralista de modernidade, que exclui grande parte dos trabalhadores do mundo.

Assim conhecidos ou não pela historiografia e normalmente ocultados pela sua versão oficial, os trabalhadores produzem sua própria história através de sua ação/trabalho. Nesse sentido acreditamos que tanto a HGT como anarquismo podem fornecer elementos importantes para que os trabalhadores possam reconstruir sua história, suas organizações e sua sociedade de baixo para cima e da periferia para o centro.

Por fim, de acordo com Bakunin a agência política do campesinato eslavo foi tratada de diferentes maneiras pelos atores políticos do século XIX, que mantiveram seus posicionamentos durante um período de tempo considerável (1840-1870) podendo ser resumido e constatado. Podemos dividir em dois campos estas visões políticas, entre aqueles que vislumbravam algum tipo de agência política positiva dos povos eslavos e aqueles que não vislumbravam nenhuma, ou quase nenhuma. Nesse último caso, para os Impérios conservadores da Áustria, Prússia e Turquia, os povos eslavos eram considerados atrasados, racialmente inferiores (principalmente para os Alemães) e deveriam ser dominados (inclusive destruídos culturalmente) pelas elites germânicas. A social democracia alemã, também nesse campo, via os povos eslavos como povos atrasados economicamente e que não conseguiram desenvolver estados centralizados e sistemas industriais, e por estes motivos seriam tragados pela história, pelos grandes Estados, a exceção da Polônia (RODOLSKI, 1980).

Já no campo dos que consideram a ação política dos eslavos, temos uma perspectiva elitista e outra popular. A primeira se materializa em dois atores: o Império

Russo, que via os eslavos como uma massa subalterna sob “seu domínio”, que poderia ser utilizada para ofensivas imperiais na Europa ocidental. O “pan-eslavismo”, ainda que tenha oscilado entre uma perspectiva popular/socialista ou burguesa/monarquista na década de 1840 pendeu para essa última, caminhando para propostas de integração no sistema inter-estatal capitalista em estados formalmente independentes, geridos por elites eslavas (BAKUNIN,2014a). Por último, a perspectiva populista/anarquista de Bakunin, foi um dos poucos pensamentos políticos a afirmar a capacidade política e revolucionária dos povos eslavos em sua luta contra os impérios e por uma federação de povos livres e trabalhadores.

Abaixo trazemos um quadro que resume de maneira geral a forma como Bakunin apontou tais posicionamentos:

AGENCIA POLÍTICA DOS POVOS ESLAVOS - SÉCULO XIX		
ATORES POLITICOS	CARACTERIZAÇÃO	POLITICA
IMPÉRIOS - PRUSSIA. AUSTRIA E TURCO-OTOMANO	eslavos eram atrasados e racialmente inferiores	deveriam ser germanizados, escravizados e dominados
IMPÉRIO RUSSO	representavam a massa escrava e camponesa da população	deveriam ser dominados e poderiam cumprir um papel útil a expansão russa na europa
SOCIALDEMOCRACIA ALEMÃ	povos atrasados economicamente e "sem história"	deveriam desaparecer gradualmente ou ser assimilados a Estado maiores como o Alemão
ANARQUISMO	povo oprimido e colonizado integrante da classe trabalhadora, dotado de capacidade politica própria	cumpririam um papel fundamental na revolução social internacional
PAN-ESLAVISMO	povos oprimidos, mas dotados de elites conscientes e nacionalistas	deveriam se integrar no sistema inter-estatal capitalista através de Estados Independentes

CAPÍTULO II - DO PROTAGONISMO DOS POVOS A CRÍTICA DO ESTADO CONQUISTADOR: A RUPTURA DE BAKUNIN COM A MODERNIDADE COLONIAL

“essa revolta galiciana contém em seu seio o germe de um poder novo e desconhecido, um fogo vulcânico cuja explosão logo cobrirá e consumirá num piscar de olhos, sob montanhas de lava, todos aqueles belos jardins que foram plantados pela arte da diplomacia; seu domínio e seu poder serão engolidos e destruídos, cegando o czar, sem deixar vestígios. Uma revolta de camponeses na Galícia pode não ser nada, mas o fogo que acende se propaga como uma faísca subterrânea e esse incêndio já abre crateras entre as massas de servos de seu vasto império, e esta imensa luz iluminará toda a Europa com seus reflexos sangrentos. Prodígios revolucionários emergirão das profundezas desse oceano de chamas. A Rússia é o objetivo da revolução europeia; a força revolucionária se desdobrará ali em sua energia mais terrível, é lá que terminará seu trabalho. Com essa força impassível, indomável e perseverante, que o povo russo demonstrou manter sua independência no meio de todas as tempestades que derrubaram o mundo salvo; com essa mesma firmeza de ousadia, ele aproveitará a Revolução para conquistar e manter sua liberdade interior. É em Moscou que as cadeias da escravidão sob as quais o cetro russo ainda mantém tantos povos dominados serão quebradas; é em Moscou que, ao mesmo tempo, a liberdade dos eslavos será proclamada para sempre; é em Moscou, finalmente, que o jugo que paira sobre a Europa ou a ameaça será finalmente quebrado; é em Moscou que, do coração de um mar de sangue e fogo, surgirá no céu a resplandecente estrela da Revolução, a estrela polar que dirigirá a sua salvação toda a humanidade livre.” (Mikhail Bakunin, *Apelo aos Eslavos*, 1848).²⁷

Para introduzir este segundo capítulo é necessário fazer algumas considerações sobre o que chamaremos da 1ª fase do pensamento político de Mikhail Bakunin, que delimitamos historicamente entre 1840 e primórdios de 1860. De acordo com nossa análise dos textos deste período e o contexto histórico mais geral, podemos dizer que Bakunin formulou nesta época uma concepção *populista*²⁸ *revolucionária* baseada em dois eixos principais: a) o anti-imperialismo, centrado na crítica aos Estados-Impérios (principalmente do Leste²⁹) e b) o protagonismo do campesinato, tendo na noção de povos-nações sua expressão. É possível dizer que Bakunin foi um dos primeiros socialistas a apontar uma crítica consequente a *Conquista* colonial dos Impérios europeus sobre os povos dominados, mas principalmente acerca da necessidade e da legitimidade da sua *Resistência*.

²⁷ Tradução nossa.

²⁸ O Populismo que nos referimos aqui foi vinculado ao chamado Populismo Russo do século XIX, que não possui nenhuma ligação ou semelhança com os chamados “Governos Populistas” latino-americanos.

²⁹ É interessante pontuar que a crítica aos Impérios do Leste, se vincula necessariamente a crítica aos Impérios Coloniais europeus do ocidente, como veremos.

É importante pontuar que este populismo revolucionário de Bakunin já possuía na década de 1840 uma crítica ao centralismo, podendo ser considerado um pensamento proto-anarquista. Não é nosso objetivo entrar a fundo na polêmica existente se essa primeira fase seria verdadeiramente anarquista ou não, o que demandaria uma análise mais extensa de outros textos que para o recorte que escolhemos neste trabalho, a Questão Nacional, não nos foi possível. Como veremos, está claro para nós que muitos elementos dessa primeira fase foram não só mantidos como radicalizados no segundo período do pensamento de Bakunin, mas por outro lado, outros elementos foram modificados substancialmente e aqui podemos pontuar que nesta primeira fase as lutas sociais de libertação popular se confundem com os *Movimentos/Lutas de Libertação Nacional*, elemento que se altera na segunda fase do pensamento de Bakunin.

Nesta fase do pensamento de Bakunin (1848), as *Lutas dos Povos-Nações oprimidos*, faziam parte de uma luta internacional pela libertação da humanidade, além disso, representavam a forma como a Questão Social se expressava no Leste Europeu em sua visão, tendo por principal forma de ação a *Insurreição/Guerra Popular* e por protagonista o *Campesinato*. Veremos que para Bakunin os *Estado-Impérios* eram definidos como estruturas/classes estrangeiras e artificiais que estavam assentadas em uma dominação interna e externa sobre os povos-nações que podemos identificar por suas características e programa como os *Trabalhadores Subalternos* de tais impérios.

Outro elemento basilar de todo o pensamento de Bakunin, seja em sua primeira ou segunda fase, é a contradição que este levanta entre os Direitos dos Povos-Nações (autodeterminação) x Direito Histórico dos Estados (conquista/colonialismo). Para Bakunin e sua concepção anti-centralista, os povos-nações possuíam direitos em si, naturais-materiais, derivados de suas aspirações, condições de existência e culturas, que não apenas não necessitavam do Estado como forma de exprimi-los, como eram na verdade contrários a logica centralista dos Estados e seus direitos históricos. Nesse sentido havia aqui o fundamento da política da autodeterminação dos povos.

Já os Direitos Históricos dos Estados eram oriundos da Conquista, fundados sobre a violência e a escravidão sistemática, estavam na base da justificação dos Impérios europeus. O Congresso de Viena e a Santa Aliança tiveram como um de seus lemas principais reestabelecer os Direitos dos Estados, ou seja, o domínio sobre as colônias e os territórios dos Impérios abalados pelas lutas de independência nacional e

as revoluções que ocorreram entre o final do século XVIII e início do século XIX (haitiana, francesa, americana, etc).

Essa oposição aparece para Bakunin nas insurreições de 1848 denominada como Política dos Povos/Nações x Política de Estado. E neste caso, esta Política de Estado foi analisada como uma linha dentro dos movimentos de massa do período, principalmente os que estavam sob a liderança da burguesia/nobreza e de seus interesses particulares, e nesse sentido, era o processo de incorporação dos movimentos nacionais a lógica do direito histórico dos estados, ou seja, a reivindicação destes “direitos” em benefício das classes privilegiadas. A fusão da política de estado com os movimentos nacionais/populares e a consolidação da dominação burguesa era o germe do próprio nacionalismo estatal-imperialista. Podemos dizer que Bakunin foi um dos principais críticos desse processo.

2.1 - Mikhail Bakunin e a heresia “anti-moderna” do Populismo Russo:

Como vimos no capítulo anterior a formação social do leste europeu se diferenciava significativamente do ocidente, tendo por um de seus elementos centrais o entrelaçamento das contradições sociais com a questão nacional. Foi neste terreno que Bakunin atuou a maior parte deste período que qualificamos como primeira fase, onde sua ação foi marcada principalmente por sua militância nos movimentos de libertação nacional no leste europeu, intervindo diretamente ou indiretamente, através da participação em insurreições, congressos, comícios, organizações públicas e secretas, em publicações, em jornais e brochuras.

Nesse sentido se faz necessário retomar brevemente a trajetória política-teórica de Mikhail Bakunin neste período. Em 1840 Bakunin saiu da Rússia após abandonar o exército³⁰ e chegou a Alemanha para dar continuidade a seus estudos, iniciando sua trajetória teórico-política com o escrito a “*Reação na Alemanha*” em 1842, onde negou o papel contemplativo da filosofia fazendo um chamado a ação dos revolucionários contra os impérios absolutistas. Neste período Bakunin participou de círculos intelectuais e políticos que ficaram conhecidos como “hegelianos de esquerda”. Depois de escrito a “*Reação na Alemanha*” Bakunin, decide não voltar a Rússia dada a

³⁰ Um dos elementos fundamentais que levam Bakunin abandonar o exército russo foi a política colonial deste em relação aos poloneses. Em 1830 houve uma insurreição na Polônia que foi duramente reprimida pelo Império Russo, elemento que levou a diversas tensões dentro das fileiras do exército, que também tinham sido a base do movimento insurrecional Dezembrista e anti-czarista anos anteriores, em 1826.

perseguição política a ele e fecha uma porta sem retorno para o campo da filosofia acadêmica, para a Rússia e para seus títulos de nobreza, se dedicando a ação prática revolucionária (ANGAUT, 2010:2).

Em 1844 foge das perseguições dos Impérios, russo em conluio com os germânicos, e vai para Bruxelas onde conhece os emigrados poloneses. Essa fuga lhe vale a condenação que previa a perda seus direitos de nobreza, o confisco de bens e a deportação para a Sibéria. Entre 1843-48 faz pequenas intervenções em jornais democráticos e liberais, como no “*A reforma*”, onde reafirma a perda de seus direitos de nobreza como algo positivo, e “*O constitucional*” em 1846, onde critica a perseguição religiosa dos lituanos pelo Império Russo. Estes artigos são importantes, pois marcam o início de uma linha política de crítica direta ao Imperialismo Russo, que se concretizou na prática com a integração de Bakunin aos círculos de emigrados poloneses e eslavos e suas organizações clandestinas de libertação (BAKUNIN, 1976, p;148).

Permaneceu em Paris de 1844 a 1848, vinculando-se politicamente aos ciclos de emigrados eslavos no país e a Proudhon. Em 1848 participou do levante de fevereiro em Paris, saindo da França em abril e rumando para o leste europeu, seguindo Polônia, Alemanha e Império Austríaco, com verbas dos ciclos poloneses com o objetivo de levar a insurreição a Polônia e a Rússia. Em junho de 1848 participa do Congresso Geral dos Eslavos em Praga. Neste mesmo ano participa na linha de frente das insurreições nesta mesma cidade e em Dresden. (CORREIA, p.15,2010)

Nos anos de 1848-49, para falar dos mais importantes³¹, Bakunin escreveu “*Nova Política Eslava*”, “*Apelo aos Eslavos*” e “*Situação da Rússia*”, posteriormente em 1850-51 “*Minha defesa*” e “*Confissões*” onde elabora elementos teóricos acerca do Estado e produz um relato fundamental sobre sua atuação na primavera dos povos e no movimento de libertação dos eslavos. Apesar disso, o texto “*Confissões*” deve ser relativizado pelo fato de se dirigir ao Czar e ser deliberadamente escrito para não incriminar outros camaradas e objetivos do movimento de libertação dos povos, ainda que seja um documento muito importante. O projeto político de Bakunin foi interrompido por sua prisão em 1849, onde fica até 1857, quando foi exilado em Tomsk

³¹ Bakunin possui muitos outros textos e análises sobre a conjuntura política, econômica e social do período que podem ser pesquisados no CD-ROM do ISSH.

na Sibéria sendo mantido sob vigilância, mas retomado apenas em 1861, após sua fuga das autoridades russas.

Através da leitura dos textos, podemos verificar que o processo de libertação da Polônia consome grande parte das energias de Bakunin neste período, sendo o “*Discurso ao 17^a aniversário da revolução polonesa*” proferido em 1847 um momento importante desse processo, como em 1862 no seu texto “*Aos Russos, Poloneses e todos meus amigos eslavos*” e “*Discurso ao banquete de estocolmo*”, em virtude da Insurreição de Janeiro iniciada em 1863 contra o Império Russo. A Polônia, semelhante ao que foi realizado com outras colônias dos impérios europeus, havia sido partilhada pelo menos cinco vezes em sua história recente pelos Impérios Russo, Austríaco e o reino da Prússia (as partilhas ocorreram em 1772, 1793, 1795, Congresso de Viena de 1815 e em 1832, após a insurreição).

Um momento importante neste processo foi a fundação em 1862 da organização clandestina “Terra e Liberdade” (*Zemlya y Volya*), impulsionada por Bakunin, Nicolai Ogarev, Michail Michajlov, Nikolai Selgunov dentre outros, tendo por objetivo a libertação e solidariedade a Polônia e a insurreição do campesinato eslavo em todo o leste. (BAKUNIN,2000f).

“Terra e Liberdade” foi uma das organizações fundadoras do Populismo Russo. Vemos nestes primeiros anos da década de 1860 uma grande atividade de Bakunin na construção desta organização, que ao que consta teve curta duração (1862-1863)³². Podemos dizer com base no que afirmam ANGAUT (2010, p.5) e outros pesquisadores, que existe uma unidade temática entre as concepções de Bakunin da década de 1840 e início da década de 1860, ou seja, Bakunin quando sai prisão, parte praticamente de onde havia parado e volta com todas suas energias ao movimento de libertação do campesinato eslavo. Isso fica explícito nos diversos textos e artigos do período dos anos 1860: “*Aos Russos, poloneses e todos meus amigos eslavos*” 1862, “*Causa do Povo: Romanov, Pugachev ou Pestel*” 1862, “*Rússia oficial e o Rússia popular*” 1863, entre outros.

Dessa forma, existe uma unidade temática e conceitual fundamental neste período de 1840 a 1863, que classificamos como período populista revolucionário de

³² Na década de 1870 foi criada uma nova organização chamada Terra e Liberdade vinculada ao populismo russo, esta segunda é mais conhecida pela historiografia. Sobre a primeira organização de 1862 existem poucos documentos e informações.

Bakunin. A partir de 1864 as temáticas e as concepções centrais de Bakunin sofrem algumas transformações, como por exemplo, a crítica ao Estado-Império se aprofunda com a noção de anti-Teologismo, assim como, a crítica sobre os movimentos de libertação nacional e seus resultados (eslavo, italiano, alemão), as características patriarcais do Mir russo e sua instrumentalização pelo pan-eslavismo também sofrem críticas, além de que a AIT e seus debates passam a ser cada vez mais centrais no pensamento de Bakunin.

Mas o escopo de análise e ação de Bakunin, neste período populista, vai mais além da questão polonesa, alcançando o campesinato eslavo de outras regiões, os finlandeses dominados nas províncias bálticas, visto no texto *“Rússia oficial e Rússia popular”* de 1863, ou dos eslavos ao sul (principalmente os tchecos) dominados pelo Império Austríaco analisado nos textos *Apelo aos Tchecos* e *La démocratie tchèque* de 1849. O próprio campesinato russo será analisado em diversos documentos como *“Situação na Rússia – O Povo”* 1849, *“Sobre os eslavos”* de 1862, entre outros. É interessante pontuar que nestes documentos Bakunin clama pela libertação de todos os povos oprimidos do jugo imperial, seja de outras minorias étnicas do leste europeu como os Valáquios, Gregos, ou dos negros nos estados unidos em *“Sobre os eslavos”* de 1862. Apesar disso, Bakunin se concentra na análise de sua realidade imediata, o Leste Europeu.

Um dos elementos mais importante a pontuar é que a luta de Bakunin se colocava frontalmente contra qualquer chauvinismo nacionalista desde seus primeiros escritos políticos, sempre criticando esta tendência ao fratricídio e ao libericídio, como apontado por ele em diversos documentos acerca da política “egoísta” dos líderes alemães, húngaros, poloneses e tchecos que colocavam sua libertação particular acima do movimento geral de libertação dos povos, elementos que em sua visão conduziriam necessariamente a degeneração e a não resolução do problema nacional e social. Nesse sentido, Bakunin expressa claramente uma perspectiva internacionalista.

O filosofema muito conhecido de Bakunin em sua fase anarquista de que a *“liberdade de um, só existe na liberdade de todos”*, foi antecedida por ele em 1848 no documento *“Nova Política Eslava”* com a ideia de que *não existe um povo livre, até que todos o sejam* (BAKUNIN,2000a). Dessa forma, Bakunin criticava o edifício colonial e imperial do período, e apontava uma linha específica dentro dos movimentos de libertação nacional, que ao negar a Política de Estado não visava criar uma nova

supremacia, mas sim destruir todas as supremacias como única forma de libertar os povos-nações.

Assim, Bakunin não pode ser confundido, ou dissolvido, em estereótipos simplistas como “pan-eslavismo” ou um “republicanismo radical”, principalmente sob a ótica dos intelectuais da Europa ocidental que desconheciam o movimento revolucionário do Leste. O pensamento político de Bakunin neste período realizou uma articulação original de três fontes político-intelectuais principais: a) eslavismo; b) socialismo francês (Proudhon); c) o hegelianismo. O populismo russo, em geral, também teve grande influência dessas três correntes de pensamento, como visto em outra de suas figuras centrais, Alexandre Herzen.

A proximidade entre Bakunin e Proudhon ocorre na década de 1840 e se mantém até a morte do último em 1865. Podemos dizer que as ideias de Proudhon forneceram as bases teóricas mais radicais para a crítica anti-imperialista que Bakunin necessitou no período. Nesse sentido, dois elementos centrais da teoria proudhoniana nos parecem ter sido fundamentais para a aproximação entre os dois revolucionários:

1º A crítica de Proudhon a propriedade privada e sua contraposição na ideia de posse, ou seja, a propriedade coletiva e o seu uso-fruto diverso, que teve como uma de suas grandes inspirações a Obschina/Mir russo e a forma coletiva dos povos originários eslavos organizarem a produção, elemento que se encontra no texto *Mémórias sobre a Propriedade de 1840* (ANGAUT, 2010). Esse ponto foi importante por que o revolucionário francês não buscou alternativas ao capitalismo apenas no desenvolvimento industrial moderno, justificando o próprio desenvolvimento dos Impérios, mas ao contrário, em formas populares/coletivas de gestão da propriedade e do trabalho, elemento que fundamenta o mutualismo proudhoniano. Como Angaut afirma abaixo:

“Sem que seja possível dizer se essa aproximação é consciente, Bakunin junta-se às posições defendidas no início da década de 1840 por Proudhon em suas várias memórias de propriedade: distinguir, contra o direito absoluto de propriedade defendido pelo direito romano e pelo o código civil (direito de uso e abuso), "livre propriedade" e posse, o teórico socialista francês defendeu a supressão da propriedade em favor da mera posse (direito de uso, mas não de abuso, o que implica uma responsabilidade do usufrutuário perante a comunidade), apenas toda a sociedade poderia ser considerada como o proprietário. Mas é precisamente ao pensar no mundo eslavo que Proudhon

trouxe essa solução para o problema da propriedade, o coração de acordo com ele da questão social.”³³(ANGAUTp.50)

2º A crítica de Proudhon a centralização dos impérios europeus e a ideia de federação agrícola-industrial se casavam perfeitamente com o objetivo de Bakunin no período de destruir os grandes Impérios do leste europeu³⁴ baseados na centralização e na conquista e constituir uma Federação de Povos.

Vemos aqui então, como se relacionou a questão social, a defesa da propriedade coletiva e a luta do campesinato eslavo para Bakunin. Em carta endereçada a Proudhon em dezembro de 1848, Bakunin o sauda por sua posição durante as jornadas de junho em Paris, como uma das únicas vozes que se manteve até o fim ao lado dos trabalhadores franceses frente a brutal reação monárquico-burguesa. Além do mais, aponta a proximidade entre o projeto dos dois revolucionários que queriam a destruição dos Impérios europeus. Como vemos abaixo:

“Eu não poderia exprimir-vos o sentimento de alegria que experimentei quando eu vos vi, após as fatais jornadas de junho, subir a tribuna para defender os interesses e os direitos dos nobres e infelizes operários de Paris, que tudo, todos, exceto vós, haviam abandonado. (...) Envio-vos meu manifesto aos eslavos, infelizmente só vos posso enviar em alemão, pois o original francês ainda não foi impresso, alguém o traduzirá. Vereis que perseguimos uma ideia muito simples: a destruição dos grandes Estados. É minha íntima convicção que os grandes Estados e o despotismo são inseparáveis. Tendes muitos admiradores na Alemanha (...).” (BAKUNIN, 2010, p. 53-54).

Sem nos ater neste momento nas referências a Hegel, que já foram bem trabalhadas por outros autores como Pablo Javier Abufon Silva, na “*La juventud hegeliana de Bakunin*” (2010), ou nas pesquisas de Paul McLaughlin (2002), acreditamos que o eslavismo traz o universo social e político a qual Bakunin estava realmente mergulhado neste período. Denominamos eslavismo como as teorias elaboradas principalmente pela intelectualidade russa (intelligentsia) e os diversos tipos de organizações político-sociais³⁵, influenciados na década de 1830-1840 tanto por uma corrente ocidentalista, como por outra denominada filo-eslavismo (FERNANDES, 1982, P.17). É importante pontuar que a análise destas correntes normalmente foi marcada por uma ótica taxativa, que tende a enquadrar dentro de uma divisão mais

³³ Tradução nossa do original em francês.

³⁴ Lembremos também que a ideia de uma federação dos povos eslavos também possuía uma tradição vinda do dezembrismo, expresso nas ideias de Pavel Pestel, como Bakunin aponta no texto “*Sobre os Eslavos*” 1862.

³⁵ É importante lembrar que existiam uma série de organizações clandestinas eslavas que possuíam seus programas e elaborações (muitas semi-religiosas), na polônia e outros países do leste.

ampla do pensamento europeu, entre o racionalismo liberal moderno e o romantismo conservador. Porém como veremos tais divisões estanques são enganosas.

O filo-eslavismo normalmente foi identificado como uma corrente conservadora que enxergava no povo russo instituições eternas e imemoriais, separadas e opostas ao ocidente, com a Obschina, e sua estrutura camponesa e patriarcal, e as instituições da antiga religião ortodoxa russa como forma de conhecimento/ordenamento da realidade e da sociedade, combatendo a ciência e a “praga do intelectualismo”. Porém como Fernandes aponta o filo-eslavismo não endossou necessariamente a estrutura imperial (ibid. p.20), assumindo em alguns momentos aspectos anti-hegemônicos.

Por outro lado os ocidentalistas acreditavam que apenas com um processo de reformas e revoluções que introduzissem as instituições/pensamentos ocidentais da modernidade, como a liberdade individual/intelectual, democracia, haveria progresso na Rússia. Esses elementos se traduziam numa crítica ao absolutismo e ao conformismo que reinava na Rússia naquele momento, porém tendiam a ver como os elementos dinâmicos apenas os fatores externos carecendo de uma base interna para a transformação almejada. Essa perspectiva chegou a exaltar o papel de Pedro o Grande, fundador do Império Russo e introdutor de reformas ocidentalizantes (ibid., p. 22).

O Império Russo, ainda que normalmente apontado como uma estrutura monolítica soube incorporar e se utilizar de determinados elementos dessas duas concepções para a perpetuação de sua dominação. Podemos dizer que elementos conservadores do filo-eslavismo foram incorporados à política desenvolvida por Nicolau I em 1834 da “Nacionalidade Oficial”, que visou constituir uma legitimidade ideológica e histórica do Império e das suas instituições como a servidão, a instrumentalização da Igreja Ortodoxa, e a figura “paternal” do Czar. Por outro lado na década de 1860 a faceta “reformista” do Império, com Alexandre, incorporou setores da intelectualidade ocidentalista para a elaboração de reformas modernizantes do império, sendo a “emancipação” dos servos-escravos russos parte desse processo. (AARÃO REIS FILHO, 1989)

Nesse sentido, podemos dizer que o Império Russo soube instrumentalizar tanto as chamadas tendências modernizantes como conservadoras, processo visto também na

formação de outros Estado-Nações europeus, a exemplo do Alemão³⁶. Assim, em nossa visão, a oposição muitas vezes realizada de maneira absoluta entre “tradição x modernidade” acaba por se conformar numa cortina de fumaça para análise do desenvolvimento da dominação burguesa-imperial que se estabeleceu na Europa do século XIX, assim como nas lutas populares de resistência a esse processo.

Rubens Fernandes resume este dilema por parte da juventude russa:

“Eram visões parciais, excludentes e por isso mesmo insatisfatórias. Os ocidentalistas fascinados pelo progresso europeu, davam as costas ao passado da nação e terminavam por ignorar o seu povo. Os filo-eslavos que só sabiam do passado, ignoravam o que fazer. (...) O projeto de um “socialismo russo” poderia oferecer uma saída para o dilema (...)” (FERNANDES, 1982, p. 26)

O Populismo Russo (narodismo), que muitas vezes não é encarado como uma corrente do socialismo por um vício eurocêntrico da historiografia socialista ocidental (POGGIO, 2004), surge então da crítica a essas duas perspectivas buscando superá-las. Nesse sentido o populismo buscou construir uma análise original para o leste europeu e a Rússia, extraíndo elementos que consideravam positivos do pensamento ocidental e da realidade russa, ao mesmo tempo que combatendo o problema dessas duas perspectivas fundamentais: tanto o absolutismo russo, como a civilização burguesa ocidental.

Assim, no leste europeu, podemos dizer então, que se em um pólo estavam os nascentes Estados-Nações, os Impérios aristocrático-burgueses, que articulavam tanto políticas conservadoras como modernizantes (liberais) visando o fortalecimento de sua dominação contra o nascente movimento operário e as persistentes revoltas camponesas. Bakunin e os populistas no outro pólo radical deste antagonismo buscava unir as lutas dos povos “tradicionalistas” e seus métodos (guerra camponesas, jaqueries, fugas, “quilombos” camponeses, etc) com concepções “modernas” de revolução social (socialismo, federação, ciência, etc), nesse sentido, ideias como a de um “*socialismo camponês*”, ou “*socialismo agrário*”, foram centrais em seu pensamento nesta primeira fase.

O nesse sentido, o Populismo Russo, foi a corrente mais expressiva do socialismo russo e do processo de luta política-social contra o absolutismo na Rússia do século XIX. Podemos dizer que Bakunin foi um de seus fundadores, ao lado de Herzen,

³⁶ A unificação alemã ao contrário do prognóstico de Marx e Engels, não foi realizado pela burguesia democrática alemã, mas pela Prússia, um dos estados mais reacionários da Alemanha, baseado na aristocracia junker-burguesa. Bakunin muito antes no documento “Minha Defesa” de 1850 percebia acertadamente o caráter centralizador da Prússia como o possível eixo da unificação alemã.

Ogarev, Danielson, Mikhailovsky, Tchernvsky, Tkatchov, Lavrov, que clamavam por “Terra e Liberdade” ao campesinato russo e a destruição do Império. Porém o próprio desenvolvimento político de Bakunin não pode ser confundido com o populismo russo em geral, que ao longo de seu desenvolvimento histórico (1860-1890) abarcou diversas correntes, republicanas, niilistas, proto-marxistas e a revolucionária anarquista.

A concepção de Bakunin deste período, ainda que distinta, lembra a concepção de José Carlos Mariátegui, que reivindicou o Socialismo Indígena e enxergou nas próprias populações indígenas da América Latina, mais especificamente andinas, formas de organização social que seriam pontes para o socialismo (MARIATEGUI, 2007). Bakunin, praticamente um século antes, analisava que as formas de organização social dos povos originários do leste europeu, o campesinato eslavo, tanto em sua relação com a terra e o trabalho, assim como suas revoltas de massa contra o Império/aristocracia, possuíam práticas embrionárias socialistas e democráticas.

Mais do que isso, Bakunin identificou e combateu um elemento importante: tanto os revolucionários democrático-burgueses ocidentais (e isso incluía um grande setor socialista/comunista que estava em sua zona de influência na década de 1840), como os conservadores monarquistas, apontavam para os povos eslavos, povos do campo e povos colonizados em geral um papel subalterno na história, sem agência política, seja julgando-os como povos reacionários/atrasados para os primeiros, ou como servos-escravos naturais pelos últimos.

Nesse sentido, o valor da crítica dos populistas e do próprio Bakunin, não foi apenas a defesa do campesinato eslavo, particularmente, mas a crítica ao centralismo europeu ocidental. O que retoma a ideia do primeiro capítulo, de que a Europa estava dividida em centro e periferia. Dessa forma, o populismo revolucionário de Bakunin representou uma importante crítica ao modelo centralista que colocava no operariado europeu ocidental e nas instituições burguesas-urbanas (Estado, Indústria, Propriedade Privada capitalista, exploração) os únicos veículos e modelos possíveis de desenvolvimento e revolução.

Fernandes (1982) e Poggio (2004) apontam que os populistas russos questionavam a ideia de um desenvolvimento capitalista inexorável e linear, aos moldes do capitalismo ocidental, a qual todos os povos deveriam se submeter antes do

socialismo. Acreditavam e defendiam também outro paradigma para ciência, que não aquele desenvolvimentista e instrumental, submetido a racionalização capitalista.

Podemos dizer então que o populismo russo foi uma das primeiras correntes a identificar e combater o eurocentrismo da burguesia e do comunismo europeu, ainda que não em sua totalidade, até por que esse debate não estava colocado desta maneira no período. Por isso, acreditamos que o debate dos populistas russos, a exemplo de Vera Zassulich com Marx e Engels, tenha chamado tanto a atenção da esquerda dos países periféricos e semi-periféricos no século XX como aponta Rubens Fernandes. Por que epistemologicamente os dilemas colocados pelos populistas eram também dilemas dos povos periféricos, dos servos-escravos e das nações não-europeias ou não-“ocidentais”.

Os populistas na verdade representaram uma inflexão neste debate entre modernidade e tradição, pois ao questionar o etapismo dos liberais/comunistas ocidentais, questionavam as barreiras rígidas que estes impunham a estes dois pólos. Se permitiam assim, pensar em formas alternativas e criativas para o desenvolvimento do socialismo, que estivessem vinculadas a formas de organização popular que vinham de baixo, nos saberes subalternos, muitas vezes vistos como “tradicionais” ou “marginais”, e não necessariamente ou somente no papel da grande indústria e da racionalização estatal. Nesse sentido, o pensamento de Bakunin se configurava em um pensamento insurgente contra o modernismo colonial.

Dessa forma, como analisa Andrey Ferreira³⁷, a formação social russa e do leste europeu, a qual Bakunin estava inserido influenciou em sua construção política/teórica e legou um importante aporte para a luta de classes no período a percepção da dominação colonial dos Impérios europeus e como seu discurso “modernizador” encobria a opressão, e como este foi sendo absorvido pelo socialismo europeu sob a narrativa da “negação do romantismo”, tendo seu ápice no apoio dos partidos social-democratas e socialistas aos seus Estados Imperialistas na 1ª guerra mundial e na partilha neocolonial. Consideramos então que a questão eslava foi um ponto de inflexão no pensamento de Bakunin, que o levou a questionar as políticas colonialistas, racistas e modernizadoras, inclusive no seio do movimento dos trabalhadores.

³⁷ O texto de Andrey Cordeiro Ferreira “Trabalho e Ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea” analisa como os contextos sociopolíticos da Rússia e da Alemanha influenciou nas formulações destes revolucionários.

Ou seja, a percepção política e a interpretação particular de Bakunin acerca da Questão Nacional possibilitou que este desvelasse a estratificação da classe trabalhadora entre as nações centrais e periféricas, percebendo pioneiramente a formação do duplo mercado de trabalho vinculado as estruturas do colonialismo europeu, interno e externo. Muito antes de Lênin, Bakunin já havia percebido a formação de uma aristocracia operária nas nações imperialistas, vinculada a consolidação dos Impérios, principalmente nos países germânicos-anglo-saxões, que se diferenciava da massa da classe trabalhadora superexplorada dos demais países.

Essa mesma perspectiva o levou a defender no nível teórico e prático o papel protagonista das massas trabalhadoras das nações oprimidas (camponeses, servos, escravos e o proletariado esfarrapado) na revolução social. A lógica que Bakunin aplicou a sua análise de classe na década de 1860-1870 é profundamente semelhante à lógica que aplicou a Questão Nacional em 1840. Assim a luta pela libertação do campesinato eslavo superexplorado e oprimido nacionalmente que aparece em seu primeiro momento, se desdobra teoricamente na defesa do protagonismo dos setores mais explorados da classe trabalhadora na revolução social.

Essa perspectiva fica clara na passagem abaixo do documento “Projeto da Carta ao Die Reform” de 1848:

“Du fait que jusqu’à maintenant, ils ont été en Europe la race la plus opprimée, du fait qu’avec leur libération toute la situation politique actuelle basée sur les privilèges et le despotisme va se transformer de fond en comble puisqu’elle reposait essentiellement, pourrait-on dire, sur leur oppression, ne serait-ce que pour ces raisons, ils ne peuvent qu’évoluer dans l’intérêt de la démocratie. Les peuples et les classes opprimés ont de toute temps été les plus ardents défenseurs des droits consentis globalement et communément à l’humanité.”
(BAKUNIN, 2000p, :1)

Assim, os povos e classes mais oprimidas e exploradas cumpririam na visão de Bakunin, o papel central no processo de libertação da humanidade, pois suas lutas possuíam contribuições universais e ao lutar para transformar suas condições de vida, precisariam operar as mudanças mais radicais e democráticas. A Revolução Russa tão alemjada e defendida por Bakunin, que acabou por ocorrer apenas em 1917, ainda que possa haver divergências, trouxe contribuições fundamentais para a luta de todos os povos de mundo. Por outro lado, não pode passar batido, que uma atualização desta concepção para os dias de hoje traria necessariamente para o povo negro, os povos indígenas e o proletariado superexplorado a centralidade nos processos revolucionários de libertação.

Não à toa o anarquismo se expandiu para os países periféricos e semi-periféricos no último quartel do século XIX, levando sua tradição populista e sindicalista revolucionária. Dessa primeira tradição, vinculada ao populismo revolucionário, temos algumas experiências históricas que devemos homenagear, o Magonismo e o Zapatismo na Revolução Mexicana de 1910, o papel da Makhnovitchina na Revolução Ucraniana de 1917-1919, e o papel dos anarquistas na Comuna da Manchúria (Coreia) em 1929-1932. Todas sob o lema de “Terra e Liberdade”, com forte conotação anti-imperialista, baseadas na construção de territórios livres defendidos pela insurreição camponesa, de caráter federalista e socialista.

Um dos documentos centrais que sintetizam o pensamento de Bakunin neste período, que nos parece uma espécie de balanço e projeto organizativo e programático do Populismo Revolucionário é o escrito “*Aos Russos, Poloneses e a todos meus amigos eslavos*” de 1862. Neste documento Bakunin aborda a criação do grupo Terra e Liberdade, o programa socialista e camponês, a ideia de federação em contraposição ao centralismo e a crítica a degeneração do movimento nacionalista polonês.

Nesse sentido, resumimos aqui as principais contribuições do Populismo Revolucionário para a luta dos povos, que são sintetizados pelo lema principal desenvolvido pelos próprios - “Terra e Liberdade”: a) a crítica ao centralismo do movimento burgues/socialista baseado nos modelos/povos da Europa ocidental; b) incorporação do conhecimento/lutas dos povos originários ao projeto revolucionário; c) defesa da insurreição camponesa-popular; d) defesa de um socialismo agrário/camponês; e) defesa de uma federação das comunas camponesas; f) direito a autodeterminação dos povos-nações; g) defesa do armamento nacional; h) a crítica a Política de Estado que representa a negação da forma “Estado-Nação” como forma de expressão e emancipação dos povos-nações.

Por fim, nesta primeira fase do pensamento político de Bakunin as insurreições de 1848-1849 possuíam um papel determinante na consolidação de sua práxis revolucionária, trazendo elementos que fariam parte de seu pensamento por toda a vida. É importante pontuar que é nestas insurreições que Bakunin consolida sua crítica aos efeitos nefastos do que denomina “Política de Estado” e das práticas de “colaboração” entre as novas “elites” revolucionárias com os velhos poderes, sua perspectiva internacionalista das lutas de libertação nacional vinculada a noção de autodeterminação

dos povos (que aparece sob o nome de Política das Nações-Povos), e sua crítica ao Estado Moderno Colonial.

2.2 - Revolução e contrarrevolução nas Insurgências de 1848: Política dos Povos-Nações x Política de Estado.

O ciclo intercontinental de insurgências populares ocorridas nos anos de 1848-1849, que ficou amplamente conhecido como “primavera dos povos”, mas também “primavera das nações” (CIPKO, 1990), moldou definitivamente o cenário político europeu, tanto no nível dos estados-impérios que se viram ameaçados por uma série de revoltas nacionais, liberais, democráticas e socialistas. Como por outro lado, pela renovação das correntes do movimento popular, foi neste período que comunistas e os setores que dariam origem ao anarquismo começaram a despontar como alternativas concorrentes no movimento operário e socialista.

Costumeiramente 1848 é lembrado pela insurreição popular francesa que proclamou a república social contra o Império, porém, as revoltas de 1848 foram muito além de Paris, resumir tal processo a França representa um reducionismo histórico, quando não, um nacionalismo metodológico. Paris foi palco de “uma” das revoltas, apontada como o estopim, porém o ciclo de 1848 foi marcado inclusive por revoltas fora da Europa, como a Insurreição Praieira em Pernambuco – Brasil, possivelmente tendo se estendido por outros continentes. O que por outro lado não tira a validade da própria experiência francesa tendo em vista que esta insurreição também representou o questionamento as relações de subalternidade dos trabalhadores franceses e as contradições centro-periferia dentro da própria França. Porém, o que queremos chamar a atenção é que todo este movimento não pode ser resumido a um país, possuindo diversas nuances e contradições que escapavam a realidade francesa e ocidental.

Sobre esse ciclo de insurgências é importante perceber que a maioria das revoltas ocorreu no leste europeu, muitas sob o Império Austríaco, Prússia, Império Otomano, também a Itália (que ainda não estava unificada), entre outros países. Diferente da França, em muitos locais as revoltas apareceram como movimentos de libertação nacional, expressando desde o início contradições entre movimentos de “unificação” ou de “separação” nacional. Em muitos casos os movimentos assumiram caráter liberal ou socialista republicanos, carregados de um patriotismo universalista (ANDERSON, 2005, p.20), tendo por alvo principal os impérios monárquicos e a Santa Aliança. É importante apontar que naquele momento havia uma contradição entre nação

x dinastia, elemento que alimentou concepções diversas de patriotismos revolucionários e democráticos, que tanto Bakunin, como Marx, dentre quase todos os que interviam nas insurreições do período compartilharam de alguma forma.

Sobre a invisibilidade da dimensão nacional das revoluções de 1848 o historiador Jean Cristophe Angaut afirma:

“L’historiographie officielle tend à occulter la dimension nationale des révolutions de 1848. Politique et sociale en France, la révolution a pris d’emblée un caractère national en Italie, en Allemagne et dans l’empire austrohongrois. L’historiographie marxiste, en insistant à la suite des textes de Marx sur Les luttes de classes en France et Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte sur la révolution de 1848 comme premier conflit ouvert entre la bourgeoisie et le prolétariat a joué un rôle décisif dans cette occultation⁵⁶. Et parmi les révolutions nationales, celles qui ont ébranlé l’empire d’Autriche sont les moins étudiées. Or c’est dans ce dernier cadre que va s’inscrire l’action politique de Bakounine.(2010, p22-23)”

Assim, em 1848 podemos dizer que os chamados movimentos nacionais italianos e magiares lutavam contra o domínio da Áustria, os alemães também, incluindo aí a Prússia. Os eslavos do sul combatiam também a Áustria, os Magiares e o Império Turco-Otomano. No norte e a leste, os poloneses, finlandeses, bálticos combatiam a Prússia e o Império Russo. Mas estes movimentos do leste europeu estavam entrecortados pelas divisões de classe que pautavam os objetivos destes e das alianças realizadas, com base nisso, podemos dizer que a principal contradição de classe entre nobreza e campesinato praticamente não foi levantada a não ser por Bakunin e pequenos círculos revolucionários eslavos, elemento responsável por diversas problemáticas dentro deste processo (RODOLSKY, p152). As manipulações diplomáticas e a traição das lideranças às políticas imperiais, no que Bakunin qualificou de “Política de Estado”, também se fizeram rotineiras nestes conflitos.

Assim, ainda mais importante do que a constatação de Angaut feita acima, não é simplesmente a visão de que Bakunin estava envolvido nas “lutas nacionais”, enquanto Marx/Engels estavam envolvidos nas “lutas de classe”, elemento constantemente repetido superficialmente. Pelo contrário, na prática política, o que as lutas nacionais representavam para Bakunin no período o aproximavam muito mais da luta de classes real, na defesa da insurreição dos trabalhadores subalternos, do que o projeto de Marx/Engels para o leste europeu do mesmo período da defesa das “nações revolucionárias”, que por ser estatista previa a aliança entre proletariado e burguesia para a construção de “nações modernas”, como veremos no 3º capítulo. (RODOLSKY,p.79; BERNARDO, 2009)

Além disso, mesmo que falemos na oposição direta entre operariado industrial urbano ocidental x burguesia industrial ocidental vista na insurreição francesa, tal contradição não resumia as contradições de classe sob o sistema-mundo capitalista, essa como vimos é uma visão parcial da contradição de classe, que na verdade não abarcava a classe trabalhadora global e o próprio campesinato eslavo, por exemplo, sujeito principal da política de Bakunin e da sua concepção de libertação dos povos-nações, que também se baseava na luta de classes, como veremos neste capítulo.

No mapa abaixo temos uma ideia da amplitude deste ciclo de insurreições nos anos de 1848-1849 na Europa:

3 Figura: Revoluções de 1848 e 1849 na Europa



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Europe_1848_map_de.png (visto em 21/02/2019)

Tendo em vista esse quadro, um fenômeno político fundamental desse processo foi a emergência do *pan-eslavismo* enquanto um movimento nacional revolucionário dos povos eslavos. Podemos dizer que na década de 1840 o pan-eslavismo (que neste período era mais forte fora da Rússia) oscilava entre as diversas correntes conservadoras

e revolucionárias³⁸, como todos os movimentos nacionais do período (seja alemão, italiano, etc). Porém com o passar dos anos, devido a Política de Estado, de acordo com Bakunin, e a cooptação imperial russa no movimento, que se expressa principalmente a partir dos anos 1860, a corrente conservadora passa a ser predominante no pan-eslavismo, concomitante com o desenvolvimento de um “reformismo imperial” no mesmo período.

Mas este pan eslavismo se desenvolve de diferentes maneiras, Rodolsky aponta como este se dá sob o domínio austríaco na década de 1840:

“Na austria durante décadas, as ideias de unidade paneslava, do particular “mundo eslavo”, de la particular “vocacion” histórica da eslavidade, etc, serviram as nacionalidades eslavas oprimidas, como armas ideológicas contra o pangermanismo e o panmagiarismo práticos de alemães e húngaros”. (RODOLSKY, p. 173).

O Congresso Geral dos Eslavos realizado em 1848, em Praga, sucedido por uma insurreição esmagada, expressou já neste ano a culminância e as debilidades desse movimento. A realização do segundo Congresso Geral dos Eslavos em 1867 na Rússia Imperial sob a condescendência desta e logo após o massacre da Insurreição Polonesa (iniciada em 1863 durando até 1865) demonstrou na visão de Bakunin o resultado dessas debilidades e desvios já denunciados por este na década de 1840. Vemos assim, que os debates relacionados a esses congressos e o próprio contexto da realização destes, são uma fonte importante para a formulação da “questão nacional” em geral e para o anarquismo. É importante lembrar que os materiais sobre tais congressos são extremamente escassos na literatura ocidental e socialista.

Por outro lado, o debate acerca dos congressos eslavos não podem ser resumidos a percepção dos comunistas ocidentais, que tratavam os eslavos enquanto bloco nacional unitário, como povos reacionários e meros instrumentos da reação imperial (ibid.:79-80; BERNARDO, 2009). Em nossa visão a emergência do pan-eslavismo expressava uma problema real: a dominação política e econômica dos povos eslavos pelos Impérios do Leste. Por outro lado, sob a visão do próprio Bakunin, a falta de uma perspectiva federalista anti-centralista e de uma perspectiva popular e camponesa nos

³⁸ Bakunin aponta que historicamente os elementos políticos que fundamentam o pan-eslavismo tem início com o dezembrismo russo e a insurreição de 1825 contra o Czar, na ideia de criação de Federação Eslava e do fim da servidão defendidas por Pavel Pestel. Porém nas décadas subsequentes o Império Russo buscou utilizar o pan-eslavismo em outros países para seus interesses particulares e imperialistas (BAKUNIN, 2000q).

movimentos de libertação nacional o conduziram a degeneração política que levaram ao fratricídio (luta entre subnacionalismos, interesses particularistas e a cooptação imperial) e ao isolamento frente ao campesinato.

Podemos dizer que a contradição entre uma vertente centralista e outra anti-centralista, tendo por Bakunin um dos principais defensores desta última, expressa nos fóruns/movimentos pan-eslavistas na década de 1840, levariam a uma ruptura no movimento de libertação dos eslavos com a emergência do Populismo (narodismo) na década de 1860, como uma corrente a esquerda e oposta ao pan-eslavismo.

2.2.1 - A Política de Estado como hegemonia da aristocracia-burguesa

O historiador Jean Cristophe Angaut, no texto *“A liberdade dos povos: Bakunin e as revoluções de 1848”* (2009), faz uma análise do contexto das insurreições de 1848 no leste europeu tendo em vista a atuação de Bakunin. O autor aponta que no primeiro semestre daquele ano houveram levantes da burguesia e do proletariado em algumas cidades do leste europeu, especificamente, em Insbruck (Austria) contra a monarquia, e na Hungria outro levante puxado pelo nacionalista Lajos Kossuth, que sofreu oposição dos eslavos da Hungria. Os levantes principalmente o último, tinham por objetivo criar parlamentos e constituições próprias ou se integrar no Império (ANGAUT, 2010, p.24). Este longo processo de integração da elite magiar a estrutura imperial deu origem em 1867 ao Império Austro-Hungaro.

O autor aponta que as demandas “nacionais” dos povos eslavos foram excluídas, e muitas vezes combatidas por esses movimentos “nacionais-democráticos” de alemães e húngaros/magiares, o que os deixou à deriva, sob influência da reação monárquica. Um dos resultados desse processo foi o desenvolvimento do Austro-eslavismo e sua proposta de integração pactuada dos eslavos no Império Austriaco, onde

“Para afirmar seus direitos, os tchecos dirigem, em 11 de março de 1848, ao imperador Ferdinand uma petição que inclui as assinaturas de cidadãos, intelectuais, estudantes e trabalhadores e apela à abolição das tarefas domésticas, à reconstituição do reino da Boêmia e da igualdade entre alemães e tchecos.” (ibid, p.24).

Rodolsky (1980, p.86) também chama a atenção para esse fato, de que os levantes na Alemanha e na Hungria conduzidos pela burguesia, alguns setores da nobreza (como os magiares na Hungria) e alguns setores de trabalhadores urbanos, desconsideraram as pautas do campesinato eslavo tanto no quesito da autodeterminação

(já que muitos territórios sob domínio Alemão eram na verdade territórios de maioria eslava) e do fim da dominação sobre o campesinato. Ou seja, tiveram demandas políticas única e exclusivamente voltadas para seus interesses particulares, não tocando na questão social e nacional dos eslavos. Ele aponta esse como um dos elementos centrais que levaram a divisão dos movimentos e da aparente apatia ou até mesmo oposição dos camponeses eslavos frente aos movimentos conduzidos por uma burguesia/nobreza conivente com sua exploração. Analisaremos esta discussão a fundo no próximo capítulo.

É nesse contexto que ocorre o 1º Congresso Geral dos Eslavos (CGE) em Praga³⁹, tendo por objetivo buscar uma saída política comum para o movimento nacional dos eslavos frente a Reação e o exclusivismo húngaro e alemão. Aberto no dia 2 de junho de 1848, com 340 participantes, o congresso teve maioria de tchecos e slovenos, 100 poloneses e eslavos do sul, e dois russos, com Bakunin (BERTHIER, 2014). A crítica ao Império Russo foi uma das tônicas principais do evento⁴⁰. Mas no dia 12 de junho o general austríaco Windischgrätz bombardeou o Congresso, dando início a uma insurreição que logo foi massacrada pelo exército. O Czar Nicolau saudou a ação repressiva do Império Austríaco. Nesse sentido vemos como o Congresso e o movimento pan-eslavista que se formava, eram vistos como uma ameaça real a existência dos Impérios do Leste, sendo duramente perseguido.

Bakunin lança dois documentos nesse mesmo ano com o intuito de disputar uma linha revolucionária dentro do congresso e do movimento eslavo. Para o Congresso, em Junho Bakunin lança “*Os princípios fundamentais de uma nova política eslava*”, dividido em três partes: 1) Os princípios da política; 2) as bases da aliança eslava; e 3) A constituição interna da Federação eslava. O texto aponta para a realização do 1º CGE, falando que após séculos de escravidão enfim os eslavos se uniam para buscar sua liberdade e se integrar no movimento que se desenvolve na Europa e no mundo, tendo em vista as insurreições de 1848.

Para Bakunin, por serem vítimas de uma dominação estrangeira e sofrerem suas consequências como a desmoralização e desorganização social, os povos eslavos deveriam se libertar da opressão e não reproduzi-la, ou seja, sua política deveria levar a quebra do mecanismo de centralização colonial baseado na Conquista, principal política

³⁹ Atual capital da República Tcheca, cidade que na época estava sob domínio Austríaco e nas palavras de Bakunin poderia ser considerada o “*coração dos povos eslavos*”.

⁴⁰ Essa é um das principais diferenças entre o pan-eslavismo da década de 1840 para o de 1860.

dos Impérios europeus até então. A política dos povos eslavos deveria apontar para a negação da Política de Estado e a afirmação da Política dos Povos-Nações livres, como vemos abaixo:

“comme sans arrière-pensée et par la-même ils excluent à tout jamais de leur politique, tant extérieure qu'intérieure, la diplomatie et la conquête tout ce qui aurait pour but de fonder artificiellement ou mécaniquement une puissance centrale quelconque au détriment de la liberté des individus ou des nations. La nouvelle politique de la race Slave ne sera donc pas une politique d'états, mais une politique de nations, une politique de peuples libres et indépendants.” (BAKUNIN, 2000a, p.1)

Dessa forma, a nova política para os eslavos apontava uma linha de libertação nacional que era antes de tudo anti-imperialista e anti-centralista, baseada na negação da construção de Estado-Nações imperiais como alternativas de libertação. Defendia dessa forma a Federação dos povos eslavos, como forma de combater tanto a centralização como a dispersão e a fragmentação que os eslavos estavam submetidos, seja, pelas tendências fratricidas ou de cooptação/colaboração com os impérios que apostavam na máxima de dividir para reinar.

Vemos aqui a concepção de Bakunin de uma liberdade coletivista, pois para ele não existia povo ou indivíduo livre no isolamento ou explorando outras nações, dessa forma a liberdade só poderia se realizar com a renúncia das pretensões imperialistas, estatistas e conquistadoras. Em sua perspectiva as nações tendiam a diversidade, e por consequência a federação. Os estados tendiam ao centralismo e a homogeneidade, por consequência, eram fonte permanente de negação das nacionalidades populares e oprimidas.

Porém o próprio Congresso Eslovo expressou uma série de divisões internas e dificuldades na construção de uma política comum. Foi então no manuscrito “*Apelos aos Eslavos – por um patriota russo*” lançado em novembro de 1848, que Bakunin analisou politicamente os resultados do Congresso e propôs uma linha revolucionária mais definida frente as tendências moderadas que hegemonizaram o evento. Esse documento possuiu uma série de versões⁴¹ e foi lançado em diferentes linguas, mas eles de forma geral possuem uma estrutura comum.

No “Apelo” Bakunin defendeu que naquele momento só haviam dois caminhos para os povos na europa: a Revolução ou a Contrarrevolução, e o movimento eslavo deveria tomar um partido já. Apontou que não havia caminho do meio, e quem os

⁴¹ de acordo com Angaut houveram 4 versões principais

professava eram enganados ou enganadores. Assim, convocava os eslavos a deixarem a neutralidade como aconselhava a diplomacia dos Impérios, defendendo que as organizações eslavas deveriam negar a política das chancelarias estatais, dos direitos monárquicos e de todas as classes privilegiadas, destruindo-as com todos os povos em luta.

É importante pontuar que em sua dialética entre Revolução x Contrarrevolução, expressa no documento, o pólo da Contra-Revolução em 1848 pode ser caracterizado pela Política de Estado, que no documento se refere a derrota da revolução na França e ao caso dos tchecos e sua proposta ao Imperador Austríaco de solicitar uma autonomia tutelada, como vemos abaixo:

“Le seul danger que nous courions à Paris consistait dans l'adoption de cette politique, et j'en avertis le congrès. Nous échappâmes alors à ce péril, et le parti des politiques d'Etat dut se retirer devant notre enthousiasme pour la cause commune des Slaves et de toutes les nations libres.” (BAKUNIN, 2000b)

O documento aponta que setores do movimento eslavo defensores da Política de Estado colaboraram com a traição ao Congresso e a repressão a revolta que estourou em Praga. Chama a atenção de que política do despotismo no período foi incentivar o ódio entre alemães e eslavos, visando dividir o movimento democrático. Bakunin aponta que agentes da diplomacia austríaca interviram no congresso levando um setor a combater os magiares e a declarar que a revolta popular de Praga contra o Império era comprada pelo ouro dos magiares⁴², causando confusão entre as fileiras revolucionárias. Cita o caso do líder Jelachisz do movimento eslavo que se aliou a Austria Imperial e ajudou diretamente na repressão a revolta popular em Viena, quando na verdade sua missão era ir a Bohêmia apoiar a insurreição da região.

Neste documento Bakunin combateu então todas as subdivisões e interesses particulares chauvinistas dentro do movimento eslavo e das lutas populares do período. A postura dos delegados poloneses e tchecos, que aparentemente estavam preocupados apenas com sua própria libertação a revelia de outros povos-nações (como os poloneses em relação aos ucranianos) ou em galgar uma libertação pactuada com os Impérios (como os delegados tchecos, a revelia das outras etnias), recebeu duras críticas de Bakunin.

⁴² Os Magiares ou Hungaros possuíam um histórico conflito com os eslavos.

Apontou que os reacionários conspiravam organizadamente em toda Europa, e que os revolucionários deveriam fazer o mesmo para derrubar a contra-revolução. Contra toda guerra de conquista e em nome dos Direitos Históricos dos Estados defendidos pela Santa Aliança, Bakunin clama pela guerra revolucionária de libertação de todos os povos contra os Impérios. Aponta também que não poderia haver liberdade na Europa enquanto ainda houverem povos dominados. Aqui mais uma vez vemos a perspectiva internacionalista de Bakunin e de como a luta do campesinato eslavo estava integrada em uma perspectiva mais ampla de libertação.

“Les peuples qui avaient été si longtemps traînés à la chaîne de la diplomatie eurent enfin le sentiment de leur honte et reconnurent que le bien-être des nations ne pouvait être assuré tant qu'il existerait encore, quelque part en Europe, un seul peuple courbé sous le joug. Que la liberté des peuples, pour pouvoir être acquise quelque part devait l'être partout et, pour la première fois, les peuples demandèrent, comme une seule voix, la liberté vraie et tout entière, la liberté sans réserve, sans exception, sans entraves. "Arrière les oppresseurs!" crièrent tous. "Liberté aux opprimés, aux Polonais, aux Italiens, à tous! Plus de guerres de conquête, mais la guerre dernière, suprême, la guerre de la Révolution pour l'affranchissement de tous les peuples!” (BAKUNIN, 2000b)

Bakunin defendeu então que sob os escombros dos Impérios após a guerra de libertação dos povos-nações nasceria uma nova forma de organização social que, tendo em vista sua realidade imediata, ele chamou de federação das repúblicas europeias, e nesse sentido apontava que toda a opressão dos eslavos no leste se converteria em revolta contra os impérios.

“La Révolution, dans sa toute-puissance, déclarait dissous les Etats des despotes; dissous l'empire prussien qui abandonnait l'un des débris de la Pologne, dissous l'empire d'Autriche, ce monstre composé de nations diverses qui avaient été enchaînées les unes autres par la ruse, la force, et les crimes, dissous l'empire turc, au sein duquel 700 000 Ottomans à peine avaient foulé aux pieds une population de douze millions de Slaves, de Valaques et de Grecs, dissous enfin la dernière consolation du despotisme, le dernier boulevard du machiavélisme et de la diplomatie frappée au coeur, dissous l'empire russe, pour que les trois grandes nations si longtemps asservies dans son sein, la Grande-Russie, la Petite-Russie et la Pologne, affranchies enfin et rendues à elles-mêmes pussent tendre leur main libre à tous leurs frères de la race slave. Ainsi, dissolution, bouleversement et régénération dans tout le nord et l'est de l'Europe, l'Italie libre, et, comme# 9 dernier résultat: federation universelle des republicues europeennes” (BAKUNIN, 2000b)

No trecho acima vemos que Bakunin entendia os Impérios do Leste como um cemitério de diversos povos, entrecortado por uma pluralidade de nações-etnias, religiões, valáquios, italianos, os gregos, as colônias russas (Ucrânia, Polônia, Bielorrússia), dentre outros. E não apenas verificava isso, mas acreditava que cada um desses povos possuía o direito a existência. Assim, contrapunha a organização Impérial com a proposta de múltiplas federações nacionais, que negassem o centralismo e a

política da conquista, que se interligassem numa federação internacional. Nesse sentido, Bakunin defende que mesmo com todo histórico de conflitos entre eslavos e alemães/magiares, a revolução só triunfaria se o povo eslavo constituísse uma aliança fraterna com estes povos, mas não com suas burguesias ou nobrezas, que apregoavam a inferioridade dos eslavos, mas com o povo oprimido alemão/magiar.

Aqui cabe especificar um elemento importante, é que a contradição entre Revolução x Contrarrevolução se manifestava como a luta entre a Política dos Povos-Nações x Política de Estado, que se interpenetrava também numa contradição de classe, entre as massas populares x classes privilegiadas. No pólo das massas populares Bakunin via a preponderância do campesinato nas revoluções, mas também dos trabalhadores urbanos. No terreno das classes privilegiadas estavam principalmente as dinastias, a nobreza, o clero e a burguesia. É importante pontuar então, que em 1848 Bakunin analisou que integração das burguesias as estruturas Imperiais tornou-a uma classe reacionária, que temia perder os privilégios.

Sobre o processo de separação entre a burguesia e o povo Bakunin afirma em carta a Annenkov sobre os Levantes de 1848 na Alemanha:

“Eles estarão desgraçados se fracassarem por que a reação, apesar de quebrada, ainda tem seus destroços presentes em todas as partes e ameaça sem trégua; atualmente não são os reis e os príncipes que são fortes, mas a burguesia, que rejeita desesperadamente a república por que ela levanta a questão social e o triunfo da democracia. (...) O que está vivo na Alemanha é o Proletariado e a ordem Camponesa, que começa a movimentar-se; aqui ainda haverá uma revolução terrível, um verdadeiro dilúvio de bárbaros; esse dilúvio varrerá da superfície da terra as ruínas do velho mundo, e então será ruim, muito ruim para os falastrões burgueses”. (BAKUNIN, 2010, P.48-49).

Aqui Bakunin aponta para o processo de consolidação da burguesia enquanto classe dominante em toda europa e a perda de poder paulatino da nobreza e dos reis. Com a integração da burguesia nos aparatos estatais, seja se utilizando das revoltas populares, aplicando golpes de estado ou em pactos com as classes conservadoras (nobreza, clero e dinastias), essa classe se torna o bastião principal da reação no final das insurreições de 1848-49. Afogando em sangue, de forma cínica e oportunista as revoltas populares que exigiam melhores condições de vida aos trabalhadores, o fim das opressões nacionais, pela república social e a democracia.

Um dos elementos fundamentais da crítica de Bakunin a burguesia em 1848 foi a sua consolidação como classe estatal. Dessa forma, as revoluções ou os pactos que levaram a burguesia a tomar a máquina dos Estados Absolutistas, apesar de instituir

suas novas feições, mantiveram sua estrutura intacta, consolidando o que se convencionou de Estados-Nação. Assim, compreendemos que o processo de formação dos Estados-Nações foram resultado da cristalização conservadora da antiga oposição entre dinastia x nação, ou seja, sua fusão. Essa fusão foi responsável por desenvolver uma nova contradição entre os nascentes Estados-Nações x Povos-Nações. No trecho abaixo Bakunin comenta como as antigas estruturas dos Estados foram mantidas intactas após as revoltas burguesas:

“D'ailleurs, leur chute au printemps ne fut qu'une grande chute morale, sans conséquences matérielles. Car, grâce à cette générosité tant pronée et si regrettable des masses, grâce à l'incurie étonnante de leurs chefs, ils avaient conservé entre leurs mains, presque intactes, tous les vieux instruments d'oppression: C'étaient partout les mêmes armées avec leurs anciens officiers animés de l'esprit le plus détestable; la même diplomatie, conspiration permanente contre la liberté des peuples; les mêmes employés rétrogrades presque dans toutes les autres branches de l'administration, - et chose inconcevable! même jusque dans les directions de police, on avait eu soin de garder les agents du <des>vieux régime despotique.” (BAKUNIN, 2000r)

Nesse sentido, Bakunin desenvolve uma análise sociopolítica marcada pela dialética revolução x contrarrevolução, em Apelo aos Eslavos, que percebe que com a integração completa da burguesia aos Estados-Impérios existentes, esta passa a compor definitivamente o pólo da contrarrevolução. Ao contrário de Marx do Manifesto Comunista, que via como progressista (apesar de explorador) o avanço da burguesia sobre a Europa, Bakunin percebia o seu caráter cada vez mais conservador, através de sua “Política de Estado”, assim também via positivamente o fato da burguesia ser uma classe incipiente entre os eslavos naquele período. Tal análise podemos verificar no trecho abaixo da terceira variante de Apelo aos Eslavos:

“Et encore, malgré cette folie inhérente à leur position, malgré toutes ces armes dangereuses que la folie des peuples avaient laissées dans leurs mains, les rois n'auraient osé rien entreprendre, s'ils n'avaient trouvé partout, dans les frayeurs, dans la lâcheté politique de la haute et riche bourgeoisie, un soutien naturel et puissant.

Fort eusement pour nous, à part quelques villes où les Allemands sont parvenus à introduire des éléments étrangers à nos moeurs Slaves, la bourgeoisie proprement dite n'existe dans aucun de nos pays. Elle est aujourd'hui prédominante à l'Occident et c'est là ce qui fait le malheur et la malédiction de l'époque. Cette classe est la personnification de l'étroitesse, de l'indifférence politique et de l'égoïsme; elle imprime à toutes les choses un caractère désolant de mésequinerie et de mensonge qui lui est propre, elle stérilise tout et ne vit que d'escamotages et de trahisons. Elle ne croit en rien, elle ne sympathise avec rien, elle n'a entrailles pour aucune souffrance, pour aucune misère, ni de coeur pour aucune de ces grandes questions qui contiennent le bonheur et la dignité de notre espèce. Elle n'a proprement ni patrie, ni couleur politique et peut vivre également dans tous les pays et sous tous les régimes, pourvu qu'on la laisse s'enrichir et jouir de sa fortune à son aise. Gagner de l'argent! Voilà son bût, l'unique préoccupation de sa vie.” (BAKUNIN, 2000b)

No trecho acima vemos como começa a se desenvolver uma crítica que seria muito cara ao populismo russo: o caráter decadente e contra revolucionário da burguesia europeia ocidental. Fernandes aponta que a decepção dos revolucionários russos com a posição dos movimentos nacionais liderados pelas burguesias⁴³ em 1848 fizeram com que estes aprofundassem sua crítica ao modelo de transformação ocidental, burguês-urbano. Nesse sentido, após 1848 o campesinato passa a assumir um papel cada vez mais predominante no pensamento dos revolucionários russos. Nessa direção, Bakunin aponta que a revolução camponesa era inevitável e necessária e não tardaria em explodir e varrer todo os Impérios do leste, como afirma no trecho abaixo de “Minha Defesa” 1850:

“Une révolution paysanne en Russie portera au gouvernement un coup mortel, détruira cet Etat, et une telle révolution est inévitable. Rien ne peut la détourner, tôt ou tard il faut qu'elle éclate et elle éclatera, d'autant plus terrible, d'autant plus destructrice, qu'elle sera plus tardive.” (BAKUNIN,2000d)

De forma geral então, em “*Apelo aos Eslavos*”, nas cartas e demais documentos desse período insurrecional de 1848-1849, Bakunin defendeu a sua política: o movimento popular de libertação dos eslavos deveria negar toda a “Política de Estado”, ou seja, negar a colaboração com os impérios e as classes privilegiadas, assim como, criar uma “nova política” que negasse a Conquista e a Centralização como alternativas de libertação, através da ideia de Federação. Nesse sentido defendia a constituição de um exército popular eslavo que deveria promover a guerra revolucionária camponesa e dissolver os grandes Impérios dinásticos do leste europeu, fundando uma federação socialista eslava agregada a uma federação internacional.

Em nossa visão, a formação do pensamento de Bakunin neste período assume uma faceta claramente anti-imperialista e anti-colonial com a sua crítica aos Estados conquistadores do leste europeu, que eram a sua realidade imediata, principalmente o Império Russo e o Império Austríaco/Prússia. Esta crítica estava baseada na ideia de que os Estados-Impérios agiam através da conquista subjugando os povos tanto a nível interno como a nível externo em um processo contínuo de expansionismo, em contraposição a isso, Bakunin clamava pela libertação de todos os povos da subjugação dos Impérios europeus, em particular da massa camponesa eslava. Para tanto analisaremos agora a compreensão que Bakunin teve do Estado-Império no período e seus impactos para a questão nacional.

⁴³ A política colonial da burguesia nacionalista alemã sobre os eslavos foi um desses elementos que alimentaram tal ruptura.

2.3 - O Estado-Império como agente da Modernidade Colonial: Rússia Oficial x Rússia Popular

Para começar este tópico, gostaríamos de levantar um elemento central da conjuntura russa a qual Bakunin estava inserido em sua juventude e que permeou todas as análises sobre o Estado no período: o caráter extremamente reacionário e tirânico do Império Russo comandado por Nicolau I em seu reinado que durou de 1825 a 1855. A formulação da política Nacionalidade Oficial em 1834, ou melhor, da Rússia Oficial, como Bakunin costumeiramente se referia, se constituiu na formulação Imperial para a questão da nacionalidade no país e da legitimidade das instituições do Estado. Podemos dizer que todo o pensamento de Bakunin neste período, o populismo revolucionário, se afirmou em uma contraposição a essa concepção pontuando sempre o antagonismo da Rússia Popular que só poderia emergir com a destruição da Rússia Oficial.

Sobre tal conjuntura Daniel Beer aponta no livro *“A casa dos mortos: o exílio na Sibéria sob os Romanov”*:

“Todo reinado de Nicolau I foi um epílogo prolongado da Revolta Dezembrista. Nas décadas que se seguiram a repressão do movimento, o Estado russo defendeu-se dos males da revolução no exterior e da subversão interna. Com isso, arrastou a cultura oficial para uma reação declarada. Os porta-vozes do governo em artes e educação propagavam a ideologia da Nacionalidade Oficial, baseada na trindade cultural autocracia, ortodoxia e “espírito nacional”. Como parte da Restauração e da reação de abrangência europeia que se seguiram as Guerras Napoleônicas, a Nacionalidade Oficial procurava remodelar os fundamentos simbólicos da autocracia. A censura oficial suprimiu sem contemplação os rivais ideológicos do tsarismo: liberalismo, nacionalismo e constitucionalismo.”(BEER, 2018)

A crítica de Bakunin ao Estado e sua formulação acerca do Estatismo, teve origem em sua crítica radical ao Império Russo como Estado-Maquina, feita ainda nos anos finais da década de 1840, elaborado principalmente no documento “Minha Defesa” escrito no ano de 1850. Para Bakunin este Estado-Maquina no caso russo, se consolidou no reinado de Pedro I, no século XVIII, produto de uma política de “ocidentalização” levada a cabo pelo Czar e as classes dominantes russas, que conduziu a centralização do poder na Rússia, a imagem de César (Czar) e do direito romano, constituindo o Estado Moderno russo.

O Estado-Império russo já vinha passando por um processo de centralização política desde o século XVI com a criação do reino da Moscóvia resultado das guerras e lutas de classes internas. Pedro I, o Grande (1672-1725), foi o Czar russo responsável

principalmente pelas reformas militares e fiscais que deram origem oficial ao Império Russo em 1721. Assumindo o poder do Estado em 1689 junto a seu irmão Ivan, com a morte deste último assume o comando total em 1696. As políticas de Pedro o Grande foram conhecidas pelo seu caráter modernizador e ocidentalizante.

Pedro criou uma estrutura militar centralizada e reordenou o exército, impondo inclusive obrigações a nobreza; criou a Guarda Imperial Russa; reordenou o sistema fiscal buscando estabelecer um sistema mais eficiente de coleta de impostos; subordinou a Igreja Ortodoxa ao Estado, transferiu a capital da Rússia de Moscou para São Petersburgo, processo que consumiu a vida de mais de 150 mil trabalhadores. Fortaleceu a política expansionista do Império conquistando novos territórios na região báltica da Europa.

Dessa forma, Bakunin resume esse processo formação do Império:

Le droit divin des dynasties régnantes, le désir d'arrondir les territoires, l'expansion par tous les moyens de puissants Etats fonctionnant comme des machines: c'est à cela que se résumait le code politique au début de ce XVIIIe siècle, qui fut en Europe le siècle de l'immoralité politique et de l'absence de scrupule. C'est cette politique qui est devenue en Russie le système permanent et c'est elle qui inspire encore maintenant les maîtres de la Russie. (BAKUNIN, 2000 - minha defesa, 1850)

Nesse trecho, o revolucionário aponta que o sistema colonial que reinava nos impérios da Europa ocidental, baseado no direito divino dos reis, na escravidão e no desenvolvimento do Estado como uma máquina expansionista, foi transformada em política permanente do Império Russo. Bakunin aponta que Pedro I construiu o verdadeiro Estado, um Império de acordo com as concepções da época: organizado para se expandir pela violência, uma máquina destinada a dominar nações estrangeiras, onde o povo era um simples objeto de conquista. Foi nesta base que o estado russo progrediu em um século, se tornando uma das maiores potências europeias. Mas quanto mais se expandiu, mais se distanciou do povo russo. (BAKUNIN, 2000d)

“Le peuple russe ne participe pas en tant que peuple aux conquêtes de la Russie. [...] La Russie n'est pas une nation joyeuse de conquérir, elle est un État avide de conquêtes, un État qui, étranger et hostile à son peuple même, s'en sert pour asservir les autres peuples : principe abstrait qui pèse sur la nation russe contrainte de lui servir d'outil et de champion.” (BAKUNIN, 2000d)

Bakunin aponta, que por um motivo muito natural, o Estado-Máquina organizado para a conquista, requeria apenas três coisas de seu povo: recursos, soldados e paz interna, não importando os meios que o assegurassem. Bakunin revela que o

Império agia como um estado estrangeiro que tratava o povo russo como uma nação conquistada, era um estado ditatorial tanto externamente como internamente. Em sua visão o Império era um grande estado policial. Pedro, o Grande, anexou assim, territórios camponeses que outrora eram livres, que não estavam sob o poder de nenhum estado ou aristocracia. E onde existia a aristocracia, os Boyardos, Pedro os transformou em uma Nobreza de Serviço submetida a estrutura do Império, com o duplo objetivo: a) controlar os camponeses mantendo sua produção em dia; b) fornecer recrutas, tanto entre os seus camponeses, como membros das famílias nobres para o oficialato. (BAKUNIN, 1850). Se constituiu assim um pacto entre a nobreza e a dinastia, em torno da generalização e manutenção da servidão. (Anderson, p. 204).

E seus sucessores governaram do mesmo modo a máquina Imperial. Quanto mais o Império se expandiu, mais foram necessários recursos, soldados e opressão estatal. Para Bakunin jamais o Estado pensou em aumentar o bem estar material interno de seu povo, desenvolver, por exemplo, a consciência e a educação popular, pois isso traria perturbações a ordem. Nesse sentido, cita um exemplo de Caterine II, czarina da Rússia entre 1762 a 1796, que quando perguntada em uma carta sobre as escolas primárias para o povo, responde que se o povo fosse realmente capaz de um dia ler e escrever, seria difícil manter as posições sociais existentes no País (BAKUNIN, 1850). Diga-se de passagem, Catarina II foi responsável também pela anexação de territórios bálticos ao Império Russo, tendo enfrentado também a grande insurreição camponesa de Pugachev.

Dessa maneira o Império Russo foi responsável por uma política abertamente colonial principalmente sobre os povos-nações hoje periféricos ao seu território como Finlândia, Ucrânia, Polônia, países bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia, Bielorrússia. Ao sul, o Império também dominava províncias de ascendência Turca (Ardahan e Kars) ou na Ásia (como a Geórgia). Dessa forma, o Estado Russo do período deve ser compreendido como um gigantesco Império Colonial, ainda que em decadência no século XIX, principalmente após a derrota na Guerra da Crimeia entre 1853-1855 contra o Império Turco-Otomano e sua coalizão com Inglaterra e França. Tal guerra modificou a geopolítica imperial na Europa.

No trecho abaixo Bakunin define a natureza conquistadora do Império russo:

“Por que essas conquistas? Ele continuará assim? Ele não pode fazer o contrário, ele é obrigado a fazê-lo. É necessário para sua própria preservação.

Na própria Rússia, de fato, ele não tem vida interior, nenhuma atividade, nenhum progresso a esperar, sem objetivo. Toda a sua natureza transforma-se para fora, e apenas essa expansão perpétua, apenas esses esforços infatigáveis para ampliar suas fronteiras cada vez mais, dão sua força sempre tensa e sua vitalidade monstruosa, o mensageiro da morte. No mundo das ideias morais como na natureza, todo ser vive apenas o tempo necessário para o cumprimento de seu destino. A imobilidade é a morte, e como o Estado russo só pode avançar para fora, teria que morrer assim que cessasse de conquistar.”⁴⁴ (BAKUNIN, 2000d, p.148)

Apesar do status de Império Colonial e seu papel central na Santa Aliança até a metade do século XIX, a Rússia aprofundou sua posição periférica em relação às economias europeias, tendo em vista seu baixo desenvolvimento industrial e suas derrotas militares. Situação em certa medida semelhante ao que ocorreu com a Espanha e Portugal no século XVIII, que paulatinamente perderam posições frente a Inglaterra, Holanda, França, EUA e Alemanha, os novos Impérios capitalistas da virada do século XIX para o XX.

Bakunin aponta que a constituição do Império Russo em 1721 estava baseada na imposição violenta do modelo de civilização europeia sobre o campesinato eslavo, mais especificamente o estatismo de base alemã, onde em sua visão reinava a escravidão e os povos eram tratados como objetos inanimados. Não só o modelo de Estado era alemão, prussiano, como a própria dinastia Romanov foi germanizada no século XVIII, como Bakunin denuncia em diversos documentos de seu período populista revolucionário, apontando que neste período quem passa a dominar o Império é a dinastia Holstein-Gottorp, de origem alemã, mas que manteve a denominação Romanov até ser derrubada do poder em 1917. Em 1863, Bakunin chega a denominar a monarquia russa de Império Alemão de São Petesburgo.

Como Bakunin aponta no seguinte trecho de “Sobre os eslavos” de 1862:

“Le fondateur de l'empire russe, Pierre le Grand, nous traita comme un peuple vaincu. Il avait bâti son pouvoir impérial bureaucratique sur les décombres de nos libertés régionales et de nos droits séculaires qu'il avait lui-même brisés et anéantis. Le gouvernement de Pierre, par sa nature et par sa raideur pédante, était en réalité purement germanique; ses intérêts et ses objectifs restaient fondamentalement antislaves. Pierre fit si bien que les Allemands n'eurent même pas à se battre pour s'emparer du pays. Ainsi, l'actuelle maisonnée sur notre trône, tout comme les nobles qui l'entourent, est de pure origine germanique - elle appartient à la dynastie Holstein-Gottorp.” (BAKUNIN, 2000e).

Esse fato da germanização da dinastia russa e assim como de setores importantes de sua nobreza, acrescenta uma característica étnica, no que Bakunin chama de duplo

⁴⁴ Tradução nossa.

processo de Conquista, interno e externo. Bakunin no documento “*Russia Oficial e russia popular*” de 1863 demonstra como em diversas províncias do Império russo era a nobreza alemã a classe dominante principal e que possuía uma vinculação orgânica com o Czar Nicolau I e depois Alexandre II. Essa aposta das classes dominantes alemãs no Czar se dava na opinião de Bakunin, pelo fato destas estarem completamente apoiadas no forte poder central do Império, o que lhes proporcionava segurança, ao contrário da instabilidade que reinava em diversas regiões da Alemanha.

“L'impérialisme péterbourgeois a une si haute image de lui-même, et l'influence des barons allemands sur celui-ci est si forte, qu'il répugne à confronter sérieusement ces solides soutiens de l'état et du trône. Actuellement, l'empereur remet l'ensemble de la population finnoise contenue dans les provinces baltes au bon vouloir de ces barons en paiement de leurs appréciables services.” (BAKUNIN, 2000h)

Benedict Anderson (1993, p 69) aponta que realmente havia um abismo gigantesco entre a nobreza e dinastia russa e o povo, que começava pela língua, as elites russas dificilmente conheciam e falavam o idioma russo, considerado uma língua dos camponeses. A língua corrente das elites eram o francês e o alemão. Entre as reformas de Pedro I estiveram também a “reforma dos costumes” visando “imitar” através de imposições os modos de vida ocidentais, considerados mais evoluídos. Além do processo de centralização político-econômico, uma centralização cultural-religiosa também se afirmou.

É importante salientar que Bakunin percebe que junto com a imposição violenta da civilização ocidental vêm o modelo da servidão-escravista, aplicado já principalmente na Prússia e na Áustria. Ou seja, como vimos no 1º capítulo, existe um processo de recrudescimento da servidão no leste europeu entre os séculos XVI-XVIII, que foi generalizado pela centralização política dos Impérios na região. E que na Rússia perpassa por dois momentos históricos centrais: a) Centralização da servidão e perda de direitos de ir e vir do campesinato russo, em 1649, por Aleixo, que tem na revolta de massa de Stenka Razin seu principal opositor⁴⁵; b) consolidação do Império através das reformas fiscais e militares a partir de 1721, que teve na revolta camponesa de Pugachev o seu principal opositor. Podemos dizer que na Rússia decorrente de todo grande processo de centralização do poder e da exploração do campesinato, tivemos uma grande insurreição como resposta, com uma temporalidade variada.

⁴⁵ Após a vitória da Revolução Russa de 1917, lenin constrói monumento em homenagem a Stenka Razin.

No trecho abaixo de Bakunin aponta como esse processo de Conquista sobre os eslavos que foram transformados em propriedades absolutas de seus mestres fazia parte da mesma dinâmica colonial que, por exemplo, escravizou os negros nos EUA:

“Le peuple russe, traité comme du bétail, se trouva attaché à la terre, devint propriété absolue de ses maîtres qui, avec la bénédiction du tsar, s'approprièrent tout le pays. Maîtres qui pillaient, torturaient, déplaçaient la population d'un bout de l'empire à l'autre, faisaient du trafic avec elle, jouaient les "âmes" aux cartes. Ils abattaient les gens, comme cela arrive aux pauvres Noirs de l'Amérique du Nord, sans faire trop de différence entre ceux qui appartenaient aux villages alliés ou aux villages ennemis. Pendant un siècle et demi, le malheureux peuple en a été réduit à nourrir, dans la sueur et dans le sang, la noblesse avec sa morgue et servir d'instrument à la voracité hégémonique de l'Etat. L'esclave, forcé à devenir bourreau, apportait une immense misère aux nations conquises.” (BAKUNIN, 2000e).

Nesse sentido o processo de centralização política estava vinculado ao processo de centralização da exploração da força de trabalho. E o que foi essa política de modernização? Foi o desenvolvimento do Estatismo. E o que era o Estatismo? A modernidade colonial. O processo de modernização implementado por Pedro I, foi o desenvolvimento do centralismo estatista, as suas reformas fiscais e militares trazem como marca o aperfeiçoamento da centralização da máquina estatal, a nível científico e técnico. A subordinação da Igreja Ortodoxa ao Czar, ou seja, a emancipação do Estado frente a Igreja. É interessante perceber que a cognição centralista, apontada por James Scott se desenvolveu nesta época com maior perfeição nos países da Prússia e Saxônia, que são os modelos principais, de acordo com Bakunin, para o desenvolvimento do Império Russo.

A criação dos códigos estatais que normatizaram a exploração sobre o campesinato eslavo foi acompanhada de códigos que normatizaram a própria relação entre natureza e sociedade. Nesse sentido a reflexão de James Scott na Obra “Seeing Like State” (1998) sobre a formação do Estado Moderno aponta que sob o desenvolvimento histórico específico do capitalismo e da consolidação dos estados europeus, principalmente na Prússia e na Saxônia (entre 1700-1800), e depois nos outros Estados, foi formulada uma lógica própria de organização da realidade, uma ótica de Estado, que tinha por finalidade produzir uma intervenção e o controle eficiente sobre a natureza e a sociedade. Em sua análise da silvicultura na Europa e o processo de formação da engenharia florestal pelos Estados Nacionais, Scott aponta como o Estado imbuído uma lógica utilitarista e fiscal produziu um sistema de controle e de produção de florestas e plantações visando comercialização da madeira para gerar fundos para os reinos.

A natureza passou a ser vista como “recurso natural”, um sistema de tabelas e regras métricas foi desenvolvido para classificar os diversos gêneros de árvores, tamanho, idade, grau de maturação, qualidade, visando o manejo fiscal para a cobrança de taxas. Nesse sentido, o Estado também ignorou e destruiu os diversos usos culturais, leis tradicionais e negociações feitas por agricultores, lenhadores, pescadores, caçadores, em sua grande maioria camponeses eslavos, que ao longo de séculos viveram daqueles bosques, florestas, campos, rios. A sociedade passou também a ser controlada, quantificada, explorada e simplificada, a formas que visam amplificar o acúmulo dos Estados (SCOTT, 1998). O conhecido episódio relatado por Marx, da proibição da coleta de lenha nos bosques pelos trabalhadores pobres tem ligação com este processo.

Esse processo como vimos foi acompanhado pelo desenvolvimento dos sistemas legais e jurídicos, que versam sobre a utilização da terra como valor de troca e não mais de uso, implementando uma expropriação e já no início do século XIX uma expulsão massiva das comunidades camponesas eslavas. Não só suas existências materiais foram ameaçadas, mais as suas próprias visões de mundo, as noções de usos da floresta, entre outros. Tal elemento aponta então, que o controle da vida pública se dá sempre com a inibição da iniciativa e da participação da sociedade, criando canais oficiais de representação visando enquadrá-la.

Assim, o Estado-Império movido por suas necessidades burocrático-fiscais, desenvolveu uma apropriação cognitiva de legibilidade da natureza e da sociedade que visou homogeneizar e uniformizar a realidade natural e social. Tal processo de abstração e simplificação levou necessariamente a negação da diversidade, que passou a ser taxada como “erva daninha”, ou seja, levou a uma ocultação das diversas realidades, das particularidades sociais e naturais, dessa forma, James Scott (ibid.) aponta que o conhecimento construído sob a ótica utilitarista passa negar elementos da própria realidade, se constituindo como um conhecimento moldado pelo poder, visando satisfazer seus objetivos particulares (AZEVEDO, 2017). Acreditamos que o fato de ter sido o Estado Prussiano um dos indutores principais desse processo, um elemento extremamente relevante.

Essa exploração sistemática da natureza e da sociedade (campesinato) foram a base para a centralização do Império Russo. Um indicativo desse processo é que Bakunin em diversos documentos se refere a Política de Estado como a “Política Alemã”, e também é no mínimo interessante como se refere as nações como esse pólo

de diversidade as quais os estados tendem a centralizar em uma versão oficial que elimina e mata sua diversidade.

A fusão entre dinastia e nação, se configura através da centralização de poderes, riquezas e sistemas cognitivos. A nação sob a ótica dos estados foi uma forma de centralizar cognitivamente/identitariamente o povo, os indivíduos ao Estado, e esse processo ocorreu as custas da destruição das próprias nacionalidades/culturas diversas que existiam, para a fundação das nações/culturas oficiais.

O processo de centralização cognitiva foi levado as colônias que passaram a ser organizadas pelas metrópoles por parâmetros cada vez mais racionais/científicos, o que aprofundou o processo de exploração e dominação. Esse processo tem referência, por exemplo nas reformas pombalinas no Império Português, que no Brasil combateu a língua geral e o tupi, restituindo a língua portuguesa, aplicando diversas outras medidas políticas e econômicas que visam ampliar o controle das metrópoles sobre as colônias. Esse processo leva cada vez mais a um epistemicídio das colônias que perdem o direito as suas línguas, suas culturas e a sua própria história, que passa a ser substituída pela história central e oficial dos impérios.

A crítica de Bakunin então faz sentido, no sentido que as medidas implementadas por Pedro o Grande, foram seguidas de revoltas de massas do campesinato que se insurgiu em defesa dos seus diversos modos de vida. Um elemento fundamental a extrair dessa elaboração é que o Colonialismo (Interno e Externo) como um desdobramento da Conquista, foi e é um mecanismo central do Estatismo. Nesse sentido, a crítica de Bakunin ao estatismo é necessariamente anti-colonial. Ou podemos dizer em termos históricos que sua crítica ao Império colonial o levou a negar o Estatismo em si.

No trecho abaixo vemos como a política da Nacionalidade Oficial se implementou como uma política colonial seja a nível político, econômico e cultural:

“O governo de Nicolau representava a ideia de Nacionalidade Oficial, que é ortodoxia, autocracia e nacionalidade. Em relação aos poloneses, estas ideias implicaram na meta de assimilação, com objetivo de transformá-los em fiéis ortodoxos russos. O princípio da ortodoxia foi o resultado especial do papel que desempenhava a Igreja no Império Russo, tornando-se de fato um departamento do estado, sendo outras religiões discriminadas, por exemplo, as bulas papais não podiam ser lidas no Congresso da Polônia sem autorização do governo russo. O Estado de Nicolau também significou o fim da tradição política na Polônia, tendo acabado com a existência de instituições democráticas, introduzido a administração centralizada, que não era eleita mas

sim nomeada. Ele tentou também mudar as relações entre o Estado e o indivíduo. Todo este descontentamento e levou a resistência entre a população polonesa.” (NANCE, 2004)

A opressão sobre o campesinato, eslavo e de outras etnias, para além do processo de dominação econômico foi marcado pela dominação político-cultural, na grande maioria dos países do Leste principalmente de origem germânica as línguas e religiões eslavas eram proibidas. Bakunin fala como os centros linguísticos, destinados a recuperação da língua e culturas eslavas foram oprimidos e representaram durante algum tempo importantes centros de contestação a dominação imperial. Nesse sentido as políticas imperiais e coloniais tiveram duas expressões principais no século XIX: a política da Nacionalidade Oficial do Império Russo e a Germanização forçada (Kulturkampf) do Império Alemão. Ambas centradas numa política de centralização dos sistemas cognitivos, de poder e riqueza, que tinham na ideia de uma nação/raça oficial sua principal característica.

2.4 - Terra e Liberdade: a agência do campesinato eslavo e o protagonismo dos povos-nação.

O segundo elemento central do pensamento de Bakunin nesse período foi a sua concepção do protagonismo do povo na revolução social. Nessa fase de seu pensamento populista revolucionário, o povo que já era entendido enquanto um setor/classe separado tanto da nobreza, como da burguesia, dos funcionários e do clero, aparece associado à ideia de nação. Um elemento importante levantado por Rubens Fernandes (1982, p.15), é que no idioma russo, a palavra “Narod”, que significa “povo”, também denomina “nação”. Nesse sentido, em nossa visão Bakunin constrói uma noção específica de “povo-nação” que articula ao menos duas dimensões, uma sócio-política e outra nacional/étnica.

A dimensão social-política estava relacionada principalmente a questão de classe, debate em que Bakunin já se posicionava na década de 1840 pelo protagonismo dos trabalhadores, principalmente do campesinato. Sobre isso é importante apontar dois elementos centrais que moldaram a visão específica de Bakunin das lutas de classes no período: a) a grande massa trabalhadora dos Impérios do Leste europeu era o campesinato eslavo, que passava por um processo de radicalização das suas lutas na década de 1840; b) Nos levantes 1848 a burguesia consolidou sua integração nas

estruturas dos Estados-Impérios, integrando o pólo da reação contrarrevolucionária, se separando definitivamente do povo.

Vemos no trecho abaixo de « *Aos russos, poloneses e todos meus amigos eslavos* » de 1862 como Bakunin deposita suas esperanças unicamente no povo, na russia camponesa:

« Il n'y a point de caste vivace en Russie. Ni la noblesse, ni le clergé, ni la bourgeoisie - tous ces avortons du système de Pierre, ne peuvent vivre de leur propre vie. Il n'y a de vivace que - le peuple. La force et l'avenir de notre partie reposent en lui. Vive donc la Russie paysanne! » (BAKUNIN, 2000f)

Bakunin delimita então claramente já em 1848, na variante 3 ao *Apelo aos Eslavos*, que entre o povo e a burguesia os interesses são inconciliáveis, que sob a defesa burguesa dos princípios da “ordem publica e da legalidade”, estava a escravidão das massas e das nações oprimidas, e que a ditadura sempre aparecia como o ultimo argumento do liberalismo burguês. Vamos ao trecho:

“Le contentement de la bourgeoisie est donc toujours en raison inverse avec la liberté des peuples; son intérêt est toujours diamétralement opposé à l'intérêt des masses; mais elle pousse si loin la naïveté cynique de son égoïsme, qu'elle est très sérieusement convaincue que les grandes masses doivent se sacrifier pour elle, qu'elles doivent se tenir tranquilles afin de ne pas troubler son commerce, et elle s'indigne quand elles ne le font pas. Cette tranquillité morne, cette résignation stupide des peuples dans la misère et dans l'esclavage, elle les appelle dans son jargon; légalité et ordre public, deux mots qui furent inventés par une société d'hypocrites à l'usage d'une compagnie de bourreaux. Avec ces deux mots, l'aristocratie bourgeoise, depuis qu'elle est arrivée au pouvoir en Europe, a déjà commis les plus grands crimes politiques; avec ces deux mots, elle a cent fois trahi et vendu l'honneur et la liberté des nations; elle les exploite, elle les vole, elle les opprime sans leur laisser seulement le droit de se plaindre et de se révolter. Avec ces deux mots, elle excuse les mesures les plus vexatoires, les plus féroces, les plus monstrueuses; elle s'en fait une égide contre la voix de sa propre conscience et contre l'indignation populaire. Mais lorsque les peuples fatigués de souffrir se lèvent enfin pour se faire justice à eux-mêmes, c'est encore en criant ces deux mots qu'elle appelle à son secours les violences et la brutalité d'une arrogante soldatesque, Windisch-Grätz, Radowitz, Jelachich, Wrangel et le général Cavagnac sont voila les derniers argument du libéralisme bourgeois.” (BAKUNIN, 2000b)

Bakunin reconhece dessa forma no papel desempenhado pela burguesia nos levantes de 1848 e nos movimentos de libertação nacional, uma das causas principais de suas derrotas. Foram os pactos firmados entre a burguesia e os Impérios durante as insurreições que sacrificaram os interesses de libertação das nações oprimidas. A “política de estado” denunciada por Bakunin em apelo aos eslavos era essencialmente a política burguesa, a diplomacia entre as novas e velhas classes dominantes contra o povo, que como vimos no tópico anterior deixou as estruturas centralizadas de Estado intactas.

Achamos importante ressaltar que quando Bakunin opôs a Política de Estado x Política dos Povos-Nações em 1848 ele promoveu uma ruptura central com as concepções estatistas das lutas de libertação nacional que nasciam no período (comunista e proto-nacionalista), por isso talvez, possamos falar de certo isolamento de sua linha frente ao mar de oportunismo e colaboração de classes que reinou entre as “lideranças revolucionárias” durante e após as insurreições. Essa ruptura permitiu que Bakunin pensasse o povo-nação, não apenas como uma coletividade separada do Estado, mas como uma coletividade dotada de interesses e aspirações opostos aos dos Estados-Impérios e das classes privilegiadas.

A negação do centralismo (política de estado) aplicado a análise da Questão Nacional permitiu que Bakunin articulasse em uma mesma esfera/sujeito a questão nacional e a questão social sem sucumbir a colaboração de classe. A nação, então, não era pensada a partir de sua perspectiva burguesa-estatista, como Unitária e Oficial, pelo contrário, era vista como multifacetada e determinada pelos interesses materiais/naturais. Nesse sentido, para essa perspectiva não existia “unidade” dentro de uma nação oficial, pois as classes eram em si mesmas nações diferentes, nesse sentido as classes dominantes e os Estados eram vistos como expressões de nações colonizadoras, ou anti-nações populares, e neste caso, o campesinato eslavo (e de outras etnias), servos-escravos, eram vistos como os verdadeiros povos-nações. Tal perspectiva fundia/subordinava a ideia de nação aos interesses da classe trabalhadora subalterna (campesinato) contra o estado e as classes privilegiadas, e não o contrário como era visto nas correntes proto-nacionalistas e comunistas no mesmo período.

No período era comum, nas palavras do próprio Bakunin (2000h), tanto os intelectuais como os revolucionários da Europa ocidental, confundirem o povo russo com seu Estado, apresentando ambos como autoritários e conservadores, um como decorrência do outro. Assim, o povo eslavo era tratado como desprovido de agência política, sendo visto única e exclusivamente a imagem e semelhança dos impérios reacionários que os subjugavam. No sentido contrário, Bakunin, apontava que existia uma fissura irreconciliável entre o povo russo e o Império, sendo este último visto como uma estrutura implantada de maneira colonial sobre os povos camponeses eslavos e de outras etnias/religiões, e estes por sua vez, em toda sua história, levantavam uma justa e violenta resistência contra essa dominação.

Nesse sentido Bakunin realiza um gigantesco empenho para integrar política-teoricamente a luta subalterna desse campesinato eslavo nas lutas internacionais de emancipação da humanidade, para isso entrando em conflito com a intelectualidade liberal ou comunista da Europa Ocidental. Em nossa opinião, nestes documentos se quebra a visão de que Bakunin teria apenas análises “superficiais e românticas” das lutas dos povos, demonstrando sua capacidade de análise do contexto histórico e político e as lutas entre as diversas frações de classe: da burguesia, da nobreza, militares, dinastias e do povo em cada contexto. Salientando que muito de seus apontamentos se revelaram acertados no longo prazo.

De acordo com diversos documentos de Bakunin (2000b) os eslavos, situados geograficamente na chamada Europa Oriental, eram até meados do século XIX uma população de 80 milhões de pessoas, em sua maioria esmagadora de camponeses pobres, que viviam e trabalhavam nas grandes propriedades rurais da nobreza e da aristocracia estatal dos quatro Impérios da região. Em outros casos formavam comunidades e povoados relativamente independentes vivendo da produção agrícola, a exemplo das comunidades camponesas russas chamadas *Obschina*, ou *Zadruga* em outras regiões do leste (GIMBUTAS, 1975). Em casos específicos desenvolveram uma reduzida nobreza e burocracia estatal (como visto na Polônia), e em outros integrados às estruturas imperiais (como observado nos tchecos e russos) (BAKUNIN, 2000b).

Nesse sentido, buscando não cair em um nacionalismo metodológico, os eslavos também possuíam uma série de divisões internas e conflitos que não nos permitem falar nos “eslavos” como uma totalidade homogênea ou separada. No século XIX, além do Império Russo, que pode ser considerado um Império dito eslavo (ainda que o próprio Bakunin questione as origens étnicas da dinastia russa), ou dos poloneses que constituíram Estados em momentos diferentes da sua história, isso nos permite apontar que os eslavos também estavam segmentados em classes, principalmente nobreza/funcionários x campesinato, e em diversos subnacionalismos (que deram origem aos diferentes Estados do leste europeu no século XX) e em relações de integração e exclusão com os Impérios da região.

Ainda assim, utilizando o conceito de “povo” de Bakunin (2000b), em geral quando nos referimos a “povos” eslavos, nos referimos às classes trabalhadoras subalternas eslavas (camponeses, trabalhadores agrícolas e urbanos), que por outro lado estavam em condições sociais semelhantes a outros trabalhadores subalternos de

diferentes nacionalidades e etnias, principalmente da periferia do sistema-mundo. Para ver o debate acerca da conceituação de povo para Bakunin ver a introdução.

É principalmente nestes textos que Bakunin defende a agência dos povos eslavos, que em sua visão por serem uma das nações mais oprimidas política e socialmente cumpriram um papel central nas revoluções sociais e no processo de emancipação da humanidade. Bakunin defendia nesse período populista que o campesinato eslavo traria para palco da história a Questão Social e sua Revolução. Assim, os fatores históricos e sociais, como a servidão-escravista, o despotismo, as revoltas crescentes e a resistência da comuna camponesa, levavam Bakunin a defender um papel “central” dos trabalhadores eslavos na revolução internacional e não fatores biológicos ou apenas culturais. Elemento que acabou se revelando um prognóstico correto tendo em vista o papel da Revolução Russa de Outubro de 1917 e seu exemplo para o mundo.

Em Apelo aos Eslavos Bakunin afirma quase profeticamente que seria na Rússia, sob o céu de Moscou, onde a contradição entre Estado e Povo se expressava de maneira mais radical no contexto europeu, seria onde brilharia mais forte a estrela da revolução que guiaria a humanidade na luta pela libertação. Como vemos no trecho abaixo do “Apelo” de 1848:

“c'est à Moscou que, du sein d'une mer de sang et de feu, s'élèvera au ciel l'astre resplendissant de la Révolution, l'étoile polaire qui dirigera vers son salut toute l'humanité affranchie.” (BAKUNIN, 2000 b)

Nesse sentido, Bakunin traça uma defesa importante da capacidade de auto-organização dos povos eslavos e seu papel na revolução social internacional, que era negado pelas demais correntes intelectuais e revolucionárias. Estes postulados de Bakunin estavam baseados nos seguintes pontos: a) os povos eslavos por serem **um dos** povos mais oprimidos pelos impérios europeus carregam um grande potencial de revolta e cumpriram um papel central na revolução internacional. b) os povos eslavos possuíam formas de organização popular do trabalho/terra que se aproximam do socialismo, nesse sentido Bakunin defende uma revolução que aprofunde este socialismo já arraigado na prática do campesinato eslavo. c) entre os povos eslavos e os Impérios que os dominam existe um profundo abismo político, social e étnico marcado pela violência político-social de ambos os lados; d) O campesinato eslavo foi protagonista de inúmeras revoltas/guerras de massa contra os impérios/aristocracias do leste.

Em “*Situação na Rússia – O Povo - 1849*” (2000c) Bakunin aponta que “o povo russo” esse “povo preto”, nas suas próprias palavras, ao contrário da imagem de um povo ordeiro e submisso ao Czar e a Igreja Ortodoxa, vinha protagonizando diversas revoltas que vinham aumentando em frequência e radicalidade. Inicia apontando para a revolta de Pugachev ocorrida em 1773-1775, que reuniu mais de 50.000 insurgentes, foi um dos principais opositores das políticas do Império Russo implementadas por Pedro, o Grande. Na época Catarina II, ampliou a servidão e reduziu os direitos dos camponeses, garantiu a nobreza associação na administração provincial, participou da divisão da Polônia e ganhou territórios sobre o Império Otomano, como a Criméia. Tais elementos potencializaram a revolta liderada por Pugachev que quase derrotou o Império.

Bakunin também cita as guerrilhas camponesas formadas espontaneamente em 1812 contra invasão napoleônica, que na prática foram as únicas defesas realmente existentes contra o imperialismo francês. Aponta o caso em 1831 onde os camponeses tomaram as armas na província de Novgorod e Pskov, matando todos os aristocratas da região. De maneira geral Bakunin aponta que desde o ano de 1842 as revoltas camponesas eram permanentes no leste europeu. Nesse sentido, em 1846 houve uma grande revolta camponesa na Galícia polonesa que se estendeu por todo o império como um rastro de pólvora, antecedendo os levantes de 1848 e esquentando os ânimos no leste. Os “Bunts” eram essas constantes revoltas e levantes populares camponeses que estavam cada vez mais presentes e violentos na sociedade russa e no leste.

Abaixo Bakunin analisa os “Bunts”:

“Les "BUNTS", les soulèvements, constituent la preuve la plus explicite du bouillonnement social qui a beaucoup plus progressé en Russie que ne le croit l'étranger, qui ne voit que la surface des choses fardée aux couleurs de l'Empereur. La première grande protestation du peuple des campagnes contre l'opresseur a été l'insurrection animée par Pugachev en 1773-75 qui, simple cosaque, se faisant passer pour Pierre III ressuscité, rassembla à trois reprises une armée de 50.000 hommes, conquiert Kazan et fit progresser ses troupes de l'Oural jusqu'à Tambov. (...) Mais le souvenir de ce héros populaire continue à vivre et le peuple parle toujours avec fierté de l'ère pougatchévienne.” (BAKUNIN, 2000c)

A memória e a existência das revoltas camponesas eram então uma constante no imaginário popular na Rússia, constituindo uma resistência subalterna e cotidiana frente a imagem da Rússia Oficial. Alguns autores apontam que após o fim oficial da servidão na Rússia em 1861 houve um arrefecimento das revoltas camponesas, mas mesmo assim seu nível continuou alto e tendeu a crescer novamente ao longo do tempo com as

contradições do avanço capitalista sobre o campo russo, que levou a miséria milhares de famílias camponesas. De 1861 a 1865 ocorreram mais de 300 revoltas camponesas, isso para falar dos casos mais graves e oficiais (ABRUNHOSA, 2013).

Bakunin também aponta para o fator religioso e sua importância, pois na Rússia existiam mais de 200 seitas religiosas diferentes, muitas delas populares e oprimidas pelo Império, o que lhes conferiam um caráter subversivo. O chamado “Raskol”⁴⁶, o cisma religioso russo ocorrido com a submissão da Igreja Ortodoxa na fundação do Império em 1721, levou também a uma série de conflitos, divisões internas na igreja (entre a velha e a nova igreja ortodoxa) e no pensamento religioso. Em diversos documentos em sua fase populista ou anarquista, Bakunin cita o envolvimento das seitas religiosas como os taboritas ou hussitas em diversas insurreições na história dos povos eslavos, a própria revolta de Pugachev envolveu diversas dessas agrupações. Algumas dessas seitas mais radicais tinham ideologias/ práticas igualitárias que na visão de Bakunin trouxeram algumas experiências positivas para a luta do povo eslavo (BAKUNIN, 2000e).

2.4.1 - Terras Negras: Os “Quilombos⁴⁷” Eslavos e o Socialismo agrário.

Perry Anderson (2004) apresenta uma análise interessante, que coaduna com a visão de Bakunin, fazendo uma crítica de que de fato a intelectualidade europeia não conhecia o fenômeno das revoltas camponesas de massa na Rússia, e tendiam a ver/determinar superficialmente a realidade social camponesa como insulada e estagnada (FERREIRA,2010). Tais revoltas estavam profundamente relacionadas ao processo de controle/autonomia sobre a mobilidade da mão de obra camponesa.

“a mobilidade camponesa deu, pois, origem, nas pradarias do Ponto, a um fenômeno sociológico praticamente desconhecido no ocidente naquela época – massas rurais plebeias capazes de reunir exércitos organizados contra a aristocracia feudal”. (ANDERSON, 2004, p.210)

Anderson aponta que a maior parte do aparato de repressão do Império Russo foi desenvolvido como uma máquina para impedir o deslocamento da força de trabalho camponesa. Dada a grande extensão das terras na Rússia, guerras e revoltas rurais, havia

⁴⁶ O personagem principal do livro Crime e Castigo de Dostoiévsky, “Raskolnikov”, leva em seu nome a palavra Raskol, para designar o cismático, elemento que estava vinculado a esse fato da história russa.

⁴⁷ Os quilombos historicamente foram formas de resistência do povo negro contra a escravidão dos impérios coloniais nas américas.

o perigo constante de escasseamento de mão de obra para a exploração do Estado/nobreza, o que tornava seu grande objetivo impedir essa mobilidade/fuga do campesinato. A formação do Império russo e o pacto entre a monarquia e a aristocracia estavam vinculados no terreno interno à generalização da servidão e sua manutenção pelo Império e seu nascente exército regular (ibidem, p.204).

Assim, um dos maiores recursos de luta de classes utilizados pelos camponeses eslavos era a fuga para terras inexploradas e distantes. Marcel Van Der Linden comenta esse processo apontando como o “êxodo coletivo” foi uma forma de resistência muito comum dos trabalhadores subalternos principalmente os submetidos a servidão ou escravidão colonial, tanto nas Américas, na África como na Rússia:

“Nos séculos XVIII e XIX, os servos russos (cujas condições de vida eram próximas a dos escravos) costumavam desertar em bandos, abandonando o senhor da terra. As vezes vilas inteiras migravam, partindo e se instalando em novo local”. (LINDEN, 2013, p 196-197).

Quanto mais distante dos centros imperiais mais esse problema aumentava, entre a Rússia e a Polônia, nas florestas da Ucrânia, não havia demarcação clara do território, no norte da Rússia haviam densas florestas, chamadas de “Terras Negras” sem qualquer controle senhorial, para onde o campesinato migrava/fugia criando o cultivo camponês independente(ANDERSON, p.207). Por outro lado no centro da Rússia a servidão esmagava uma grande massa do campesinato. De acordo com Anderson todas as grandes revoltas entre os séculos XVI a XVIII tiveram origem nas fronteiras indeterminadas do império russo (Galícia, Bielo-rússia, Ucrânia, Astrakã e Sibéria), e normalmente mobilizavam camponeses em diferentes condições: servos-escravos, fugidos, cossacos, etc. (ibid, p.211).

Acreditamos que tal prática da fuga para as “Terras Negras”, se assemelham a uma ideia de “quilombos” camponeses, ou seja, territórios liberados fora do alcance do Império e da servidão escravista para onde fugiam os escravos eslavos, territórios que foram muitas vezes os centros das comunas livres camponesas e o epicentro das revoltas. Nós chamamos de quilombos também utilizando propositalmente uma certa metodologia reversa, que não acreditamos que seja prejudicial, ao contrário, trazemos na verdade uma formulação e uma experiência que pertence ao povo negro na sua luta contra o colonialismo, os Quilombos, para compreender os eslavos, no que seria essa prática subalterna de resistência contra o trabalho forçado nos Impérios Coloniais.

Contrapondo o que costumeiramente se faz no método eurocentrico, de buscar tentar caracterizar tudo a partir da Europa.

A crítica ao centralismo então, busca tornar dialéticos todos os processos, buscando semelhanças/diferenças entre as lutas da classe trabalhadora global, sem se prender aos nacionalismos metodológicos centrais ou periféricos. Wan der Linden fala como a fuga era também uma forma de luta de instituição de uma nova sociedade.

O programa revolucionário de Bakunin defendeu então nesse período um modelo de socialismo baseado nessas tradições e revoltas camponesas eslavas, dessa forma, criticava o aburguesamento do socialismo ocidental, e trazia da própria experiência dos povos uma forma alternativa para se alcançar o socialismo. Na década de 1840 vemos uma clara defesa desta perspectiva que aparece na ideia de transformação da terra e do solo dos impérios em “propriedade nacional”, ou seja, propriedade coletiva do povo, tanto em Nova Política Eslava, em Situação na Rússia, como também se aprimora no início da década 1860 com “*Aos russos, poloneses e todos meus amigos eslavos*”. Tal proposta fica bem definida abaixo:

“Nous n'en pouvons avoir d'autre que le désir de fonder un règne du peuple. C'est le peuple que nous aimons, en lui repose notre foi, nous ne voulons que ce qu'il veut. Et quel est son désir? Nous répétons avec le Kolokol: glèbe et liberté! Il ne lui faut pas une partie des terres russes, mais le sol entier, qui est la propriété inaliénable du peuple russe.” (BAKUNIN, 2000f)

Bakunin via assim, o solo e a terra como propriedade inalienável do povo russo. Neste sentido a forma da comuna camponesa, a Obschina, e sua assembleia comunitária o Mir (ou a Zadruga, para o campesinato eslavo dos outros países do leste europeu) se tornam o modelo do programa socialista de Bakunin e dos populistas russos. No seguinte trecho escrito em 1849 Bakunin defende a propriedade coletiva, ao modelo da obschina e o mir como a grande assembleia da comuna. Apontando que na Rússia a questão social da revolução não se resumia a abolição da servidão simplesmente e sim estava diretamente ligada a questão da terra e o seu controle pelo povo:

“Il ne s'agit donc plus en Russie exclusivement de la suppression du servage, de la LIBERTE DES PERSONNES, mais parallèlement du droit du sol. Les paysans raisonnent très clairement sur ce sujet et ils ne disent pas: le sol de notre maître, mais: NOTRE TERRE. Le caractère social de la révolution russe est ainsi posé, il ressort aussi de la nature même du peuple, de son organisation communale. Le bien-fonds appartient à la commune, les paysans n'en sont que les usufruitiers; le droit successoral ne vaut que pour les biens mobiliers, mais pas pour les biens-fonds et tous les 20-25 ans on procède à une nouvelle répartition des terres. Interférer dans cette organisation communale, même avec la meilleure des intentions, n'est pas permis. Cela signifierait une condamnation à mort pour chaque seigneur.” (BAKUNIN, 2000c)

Aqui Bakunin aponta de como a propriedade na tradição do campesinato eslavo era vista como um bem comum e pertencente antes de mais nada a comuna, onde seus membros possuíam acesso, usufruto, mas ninguém era proprietário vitalício, a terra pertencia a coletividade e passava por um sistema de rodizio de tempos em tempos.

No documento “Aos russos, poloneses e todos os meus amigos eslavos” de 1862, Bakunin define de maneira clara o objetivo e o programa dos populistas russos e da organização “Terra e Liberdade”. Abaixo vemos sua defesa da propriedade coletiva, que elimine os monopólios privados ou estatais, deixando a comuna camponesa o controle da terra:

“D'une manière ou d'autre, et cela dans un temps bien proche, tout le sol doit la propriété de tout le peuple, tout droit personnel au sol doit être aboli, afin qu'il n'y ait ni petits ni grands propriétaires, point de monopolistes, mais que chaque Russe puisse, par droit de naissance, posséder la terre en commun avec les autres. Il faut que, se fondant sur ce droit, chaque commune qui émigre puisse, partout en Russie, prendre à toute éternité possession comme propriété communale de tout espace libre, mais que la propriété personnelle soit restreinte à un certain laps de temps. Il faut que, se fondant sur ce même droit, tout individu, à quelle caste qu'il appartienne, puisse se rallier à une commune existante, ou bien, se réunissant avec d'autres individus, en former une nouvelle.” (BAKUNIN, 2000f)

O programa de Terra e Liberdade sintetiza assim a concepção de Bakunin neste período, a revolução é a tomada da terra pelo povo, pelo campesinato e a sua autodeterminação, nas comunas rurais federadas. Esse lema se coloca diretamente contra as saídas centralistas e estatais, que pretendiam centralizar toda a propriedade na mão do estado, seja operário ou burguês. Para Bakunin a comuna rural teria esse papel, sendo a terra propriedade coletiva do povo, podendo ser trabalhada coletivamente ou individualmente pela posse, regulado por suas associações comunais, nesse caso, o Mir. O programa terra e liberdade pode ser definido então como o direito a propriedade da terra por todo o povo, e a gestão de baixo pra cima, a partir da comuna.

Bakunin mobiliza em seu arcabouço analítico uma série de revoltas camponesas, que mesclavam elementos religiosos sejam taboritas, hussitas, formas de propriedade coletiva (Mir ou Zadruga), ou seja, saberes construídos pelo campesinato eslavos ao longo dos séculos, como força coletiva criadora da revolução. A experiência de luta dos povos, seja por sua existência e resistência contra a dominação, sintetizados no Trabalho (ação/energia transformadora), são os elementos centrais na formação da força coletiva. O povo para Bakunin é considerado como uma força coletiva que possui uma história e dinâmicas de ação que podem e devem ser estudadas.

O populismo revolucionário de Mikhail Bakunin tinha como estratégia central da revolução anti-imperial a guerra insurrecional camponesa e popular, defendendo tanto a constituição de um exército revolucionário, como a ação de organizações clandestinas e táticas de guerrilha. Essa estratégia, tendo em vista a formação social da Rússia, pode ser estendida para países periféricos e semi-periféricos. O anarquismo enquanto movimento de massas pode ser entendido como a fusão do populismo revolucionário e do sindicalismo revolucionário.

Essa concepção entrava em conflito com as concepções marxistas que enxergavam a classe trabalhadora como produto unicamente da técnica moderna e capitalista.

2.4.2 - Povo e Classe: a união dos trabalhadores subalternos frente as ideologias modernistas e conservadoras

Um debate central que emerge a partir dos elementos aqui colocados é acerca da concepção de “povo” de Bakunin, o seu caráter e a sua organização, e sua relação com a contradição entre modernidade x tradição. Martin-barbeiro traz uma importante contribuição acerca deste debate no século XIX, abordando entre outras coisas, a divergência entre anarquistas e marxistas nessa questão. Para Martin-Barbeiro neste período havia uma contradição entre a concepção iluminista de povo, que tendia a ver o povo como uma categoria associada a política para se pensar o Estado Moderno, ou seja, o povo, como uma macro categoria que fundamenta a ideia de cidadania e do direito burguês. Porém que no terreno cultural e material tendia a encarar o povo como o depositário das ideias mais retrógradas, religiosas, violentas, da satisfação das necessidades imediatas etc. Existia então na visão do autor uma instrumentalização da concepção de povo, como uma categoria abstrata que fundamentava as instituições, mas que no terreno do real negava suas verdadeiras aspirações. Tal elemento fica bem claro nesta passagem:

“A racionalidade que inaugura o pensamento ilustrado se condensa inteira nesse circuito e na contradição que encobre: está contra a tirania em nome da vontade popular, mas está contra o povo em nome da razão. (...) Assim, na passagem do político ao econômico se fará evidente o dispositivo central: de inclusão abstrata e exclusão concreta, quer dizer, a legitimação das diferenças sociais.” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 24)

Tal diferenciação também se expressa no terreno da cultura, sendo neste período onde se solidificam as definições de cultura, como posse das elites “cultas”, e do popular, como o espaço do “in-culto”, desprovido de cultura e reflexão. Nesse sentido a identidade do povo era construída pelo que lhe falta, pela ideia de exclusão da riqueza, do ofício político e da educação.

“Sobre a relação do povo com a educação - que é o modo ilustrado de pensar a cultura -, trata-se da relação mais “ exterior” das três, pois só a partir de fora pode a razão penetrar a imediatez instintiva da mentalidade popular. (...)A relação não poderá ser senão vertical: desde os que possuem ativamente o conhecimento até os que, ignorantes, isto é, vazios, só podem deixar-se satisfazer passivamente” (ibid., p. 25)

Nesse sentido o “popular” é desprovido de agência própria, de cultura, e seus interesses e aspirações estão contra a razão, devendo ser instruídos e “podados” de cima para baixo pelas elites cultas, que dominam o ofício político e detém a educação e a riqueza. Bakunin em diversos documentos critica esta visão idealista/cientificista do povo que o vê como uma “folha em branco” onde deveriam ser inscritos os objetivos das elites esclarecidas, desconsiderando suas experiências e aspirações sociais intrínsecas.

Por outro lado e como uma contraposição, se desenvolveu neste mesmo período o romantismo, como movimento cultural-político, que se apresentou como uma denúncia difusa dos malgrados da civilização burguesa europeia. Muitas concepções revolucionárias do século XIX, como as primeiras vertentes do socialismo, tiveram íntima relação com tais ideias. Para Martin-Barbeiro o romantismo se relacionou com a categoria de povo de diferentes maneiras: a) da exaltação revolucionária do popular; b) da visão do povo dotado de uma “alma nacional”, assumindo viés nacionalista; e c) da negação completa das concepções racionalistas, do povo como depositário do religioso, do irracional, assumindo caracteres conservadores.

Mas é no bojo dessas concepções românticas que o povo aparece como sujeito dotado de cultura. Tais concepções passam e então a valorizar o espaço do sentimento e da experiência do espontâneo como locus da emergência da subjetividade, não apenas o espaço da racionalidade fria e “neutra” do iluminismo. Outro desdobramento desse processo é a percepção da pluralidade cultural, permitindo a relação, a comparação, o estudo, das culturas populares. Nesse sentido o popular, para além das categorias abstratas jurídico-políticas, passa a ser visto também como espaço da criatividade e da produção, processo até então negado pelo racionalismo iluminista (ibid., p.26-27).

Apesar desses elementos, as concepções românticas tenderam a constituir um novo centralismo envolta da ideia de “tradição/cultura”, que em muitos sentidos advogando o anti-racionalismo, acabava por negar a história e a dialética, compreendendo o povo, a cultura, e a nação como totalidades estanques, homogêneas, negando a “circularidade cultural” e as próprias diferenças de classe (ibid., p.30). Assim, para algumas concepções românticas o povo estava aprisionado por seu passado, eterno, e tudo que diferia do estabelecido pelas “tradições”, era visto como contaminação, materializado na ideia da cultura-patrimônio. Para Martin-Barbero, iluminismo e romantismo, acabavam por se encontrar então, na visão do povo como passado, situado no campo do tradicionalismo e do irracional. (ibid.)

Para nós é importante pontuar então, que tanto Bakunin e o anarquismo, como o marxismo romperam com tais concepções, mas de maneira diferenciada. Martin-Barbeiro aborda a ruptura com o romantismo no trecho abaixo:

“tanto anarquistas quanto marxistas efetuarão de início será a ruptura com o culturalismo dos românticos ao politizarem a ideia de povo. Politização que significa a explicitação da relação do modo de ser do povo com a divisão da sociedade em classes, e a historicização dessa relação enquanto processo de opressão das classes populares pela aristocracia e pela burguesia.” (ibid., p.32)

Tais visões revolucionárias apontavam frente aos iluministas, que a ignorância popular não era o resíduo de sua falta de cultura, mas consequência da exploração instrumentalizada por estas mesmas “classes instruídas”. Frente aos românticos apontavam que as formas culturais populares não expressavam uma alma eterna, mas sim a história das lutas sócio-políticas em constante transformação (ibid, p.32).

Apesar dessas críticas gerais convergentes, anarquismo e marxismo, diferiam radicalmente na sua aceção do conceito de povo. Bakunin e o anarquismo, resignificam e dão caráter positivo ao conceito de povo, mesclando-o ao conceito de classe social, na ideia que se consolida no período anarquista de Bakunin de povo-classe. O marxismo, por outro lado, nega o conceito de povo como “mistificador” para afirmar o da classe social, compreendendo assim povo x classe.

Martin-Barbero aponta que o conceito de “povo” para o anarquismo expressa uma concepção que vê antes de mais nada um processo de continuidade entre as lutas das classes exploradas na história. Essa continuidade é percebida na ideia de memória das lutas populares, ou seja, formas de resistência forjadas pela experiência e pela reflexão popular, que é encarada por Bakunin como uma dimensão do trabalho, do

fazer-se dos trabalhadores, e que se configura em uma forma de reunificação epistemológica entre as classes trabalhadoras subalternas como sujeitos, principalmente em sua dimensão que articulava as lutas dos camponeses e de operários, de escravos e assalariados, etc.

Abaixo Martin-Barbaeiro aborda este ponto:

“Tocamos aí um ponto nevrálgico nas diferenças entre anarquistas e marxistas: o referente à memória do povo e em particular à memória de suas lutas. Os libertários pensam seus modos de luta em continuidade direta com o longo processo de gestação do povo. Os marxistas em troca põem em primeiro plano as rupturas nos modos de luta que vêm exigidas pelas rupturas introduzidas pelo novo modo de produção. A continuidade é para os anarquistas não uma mera tática, mas a fonte de sua estratégia: aquela que pensa a ação política como uma atividade de articulação das diferentes frentes e modos de luta que o povo mesmo se dá.” (ibid.,p.33)

Dentro da concepção de Bakunin e na sua análise da luta de classe não importava a diferença entre os elementos chamados “modernos” ou “tradicionais”, diferenciações que não passam de produtos das ideologias burguesas ou conservadoras-monárquico-religiosas. Não existe oposição real entre a luta dos povos “tradicionais” oprimidos e dos operários urbanos “modernos”, essa oposição baseada na ideologia centralista da modernidade é burguesa, a ciência materialista de Bakunin aponta que ambas estão submetidas ao mesmo regime de exploração e opressão do centralismo/monopolismo estatal-capitalista, só que em diferentes pontos de sua estrutura, seja nos países centrais ou periféricos. Assim sua luta pode e deve ser uma luta comum.

Dessa forma o populismo revolucionário de Bakunin permite que a luta revolucionária se aproprie e se funda com os métodos de luta “tradicionalistas” dos povos subalternos não porque são tradicionais em si, ou melhores que os “modernos”, mas por que são métodos de lutas concretos utilizados pelos povos, e querer muda-los de cima pra baixo a partir de um suposto único método correto, seria uma forma de centralismo, uma reconstituição da autoridade. Por outro lado e isso também está ligada com a concepção de ciência de Bakunin, tudo deve estar posto para a crítica, ainda que nunca devendo ser imposto de cima, mas sendo analisado pela ciência materialista, deve-se sim realizar as críticas de baixo para cima ao que essas concepções tradicionalistas tenham, por exemplo, de patriarcal ou até mesmo de estatistas.

Dessa forma ao negar o centralismo, Bakunin é o que melhor consegue produzir uma perspectiva dialética crítica entre o que normalmente denominamos moderno e

tradicional. E as críticas de que Bakunin seria um “conservador”, “filo-eslavo”, principalmente vindo dos marxistas, deriva essencialmente pelo fato de que eles mesmos estão presos a ideologia da modernidade burguesa. Considerar Bakunin um conservador é um desconhecimento completo de sua obra e teoria, que é essencialmente anti religiosa, anti patriarcal e anti nacionalista.

CAPÍTULO III – LIBERTAÇÃO NACIONAL E ANARQUISMO: A LINHA ANARQUISTA VERSUS O ESTATISMO NACIONALISTA E O SOCIALDEMOCRATA

“De onde lhes veio esta pretensão tão ridícula quanto arrogante, tão ridícula quanto funesta, de impor seu ideal político a dez milhões de camponeses que não o querem? É ainda, evidentemente, uma herança burguesa, um legado político do revolucionarismo burguês. Qual é o fundamento, a explicação, a teoria desta pretensão? É a superioridade, pretensa ou real, da inteligência, da instrução, resumindo, da civilização operária em relação a civilização do campo. Mas você sabe que, com tal princípio se pode legitimar todas as conquistas, todas as opressões? Os burgueses nunca tiveram outro princípio para provar sua missão de governar, ou, o que significa a mesma coisa, explorar o mundo operário. De nação para nação, assim como de uma classe para outra, este princípio fatal e que não é outro que a autoridade, explica e dá esse direito a todas as invasões e a todas as conquistas. Os alemães não se serviram sempre dele para executar todos os seus atentados contra a liberdade e contra a independência dos povos eslavos, e para legitimar a germanização violenta e forçada? É, dizem eles, a conquista da civilização sobre a barbárie(...). Para mim, uma ou outra pretensão são igualmente odiosas, e eu lhe declaro que, tanto nas relações internacionais como nas relações entre uma classe e outra, estarei sempre ao lado daqueles que se quer civilizar por este processo. Vou me revoltar com eles, contra todos esses civilizadores arrogantes, que se chamem operários, ou alemães, e, revoltando-me contra eles, servirei a revolução contra a reação.” (Mikhail Bakunin, Cartas a um Francês, Setembro de 1870).

3.1 - Mikhail Bakunin e as Lutas de Libertação Nacional:

A epigrafe inicial desse capítulo é extremamente elucidativa para compreendermos como o pensamento de Mikhail Bakunin articulou as lutas de libertação nacional com as lutas da classe trabalhadora, numa dialética que compreendia as questões nacional e social como complementares, fundando uma linha específica para as lutas de Libertação Nacional. Aqui retomamos a concepção de Lucien Van der Walt (2009)⁴⁸ que entende que as lutas de libertação nacional, empreendidas principalmente a partir do século XIX até os dias atuais, não podem ser caracterizadas como monopólio de uma única corrente, normalmente identificada com o nacionalismo, ao contrário, mas sim por diversas correntes, muitas vezes antagônicas entre si.

Em nossa análise do pensamento de Bakunin percebemos seu diálogo e combate a duas correntes principais, que posteriormente se tornaram centrais nas lutas de

⁴⁸ Felipe Correa realizou uma tradução do capítulo “Imperialismo e Libertação Nacional” do livro de Van der Walt “*Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*”, que pode ser lido no site: <https://ithanarquista.wordpress.com/2015/04/23/michael-schmidt-e-lucien-van-der-walt-imperialismo-e-libertacao-nacional/>

libertação nacional no século XX: a linha nacionalista (republicana ou monarquista) e a linha socialdemocrata/comunista, ambas responsáveis, em nossa visão, pelos principais dilemas e degenerações destes movimentos. Em nossa visão a crítica de Bakunin a essas duas concepções se ancorou em uma crítica ao centralismo/teologismo que levou no caso do nacionalismo a um estatismo fascista e no caso do comunismo a um estatismo desenvolvimentista e imperialista.

Podemos que dizer que as questões colocadas por Bakunin na década de 1870 sobre a questão nacional diagnosticaram cinco tendências principais no movimento operário e de massas na Europa que se expressaram com toda a intensidade no século XX: a) a degeneração da social-democracia alemã ao patriotismo imperialista; b) o desenvolvimento do pangermanismo em um Estatismo supremacista e racista, tendo sua maior expressão no nazismo; c) o potencial reacionário e burguês do nacionalismo mazzinista, que com certeza foi uma das bases históricas do fascismo italiano; d) O caráter estatista e portanto fratricida que tomou o nacionalismo pan-eslavista, levando a fragmentação em diversos Estados-nacionais e guerras étnicas no leste europeu; e) a formação de um imperialismo comunista, nacionalista (expresso na teoria do socialismo em um só país), que tenderia a centralizar e portanto oprimir povos-nações, gerando reações adversas ao projeto socialista, fato que se confirmou principalmente na URSS stalinista e pós-stalinista e sua relação com os países do Leste Europeu.

Se por um lado Bakunin acerta em seu diagnóstico do papel que a classe trabalhadora russa e eslava tomaria no processo de protagonismo da revolução social a nível internacional, se pode dizer por outro lado, que foram os bolcheviques e não os anarquistas a capitanearem tal processo histórico. Mas não queremos reproduzir aqui uma certa historiografia que tende a mostrar Bakunin como um profeta, fruto apenas de uma sagacidade política, que de fato detinha, porém tal concepção tende a descartar que o mesmo possuía um método de análise materialista que o levou a tirar as conclusões corretas da realidade. Neste capítulo tentaremos exatamente entender como o método de Bakunin e sua crítica ao centralismo/teologismo foi fundamental para compreender as tendências que se formavam no movimento popular europeu e sua vinculação com a questão nacional.

A linha nacionalista de caráter burguês-aristocrático a qual Bakunin combateu teve por representantes principais neste período (1860-1870) o Mazzinismo na Itália e o Pan-Eslavismo na Rússia. Estes dois movimentos nacionalistas radicais que

despontaram com as revoluções de 1848, chegam a década de 1860 com um caráter muito mais conservador. A própria terminologia “nacionalista” vai se estabelecer neste período, vinculada a tais movimentos em sua fase de degeneração, diferente da variante do patriotismo revolucionário, romântico e de caráter mais cosmopolita visto até a década de 1840 (ANDERSON, 2005, p.22). Aqui o que denominamos “nacionalismo” se aproxima do que Benedict Anderson caracteriza como o “nacionalismo oficial” (ANDERSON, 1993, p.123), uma mescla variada e fusão de estruturas políticas republicanas e conservadoras (ou de concepções de nação e da dinastia), mas que por característica central a defesa do Estado como vetor da nação.

Os patriotas italianos, a sua cabeça o republicano Giuseppe Mazzini, que durante décadas lutaram pela unificação Italiana e contra o domínio do Império Austríaco e seu aliado o Vaticano, tiveram um triste desfecho, com o processo de unificação sendo consolidado pelo monarca Victor Emanuel II. O processo de unificação nacional de caráter conservador, monárquico, ainda que antecedido por movimentos de massa como o Risorgimento (1ª fase 1848-49 e 2ª fase 1859-1860), liderado por Garibaldi, e marcado pela perseguição a este e ao próprio Mazzini pela Monarquia unificada, demonstra como a linha “nacionalista” passa a ser instrumentalizada pela política Imperial e reacionária nos nascentes Estados-Nações.

O pan-eslavismo que tem seu marco no I Congresso Geral dos Eslavos, que entre outros objetivos, se propunha buscar uma solidariedade entre os movimentos de libertação da Polônia e dos Austroeslavos, se fragmentou completamente nos chamados sub-nacionalismos produto do projeto de suas elites aristocráticas. Na década de 1860 a capitulação dos pan-eslavistas russos e austro-eslavos frente à política imperial russa tem seu ápice no silêncio acerca do massacre da insurreição polonesa de 1863 e na realização do II Congresso Eslovo em 1867 sob a tutela do Czar (BAKUNIN, 2000j)

O Pan-Germanismo, base da unificação alemã e da criação do Império Alemão em 1871, também pode ser enquadrado neste campo “nacionalista”, porém analisaremos este juntamente com a social-democracia alemã, assim como suas relações recíprocas, em um tópico a parte neste capítulo. O que denominamos social-democracia alemã inclui também o marxismo, que até a revolução russa de 1917 era uma corrente central dentro dos Partidos Operários Socialdemocratas dos diversos países europeus. Tal setor esteve empenhado, desde as revoluções de 1848, no processo da chamada Unificação Alemã, como veremos, e manteve uma relação extremamente problemática, do ponto de

vista revolucionário, com o Império Alemão, elemento que Bakunin foi pioneiro em desvelar.

Aqui não será o espaço para realizarmos uma análise aprofundada das controvérsias do anarquismo com essas linhas em si, o que demandaria um esforço muito maior, como a análise aprofundada de todos os autores envolvidos, sendo objeto para dissertações específicas. Por isso assumimos a limitação do presente trabalho. Aqui faremos principalmente uma análise dos posicionamentos de Bakunin frente a essas outras correntes, e quando acharmos necessário recorreremos a comentadores ou aos textos originais dos autores/adversários em debate, principalmente no caso do debate com Engels/Marx.

3.1.1 - Do populismo revolucionário ao anarquismo:

Os anos de 1863-1864 são muito importantes para o processo de radicalização política de Mikhail Bakunin, tendo em vista três fatos principais o qual esteve diretamente relacionado ou impactado: a) A insurreição polonesa de 1863; b) Fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores; e c) Fundação da Fraternidade Internacional, ambas em 1864.

A insurreição polonesa de 1863 e sua posterior derrota foi apontada por alguns autores como um dos principais motivos da “virada anarquista” de Bakunin (ANGAUT, 2010, p.4), ainda que tenhamos algumas ressalvas a estas visões, este processo realmente marca uma ruptura explícita deste com os setores do movimento de libertação eslavo a qual manteve intensa relação nos primórdios da década de 1860. Essa posição fica clara em documentos dos anos posteriores (Fraternidade 1864, a questão eslava 1867 e pan-eslavismo 1870), os quais Bakunin denuncia a posição dos pan-eslavistas russos que frente a Insurreição de Janeiro de 1863 abandonaram a luta do povo polonês, se aproximando cada vez mais do Império Russo. E por outro lado criticando as lideranças do próprio movimento de libertação da Polônia que abandonaram a questão social, que por sua vez era a questão do campesinato, em nome de uma independência pactuada com as potências do ocidente (BAKUNIN, 2014a; 2000h).

É importante pontuar que a linha de Bakunin para os movimentos de libertação nacional, o populismo revolucionário, desde a década de 1848 já era distinta e mesmo oposta a grande parte do que se convencionou chamar pan-eslavismo, principalmente no

que toca a sua crítica a Política de Estado e o papel central do campesinato no processo insurrecional, tendo em vista que os patriotas eslavos se integraram de diferentes formas as estruturas imperiais do Leste Europeu. Porém, de fato, podemos dizer que essa ruptura se explicita principalmente após o levante polonês de 1863, elemento que leva na Rússia e em parte no leste europeu, a materialização de dois campos opostos na política de libertação nacional, que em nossa visão já existiam em estado de potência - a divisão entre Pan-Eslavismo X Populismo.

O primeiro refém da Política de Estado passa a colaborar cada vez mais com a política imperial, passando a ser uma forma de continuidade do antigo filo-eslavismo conservador, e o segundo como aponta Rubens Fernandes (1982) condena a via estatista para a transformação social, tendo por eixo o “povo” e apontando para a defesa da insurreição como sua forma principal (em sua primeira fase). Nesse período de 1860-1870, podemos falar então de uma marcada influência política anarquista dentro do chamado Populismo Russo, e vice-versa, e como de certa forma os dois se confundiram no leste europeu neste período. Porém, como vimos, o Populismo Russo ao longo do século XIX se desdobrou em outras correntes, seja de viés educacionista, terrorista, e outras que dariam origem ao próprio marxismo russo⁴⁹ e ao partido socialista revolucionário no início do século XX.

O interessante é que quando o populismo russo começa a se consolidar na década 1860, tendo a organização clandestina Terra e Liberdade fundada em 1862, uma de suas primeiras expressões políticas organizadas, Bakunin dá nos anos imediatamente seguintes um grande salto político, teórico e organizativo para além do pensamento que havia consolidado nas décadas anteriores até ali, junto a Herzen, Ogarev, etc, pensadores basilares do Populismo. Nesse sentido o programa e as formulações de Bakunin para a organização Terra e Liberdade neste curto período de 1862-1863, avançam consideravelmente para a proposta da Fraternidade Internacional de 1864.

É importante ressaltar que os documentos políticos-militantes de Bakunin em todo o período populista revolucionário podem ser considerados em sua maioria como uma aplicação de sua linha anti-centralista para a análise da luta dos povos, com algumas exceções, mas a sistematização dessa teoria, só é feita a partir de 1864 com o

⁴⁹ O marxismo russo tem sua origem principalmente entre “ex” populistas que realizam uma ruptura com esta perspectiva e se aproximam da social-democracia ocidental (principalmente alemã). Ver o livro de Rubens Cesar Fernandes – Dilemas do socialismo a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos.

conceito de antiteologismo. Possivelmente a influência de Proudhon tenha servido como um bastião teórico de Bakunin até então, e foi também em grande parte de Herzen, a qual ao que tudo indica, tenham se apropriado para formular suas políticas.

A partir de uma breve análise das cartas podemos ver Bakunin atuando várias “frentes” buscando construir organizações revolucionárias em diversos países, debatendo com diversos interlocutores, mas principalmente os veteranos dos movimentos populares de libertação nacional. Seus escritos guardam um certo padrão, é possível verificar que a criação de uma organização revolucionária em um país é acompanhada de análises sobre a sua situação política, econômica e social (Situação na Rússia; Análise para uma federação na escandinávia; Situação Italiana, etc), assim como é possível perceber uma trajetória organizativa de Bakunin que funda na Rússia/Polônia “Terra e Liberdade” em 1862, e passa a organizar a Fraternidade Internacional na Escandinávia 1864, depois na Itália 1865, culminando posteriormente com a França, Suíça e península Ibérica até 1870, e depois voltando a Rússia, Polônia e Sérvia, já com Aliança e AIT.

Essa trajetória aproximada, porém, não limita a abrangência de sua organização (Fraternidade/Aliança) que tinha muitos membros espalhados em diversos países, apenas demonstra uma zona de influência e onde foi se consolidando as organizações revolucionárias nacionais impulsionadas por Bakunin. Outro elemento a relevar é o grande número de ciclos de refugiados políticos/minorias étnicas espalhadas por toda a Europa no período, o que torna mais complexa qualquer análise da composição étnica da Fraternidade, porém este não é nosso objetivo aqui. Os documentos dessa organização também demonstram que ela possuía um claro objetivo de promover um cerco estratégico, através de insurreições e guerras revolucionárias, contra a Santa Aliança e sua nova coalizão contrainsurgente monárquico-burguesa.

Assim, o anarquismo de Bakunin que se consolida na década de 1860, tendo na fundação da Fraternidade Internacional em 1864 e a atuação na AIT os seus principais marcos, aparecem como uma radicalização dos pressupostos de seu populismo revolucionário do período anterior, assim, vemos muito mais elementos de continuidade do que de rupturas. Nesse sentido, o eixo central do documento da Fraternidade Internacional foi o balanço dos movimentos de libertação nacional na Europa e o apontamento de sua degeneração, ao lado da conclusão da necessidade e do papel de

uma organização internacional dos revolucionários e das massas trabalhadoras, como o único meio capaz de derrotar a nova Santa Aliança que se formava.

A crítica aos Estados-Impérios do período anterior se consolida como a crítica ao “Estatismo” de maneira geral e se desenvolve ali uma crítica global ao centralismo como princípio teológico (que só aparece sistematizado a partir de 1864) e das contradições do sistema capitalista (que antes apareciam de forma diluída na crítica a degeneração da burguesia ocidental). Por outro, lado Bakunin avança na elaboração de uma concepção centrada nos povos-nação, para uma concepção de povo-classe, a partir da defesa da teoria do valor trabalho e da integração do papel do operariado urbano na luta internacional. Mesmo assim, é importante dizer que o russo não abandona sua perspectiva de autodeterminação dos povos-nações, mas a integra e subordina numa perspectiva mais ampla, articulando-as de nova maneira, principalmente a centralidade que assume a estratégia do Internacionalismo Popular-Proletário.

Bakunin defende então 1864 uma grande Aliança Internacional dos Povos. E esta seria tanto uma internacional de organizações de luta como também de países e territórios libertados. Começa a delinear então como poderia ocorrer tal aliança. Aponta que primeiramente os representantes dos diferentes povos-nações não poderiam ser seus governos, pois estes eram exatamente seus inimigos. Também não poderiam ser as classes privilegiadas (nobreza, burguesia, burocracia), que estavam marcadas por interesses particularistas e egoístas e representavam a Reação na Europa, como afirma abaixo:

“Sua realeza e respectiva corte, o seu governo, sua burocracia, seus financeiros, suas classes privilegiadas são, no fundo, as mesmas que em qualquer lugar – liberais quando são forçadas a sê-lo. Mas sua essência, seus instintos, suas tendências naturais e seus interesses são pela reação, e em circunstâncias favoráveis para eles, iriam até os limites do possível.” (BAKUNIN, 2014, p.68.)

Defendendo que:

“Hoje caro amigo, de vivo e enérgico na Europa só existe o povo, principalmente esta parte avançada do povo que chamamos de operários das fábricas e das cidades. É o único exército que podemos opor aos exércitos unidos da Santa Aliança dos reis contra a liberdade.” (ibidem, p. 116)

Bakunin analisa assim que as lutas pela autodeterminação dos povos e seu autogoverno de baixo para cima se integrava na dinâmica internacional da luta entre revolução x contrarrevolução que era atravessada pelos interesses materiais das classes.

Apenas, o povo, os trabalhadores das cidades e do campo poderiam levar o projeto de libertação da humanidade às últimas consequências.

A contradição do que Bakunin aponta neste mesmo documento, como o princípio teológico e o princípio humanitário, marca uma consolidação de seu pensamento anarquista e de seu método materialista de análise da realidade, elemento que interliga seu pensamento em todas as suas análises políticas, econômicas e culturais. Assim, entendemos que a organização da Fraternidade surge das limitações e das contradições ocorridas no período anterior, ou seja, as lacunas deixadas pelo populismo revolucionário, como a falta de uma organização internacional com um programa e uma teoria definida.

Outros elementos decorrentes da dura crítica aos movimentos nacionalistas e seus resultados, principalmente o pan-eslavismo, pan-germanismo e a Jovem Itália⁵⁰, leva a uma reelaboração da questão nacional, como por exemplo, na sua crítica aos obstáculos ao Mir russo, apontando seus elementos conservadores (patriarcais) e sua vinculação crescente com a estrutura do Império Russo, processo de “institucionalização” que de fato ocorreu no período, apesar disso, sem nunca abandonar sua defesa da Comuna Camponesa e do papel revolucionário do campesinato.

Nesta análise do Mir russo, aponta como os elementos patriarcais desta estrutura contribuíam para a perpetuação do poder imperial. Bakunin via assim, como as políticas “modernizantes” e as políticas “conservadoras” ou “tradicionalistas” podiam ser instrumentalizadas pelos Impérios, não podendo ser essencializadas como fazia o pan-eslavismo com a defesa da comuna camponesa submetida a autoridade religiosa e patriarcal, ou no que Bakunin chamou de “classicismo” de Mazzini, que desenvolvia uma política baseada nos mitos românticos do passado, no caso italiano, da antiga glória Romana. Tal análise das tradições e lutas populares sempre devia estar condicionada ao seu papel presente na luta de classes. Como vemos no trecho abaixo:

“Toi, Herzen, tu as pu un jour être d'accord avec eux sur l'une ou l'autre des idées que tu as exposées avec tant de lucidité dans tes écrits concernant l'organisation communale de la propriété de la terre de notre pays et ce que tu nommes si justement le socialisme traditionnel et naturel du paysan russe. Mais même en cela, quel abîme entre vous! Nos panslavistes voudraient faire prédominer dans cette jouissance commune de la terre l'élément patriarcal,

⁵⁰ Organização nacionalista criada por Mazzini, que inspirou a Jovem Polônia, Jovem Alemanha e Jovem Europa, pode ser considerado como uma das marcas do surgimento do nacionalismo.

l'autorité paternelle, et surtout l'autorité tutélaire et suprême du tsar, ce père dénaturé de toute la nation, avec pour conséquence nécessaire l'inévitable autorité de ses fonctionnaires à la main leste tant pour voler que pour bâtonner, le tout avec la bénédiction de notre chère et sainte Eglise orthodoxe officielle.” (BAKUNIN, 2000 - Questão eslava, 1867, p. 2)

A atuação de Bakunin no movimento operário na década de 1860 tem seu auge com sua filiação oficial a AIT em 1868, mas data de antes por sua relação tanto com Proudhon, como principalmente, com os proudhonistas do movimento operário francês, italiano e suíço (FERREIRA, 2014; SILVA. 2017) que já compunham sua organização anarquista, a Fraternidade Internacional desde 1864. Foi principalmente em aliança com este setor a esquerda e revolucionário do mutualismo operário que se consolidou a formação do anarquismo como uma proposta para o movimento de massas, que posteriormente ficou conhecida como sindicalismo revolucionário.

Podemos dizer então que o anarquismo foi fruto de dois movimentos históricos: a radicalização do populismo revolucionário russo e sua fusão com a corrente operária mutualista no interior da AIT, dando origem a Ala Coletivista ou Socialista Revolucionária, nomes utilizados por Bakunin como sinônimos do Anarquismo. No encontro dessas perspectivas se processou as concepções fundamentais do anarquismo: da aliança operário-camponesa, do sindicalismo revolucionário, da revolução anti-capitalista, anti-estatista e portanto anti-colonial de baixo para cima e da periferia para o centro.

O sindicalismo revolucionário, poderia ser considerado também, além do populismo revolucionário, como outro movimento de base anti-centralista, vinculado porém mais amplo que o anarquismo. Em nossa visão, o populismo revolucionário está para o anarquismo, da mesma forma que o sindicalismo revolucionário (SR), mas aquele se encontra em sua gênese, já o SR se apresenta como seu desdobramento. Ambos os setores existiram na AIT, vide que as seções da AIT na Rússia e no leste europeu eram marcadamente influenciadas pelo Populismo, mas só atingiram sua potencia no início do século XX, seja o Populismo Revolucionário na Ucrânia, Manchúria e no México, e o Sindicalismo Revolucionário em todo mundo.

Dessa forma, o anarquismo clássico funda em nossa visão uma linha para as lutas de classes e para as lutas de libertação nacional que identificamos como **populista-sindicalista revolucionária**. Mas nem sempre ela se desenvolveu unificada desta forma, e o caso do próprio México é emblemático, onde uma insurreição camponesa de marcado caráter federalista e socialista, que alçou o lema populista “Terra e Liberdade”,

organizada de baixo para cima sob a liderança de Emiliano Zapata, que possuía vinculação/proximidade ao projeto anarquista dos Magonistas⁵¹, mesmo assim, sofreu com uma dura reação perpetrada pela burguesia em aliança aos “sindicatos revolucionários” operários, que consideravam os camponeses insurgentes “conservadores”, devido a elementos de religiosidade popular, entre outros fatores.

Nós podemos colocar como hipótese para outro trabalho, que a separação entre populismo revolucionário e sindicalismo revolucionário, levadas a cabo pelas revisões feitas ao pensamento de Bakunin e do coletivismo, levaram a processos de degeneração e ao isolamento do projeto revolucionário anarquista tanto na cidade como no campo. Assim, avaliamos, que entre outros elementos, a falta de uma rearticulação da linha sindicalista-populista revolucionária, em seu processo de expansão global, na ideia de uma Confederação de Trabalhadores/as e Povos Livres em Luta, foi uma das debilidades do anarquismo no século XX para intervir de maneira mais contundente nas lutas dos povos do terceiro mundo, da articulação mais consistente, por exemplo, da luta do povo negro e indígena a seu projeto de transformação.

Ainda que tenham existido diversas experiências nesse sentido⁵², sua sistematização muitas vezes não foi realizada, ou precisa ser recuperada⁵³. Acreditamos assim, que o debate da questão nacional vinculado ao da autodeterminação dos povos, em voga hoje, por exemplo, no movimento indígena na América Latina, podem trazer contribuições inovadoras para os dilemas dos movimentos de libertação nacional e social, e o anarquismo tem uma contribuição para esse processo, assim como, deve saber integrar em sua perspectiva as experiências de luta dos povos-nações oprimidos em todo mundo.

A derrota dessas experiências e o revisionismo operado na teoria anarquista relegaram a interpretação bakuninista da questão nacional ao esquecimento, particularmente o populismo revolucionário, transformando algumas vezes o internacionalismo em um princípio abstrato e distante dos povos dos países coloniais ou

⁵¹ Os irmãos, Ricardo e Enrique Flores Magón tiveram papel importante tanto no apoio a Zapata como na Revolução Mexicana através do seu jornal *Regeneracion* e organizando milícias revolucionárias no norte do México com apoio da IWW.

⁵² Ver livro *Anarchism and syndicalism in the colonial and postcolonial world, 1870-1940: the praxis of national liberation, internationalism, and social revolution* (2010) de Lucien Van Der Walt da África do Sul.

⁵³ Ver livros “*Anarquismo e Revolução Negra*” de Lorenzo Irvin Komboa. Ou “*Wobblies and Zapatistas: Conversations on Anarchism, Marxism and Radical History*” de Andrej Grubacic.

pós-coloniais. Dessa forma, o anarquismo foi perdendo paulatinamente a capacidade de responder as demandas da luta de classes na periferia do capitalismo abrindo brechas para as correntes estatistas, fossem nacionalistas ou comunistas, que tomaram a direção desses movimentos por volta da década 1930.

3.2 - O Nacionalismo como a teologia das nações: a crítica bakunista ao mazzinismo e ao pan-eslavismo.

Neste tópico abordaremos as elaborações teóricas de Bakunin sobre a questão nacional em sua fase anarquista. Em um primeiro momento abordaremos como sua concepção materialista determina a sua visão da questão nacional. Em um segundo momento analisaremos as formulações específicas de Bakunin acerca da questão do Patriotismo e por ultimo abordaremos o combate do anarquista russo tanto ao mazzinismo como ao pan-eslavismo.

3.2.1 - Princípio da Autoridade x Princípio da Liberdade: a nação teológica versus o princípio das nacionalidades.

Foi nas décadas de 1860-1870 que Bakunin consolidou uma crítica mais fundamentada ao que conhecemos como nacionalismo, que corresponde nas palavras do próprio, ao Patriotismo Político, ou Patriotismo de Estado. É importante ter em mente que essa elaboração, que pode ser considerada bem ampla em termos teóricos, estava vinculada ao processo histórico-prático que visava dar respostas e analisar os processos/movimentos de unificação italiana em 1861, Alemã em 1871, da questão polonesa e da degeneração do pan-eslavismo.

Bakunin aborda o debate do conceito de patriotismo e seus desdobramentos em 5 textos principais⁵⁴: a) *O patriotismo*⁵⁵, de 1869; b) *Carta aos meus amigos da italia*, 1871; c) *Artigo contra Mazzini*, 1871 d) *Teologia política de Mazzini*, 1871 e e) *Cartas a um francês*, 1871. Para compreender a crítica de Bakunin ao patriotismo, devemos primeiro analisar sua crítica ao estatismo/teologismo, percebendo como ambas estão intimamente vinculadas.

Tal debate está vinculado ao próprio método de análise materialista da realidade de Bakunin, que estava fundamentado em uma concepção basilar, que é da dialética entre autoridade x liberdade, que aparece pela primeira vez no documento da Fraternidade

⁵⁴ Aqui citamos alguns textos, mas podemos dizer que a questão nacional é um elemento que entrecorta o pensamento de Bakunin de ponta a ponta. Estatismo e Anarquia também aborda etc

⁵⁵ “O patriotismo” foi um nome dado posteriormente, a uma coletânea de artigos jornalísticos de Bakunin destinados a membros da seção suíça da AIT sobre a temática.

Internacional em 1864, como princípios/sistemas opostos para se analisar/ordenar a realidade: a) o teológico (autoridade); e b) o humanitário (liberdade). O princípio humanitário se integrava a sua concepção de natureza, que era um princípio ontológico de sua concepção materialista, como veremos, e foi desenvolvido principalmente em sua obra *o “Império Knuto Germânico e a Revolução Social”* escrito em 1871, particularmente em seu apêndice denominado: *“Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre o mundo real e o homem”*.

Podemos entender essa contradição entre os princípios da autoridade x liberdade, como uma contradição entre o método, concepções/cognição e proposições materialistas (liberdade) e outro método, concepção/cognição e proposições idealistas (autoridade). Nesse sentido, as concepções/cognições idealistas da realidade, são agrupadas no que Bakunin denominou de “Teologismo”. Tal forma de conhecimento da realidade qualificada como “Teológica” era fundamentada, para Bakunin, na explicação de que o mundo possuía uma causa/explicação primeira organizadora e fundante, centralista, e de que portanto, a sociedade e o mundo natural possuíam a necessidade de um centro que lhes impusesse uma organização de cima para baixo, ou do centro para a periferia. Tal concepção teve na ideia de “Deus-Absoluto” seu desenvolvimento principal, mas historicamente “encarnou” como método nas ideias justificadoras do Estatismo, do Individualismo, do Cientificismo, e do Nacionalismo como veremos.

Tais visões tenderam a qualificar a natureza como a expressão ou de uma Ordem Absoluta, divina ou positivista, onde o poder central é mera expressão dessa realidade, ou como uma desordem absoluta que necessita ser organizada por um poder central de onde emanaria a ordem. O anarquismo como aponta Ferreira (2016, p.57) tende a compreender a natureza como ordem/desordem relativas e dialéticas, negando o conceito de Absoluto. O teologismo foi fundamental para justificar a própria existência do Estado, na ideia de que o homem e as sociedades não possuíam a capacidade de se autogovernar, e que se fazia necessário um princípio superior e por consequência centralista para fundar a ordem. Era um princípio antidemocrático por essência, que negava a capacidade de autodeterminação dos povos. Como vemos no trecho abaixo:

“Segundo a ideia religiosa de todos os tempos, e principalmente segundo aquela do cristianismo, o homem, incapaz de chegar a verdade por si próprio, incapaz de encontrar a justiça e ainda menos capaz de realiza-la por si próprio, incapaz de se organizar, de estabelecer e conservar a ordem publica e agir pelo bem por si só – o homem precisa, para a verdade, de legislação divina, para reconciliação com Deus, da Igreja, e para a criação e a salvação da ordem publica e social, do Estado.” (BAKUNIN, 2014,p. 84)

Assim, para Bakunin a centralização da estrutura cognitiva na ideia existência de uma causa primeira (primeiramente deus, depois o estado, o indivíduo, etc) teve como base a imposição do mundo material, o que denominou de natureza exterior e sua principal característica que era a luta pela existência, como lei férrea. Esse processo colocou o homem nos seus primórdios completamente subordinado na ordem natural, atribuindo a forças sobrenaturais a organização da realidade e do mundo, ou seja, onde desenvolveu uma estrutura de pensamento idealista que derivou de condições materiais de existência e que se transformou através do complexo ação/pensamento, materializado no trabalho coletivo, na construção de estados teocráticos centralizados (dos Astecas, aos Romanos e Chineses).

Tal processo nas sociedades humanas fazia parte, para Bakunin, de uma dinâmica dialética entre o princípio da autoridade e da liberdade, e também na relação de continuidade e negação entre a natureza exterior/interior e sua humanidade. A liberdade, em sua concepção, difere então de uma concepção religiosa de livre arbítrio, e é entendida como o conhecimento das condições naturais e materiais na qual os seres humanos são e estão inseridos, as determinações relativas sobre ação e a vontade humana, tendo em vista o desenvolvimento de suas potencialidades a partir de tais elementos.

Assim, no processo de constituição da sociedade humana, os homens negaram as imposições da natureza exterior (mas não da natureza em geral, que fique claro) através do trabalho e da simbolização/pensamento (ambos marcas do princípio da liberdade no mundo humano), processo esse que levou a formação das instituições e do desenvolvimento de uma segunda natureza, humana. Porém nos seus primórdios, a partir das sociedades patriarcais, as primeiras formas de interpretação da realidade foram as formas teológicas (bases do princípio da autoridade), que se relacionaram diretamente a formação das castas religiosas, das classes e dos Estados teocráticos. Andrey Ferreira aponta como Bakunin analisa esse processo de formação dos Estados:

“Dentre as instituições, no processo histórico, as famílias e comunidades patriarcais engendraram formas mágico-religiosas como expressão da sociedade e alienação de seu poder criativo, e logo, estas instituições transformaram-se em instituições centralizadas/centralizadoras. Estas instituições foram a Igreja e o Estado, que tinham como base a família patriarcal e as comunidades patriarcais, que serviram de modelo de autoridade para o Estado teocrático. (FERREIRA, 2016, p.62).

Desenvolveu-se a partir destas primeiras sociedades até o tempo em que Bakunin analisava, o princípio da autoridade e da dominação, sempre em luta com o princípio da

liberdade (seja dinâmicas da realidade material-natural e a tendência humana para a rebelião/liberdade) que foi se modificando sob diferentes formas, equilíbrios e estruturas, mas que estavam sempre organizadas a partir dessas formas de cognição/estruturas centralistas, principalmente no modelo Estado/Igreja, que tinham como sustentação principal a exploração do trabalho seja pela escravidão, pela servidão ou pelo salariado (BAKUNIN, 1905, p.18-19).

Tal processo se desenvolveu ao longo dos séculos, até o momento da “emancipação do Estado”, com a separação entre Estado e Igreja, e sua completa onipotência na chamada Razão de Estado, produto/produtor das “reformas religiosas”, onde o Patriotismo Político assumiu lugar de destaque, tendo sua expressão máxima na formação dos Estados-Nações entre os séculos XVIII ao XX. Assim, o nacionalismo se desenvolve como uma razão de estado específica neste período, ainda que vista muitas vezes como marca de um processo de secularização do Estado, para Bakunin sua lógica religiosa se mantém, elemento que analisaremos.

Nesse sentido Bakunin aponta a necessidade de destruir as visões baseadas em uma causa primeira, como uma tarefa para destruir o próprio idealismo e o Estatismo, pois ambos negavam a realidade material, defendendo assim sua perspectiva materialista fundada em uma visão específica do conceito da natureza. Para o anarquista russo a realidade do mundo foi criada pela natureza, em todos os seus aspectos, químicos, físicos, geográficos e sociais, tudo está englobado no universo, assim, para Bakunin não existe separação entre natureza e sociedade, sendo esta uma forma de continuidade da primeira. Ele define a natureza como: *“toda essa quantidade infinita de ações e de reações particulares, que ao combinar-se em um movimento geral e único, produz e constitui o que chamamos vida, solidariedade e causalidade universal, a natureza”* (BAKUNIN, *fantasma divino*, p.339-340, 2014, *da periferia para o centro*).

Assim o princípio humanitário, materialista, estava fundado nesta ideia de natureza abrangente, como uma concepção-realidade que essencialmente era uma negação do teologismo/centralismo, já que na natureza, em sua concepção materialista, e no universo, não existe um centro, absoluto-idealizado, ou também podemos dizer que todo centro é sempre relativo e temporário. O que existe é uma realidade multicausal em constante ação-reação e transformação. No trecho abaixo vemos que Bakunin identifica o teologismo como estas ideias/estruturas que nascem por alguma razão necessária dentro da sociedade, mas que se petrificam e se colocam acima da sociedade e da

natureza, passando a se impor violentamente de cima para baixo através das instituições centralistas:

“A sociedade humana preexiste a toda teoria; ela tem sua natureza, suas exigências, seu instinto de conservação, suas leis indiretas e suas condições de existência, as quais ela não saberia renunciar sem se destruir. Todas as ideias filosóficas, religiosas, políticas e sociais, que se seguiram, no mundo foram, da mesma forma expressões das diferentes fases de seu desenvolvimento histórico. (...) Mas nenhuma até aqui, exauriu, nem soube exprimir sua natureza completa, a plenitude de seu ser. (...) Quando nasce cada ideia nova é um progresso. Mas como ela não é, ao mesmo tempo, mais que uma expressão incompleta e parcial da natureza infinitamente rica e complexa da sociedade, quando ela pretende encarnar-se totalmente nesta e destruir tudo que lhe é contrário, a sociedade resiste, obstina-se, revolta-se e a ideia antes progressiva, não conseguindo deitá-la em seu leito de procusto, nem petrifica-la em suas formas, e persistindo mesmo assim na imposição pela violência, transforma-se pois numa fonte de reação. Mas é em vão, por que a sociedade, mais cedo ou mais tarde, deverá sempre sair vitoriosa desta luta.” (BAKUNIN, 2014, p. 81-82.)

Assim, o idealismo seria exatamente esse movimento de reação, onde uma ideia falsa ou parcialmente verdadeira, que surge em determinado momento para explicar uma realidade, se petrifica, ou se generaliza para outras realidades a qual não diz respeito, se mantendo no tempo, encarnada e defendida por instituições que também se tornam reacionárias, que manipulam tais concepções distorcidas da realidade exatamente no sentido de manter os privilégios econômicos e políticos. Bakunin analisa esse processo, acerca da própria religião, que num primeiro momento surge para explicar o mundo, sendo um movimento progressivo da consciência humana, porém posteriormente passa a escravizá-la pela “eternidade” através de suas instituições. Cita também o caso do Protestantismo, que surge negando o catolicismo em um movimento progressista de crítica a Igreja Católica, mas posteriormente, torna sua teologia individualista e capitalista ainda mais autoritária que a dominação anterior.

A única forma verdadeiramente materialista de compreender o mundo e a sociedade, seria uma concepção que negasse o conhecimento baseado nestas ideias falsas, petrificadas da realidade. Entendendo que estas realidades possuíam dinâmicas próprias, intrínsecas, naturais, dialéticas e em eterna transformação, que independiam de fatores externos sobre-humanos ou sobre-naturais. Essa análise nos leva a questionar o próprio antropocentrismo, no sentido de apontar que o mundo humano e sua consciência, tem sua importância para si mesmo e o mundo que nos cerca, a partir de demandas que são produto/produtoras da realidade natural-social, mas que não pode ser entendida como um centro do universo ou da natureza, tendo em vista nossa limitada existência.

A crítica de Bakunin nos leva a refletir como as classes dominantes se entendiam e agiam como centros (auto-eleitos) da realidade, pretendendo-se absolutas como um fim último de suas estruturas de poder que visavam a petrificação através da sua própria perpetuação, e que as instituições estado-igreja-propriedade vinculados entre si, unidos por uma lógica de monopólio de poder, riqueza e almas se batiam contra uma totalidade diversa e com as contradições criadas por esta mesma estrutura desigual e predatória. O que não as impedia de também estarem atravessadas por contradições internas (em diversos níveis) e em antagonismo com o povo trabalhador, fato que nos últimos séculos buscaram encobrir sob uma ideologia unitarista/particularista na qual a ideia de Estado-Nação foi produtor/produto.

Nesse sentido, em relação ao que ocorre com as noções de Patria/Nação se desenvolveram em processo semelhante, pois se em um primeiro momento a Nação apareceu em determinados contextos como uma ideia progressista que questionava o poder das dinastias e dos próprios Impérios Coloniais como apontamos na dialética entre Nação X Dinastia na introdução. Com o desenrolar da luta de classes e o controle definitivo dos órgãos dirigentes do Estado pela burguesia durante a primeira metade do século XIX, a nação oficializada pelo Estado, tornou-se a ideia/dinâmica reacionária que passou a se impor e a tutelar de cima para baixo as coletividades reais, se estabelecendo então, para nós, a dialética antagônica entre Estado-Nação x Povos-Nações.

Nesse sentido a crítica interessante e necessária que Bakunin desdobra de sua elaboração, é sobre a ideia de Nação Oficial, a Patria Política. Quando Bakunin fala de “nações naturais” ou do “princípio das nacionalidades”, aparentemente nos parece que Bakunin se remete exatamente a ideia que quer combater, a ideia de uma nação sagrada, imaculada, que seria a própria revelação divina em relação a “etnicidade-nacionalidade” de um povo “eterno”, portador de características inatas, muitas vezes desvinculadas de suas experiências/contradições históricas, sendo os fatos históricos apenas manifestação do princípio “original”, a “archeé” grega. Mas a “nação natural” de Bakunin é exatamente o contrário, ela está em eterno movimento, nunca podendo ser definida de maneira absoluta pelas ideias de passado ou de futuro, mas apenas por sua ação presente, e em sua forma mais legítima, pela democracia de baixo para cima.

Bakunin afirma que na análise do Patriotismo os dois métodos, materialista (baseado no princípio da liberdade), e o teológico (baseado no da autoridade), tanto

partem como chegam a posições opostas. Podemos dizer que o Patriotismo Político, baseado no princípio teológico, parte de idealização abstrata da “Nação” e da “Pátria” que se assemelha a uma revelação divina, da pátria eterna e essencial, mas o seu resultado é a bestialização da humanidade, com a Guerra e a Conquista. Já o materialismo, afirma a animalidade-natureza e a história humana como ponto de partida do Patriotismo, para chegar a sua humanização, a liberdade de um povo na liberdade de todos os povos, a federação.

A classificação e hierarquização da nação-raça oficial, edificada pelos Estados-Nacionais burgueses, aparece então, da mesma forma, que Deus-Absoluto, como uma revelação divina ordenadora da realidade. A grande questão que Bakunin quer chamar atenção quando se refere ao teologismo, é em relação ao seu método e a suas implicações práticas. Ou seja, a ideia da necessidade de um centro que organiza de cima para baixo, que parte de uma ontologia divina de mundo, que organiza o mundo natural, e no mundo social - o Estado, e na relação entre Estados - as Nações, e na relação interior nos Estados-Nações - as Famílias e os Indivíduos, entre famílias e indivíduos - a Propriedade. Falando de maneira simplificada. Todos estes entes-instituições petrificados, portadores de lógica “própria” e imersas em seus centralismos absolutistas fundam boa parte das escolas e ideologias modernas no que Bakunin denominou teologismo.

A ideia de seu materialismo naturalista é exatamente destruir todas essas instituições “eternas”, sacras, e mergulhá-las na realidade social-natural, material, negando suas verdades a priori a cerca do mundo e da realidade, seja da família oficial até a nação, entendendo que nenhuma delas é absoluta. A natureza assim é a negação do absoluto. O movimento que comumente chamamos de “desnaturalizar”, de questionar algo que se apresenta enquanto um princípio falsamente eterno é invertido para Bakunin, esse processo de questionamento, desconstrução e crítica seria exatamente o processo de “naturalizar” a realidade e a sociedade, e desteologizar, aí sim, destruir os supostos princípios eternos, inatos. Essa ideia do que entendemos por “desnaturalizar” possivelmente está ligada a concepção idealista que se instaurou na sociedade moderna da oposição entre natureza x cultura/sociedade. Nesse sentido é importante limpar o terreno para compreendermos o que Bakunin realmente entende por natureza, sem cair nas interpretações levianas que o qualificam como conservador.

A confusão sobre os conceitos de “nato” e “inato”⁵⁶ nos parece interessante, pelo fato de muitas vezes serem entendidas como a mesma coisa, apesar de que por sua escrita literal poderem ser consideradas antônimas. Bakunin foi um grande crítico da escola de pensamento filosófica “inatista”, que remonta o idealismo/dualismo platônico, no qual as características inatas “essenciais” repousam em uma realidade que não podia ser acessada completamente pelo mundo/experiência sensível por estar localizada no terreno da alma, do mundo das ideias gerais e abstratas, sendo este o verdadeiro conhecimento e o campo determinante da realidade material (que seria sua sombra). A filosofia platônica deu base ao próprio desenvolvimento a própria escolástica cristã, e este “inatismo”, também “cartesianismo”, na filosofia moderna produziu uma ideia de natureza com feições religiosas, ou seja, a transformação da natureza em algo inato, anterior a própria realidade, que teria no mundo material suas manifestações, de causas que só poderiam ser entendidas/justificadas em outro nível superior. Tal inatismo se encontra com a teoria do estado absolutista seja em Hobbes como o homem naturalmente mal (e também para a igreja), seja nas teorias racistas que buscavam comprovar as diferenças e hierarquia inatas entre as “raças” ou os “sexos”.

Dessa forma, para Bakunin um povo não pode ser colocado sob a tutela de um Estado-nação por que ele “essencialmente”, ou mesmo historicamente, pertence a uma nação oficial qualquer. Não, esse direito histórico dos estados, vinculado a própria produção das histórias oficiais, é uma ficção centralista que se pretende impor sobre diversas coletividades-nações. Para Bakunin o que existe é o povo-nação real, aqui e agora, e ele é quem deve se autodeterminar democraticamente. Não existe uma determinação a priori essencial-religiosa a cerca de uma comunidade, que não sejam suas condições materiais de existência multiplamente determinadas. Nesse sentido, a história oficial busca nas manifestações históricas, casuísticas, individuais, pseudocientíficas, elementos para justificar suas inferências absolutas e justificar os privilégios daqueles que chancelam sua oficialidade.

Assim, ao contrário do método das religiões e dos Estados, que partem de cima para baixo, o verdadeiro método científico para Bakunin é o que se desenvolve de baixo para cima, dialético, necessário para desvelar e atacar os centralismos que aprisionavam o homem. Esta concepção antcentralista, que pode ser alcançada pela razão humana,

⁵⁶ Quando se afirma “joão possui uma inteligência inata” e “joão é escritor nato”, estas visões podem apresentar certas semelhanças, mas as contradição acerca do que seja “inato” e nato/natural se remete ao debate filosófico.

ainda que de maneira imperfeita, seria uma das fontes de sua liberdade. O ser humano por sua natureza, através da razão e do trabalho por ela guiado, possuía as condições materiais para alcançar sua liberdade, mas para tal deveria demolir os sistemas baseados na autoridade e na exploração do homem sobre o homem, que o bestializavam e mantinham a maior parte da humanidade em uma eterna escravidão em proveito de uma minoria afundada na degeneração do privilégio e do poder.

Assim, para ele não existe uma força sobrenatural, mesmo que em nome de um universal transcendente, pois as leis são inerentes as coisas e aos fenômenos. Não existe causa primeira, apenas os efeitos, e apenas efeitos podem ser causa relativa de outros efeitos, de forma múltipla e simultânea, sem um centro organizador. A própria ideia de lei, é estranha a natureza, o que existe de fato são processos reais e integrados da natureza, a classificação de leis são forma de interpretação da realidade a partir do cérebro humano. Por isso, Bakunin critica também a ideia de teleologia na natureza: *“sua última palavra sobre a unidade real do universo, ele vos dirá que é a eterna transformação, um movimento infinitamente detalhado, diversificado, e por isto mesmo, ordenado em si mesmo, mas sem começo, nem limite, nem fim. É, portanto, o contrário absoluto da Providência: a negação de Deus”* (BAKUNIN, 2014c, p.345).

A análise da matéria é importante para Bakunin, pois esta nunca existe sob uma forma unitária, ela só existe de forma diversificada e determinada, é a unidade composta. A natureza é assim fundada sob múltiplas ordens e desordens relativas e simultâneas. Dessa forma, o método materialista visa expressar a diversidade em um todo, e não negar a diversidade no todo (centralização), a ciência deve fazer o camin角度 baixo para cima. A humanidade, as classes e as nações neste sentido também devem ser entendidas sempre como unidades compostas, atravessadas/determinadas pelas múltiplas questões materiais, e não como unidades abstratas que tendem sempre distorcer a realidade. Por exemplo, a classe trabalhadora brasileira, não pode ser entendida sem levar em consideração o caráter da colonização sobre o povo negro, elemento que determina historicamente sua constituição direta. Além disso, esse pressuposto materialista que parte de baixo para cima deve ser a base filosófico-política das proposições socialistas.

A liberdade social, a anarquia, dentro dessa concepção materialista, seria então a organização da sociedade de baixo para cima de acordo com seus princípios, aspirações e necessidades naturais, portanto materiais, e que não poderiam ser expressas por

nenhum sistema político-econômico centralista e unitário que se apóia na idéia de ordem anterior a humanidade e a liberdade, e sim democrático e federalista, onde a ordem seria uma expressão final deste desenvolvimento desde baixo. Como vemos abaixo:

“Nos países inteiramente livres, a ordem e a organização devem, pela mesma lógica, partir de baixo para cima e da circunferência para o centro. É a condição sine qua non da liberdade, a qual a ordem deve servir não de base, mas somente de coroa. Numa palavra, a ordem, na humana sociedade, deve ser resultante do mais longo desenvolvimento possível de todas as liberdades individuais, comunais, provinciais e nacionais.” (BAKUNIN, 2014a, p. 108)

Com base neste princípio humanitário e antiteológico, Bakunin defende um sistema baseado na liberdade de sua base ao topo, que estaria mais próximo a verdadeira pluralidade das sociedades-culturas humana e ao sentido diverso da própria realidade material-natural:

“Toda nação pequena ou grande, toda província, e a rigor, toda comuna, assim como todo individuo, tem o direito absoluto e inalienável de dispor de si mesmas, de organizar-se interiormente e aliar-se com quem quiserem, sob sua própria responsabilidade. Se estas se organizarem mal, reaccionariamente, sofrerão disto em seu interior e terão por inimigos todas as organizações livres. Se por acaso se isolarem em sua independência, estarão privadas de todos os benefícios, de todos os socorros, de toda proteção da solidariedade.” (Ibid, p.108)

Por outro lado, como visto no trecho acima, Bakunin aponta também que esta liberdade estava sempre condicionada pelas questões sócio-políticas, e não a de uma liberdade abstrata liberal. No sentido acima podemos pensar como a solidariedade de classe era vista como uma poderosa força social-material de caráter unificador dos povos, ao mesmo tempo garantidor da própria condição de autonomia⁵⁷. Assim, a realidade ontológica do mundo humano era pensada tanto tendências para a diversidade, como para a unidade. Bakunin inclusive tende a exaltar os elementos de unidade da humanidade, visando sua fraternidade, mas sempre apontando que os sistemas políticos e econômicos não deveriam cair em idolatrias seja do unitarismo ou da fragmentação absolutas. Para ele a federação socialista, expressa nesse sentido, o equilíbrio dialético entre as necessidades/dinâmicas de descentralização-centralização exigidas pela própria realidade social-natural. Com base nesta concepção Bakunin define o que chama de Princípio das Nacionalidades, que nós entendemos essencialmente como o direito da autodeterminação dos povos:

⁵⁷ As visões de liberdade e autonomia em Bakunin devem ser pensadas sempre a nível coletivo.

“direito absoluto que qualquer população, pequena ou grande, nação ou província, ou até distrito, tem de dispor de si própria segundo seu desejo, suas simpatias e seus interesses próprios, e sem nenhuma consideração pelo dito direito histórico, ou seja, pelo direito do passado contra aquele do presente, nem pelas necessidades políticas, estratégicas e comerciais, tanto do Estado do qual ela ainda faz parte como dos Estados vizinhos”(ibid, p.73-74).

Assim, nesta concepção de autodeterminação, nenhum princípio do passado (seja religioso, historicista, culturalista) e as necessidades imperiais da conquista (econômicos e políticos) deveriam determinar o presente de um povo. E contrapõe o Princípio das Nacionalidades ao da Política de Estado, que é a sua antítese:

“será preciso, francamente, declarar que abandonamos, através dele, a **política dos Estados**, para elevar ao seu lugar a única verdadeira política, ou o **direito dos povos**, o que dá no mesmo – ou seja, que se decreta a revolução na Europa.”p. 74 “O princípio das nacionalidades (...) deve matar um por um, em todas as partes o sistema de centralização unitária, a burocracia, os corpos privilegiados, os exércitos permanentes, a monarquia, os Estados, para fundar, sobre suas próprias ruínas. O sistema da federação voluntária e livre, inicialmente parcial, em seguida geral, dos povos, seu governo por si próprios, o armamento nacional, a organização democrática da sociedade e a federação republicana de todas as nações da Europa” (ibid. p.74).

Aqui vemos como a noção de “Política de Estado” em relação a questão nacional surgido em seu período populista revolucionário, é sistematizado e integrado como parte da crítica a idéia de um teologismo das nações, que nega as nações reais para afirmar as nações divinas/oficiais. E conclui neste mesmo documento afirmando que os *“democratas, socialistas e revolucionários, só eles podem sinceramente adotar todas as consequências do princípio das nacionalidades supracitadas”*(ibid.p.74).

Assim, vemos como a concepção de autodeterminação dos povos ou o Princípio das Nacionalidades, para Bakunin, está completamente vinculada ao seu método de análise da realidade materialista, sendo uma proposição desenvolvida a partir deste. Veremos abaixo como tanto princípio da autoridade, materializado no Patriotismo Político, como o princípio da liberdade, materializado no Direito dos Povos, se desenvolveram em seu pensamento.

Tal análise sobre a formação do Estado, do Estatismo e das classes, poderia ainda se estender por toda uma dissertação, mas queremos aqui apenas apontar como essa cognição/organização do teologismo se relaciona dialeticamente com a noção de Patriotismo de Bakunin.

3.2.2 - O patriotismo: sua natureza e as Pátrias Populares x Pátrias Oficiais

Foi analisando então, as diversas formas de organização social e a partir de sua concepção materialista que Bakunin, apresentou o seu conceito de Patriotismo. O patriotismo enquanto um fenômeno natural-material é para Bakunin tanto resultado de um processo histórico e social, como fisiológico. Ele delimita então duas formas principais derivadas da dinâmica da humanização do que denominou Patriotismo Natural, os Populares e os Político-Estatais. É interessante perceber que não existem barreiras rígidas entre o patriotismo natural e seus desdobramentos, nem formas de desenvolvimento/expressão únicos e necessários, mas, como apontamos antes acerca da relação natureza e sociedade, processos de continuidade e negação.

“He dicho que el patriotismo, mientras es instintivo ó natural, arraigando en la vida animal, no ofrece nada más que una combinación particular de costumbres colectivas: materiales, intelectuales y morales, económicas políticas y sociales, desarrolladas por la tradición ó por la historia, en una sociedad humana reducida.”(BAKUNIN, 1905, p. 41)

Para Bakunin (Patriotismo) o patriotismo natural, entendido como a paixão e o instinto animal vinculado ao princípio da autoconservação e de luta pela existência na natureza, visa a autopreservação individual e preservação do grupo/espécie (com base no que denominou lei da socialização, da nutrição e da reprodução). É um instinto animal de proteção de si e de sua coletividade, que poderia ser entendido como uma espécie de “comunitarismo” em seus níveis mais primários, mas que tendeu também muitas vezes ao fratricídio, a etnocentrismos diversos, sob diferentes condições de pressão por sobrevivência, se colocando contra outras espécies ou outros agrupamentos humanos estrangeiros⁵⁸. A própria noção, muitas vezes de caráter religioso, de “povos-escolhidos” contribuiu para tais percepções. No mundo vegetal esta luta é silenciosa, no mundo animal assume tons mais dramáticos e entre os seres humanos seu ápice é a guerra.

Mas esse patriotismo natural, em si, também é visto de maneira dialética, principalmente no mundo humano, possuindo tanto tendências contraditórias, como complementares: como vimos, uma das tendências é da *restrição*, que é fratricida e acaba por ser anti-humanitária (podendo ser individual⁵⁹ ou coletiva); e outra tendência

⁵⁸ Muitos povos criavam denominações “desqualificadoras” para outros povos que não falavam sua própria língua.

⁵⁹ Bakunin cita, entre outros, o exemplo das mães que frente a fome comem os filhos.

é de *ampliação*, que é socializante, que pode começar com a defesa da sua comunidade e dos seus, podendo se alargar para coletividades cada vez maiores, até a humanidade e o próprio mundo natural em seu conjunto. O desenvolvimento das comunidades imaginadas, da revolução capitalista produtora da imprensa de massas e transformadora das formas de autoindetificação dos povos, apontada por Benedict Anderson, é entendido por nós como um exemplo de como os fatores históricos atuam diretamente sobre estas contradições. Muitas dessas tendências estão na base dos chamados: individualismo, familismo, tribalismo, racismo, classismo, nacionalismo, internacionalismo ou humanismo.

Normalmente ambas as tendências de restrição-ampliação estão em processo de afirmação/negação entre si mesmas, tendo diversas formas de equilíbrio, além disso, é necessário compreender como os diversos processos de Humanização desse instinto animal de autoconservação atua historicamente sobre essas tendências, assim como da dialética entre natureza-sociedade, e desemboca em outras duas tendências principais do patriotismo que se desenvolveram: os Patriotismos Políticos e os Patriotismos Populares.

3.2.3 - O Patriotismo Político: o princípio da autoridade como a manutenção da bestialidade humana.

Como vimos acima, Bakunin aponta que o idealismo político é a manifestação “terrestre” do idealismo divino, tendo no patriotismo sua maior expressão. Para o russo, o patriotismo político, como a virtude e culto do Estado, não é mais que o reflexo do culto divino. (ibid., p. 20). Assim, a teologia estatista está fundada na idéia de que os indivíduos e a unidades coletivas, classes, associações, comunas, etc, devem se sacrificar por um suposto “interesse geral” (externo e superior) que o Estado encarnaria, de acordo com seus ideólogos. Mas o que seria esse interesse geral, se não o de suas partes? É a negação da vida e do direito das partes em nome do geral, e não o interesse das partes no interesse de todos. É o altar da sociedade natural sob a religião política.

“Una y otro tienden á transformar al hombre, una en un santo, el otro en un ciudadano. Pero el hombre natural debe morir, porque su sentencia fué unánimemente pronunciada por la religión de la Iglesia y por la del Estado.

Es una pura abstracción histórica supuesta de los hechos históricos. Estos hechos, como he dicho ya en mi carta anterior, son de naturaleza completamente real, completamente brutal; es la violençfa, la espoliación, el esclavizamiento, la conquista. El hombre astá de tal modo constituido, que no

se contenta con hacer; necesita explicarse y legitimar, ante su propia conciencia y á los ojos de todo el mundo, lo que ha hecho” (BAKUNIN, 1905, p.23)

Assim, tanto o Estado e como a Igreja negam o homem e a sociedade natural, apontando sua “maldade inerente”, defendendo assim que apenas um princípio exterior e centralista, imposto a ferro e fogo sobre a sociedade pode salvá-la de si mesma. Então, na verdade o suposto interesse geral ou melhor, o interesse nacional, não passa de um centralismo que petrifica tais idéias, que muitas vezes foram levantadas pelas revoluções burguesas/populares, mas representam o interesse particular das classes dominantes, visando impor um consentimento de cima para baixo.

O interesse geral e nacional centralizado pelos Estados, desvinculado dos verdadeiros interesses da realidade material-natural das massas populares, e não poderia ser diferente, não passa de uma ficção sustentada por todas as classes privilegiadas, como Bakunin bem aponta:

“El Estado ha sido siempre patrimonio de una clase privilegiada cualesquiera: clase sacerdotal, clase nobiliaria, clase burguesa; clase burocrática al fin, puesto que estando agotadas todas las demás clases, el Estado cae ó se eleva; pero es menester absolutamente para la salvación del Estado que haya una clase privilegiada cualquiera á quien interese su existencia, y el interés solidario de esta clase privilegiada es precisamente lo que se llama patriotismo.”(ibid, p. 25 e 26).

O patriotismo político para Bakunin, também pode ser definido dialeticamente, pois está baseado em uma negação e ao mesmo tempo em continuidade com o patriotismo natural. Por um lado ele é uma negação, por que a formação do Patriotismo de Estado, das Nações Oficiais, geralmente confluiu historicamente na negação dos patriotismos localistas e populares, para afirmação de uma grande nação central-oficial-estatal. O patriotismo natural, por sua vez, em sua maneira mais crua, tende a ser um patriotismo localista, da aldeia, da tribo, da comunidade, se colocando então muitas vezes contra os grandes estados.

Nesse sentido, a formação dos Estados Modernos e Estados-Nações, onde o Patriotismo Político teve seu desenvolvimento máximo, fora marcada por um processo de centralização cognitivo e pela negação de diversas pátrias naturais e populares, como veremos. Nesse sentido, Bakunin aponta, citando Proudhon, o caso da unificação italiana:

“Proudhon, en su folleto sobre la unidad italiana, ha observado con mucha razón que esta unidad no era todavía más que una idea, una pasión completamente burguesa y de ningún modo popular; que las poblaciones de los campos, al menos, han permanecido hasta la fecha en gran parte extrañas, y añadiré que hasta hostiles, porque esa unidad

que se pone en contradicción por una parte con su patriotismo local, por otra no les ha procurado hasta hoy más que una explotación despiadada, la opresión y la ruina.” (Ibid, p.45)

Nesse sentido o Patriotismo Político, aliena a vinculação natural e real das populações com seus lugares de origem, tentando transformá-las pela imposição ou pelo doutrinamento, numa vinculação a Pátria burguesa unitário-abstrata. Porém, por esse processo ser impulsionado pelo princípio da Autoridade, pela opressão e exploração, ele acaba não apenas por perpetuar o sentido fratricida e bestial do patriotismo natural, mas ampliá-lo e transformá-lo em uma estrutura social anti-humanitária. Sobre o processo de humanização dos instintos animais bestiais Bakunin afirma:

“Nossos adversários teólogos, os partidários do direito divino e de toda sorte de despotismos, diretos ou indiretos, descobertos ou velados, absolutistas ou constitucionais, pretendem que a bestialidade somente se deixa reprimir por uma mão de ferro, pelo culto e pela potência da autoridade e da força. Nós, ao contrário, pensamos, e temos toda a história a nosso favor, que a autoridade e a força, longe de destruir a bestialidade no homem, ao contrário produzem-na, e que ela só poderia ser vencida pela liberdade, que triunfa sobre ela, transformando-a em humanidade” (BAKUNIN, 2014a, p.88).

Assim, por estar baseado na realidade da luta pela sobrevivência que se impõe pela pressão da natureza exterior/interior sobre as sociedades, que é um dos elementos fundamentais de processamento das condições do patriotismo natural, o patriotismo político sob o princípio da autoridade petrifica e amplia a sua tendência fratricida-restritiva, para o nível nacional/internacional: sob o princípio da Conquista e da Guerra, que se estende para a Guerra entre Estados, entre Povos-nações e a dominação dos Estados sobre os povos-nações. Como outro tipo de continuidade, o individualismo da República Burguesa, para Bakunin, seria também como a petrificação do princípio - tendência restritiva e bestial individualista do cada um por si, e deus por todos.

Como vemos no trecho abaixo:

“Je veux parler de la lutte des peuples et des races différentes, qui n'est autre chose que la continuation de la lutte incessante des espèces animales diverses dans la nature, de ce grand combat pour la vie qui convertit tout le règne animal en une sanglante et perpétuelle tragédie: c'est la guerre, c'est la conquête, c'est l'asservissement des populations pacifiques et laborieuses, par des hordes sauvages, militairement organisées et disciplinées en vue d'un heureux et lucratif brigandage. Les conquérants ont été de tout temps les fondateurs des Etats, et aussi les fondateurs des Eglises.” (BAKUNIN, 2000L)

Assim, o patriotismo político para Bakunin representa a elevação das piores qualidades de negação/afirmação do patriotismo natural e da luta pela sobrevivência. É sua negação e a conseqüente negação dos direitos dos povos as suas particularidades, e

sua afirmação através da Guerra e da Conquista, ambos vinculados e presos em um ciclo vicioso. É ao mesmo tempo expansivo e restritivo, em suas tendências negativas. A partir dessas considerações acreditamos que a ideia de um Estado Expansionista/Racista expresse um dos maiores desenvolvimentos destas tendências do Patriotismo Político, elevada a sua última potência.

A nação teológica é então o sacrifício da pluralidade das nações e etnias e povos reais em nome de uma pátria fictícia, oficializada por um estado unitário. Se entre os séculos XV e XIX houve a formação dos principais Estados Modernos europeus e americanos, como uma marca do processo de centralização político-militar, de “libertação” do Estado e separação frente a Igreja, o estatismo. Entre o século XVIII e XX tivemos o processo de centralização industrial-financeiro que Bakunin denominou “bancocracia” e Proudhon “feudalismo industrial” (remetendo a ideia de oligarquias ou oligopólios – grandes feudos econômicos). E entre o final do século XVIII, com as revoluções americana e francesa a frente, as revoluções de 1848 e unificação alemã, tivemos a consolidação dos Estados-Nações, que na esteira das centralizações político-econômico dos séculos anteriores e do colonialismo, mas também cumprindo papel importante nestes processos, levaram a centralização das ideias de Nação, Cultura e Raça, através da instituição da Nacionalidade Oficial e do Racismo Científico.

Nesse sentido podemos falar de no mínimo um triplo processo de centralização político econômico e étnico-nacional na esteira do processo de desenvolvimento do estatismo e de sua necessária centralização cognitiva, o teologismo aristocrático-burgues. O império russo foi um dos pioneiros desse processo com a formulação pelos agentes e ministérios do império da Ideologia da Nacionalidade Oficial centrada nos três pilares máximos do centralismo – Autocracia, Ortodoxia e Nacionalidade. Mas foi na Alemanha unificada, sob o 2º e o 3º Reich, que tais ideias chegaram ao desenvolvimento máximo onde o centralismo nacional evoluiu para o centralismo racial-biológico desembocando na pseudociência da Eugenia e no Nazismo no século XX.

Assim, a questão nacional aprisionada pela ordem do princípio da autoridade, do Estatismo e do Capitalismo, é um problema crônico sem solução, sempre gerador de novas questões nacionais, pois a soberania de um povo via Estado, significa sempre a opressão e exploração de seu próprio povo e de outros povos-nações, em detrimento dos interesses das classes privilegiadas.

3.2.4 - O Direito dos Povos: o princípio da liberdade como sentido humanitário das pátrias populares.

Outro desdobramento do instinto do patriotismo natural foi a formação do que Bakunin denomina as Pátrias Populares, ou simplesmente pátria/nação real-natural. Por seu método materialista e conceito de natureza, tais pátrias naturais-populares não podem ser compreendidas de maneira centralista e sim sempre de maneira pluralista. Nesse sentido, as pátrias naturais e populares aparecem mais como uma negação da Nação-Oficial, incapaz de expressá-las, do que como uma definição essencial em si mesma. Nesse sentido, podemos antecipar que na definição de Bakunin podem existir os mais diversos tipos e formas das pátrias e nacionalidades populares, que não se confundem com seus Estados e nem com o Patriotismo Político, sejam, por suas características culturais-étnicas-nacionais, mas também, e principalmente, por seus interesses e aspirações materiais.

Tais pátrias naturais, se não estiverem determinadas pelo princípio da autoridade, do Patriotismo Político, tendem a expressar o princípio natural da *ampliação*, da solidariedade, e não da restrição. Por serem expressões principalmente das massas trabalhadoras, tais pátrias populares, estão centradas no mundo do trabalho de onde, para Bakunin, advém a justiça, ao contrário das pátrias oficiais, onde se agrupam todas as classes privilegiadas, assentadas sobre a exploração e a opressão. O caráter social destas pátrias trabalhadoras, por suas condições e aspirações, tende a produzir a unidade espontânea, material, assim, o princípio da liberdade, humanitário, natural, através da federação, tende a se desenvolver. Como vemos abaixo:

“Não é o instinto popular, é a abstração, a abstração política, é o estado que postula o patriotismo como um princípio e que o torna objeto de um culto religioso. O patriotismo popular, identificando-se com o livre desenvolvimento de uma comunidade natural, é naturalmente mais forte, mais intenso, mais real e <mais> a princípio mais selvagem na comuna; depois, tornado-se cada vez mais humano pelo desenvolvimento da vida coletiva, das necessidades, dos instintos, das idéias, se nada vier a interromper violentamente esse progresso natural e espontâneo das meias ao topo, ela se alarga, enfraquecendo-se sempre como um instinto natural e selvagem, primeiro, pela federação livre das comunas das regiões, depois pela das regiões em um número ainda maior, um "conjunto nacional" maior que é chamado de nação a ser perdida, mais cedo ou mais tarde, sempre pelo mesmo caminho da federação livre na organização e na solidariedade da humanidade.”⁶⁰ (BAKUNIN, 2000L, p.4-5).

⁶⁰ Tradução nossa.

Assim, Bakuni via uma diferença entre o patriotismo comunal ou mesmo anti-imperial que se desenvolvia de maneira relativamente espontânea entre o campesinato em suas diferentes relações com a terra, seus concidadões e o estados, se diferenciavam bastante do nacionalismo como culto, semi-religioso, com toda uma parafernália simbólica-cultural que se impunha de cima para baixo, através de movimentos liderados pela burguesia-aristocracia, gradualmente encampados pelos Estados.

Dessa maneira, a constituição destas pátrias populares como uma negação da Nação Oficial e do instinto fratricida, era uma realidade presente e ao mesmo tempo em perpetua transformação, só poderiam ser entendidas como um processo em andamento, que não pode ser centralizado em um único formato. Bakunin também não desvincula esse processo de uma transformação das condições materiais de existência, apontando que enquanto houver o privilégio e a injustiça, a guerra e a conquista continuarão a ser a regra, e assim a luta fratricida entre povos. Discutindo essa questão, Bakunin identifica abaixo as expressões fratricidas do patriotismo (xenofobia, racismo, etc) como “costumes do mal”, defende que tais elementos só ser poderiam ser definitivamente destruídos por uma mudança na base material da sociedade:

“Para humanizar toda una sociedad, es menester destruir sin piedad las causas, las condiciones económicas, políticas y sociales, que producen en los individuos la tradición del mal, y sustituirlas por condiciones que den como consecuencia necesaria el nacimiento en esos mismos individuos, de la práctica y la costumbre del bien.” (...) “La cuestión social, establecida hoy prácticamente por el mundo obrero de Europa y América, y cuya solución no es posible sino por la abolición de las fronteras de los Estados, tiende necesariamente á destruir esa costumbre adicional en la conciencia de los trabajadores de todos los países.”(BAKUNIN, 1905,p43).

Dessa forma, a Patria/Nação específica, não deve entendida como um princípio e um dogma, o que o torna anti-humanitário, mas sim como um fato natural vinculado ao direito da liberdade e pluralidade humana. Bakunin aponta então que é o Estado que torna o patriotismo um culto religioso, na criação da Nação Oficial, e que o patriotismo natural do povo tenderia pelo contrário a se alargar na livre federação, enfraquecendo sua vinculação única com seu lugar de origem estabelecendo vínculos reais e positivos com a federação internacional. No fim Bakunin aponta que a tendência, com base no que vinha ocorrendo mesmo no movimento operário internacional, para que as divisões e os sentimentos nacionais exclusivistas perdessem espaço e força com o tempo, mas tal elemento só poderia ser fruto do avanço liberdade e não da opressão.

Assim, tais pátrias e nações populares por serem um desdobramento do patriotismo natural, não são nem uma virtude e nem um dever, são um fato, que pelas

condições mais diversas, sejam, geográficas, biológicas, sociais, os povos se desenvolvem em características particulares, vinculados ao sentimento de pertença a uma comunidade, a uma terra, a uma língua em que se expressa e entende o mundo, a um povo-etnia, entre outros elementos. Os patriotismos comunitários tendiam a ser os mais fortes e vigorosos, dificilmente eram verdadeiramente “nacionais” e vinculados a uma grande extensão de terra ou povo.

Dessa forma Bakunin define:

“O estado não é a pátria; é a abstração, a ficção metafísica, mística, política e legal da pátria. As massas populares de todos os países amam profundamente seu país; mas é um amor natural e real; o patriotismo do povo não é uma idéia, mas um fato; e o patriotismo político, o amor do Estado, não é a expressão correta desse fato, mas uma expressão distorcida por meio de uma falsa abstração, e sempre em benefício de uma minoria exploradora. Pátria, nacionalidade, como individualidade, é um fato natural e social, fisiológico e histórico ao mesmo tempo; não é um princípio. Um princípio humano só pode ser chamado universal, comum a todos os homens; mas a nacionalidade os separa: não é um princípio. Mas o que é um princípio é o respeito que cada um deve ter por fatos naturais, reais ou sociais. Mas a nacionalidade, como a individualidade, é um desses fatos. Nós devemos respeitar isso. Violar é um crime e, para falar a língua de Mazzini, torna-se um princípio sagrado sempre que é ameaçado e violado. E é por isso que me sinto francamente e sempre um patriota de todas as pátrias oprimidas. A Pátria representa o direito incontestável e sagrado de todo homem, de todo grupo de homens, associações, comunas, regiões, nações, de viver, sentir, pensar, desejar e agir à sua maneira, e assim é sempre o inegável resultado de um longo desenvolvimento histórico.”⁶¹ (BAKUNIN, 2000k, p.29)

Bakunin fala então que existe um desenvolvimento histórico que aponta no sentido de conformação das pátrias/nacionalidade/etnias, porém eles não são baseados e não podem ser resumidas nas barreiras abstratas levantadas metafisicamente, politicamente e legalmente por eruditos e professores do passado, mas sim materialmente, por que passaram para a realidade, pensamentos e vontades do povo presente. Bakunin aponta que tais realidades também não são imutáveis como as escrituras sagradas, mas estão em constante mudança, na história real, se existe “unidade” entre povos ela deve se manifestar espontaneamente.

Cita o caso entre o cantão de Ticino e a Itália (ibid, p.29-30), apontando que o primeiro possuía língua e costumes italianos, nesse sentido os eruditos diziam que deveria necessariamente fazer parte da unidade italiana, Bakunin discorda, pois não necessariamente, se a população desta região não quisesse compor a unidade italiana, não há princípio histórico ou cultural que possa justificar essa unidade, que ultrasse as

⁶¹ Tradução nossa.

aspirações dos povos reais. Nesse sentido, Bakunin nega as justificativas do direito histórico para forçar a unidade centralista entre os povos.

Sobre isso, em seu debate com os nacionalistas mazzinistas, Bakunin aponta que estes não buscaram entender a realidade através da ciência materialista, mas sim na exaltação das tradições do passado Romano, do que denominou Classicismo. Bakunin aponta que nada pode esterilizar mais a mente do que esta adoração de um passado morto, petrificado que sacrifica o presente em nome deste.

“Risen ne desseche, ne stérilise l'esprit, rien n'est propre de tuer en lui toute initiative vivante, que le culte du passé. Le Classicisme enchaîne en grande partie encore aujourd'hui l'intelligence naturellement si vive, si <primesautière> primesautière, si puissante des Italiens, et leur imprime je ne sais quelle monotone stérilité qui fait que les natures les plus énergiques et les plus vivantes se font les apôtres <d'idées mortes.” (BAKUNIN, 2000L, p.3)

Aponta dessa maneira, que única forma de renovar as pátrias populares é através da ciência, capaz de desvelar as imagens superficiais desta. Bakunin fala que esse classicismo mazzinista cavou um abismo entre eles e o povo: “*le classicisme ou ce maudit rétrospectivisme, sans les instruire beaucoup, a néanmoins creusé un abyme entre le peuple et eux.*” (ibid, p.3)

Nesse sentido é interessante perceber que Bakunin também faz a crítica ao centralismo conservador e tradicionalista, nestas perspectivas que floresceram sob o nacionalismo de justificação de um passado eterno para uma nação.

Bakunin compara então a questão nacional com o casamento, que com a abolição do casamento oficial (religioso e estatal), está de fato libertando o casamento, o direito a separação e ao surgimento do amor verdadeiro muito mais forte do que o casamento produzido pelas esferas legais. Lenin também se utiliza desta mesma metáfora para falar do direito de autodeterminação dos povos. Bakunin compara também a nação ou a pátria, a individualidade, no sentido do direito a liberdade da peculiaridade de uma coletividade, mas que não deveria ser transformada em um princípio geral, o patriotismo, no caso da pátria, ou no individualismo, no caso do indivíduo.

“Da mesma forma, também estamos convencidos de que quando não houver mais o maldito poder do Estado de forçar indivíduos, associações, municípios, províncias, regiões a viverem juntos, eles estarão muito mais ligados, e será uma unidade muito mais viva, mais real, mais poderosa do que é forçada a formar hoje, sob a pressão igualmente esmagadora do estado.”p.30 (...)“A união social, o resultado real da combinação de tradições, hábitos, costumes, idéias, interesses atuais e aspirações comuns, é a unidade real, fértil e viva. A

unidade política, o estado, é a ficção, a abstração da unidade; e não apenas contém a discórdia, mas também a produz artificialmente onde, sem essa intervenção do Estado, a unidade viva não deixaria de existir.”⁶² (BAKUNIN, 2000k, p.30)

Nesse sentido Bakunin fala acerca da unidade social, que era o verdadeiro elemento produtor a unidade dentro desta diversidade.

Assim, acreditamos que é possível resumir em três características principais das pátrias populares, que para Bakunin aparecem todas unidas como parte indissociável do mesmo processo, mas que dividimos abaixo apenas de modo ilustrativo para buscarmos especificar melhor cada elemento. Dividimos então em 3 características principais:

a) **étnico-culturais** normalmente características particulares como língua, costumes, modos de vidas, influenciados por múltiplos fatores geográficos, históricos, etc;

b) **sociais:** podem ser específicos, como determinadas formações sociais de determinados povos (a *Obschina* russa, por exemplo), mas também perspectivas mais gerais. Assim, a nação real também é uma coletividade dotada de interesses sociais-materiais, e aqui está um dos pontos mais importantes da teoria de Bakunin, o povo-nação possui então interesses materiais de classe. Nesse sentido para Bakunin, existem tantas nações quantas classes sociais dentro de uma determinada realidade ou Estado Unitário (concepção que aponta em seu artigo carta aos meus amigos da Itália). Como vemos:

“Mazzini prétend que les vingt-cinq millions qui forment la nation italienne sont des "frères" qui ont la même foi et des aspirations communes.Est-il nécessaire que je prouve que c'est là un mensonge effronté ou stupide? En Italie, il y a au moins "cinq nations » (BAKUNIN, 2000k, p. 24)

Também é muito comum nos textos de Bakunin vemos a referência, por exemplo, a luta entre a França Popular (ou a Rússia Popular, etc), das classes trabalhadoras, versus a França Oficial, vinculada as classes privilegiadas. Dessa forma, os interesses nacionais não são gerais-abstratos, e não podem se separar dos interesses sociais-materiais.

c) **político:** Bakunin normalmente recusa o termo político para definir a nação real, material, porém nós utilizamos aqui no sentido federativo que Bakunin descreve, ou seja, outra forma que nação aparece em seu pensamento é como unidade federativa.

⁶² Tradução nossa.

Mas que como bem apontamos acima é uma ordem que é apenas o corolário, a superfície, o fim de uma longa cadeia de unidade que deve vir de baixo, principalmente dos fatores sociais apresentados acima. Que começa do nível individual, associativo, comunal, provincial, regional, nacional, até o internacional. Assim, uma coisa importante é apontar que não existe uma predeterminação do que seria a nação para Bakunin, qualquer povo, região, província ou associação poderia se dissociar de uma unidade federativa nacional e se vincular/formar a outra, sem estar presa nem ao passado (por exemplo, de tradições) nem ao futuro (por exemplo, de ideias de modernidade).

Dessa forma, em termos políticos-abstratos o “interesse geral” de uma “Nação” não existe, é uma ficção teológico-burguesa-estatal. Por outro lado Bakunin acredita que o interesse das classes trabalhadoras são os únicos capazes de representar interesses gerais de libertação da humanidade e da própria diversidade de nações. Dessa forma e por outro lado, os interesses das classes trabalhadoras de um país se vinculava aos interesses da classe trabalhadora de todos os países, nesse sentido Bakunin também fala da *pátria proletária internacional*, que seria o grande objetivo do movimento dos trabalhadores, a Federação Internacional dos Trabalhadores e Povos Livres.

Assim como apontado na epígrafe deste capítulo e do visto até aqui, Bakunin se proclama um patriota de todas as pátrias oprimidas, não no sentido de defender um nacionalismo conservador e estatista, pelo contrário, mas exatamente por negar tais concepções que foram bastiões do imperialismo no século XIX e XX. Assim, o patriotismo das nações oprimidas que se levantam contra o opressor imperialista possuem por base a justiça, o instinto de liberdade dos povos e das pátrias populares, mas a única forma de se realizarem verdadeiramente na sua liberdade e na liberdade de todos os povos-nações, é negando o centralismo/teologismo do Estado e da Nação Oficial, e afirmando a sua autodeterminação na sua maneira mais consequente, a anarquia.

Esse programa anti-imperialista e anarquista fica bem definido no documento Cartas a um Francês de 1871:

“Abolição de tudo o que se chama direito histórico (de conquista) e as conveniências políticas dos Estados, em nome do direito supremo de todas as populações (da Europa e do mundo), pequenas ou grandes, débeis ou fortes (civilizadas ou não civilizadas), assim, como de todos os indivíduos, para disporem de si mesmas com inteira liberdade,

sem levar em conta as necessidades e as pretensões dos Estados, sem outro limite para essa liberdade que o direito alheio”⁶³ (BAKUNIN, 1977, p.180)

Assim para Bakunin a autodeterminação dos povos estava em contradição com o processo de centralização política e econômica operada pelos Estados-Nações e o Capital e a criação da Nação Oficial, que na verdade era a nação burguesa alçada a ficção de um interesse geral. O processo de centralização expressa na verdade a imposição de cima para baixo dos interesses das classes dominantes. A autodeterminação é um conceito ontológico no pensamento de Bakunin, a crítica a centralização diz respeito exatamente a capacidade da sociedade e dos povos se autogovernarem, sem um poder exterior, superior ou central.

Nesse sentido a autodeterminação dos povos e dos trabalhadores começa no local de trabalho, com o controle de baixo para cima das associações de trabalhadores do campo e da cidade sobre a produção, do processo de decisão política e da produção cultural-ideológica. O locus do poder do poder instituinte desta sociedade é a associação/comuna local. Para tal Bakunin defende um processo de descentralização do poder e da riqueza, que é política, econômica e nacional, que revoluciona a estrutura social de baixo para cima. A autodeterminação de Bakunin não pode portanto ser entendida de maneira separada da questão social, por que a autodeterminação diz respeito a autodeterminação dos trabalhadores sobre a produção e o processo político, que se federam a nível local, nacional e internacional. Nesse sentido, não existe libertação nacional sem revolução socialista, assim como não existe revolução socialista sem a libertação e autonomia das nações-etnias oprimidas.

Assim, em sua visão o proletariado não deve constituir uma nova supremacia e nem nova classe, sua luta pela sociedade socialista e federalista é a luta pela justiça e liberdade sem distinção de raça, cor, crença etc, como vemos abaixo:

“Que le prolétariat doit tendre non à l'établissement d'une nouvelle domination ou d'une classe nouvelle à son profit, mais à l'abolition définitive de toute domination, de toute classe, **par l'organisation de la justice, de la liberté et de l'égalité pour tous les êtres humains sans distinction de race, de couleur, de nations et de croyances** - tous doivent pleinement exercer les mêmes devoirs et jouir des mêmes droits.”(BAKUNIN, 2000L, p 6)

3.2.5 - A Pátria teológica e burguesa de Mazzini x A Pátria Proletária: sindicalismo revolucionário e a dialética Guerra-Revolução na Comuna de Paris

⁶³ Tradução nossa do original em espanhol.

Antes de começarmos este tópico, é necessário dizer que grande parte da crítica desenvolvida acima, acerca da teologia das nações, se fundamenta no debate que Bakunin fez com Mazzini e a crítica ao seu nacionalismo. Mas além das questões de fundo teórico, achamos importante situar o debate em seu terreno histórico-concreto e de como tais divergências se expressaram na realidade da luta de classes. O ápice da crítica de Bakunin ao nacionalismo mazzinista se dá após a ocorrência da Comuna de Paris em 1871, onde o anarquista desenvolve uma poderosa elaboração para a luta revolucionária dos povos e da dialética entre Guerra e Revolução para a Questão Nacional.

Para começar é importante dizer que a Associação Internacional dos Trabalhadores, dava seus primeiros passos para se consolidar na Itália tanto entre o proletariado dos campos como das cidades. Bakunin afirma que após a Comuna de Paris, pelo seu exemplo de revolta, mas também por ter sido massacrada e a reação de todos os Estados e classes privilegiadas contra a insurgência da classe trabalhadora, levou a um processo de intensificação organizativa dos trabalhadores italianos, trazendo a tona o seu caráter internacionalista e da solidariedade de classe em apoio a Comuna.

Bakunin sauda esse processo que inclusive tinha uma grande influência, seja na Itália, como na Espanha e na França, da Aliança dos Revolucionários Socialistas, organização anarquista do qual o russo era fundador⁶⁴. E aponta que na Itália, uma situação muito lamentável estava se desenvolvendo sob a influência de Mazzini e de seu pequeno partido. Mazzini tentava articular um Congresso de trabalhadores em Roma com o objetivo de condenar a Comuna de Paris, e assim o seu exemplo insurgente e a sua política anti-estatista, como também combater o avanço da filiação das associações de trabalhadores do país a AIT. Mazzini tentava fundar entre os trabalhadores italianos uma linha nacionalista e teve em Bakunin e nos anarquistas os seus maiores opositores.

O que estava se gestando nesse período era a contradição entre uma linha sindicalista revolucionária no movimento dos trabalhadores, orinda da corrente coletivista/anarquista da AIT, que se expandia para Itália, França, Espanha, EUA, América Latina, entre outros países, e outra corrente nacionalista, primeiramente republicana, mas cada vez mais conservadora, que vinha sendo apropriada de forma

⁶⁴ “É significativo que na Itália, assim como na Espanha, o programa estatista-comunista de Marx não tenha tido o mínimo êxito e que, ao contrário, tenha sido adotado ampla e ardorosamente o programa da ilustre Aliança dos Revolucionários Socialistas, a qual declarou guerra implacável a todo domínio ou tutela governamental, a todo poder e toda autoridade.” BAKUNIN, p. 57, Estatismo e Anarquia.

mais sistemática pela burguesia e pelos Estados, elemento que estaria na gênese, em nossa visão, do próprio fascismo italiano dentre outros movimento reacionários que tiveram alguma base social dentro da classe trabalhadora.

Bakunin comenta que os seguidores de Mazzini vinham intervindo de forma coordenada nas associações de trabalhadores, visando aplicar sua linha de colaboração de classes e de isolamento do proletariado italiano. O objetivo dos mazzinistas em tal Congresso de Roma era aprovar uma Autoridade Central e Diretiva que tivesse poder sobre todas as associações do país, centralizando e matando toda livre iniciativa de organização e associação, inclusive impedindo a filiação direta das seções locais a AIT, que só iriam poder ser feitas ou não, por esse poder mediador, que estaria nas mãos dos mazzinistas. Mas isso tudo, na visão do russo não passava de uma ilusão por que o proletariado italiano não possuía nenhuma identidade com tal projeto.

“Basicamente, não há nada em comum entre o programa da juventude e do proletariado e o programa Mazzini. O primeiro busca naturalmente a liberdade e o desenvolvimento da prosperidade na federação; o segundo busca a grandeza e poder do estado na centralização; o primeiro é socialista, o segundo é teólogo e burguês.” (BAKUNIN, 2000k, p. 11)

A submissão a essa autoridade nacional mazzinista tinha então como objetivo centralizar os trabalhadores sob o programa da burguesia italiana. Mazzini encarnava esse objetivo no que chamava de verdadeira unidade da Itália, que como Deus, representava a nação sagrada e eterna, para Bakunin, a Pátria Política/Oficial. Tal visão mazzinista sobre a nação italiana era, assim, essencialmente teológica, pois não entendia o povo como uma coletividade natural em si, dotada de necessidades e aspirações, mas um agregado de indivíduos, que só existiam coletivamente vinculados a idealização do Estado Unitário, de onde emanariam a verdade e a lei de cima para baixo.

No documento a *“Teologia Política de Mazzini” de 1871*, Bakunin afirma então este como um idealista e religioso que não acreditava no desenvolvimento espontâneo, a partir das forças inerentes do mundo material, mas sim de que as ideias, a vida e o movimento provinham de uma força superior, Deus. Na política prática e como homem de estado, Mazzini acreditava que as massas eram incapazes de se dirigir, governar e criar por si mesmas. Por fim, acreditava que a revelação divina seria feita por homens de gênio virtuoso que deveriam guiar os povos para atingir a lei da vida.

Mazzini acreditava que seria a Itália a escolhida a cumprir essa missão divina. Para tal objetivo de unificação de cima para baixo, previa a implantação de uma única

religião nacional, oficial, e uma Educação Nacional uniformizadora. Bakunin aponta que para Mazzini nesta educação não existia a iniciativa popular, só existiam multidões amorfas, prontas e receber o conhecimento nacional de cima, se recusando a entender que não se poderia imprimir na imaginação e no coração do povo tudo o que quisesse como uma página em branco, através de um tipo de “educacionismo”. Para Bakunin, tanto o teólogo como o idealista tentam impor o seu pensamento a realidade de cima para baixo, isso é o que os une na prática:

“idealismo é precisamente nunca compreender a natureza e as condições reais das classes, mas distorcer sempre introduzindo qualquer ideia externa. O idealismo é o déspota do pensamento, assim como a política é o déspota da vontade. Só o socialismo e a ciência positiva sabem respeitar a natureza e a liberdade dos homens e das coisas. Mazzini é, portanto, anti-revolucionário em toda a sua natureza e em toda a tendência de seus sentimentos e idéias.”⁶⁵(BAKUNIN, 2000m, p. 14)

Bakunin, como vimos, aponta que o idealismo tendia a formação de visões absolutas e petrificadas da realidade. A idéia de Absoluto, para o idealismo, assume o mesmo papel que idéia de Deus, para os teólogos. Tal visão Absoluta, centralista, era no fim uma percepção egoísta e particularista que se impunha sobre a realidade e a coletividade, como uma verdade divina, universal. *“Dieu, c'est l'égoïsme idéalisé, c'est le Moi humain élevé à une puissance infinie.p.14”*. Assim, o indivíduo era encarado como o centro da cognição, e o centralismo é de certa forma uma cognição individualista, centrada em si mesma. O individualismo então para Bakunin era uma visão absolutista da realidade, pois parte de um pressuposto falso, de que o indivíduo existe fora da sociedade, e de que o indivíduo/sua cognição seria o determinante da realidade e não de que este seria determinado/determinante.

“Le caractère essentiel de cette maladie, c'est de chercher et de n'aimer dans le monde réel, dans la société, dans les hommes, dans les choses, que soi-même: soit son propre intérêt, soit sa pensée personnelle; non leur nature réelle, mais le reflet d'un idéal préconçu, <<et qui <n'est> <et cet idéal étant toujours> n'est jamais autre chose que le culte de l'individu pour soi-même qui s'adore sous la forme de l'Absolu ou de Dieu>> et qui n'est en effet jamais rien que le culte pour soi-même de l'individu qui s'adore <sous> dans l'Absolu ou dans Dieu.”(BAKUNIN, 2000m, p.13)

Então, para Bakunin o suposto interesse geral, visto como absoluto, não passaria de interesses particulares ampliados, que tendem a esmagar e sacrificar o interesse da coletividade e dos indivíduos reais. Nesse sentido, o individualismo de que Bakunin critica tenderia a se expressar sobre uma forma fanática de controle político-moral sobre os indivíduos, as coletividades e a própria realidade pelo Estado. Nesse sentido,

⁶⁵ Tradução nossa do original em francês.

Bakunin fala que Mazzini, por muito que diga combater o individualismo, não consegue ver que seu pensamento possui a mesma base de sua teologia nacional, o idealismo centralista.

Nesse ponto, não pode passar despercebido como historicamente os regimes de extremo centralismo estatal, seja, os impérios monárquicos, o fascismo ou o stalinismo, guardadas todas as suas diferenças, foram extremamente personalistas na sua forma de estruturação do poder. A negação estatista do indivíduo, o seu sacrifício em prol do “interesse geral”, desemboca em uma adoração do indivíduo-herói guia da nação ou proletariado.

A nação de Mazzini encarnava assim exatamente tal idéia de absoluto, onde o Indivíduo-Estado (cidadania burguesa), desvinculado das condições materiais-naturais, de classe, deveria introjetar os verdadeiros sentidos eternos e sagrados da verdade, da unidade nacional, dos verdadeiros princípios e da cultura italiana, do pacto social entre burguesia e proletariado, garantidos por uma educação que literalmente domesticasse as massas, “apagando” suas aspirações reais, em nome da Nação divina.

Assim, para Bakunin a Itália Oficial defendida por Mazzini carregava todos os problemas do Patriotismo Político apontados acima. Primeiro ela era uma visão anti-materialista que negava os interesses e a solidariedade real dos trabalhadores italianos com os trabalhadores de outros países, afirmando uma Unidade Nacional que não era nada mais que a submissão das massas a exploração burguesa e das demais classes privilegiadas do Estado. Dessa maneira, para o anarquista, tais “patriotas italianos” eram covardes, que frente ao massacre de mulheres e crianças do povo francês, na comuna de 1871, fizeram côro com a classe dominante de Versalhes, agindo da mesma forma que os nacionalistas russos, pan-eslavistas, que amaldiçoaram a revolta polonesa de 1863 por possuir “apoio de povos de outros países”.

Se por um lado era um patriotismo anti-humanitário e estatista, que queria construir um “muro teológico” envolta da Itália “clássica”, por outro, era favorável a conciliação com a mesma burguesia que massacrava os trabalhadores italianos. Mazzini afirmava que os eventos decorrentes da Comuna de Paris traziam a desunião para a nação por estarem pautados em uma divisão entre interesses, ou seja, na luta de classes, para tal, o povo italiano deveria esquecer suas aspirações particulares em nome do

“interesse geral” da pátria. Porém Bakunin responde: são os interesses dos privilegiados que realmente dividem os homens.

“Mais les intérêts privilégiés, comme les Etats qui ne sont là que pour les garantir, <partout ayants> ayant pour bases la guerre, la conquête, l'asservissement des masses populaires portent nécessairement les germes de toutes les divisions en leur sein.” (BAKUNIN, 2000L, p.6 -)

Bakunin, ao contrário de mazzini, fala então que este antagonismo era natural e salutar tendo em vista que tal riqueza havia sido conquistada a partir da exploração do capital sobre o trabalho operário. Assim, a exploração e aliança internacional do capital burgues, industrial, comercial e bancário levava como contraponto uma necessidade natural da aliança dos trabalhadores na luta do trabalho contra o capital, demarcando uma situação social antagônica. A internacionalização das greves era um sintoma desse processo. Outra consequência deste fato é que o mundo do trabalho se afirmava como a pátria real dos trabalhadores. Bakunin aponta aqui um elemento que aparece em todo seu pensamento, a pátria real como os interesses em comum, e nesse sentido os trabalhadores dos diferentes países estavam muito mais próximos entre si do que em relação a burguesia de seus próprios países. Como vemos no trecho abaixo sobre a Comuna e os trabalhadores franceses:

“(…) as fronteiras de sua pátria ampliaram-se, a ponto de englobar hoje, o proletariado de todo o mundo, oposto ao conjunto da burguesia, inclusive evidentemente, a burguesia francesa. As declarações da Comuna de Paris são, quanto a isso, categóricas; e as simpatias hoje expressas com tanta clareza pelos trabalhadores franceses com a Revolução Espanhola, sobretudo na França meridional, onde se constata uma nítida vontade do proletariado de aliar-se de modo fraternal ao proletariado espanhol e até formar com ele uma Federação Popular, fundamentada no trabalho livre e na propriedade coletiva, não obstante todas as diferenças nacionais e as fronteiras estatais (...)” (BAKUNIN, 2003, p. 45-46)

Os nacionalistas mazzinistas afirmavam então que os anarquistas e a Internacional queriam destruir todas as nações, oprimindo assim os povos e suas culturas, Bakunin responde categoricamente que não, que seus objetivos eram destruir os Estados Nacionais Patrióticos, que eram a negação e opressão sobre os próprios povos-nações. Aqui Bakunin busca construir um equilíbrio entre o geral e o particular, assim, como seu pensamento entre a relação entre indivíduo-sociedade, ou a associação-federação. Tenta constituir uma proposta que não caia nem em um centralismo localista e nem em um generalista que nega as particularidades.

“L'Internationale ne détruit pas les nationalités, les nations; elle les embrasse toutes, sans en supprimer aucune. Elle ne peut faire autrement, parce que son

principe fondamental est la plus vaste liberté. L'Internationale ne fait pas la guerre aux patries naturelles; elle la fait seulement aux patries politiques, aux Etats; et elle doit faire cette guerre: parce que, voulant sérieusement l'émancipation pleine et définitive du prolétariat, elle doit tendre nécessairement à l'abolition de toutes les classes, c'est-à-dire de tous les privilèges économiques, et les Etats ne sont que l'organisation et la garantie des privilèges économiques et de la domination politique des classes. Faisant la guerre aux classes, elle doit la faire aux Etats. Mazzini veut non seulement la conservation, mais encore l'agrandissement de l'Etat italien: donc il doit vouloir et il veut la conservation de la classe bourgeoise; donc il doit craindre et détester l'Internationale, et il la craint et la déteste.” (BAKUNIN, 2000k, p.38).

Nesse sentido Bakunin acredita que as pátrias populares não estavam em contradição com a pátria proletária internacional, na verdade esta última representava uma continuidade social das primeiras, desde que seus movimentos não confluíssem na construção/integração nos Estados-Nacionais, tendo em vista que estes últimos expressariam tendências particularistas e Conquistadoras, destruindo a unidade real dos povos. Por outro lado a aliança internacional dos povos e trabalhadores não desemboca numa homogeneização que tenderia a se constituir em novos centros e modelos únicos a serem seguidos por todos.

Nesse sentido Bakunin articula uma estratégia importante, baseada na dialética entre Guerra e Revolução, que se expressa principalmente durante a Comuna de Paris. Tal dinâmica e estratégia estava vinculada exatamente como resposta aos desdobramentos da Guerra Imperialista, por natureza de Conquista, como foi a Guerra Franco-Prussiana de 1871. Com a invasão eminente da França, que tinha a frente Napoleão III, pelo exército prussiano, que tinha a frente o marechal Helmuth von Moltke, o rei Guilherme I e Bismarsck como chanceler, a França tinha sua derrota eminente. Qual foi a política apontada por Bakunin, para combater a invasão prussiana e o aumento da exploração? era necessária uma revolução na França, o armamento geral do campesinato e do operariado para tomar as cidades e campos e expulsar a invasão prussiana enterrando junto a Pátria Oficial francesa, o Imperador e todas as classes privilegiadas do país.

“A única que pode salvar a França, em meio aos perigos mortais, internos e externos, que agora a ameaça, é a sublevação espontânea e livre, livre de compromissos, apaixonada, anárquica e destrutiva, das massas populares de toda o território francês. (...) Creio que as únicas classes agora capazes de uma insurreição tão poderosa são os trabalhadores e os camponeses”. (BAKUNIN, 1977: 215-216).

Qual foi a política dos republicanos e da esquerda eleitoral? se pronunciar contra a revolução, que em sua visão representaria a divisão e o enfraquecimento da França

(Oficial), defender o parlamento materializado na Assembléia Nacional e contra o armamento geral do povo⁶⁶. O que Bakunin apontou antes da Comuna, era que a elite francesa, principalmente o Imperador, e setores alta burguesia e aristocracia, encaminhavam a capitulação da França frente a invasão prussiana, política que se consolidou com o armistício em 1871. Nesse sentido, para tais classes a dominação prussiana que mantivesse o *status quo* seria melhor do que armar o povo e correr o risco de uma insurreição popular. A dominação prussiana manteria a propriedade e a ordem na França subordinada, e os encargos dessa dominação seriam jogados sobre a exploração do trabalho do povo francês, como de fato ocorreu com as pesadas taxas impostas pelo nascente Império Alemão, pagas pelo proletariado.

Nesse sentido, a burguesia, a aristocracia e o Império, a França Oficial, agiram de maneira entreguista, e deram de bandeja a França Popular para os prussianos. Frente ao armistício assinado pelo parlamento, Paris se insurgiu, e frente a insurreição popular a Assembléia Nacional, de composição monárquico-burguesa, declarou a repressão ao movimento, marcando a ruptura completa e a guerra entre a Comuna de Paris contra a França Oficial mancomunada com o exército prussiano.

Assim, para Bakunin a guerra imperialista deveria ser transformada em guerra civil, como a única forma, inclusive, de defender a França Popular e vencer os Impérios. Tal política que mais tarde ficaria célebre nas frases de Lênin, que guiaram a revolução russa, “Transformar a guerra imperialista em guerra civil”, e que neste caso se referem claramente a política da comuna⁶⁷, tinha sido elaborada politicamente principalmente por Bakunin (o que constantemente é esquecido), antes mesmo do evento da Comuna de Paris, em 1870 no documento “Cartas a um Francês” que faz uma detalhada análise da conjuntura francesa apontando o caminho da guerra civil, do armamento geral do povo, da unidade operário-camponesa, da organização e federação de comunas populares, como as únicas saídas frente o avanço do Imperialismo.

Nesse sentido, para Bakunin, a Patriotismo Político, longe da sua fraseologia da defesa dos interesses “nacionais”, representava a capitulação, a entrega das pátrias populares, sempre quando lhe fosse conveniente e quando esta representasse colocar a

⁶⁶ Bakunin analisa os votos dos parlamentares da dita esquerda francesa que votaram contra a legalização e venda de armas e munições durante o período, posição que avalia como francamente reacionária, que visava manter o monopólio da violência pelo Estado e deixava o povo desarmado frente a invasão. (p.100, Cartas ao Frances, la piqueta, 1977).

⁶⁷ Lenin desdobra tal análise da guerra imperialista e civil a partir dos estudos da comuna de paris.

ordem da exploração em perigo. Nesse sentido, era sempre preferível para a Pátria Oficial uma dominação estrangeira do que o desmantelamento da ordem capitalista pelo povo.

O caso russo (1917) e espanhol (1936) expressam bem a necessidade de compreender a tal dialética da guerra-revolução. Ambos processos revolucionários ocorreram em contextos de guerra imperialista (1ª e 2ª guerra mundial) e tiveram, como na Comuna em 1871, um grande apelo dos republicanos burgueses e da social-democracia pela “unidade nacional” contra a “ameaça externa” e a defesa do “sacrifício” da própria revolução que se iniciava, que deveria ser deixada para um momento posterior, e da idéia de primeiro fazer a guerra e depois a revolução. A vitória da revolução russa expressou na prática o que defendeu Bakunin décadas antes, ou seja, só a revolução social teria força social para não só instaurar uma nova sociedade como para levar a vitória na guerra, e não ao contrário. O caso espanhol representou a outra versão, a política de unidade/colaboração entre trabalhadores e a burguesia republicana/governo de primeiro vencer a guerra para depois fazer a revolução⁶⁸, levou a derrota tanto na guerra contra o fascismo quanto na revolução social.

Nesse sentido, Bakunin fala a Mazzini que em todos os Estados as populações escravizadas eram a grande maioria, e que quando se organizavam contra a conquista e a exploração da Pátria Oficial, criavam um poder popular capaz de destruir os Conquistadores, sejam internos ou externos, assim, organizando a “santa guerra civil”. Para Bakunin então a libertação nacional e social das pátrias populares não poderiam ser dissociadas da guerra civil contra o Estado, a pátria (a cidadela) dos conquistadores e das classes privilegiadas, como vemos abaixo:

“Courbés sous le poids d'un travail forcé pour le seul profit des conquérants, associés forcément d'abord <par>pour ce travail, <Ces> ces milliers d'esclaves, <fini> unis par le malheur et par une même servitude, finissent par s'entraider, par s'associer, et par s'organiser librement, et des lors ils commencent à constituer à leur tour une puissance, - la puissance ascendante du peuple. Et alors la lutte recommence; la Sainte guerre civile, <unique source et> qui, n'en déplaie à Mazzini, est l'unique moyen de <la> délivrance pour le peuple, commence.”(BAKUNIN, 2000L, p.6).

Assim a guerra civil das pátrias populares para serem vitoriosas, por seu caráter de classe e evidente extensão global da dominação e da resistência, deveriam se fundir na revolução internacional, na sua reunião sob a bandeira da pátria proletária

⁶⁸ Tal a crítica a guerra civil espanhola se refere a política de unidade que a CNT promoveu com o governo republicano burgues contra o fascismo, elemento que sabotou a revolução.

internacionalista e federalista e na luta sem trégua, na guerra de destruição a patria burguesa conquistadora e imperial (a santa aliança).

“que l’émancipation économique et sociale des ouvriers d’un pays sera à jamais impossible” (...) “, les ouvriers de tous les métiers doivent <organiser> établir, organiser et exercer la plus sévère solidarité pratique, communale, provinciale, nationale et internationale, en commençant par leur atelier, puis l’étendant à tout leur corps de métier et à la fédération de tous les <corporati> métiers; solidarité <qui doit> qu’ils doivent surtout scrupuleusement observer et pratiquer dans tous les développements, dans toutes les péripéties et dans tous les incidents de la lutte <économique> incessante du travail ouvrier <du prolétariat> contre le capital bourgeois” (BAKUNIN, 2000m, p. 6).

O sindicalismo insurgente que deriva dessa política Internacionalista e da Luta de Classes, anos mais tarde deu origem ao sindicalismo revolucionário em todo mundo e a tática da greve geral.

3.2.6 - Pan-eslavismo: a questão polonesa e a integração na Nacionalidade Oficial

Como apontamos acima, as críticas de Bakunin aos setores estatistas no movimento pan-eslavista já apareciam em seus textos de análise do I Congresso Geral dos Eslavos realizado em 1848, identificadas principalmente na postura dos delegados Poloneses e Tchecos. Abordamos tais análises do período de maneira mais pormenorizada no segundo capítulo. Aqui analisaremos principalmente como esses elementos que o revolucionário russo enxergou em potência se desdobraram em efeitos catastróficos para as lutas de libertação nacional no leste europeu, principalmente na Insurreição Polonesa de Janeiro de 1863.

Como afirmamos no primeiro e segundo capítulo, a Polônia, nesse período era uma nação duramente oprimida, passou por diversas partilhas imperiais implementadas pela Rússia, Áustria e Prússia, entre os séculos XVIII e XIX. A questão polonesa e sua dominação era para Bakunin uma das marcas da monstruosidade do Império Russo que controlava a maior parte de seu território, elemento que inclusive o fez romper com o exército e abandonar a Rússia em sua juventude, tendo em vista a repressão sanguinária de Nicolau I à insurreição polonesa de 1830. No início ano de 1863 uma parcela da juventude da Polônia se revoltou contra o alistamento obrigatório no exército imperial russo, dando início no dia 22 de janeiro e uma das mais longas revoltas do país por sua libertação nacional.

A Revolta de Janeiro começou em 1863 e durou até 1865 quando os últimos grupos insurgentes foram esmagados. O movimento que inicialmente partiu da juventude polonesa, logo tomou outros setores da sociedade, principalmente os estratos médios e da aristocracia militar e proprietária polonesa, a chamada *szlachta*⁶⁹. Durante o processo foi formado um governo provisório polonês que emitiu decretos e buscou dar suporte a luta de guerrilhas que se intensificou nos meses seguintes. Brigadas internacionais de republicanos italianos e franceses também se juntaram a luta. O apoio ao levante libertação nacional polonês foi colocado em debate nos Congressos da Associação Internacional de Trabalhadores, e inclusive Proudhon debateu a temática. Infelizmente não nos debruçaremos sobre a análise destes últimos pensadores, mas indicamos a sua importância.

Logo de início é importante destacar que os rumos do movimento polonês, assim como, sua composição social, expressaram dinâmicas complexas e dilemas do movimento nacionalista/pan-eslavista e dos revolucionários europeus. Bakunin sem conseguir participar diretamente do levante analisou e atuou ativamente em sua solidariedade, principalmente a partir de Estocolmo, Suécia. Podemos dizer que as análises de Bakunin possuem 2 momentos distintos: 1) O pré e início da Revolta de Janeiro; 2) O desdobramentos políticos e massacre do movimento.

No primeiro momento Bakunin foi um entusiasta da revolta polonesa como visto principalmente no documento “*Carta ao Comitê Central de Varsóvia*” e “*Discurso pronunciado ao banquete em Estocolmo*” de Maio de 1863. Neste ultimo documento/discurso Bakunin apresenta em reunião com seus aliados suecos e demais refugiados no país, a organização Terra e Liberdade e seu programa, tendo como um de seus objetivos principais o apoio a insurreição na Polônia e a destruição do Império Russo. Aponta que tal organização, que possuía membros em toda Rússia, acabava de concluir um acordo com o Comitê Central de Varsóvia, o governo provisório polonês, defendendo o completo direito de autodeterminação das provinciais polonesas e das demais sob o domínio dos impérios da região.

Bakunin (2000i) defende assim o programa populista-revolucionário de sua organização para o momento em 4 pontos, que resumimos abaixo:

⁶⁹ A *szlachta* era a nobreza polonesa composta de proprietários de terra e militares, oriunda do antigo Estado Polonês. Ainda que privilegiados socialmente, perderam seus direitos políticos e nacionais após as partições da Polônia iniciadas em 1772. As contradições em sua condição social foram determinantes para a derrota do movimento nacional polonês.

- 1) Terra aos camponeses;
- 2) Substituição da dominação burocrática alemã⁷⁰, por um sistema nacional eleito, baseado ao invés da centralização, na federação;
- 3) Abolição do recrutamento obrigatório e instituição do armamento nacional e voluntário, visando a defesa do país e não a política de conquista.
- 4) Convocação de uma assembleia nacional composta de deputados eleitos nas províncias e cidades da grande Rússia.

É importante dizer que tal programa da organização Terra e Liberdade não foi hegemônico e para nós é difícil avaliar seu grau de influência durante a insurreição, mas podemos dizer a partir da própria avaliação de Bakunin, que os desdobramentos do movimento caminharam no sentido contrário de seus apontamentos e em sua opinião o conduziram a derrota. Aqui duas questões foram centrais na perspectiva de Bakunin, elementos que percebemos em seu segundo momento no início e após os desdobramentos do movimento nacionalista polonês, principalmente nos documentos “*Aos Russos, Poloneses e todos meus amigos eslavos*” de 1862, “*Russia Oficial e Russia Popular*” de outubro de 1863, “*Programa secreto da Fraternidade Internacional*” de outubro de 1864:

- 1) **A questão social:** o movimento nacionalista polonês era um movimento composto em sua maioria e dirigido pela nobreza polonesa e por profissionais liberais. Uma das principais consequências desse fato foi que o movimento a princípio se posicionou contra a emancipação do campesinato tendo em vista que esta medida desestabilizaria a ordem social interna, além disso, uma revolução social ao invés de uma “revolução política” poderia levar a Polônia a perder seus “aliados” internacionais, como a França de Napoleão III. Uma consequência desse processo foi que o Czar promoveu uma “reforma agrária” durante a insurreição, o que levou a um abismo entre o campesinato polonês (dentre outras etnias) e os líderes nacionalistas que divergiam sobre a libertação deste.
- 2) **Estatismo:** o segundo elemento foi o estatismo do movimento nacionalista polonês que ao invés de reivindicar a livre autodeterminação de todas as nações, reivindicou apenas o seu direito vinculado a noção do Direito Histórico dos Estados, exigindo a instituição das fronteiras do antigo Estado polonês, elemento

⁷⁰ Lembremos que Bakunin considerava a burocracia do Império Russo baseada em um modelo alemão, além do que, Prússia e Áustria também possuíam territórios conquistados na Polônia.

que levou a uma contradição com os territórios camponeses da Rutênia e da Ucrânia, que odiavam com razão a nobreza polonesa. Dessa forma, o movimento se isolou dos camponeses de toda a Rússia e se pautou pela diplomacia estatista e oficial internacional.

A partir da constatação desses elementos no movimento nacionalista polonês, Bakunin teceu duras críticas a condução política do processo. Principalmente no Programa Secreto da Fraternidade Internacional, Bakunin faz um diagnóstico das derrotas das lutas de libertação nacional na Polônia e na Dinamarca, aponta que além de terem sido movimentos isolados, também não deveriam ter contado e esperado a diplomacia e o apoio de nenhum Estado europeu, pois todos, por sua posição e necessidade histórica eram reacionários. Apontando que nenhum Estado poderia permitir uma radical liberdade democrática em seu interior ou em qualquer outro ponto da Europa. (BAKUNIN, 2014a, p.65)

Aponta que mesmo as classes privilegiadas européias sendo marcadas pela rivalidade entre si, estas frente a revolução popular dariam as mãos em uma reação comum por sua conservação. Alude ao exemplo de Napoleão III, imperador da França, e Victor Emanuel II, Rei da Itália, ambos demagogicamente favoráveis a alguns movimentos democráticos, como da Polônia e da Hungria, mas que secretamente colaboravam com a reação, seja o primeiro com o Império Russo e o segundo com o Império Austríaco. Comenta a armadilha fracassada para matar Garibaldi armada por Vitor Emanuel.

Bakunin aponta que uma parte insana do partido revolucionário europeu depositava suas esperanças nestes soberanos, a cabeça Napoleão III, depois Vitor Emanuel e o Rei da Suécia, considerados como líderes “progressistas”. Por outro lado havia a reação conservadora aberta de Prússia, Austria e Rússia. Na verdade ambos os grupos trabalhavam juntos na visão de Bakunin, ainda que tenham seus interesses particulares. No documento Cartas a um Francês, passado 8 anos desse processo, Bakunin comenta sobre esse efeito que Napoleão e o estatismo possuía sobre as lideranças polonesas:

“Como russo me vejo na necessidade desagradável de prevenir meus amigos, os socialistas revolucionários franceses, contra os chefes polacos. Conheço muitos polacos e não encontrei entre eles mais do que dois ou três socialistas sinceros. A imensa maioria é nacionalista raivosa. A imensa maioria da imigração polaca era devota, até estes últimos dias, dos Napoleões, por que havia esperado loucamente que os Napoleões iriam liberar sua pátria. Os

polacos são conservadores por posição e tradição. Os mais avançados são democratas militares. Seus jornais mais vermelhos rechaçam o socialismo, ao que quase todos os polacos tem horror, menos o povo polaco, sem duvida, que nunca teve nem voz nem ação, e cujos instintos são socialistas, como em geral os instintos e os interesses de todas as massas populares” (BAKUNIN, 1977, p.82).

O trecho abaixo sintetiza os problemas vistos por Bakunin no movimento de libertação da Polônia:

“É o que os poloneses no começo da sua ultima revolta, não quiseram compreender. É em vão que lhe suplicamos, então, de não falar, em sua proclamações, dos antigos limites da Polônia antes da divisão de 1772. Era dispor do povo ruteniano ou pequeno-russo⁷¹ inteiro sem os ter consultado – que mesmo detestando a potência moscovita que o esmaga hoje, nunca gostou nem teve razão para gostar da Polônia. Se ao invés de falar destes limites e fazer a Política de Estado à moda Monroe e Hall, os Poloneses tivessem, simplesmente, insurgido em nome da Liberdade Popular, chamando todos os povos para esta luta contra Moscou, é provável, é pelo menos possível, que os rutenianos teriam se insurgido junto com eles, inicialmente, e que quisessem unir-se a Polônia, mais tarde, por laços populares. Mas os poloneses não tiveram fé na liberdade e ainda menos fé no povo pequeno-russo. Contando muito menos com a revolução popular interior que com a intervenção estrangeira, esperaram que esta devolvesse, em seus antigos limites, a antiga república ou a monarquia polonesa e, nesta esperança, apressaram-se em proclamar bem alto seus direitos históricos sobre a Ucrânia, a Podólia e a Volínia. O que aconteceu a seguir? A intervenção estrangeira não veio a seu socorro, mas os camponeses pequeno-russos insurgiram-se unanimemente contra eles” (BAKUNIN, 2014A, p. 109).

No documento “*Russia Oficial e Russia Popular*”, escrito em meio a revolta polonesa Bakunin aponta como uma comissão de camponeses das províncias bálticas vieram a Polônia durante a insurreição com pedido de apoio a sua revolução contra os barões alemães vinculados ao império russo. Porém os poloneses com medo de perder o apoio das potenciais ocidentais com o desenvolvimento de uma guerra civil e da própria luta de classes, preferiram não se apoiar na solidariedade internacional dos trabalhadores. Bakunin considerou um erro grave esta postura, e apontou na época que apenas com a revolta de todos os camponeses do império, dos trabalhadores subalternos, da periferia para o centro, poderia haver vitória para a liberdade da nação polonesa. Como vemos no trecho abaixo:

“Cerca de seis ou sete meses atrás, na primavera passada, camponeses enviaram uma delegação aos poloneses da Samogícia com a petição de que os poloneses tomassem seus lugares para expulsar os barões alemães. Os poloneses, que temiam por tal compromisso perder a benevolência fracassada da Europa Ocidental, e que, além disso, por sua própria conta, sentiam certo temor pelas conseqüências de uma guerra civil - recusaram. O futuro dirá até que ponto eles fizeram certo ou errado nessa área. De minha parte, acho que eles estavam errados. A Europa, burguesa e egoísta, risonante e impotente, não virá em auxílio, e sua revolução não pode vencer sem que se espalhe para o

⁷¹ Ucrâniano

coração do império, o que não pode acontecer sem a insurreição de todos os camponeses do império. Terei a oportunidade de voltar logo a esta pergunta. Mas no que diz respeito aos camponeses das províncias bálticas, garanto-lhes que a coisa é apenas um adiamento, está breve. À primeira vista, esses camponeses parecem entorpecidos, submissos e até mais lentos que os finlandeses para entender e decidir. Mas há em sua natureza, também moderadamente civilizada, uma profunda energia selvagem, assim como um ódio inexpugnável e histórico dos alemães. Seus problemas, o trabalho forçado e seu sofrimento diário é insuportável, e uma vez fora de seu torpor secular através desta ansiedade escura que prevalece em todas as camadas populares do reino, sem exceção, eles começam a ver que a hora da vingança e o levante verdadeiro e completo está prestes a chegar. Quando tal estado de espírito reina no povo, não conseguimos mantê-lo em silêncio, quando o grande drama histórico, do qual vemos no momento apenas o prólogo, terá alcançado seu pleno desenvolvimento. E, o que quer que se possa dizer, o que quer que se possa fazer, esta saudável tempestade, que é chamada para transformar todo o aspecto do norte, já está em ação, e não será acalmada antes de dar vida a um mundo novo.”⁷² (BAKUNIN, 2000h).

Se por um lado o movimento nacional polonês foi esmagado pelo Império Russo por não conseguir superar suas degenerações internas, marcadas pelo Estatismo e pelas contradições de classe, no lado oposto o movimento pan-eslavista mais amplo se aproximava, por causas semelhantes, da política oficial do Czar de todas as Russias. A realização do 2º Congresso Eslavo em Moscou no ano de 1867, sob a tutela e com apoio de Alexandre II, representou a máxima degeneração do movimento nacionalista dos eslavos, se transformou nas palavras de Bakunin na sua própria negação.

No documento endereçado a Herzen sobre a “*A Questão Eslava*”, lançado no mesmo ano desse segundo congresso, Bakunin aponta como entre o I Congresso Eslavo de 1848 e o de 1867, havia um grande abismo. O revolucionário russo afirma que enquanto em 1848 o movimento eslavo lutava contra a tirania imperial da Rússia⁷³, contra a centralização unitária e pelo direito de autodeterminação, ainda que com seus diversos problemas, o II Congresso de Moscou era composto diretamente por agentes imperiais, chefes de polícia e líderes nacionalistas imbecis e impostores, sendo expressão da total degeneração complacente com extermínio de milhares de poloneses nos anos anteriores. Tal denúncia vemos no trecho abaixo:

“et en vérité je ne comprends pas comment, avertis par ces signes terribles, ils n'ont pas rebroussé chemin et fui loin de ce congrès sacrilège! Mais non! Ils sont bravement passé sur le cadavre de la nation slave pour aller serrer la main de ses bourreaux. Voici le véritable caractère de ce congrès: il s'est tenu sur le cadavre de la Pologne. Niais ou traîtres, imbéciles ou fourbes, idiots ou scélérats, tels sont les caractères dominants des membres de cette néfaste réunion des députés russes et slaves, à Moscou.”(BAKUNIN, 2000J, p.5)

⁷² Tradução nossa do original francês.

⁷³ Rodolsky também comenta que por mais que I congresso tivesse diversas limitações, uma de suas grandes qualidades foi a crítica ao império russo, sendo que Bakunin era praticamente o único delegado russo.

Essa política da completa traição da causa eslava, nas palavras de Bakunin, era resultado da defesa fanática pelos líderes pan-eslavistas da centralização unitária imposta violentamente pelo Império Russo, fundada na ideia de grandeza e glória do Estado e sua adesão a ideologia czarista da “Nacionalidade Oficial” elaborada por Nicolau I, e defendida principalmente pelos governos posteriores. Assim, Bakunin aponta que essa ideia de nação unitária e centralista, essencialmente mazzinista, que eram “vendidas no mercado” como a salvação do povo não só na Itália, mas também em São Petersburgo, Berlin, Viena e Paris, não poderia significar outra coisa do que um atentado a liberdade, e a complacência dos pan-eslavistas ao massacre polonês era apenas uma de suas consequências do nacionalismo burgues-aristocrático.

Nesse sentido, para Bakunin a defesa de um Império “eslavo”, a qual os pan-eslavistas buscavam em encarnar na Rússia, representava na verdade a negação dos povos eslavos reais, entre eles os poloneses.

Bakunin aponta que alguns dos principais líderes pan-eslavistas estiveram diretamente envolvidos na repressão ao levante polonês e voltaram de “bolsos cheios” do massacre. Cita o discurso destes no II CGE onde falam que “*os orgulhosos poloneses, só poderiam ser perdoados novamente se se desculpassem*” (ibid.) Assim, o anarquista aponta que os pan-eslavistas em sua defesa da supremacia do Estado unitário “eslavo” esqueciam que eram homens antes de serem russos, e que na verdade representavam a própria negação dos povos eslavos reais, entre eles os poloneses. Dessa forma, traça uma crítica de como os movimentos “pan” (eslavistas, germanista, latinista, de sua época) constantemente caíram em negações flagrantes da humanidade e de sua própria causa inicial, em nome da supremacia de seus próprios estados-nacionais.

J'exècre donc cette unité, véritable tombeau de l'esprit et de la liberté, en ce qui concerne non seulement l'organisation interne des nations, mais aussi celle des races. Je ne peux donc que détester le panslavisme, mais en même temps le pangermanisme, le panlatinisme et tous les pan'ismes de la terre, convaincu que sous chacune de ces notions se cache une négation de l'humanité et un terrible danger pour la liberté universelle. (BAKUNIN, 2000J, p.4-5)

Essa política estava sustentada pelos setores das classes dominantes russas, que como Bakunin comenta no documento “*O pan-eslavismo*” de 1870, na maioria das vezes não sabiam nem falar o idioma russo, por ser a língua dos camponeses, e que naquele momento se “interessavam” repentinamente pelo destino dos eslavos, por interesse meramente particularistas e conquistadores. Denuncia assim, que o programa e a encenação de “apoio aos eslavos”, tinha sido minuciosamente elaborado pelo

Ministério de Relações Exteriores e muito bem executado no 2º Congresso Eslavo em 1867.

Mesmo frente a esses elementos Bakunin aponta que a questão da liberdade eslava continuava sendo central, tanto para Rússia como para a Europa, e que a luta contra os Impérios do Leste possuía sua justiça intrínseca, tendo em vista que dizia respeito a libertação de mais de 100 milhões de camponeses eslavos da exploração. Mas a sua liberdade deveria ser buscada na revolução e na solidariedade de todos os povos em luta e nunca na reação, e principalmente, nunca na proteção corrupta dos imperios:

Que tous les peuples slaves qui se sentent aujourd'hui opprimés, avertis par une triste expérience, par l'exemple de cette malheureuse Pologne surtout, et suivant celui que leur donnent aujourd'hui les Bulgares, cherchent leur émancipation, leur salut dans la révolution et dans la solidarité révolutionnaire de tous les peuples, slaves ou non slaves, mais jamais dans la réaction, jamais dans les combinaisons de la diplomatie, et surtout jamais dans la protection dissolvante, corruptrice et trompeuse des empereurs de toutes les Russies. (BAKUNIN, 2000n, p.3)

Nesse sentido Bakunin retoma um ponto importante de seu pensamento, defendendo a vinculação de elementos positivos das tradições de luta dos povos, no caso do campesinato eslavo, com elementos novos e revolucionários, como vemos abaixo, e que o maior perigo para a destruição dessas características camponesas nacionais que se mantiveram resistentes ao domínio turco e alemão, seria uma distorção que poderíamos comparar a um “tradicionalismo fascista”, que estava exatamente na sua apropriação e conseqüente destruição pela política Imperial.

“Car en les couvrant de leur monstrueuse et énorme protection, ceux-ci risqueraient de tuer en eux ce que ni les Turcs, ni les Allemands, ne sont jamais parvenus à anéantir: l'âme slave, la langue et les coutumes slaves, leur liberté naturelle et celle de leurs communes et de leurs provinces, leur socialisme traditionnel, cette solidarité économique qui n'exclut personne de la jouissance de la terre et de leur belle fraternité slave. En un mot tous les éléments si précieux que les slaves ont conservé au fil des siècles, au travers des plus terribles événements et qui, fécondés par un nouvel esprit, par l'esprit de la grande Justice, de la grande Liberté et de la Fraternité universelle, pourront être un jour les fondements d'une nouvelle civilisation.” (BAKUNIN, 2000J, p.4)

Aponta que este império, ao contrário de sua propaganda, não respeitava nenhum direito ou costume popular, e cita a imposição da língua russa e da servidão recentemente ao povo ucraniano. Assim, ao invés do socialismo camponês defendido por ele e Herzen, que rejeitava todo o culto de Estado, os pan-eslavistas defendiam a dominação da comuna rural pelos seus elementos patriarcais, baseados na autoridade

tutelar anti-natural do Czar, da opressão e do roubo de seus funcionários e padres, sob o batismo da Igreja Ortodoxa oficial.

Nesse sentido, alguns anos depois Bakunin escreve em *Estatismo e Anarquia* que o Mir russo para avançar em seu papel revolucionário deveria:

“Que desnaturam seu caráter e complicam ao extremo, retardando-a, sua realização; aspectos, que devemos, por conseguinte, combater com toda nossa energia, e que são bem possíveis de combater, visto que o próprio povo já se engajou no combate, este três aspectos são: 1) O Estado patriarcal; 2) a absorção do indivíduo pelo Mir; e 3) a confiança no czar; (BAKUNIN, 2003)

Por fim defende, que apenas uma organização de baixo para cima, natural, tanto científica quanto prática, negando o método dos estados centralistas e unitários de impor de cima para baixo, através de uma organização federalista e do socialismo os eslavos poderiam se libertar.

No fim tanto o heroico movimento nacionalista polonês como o russo/pan-eslavista ficaram reféns da política da nacionalidade oficial, em lados opostos da política imperial, é verdade, porém padecendo pelos mesmos efeitos da política centralista, exigindo a grandeza e os direitos históricos de seus Estados, cada uma seu modo, mas vinculados essencialmente as classes privilegiadas de seus países e de seus interesses particularistas. Por outro lado, neste conflito é inegável que a causa Polonesa contra o domínio russo estava com a justiça, e Bakunin e os membros de Terra e Liberdade interviram a seu favor, porém defendendo sua política anti-centralista e pela insurreição internacional dos povos trabalhadores contra os Impérios.

3.3 - O debate entre Bakunin x Engels/ Marx sobre a questão nacional: “Povos sem história” ou a história vista de baixo para cima.

Os debates entre anarquistas e socialdemocratas, normalmente são remetidos ao período da AIT (1860-1870) nos conflitos entre os coletivistas e os comunistas, em especial entre Bakunin e Marx/Engels. Porém, como afirmamos nos capítulos anteriores, as divergências começam a aparecer nos anos de 1848, sendo o manifesto de Bakunin “Apelo aos Eslavos” o epicentro deste primeiro conflito. Neste primeiro momento na verdade não houve exatamente um debate, houveram apenas manifestações de posições discordantes que não se desdobraram em um diálogo. Mas veremos que elementos desta 1ª divergência permaneceram e influíram nos debates ocorridos 20 anos depois no interior da AIT, pois eles diziam respeito ao método de análise da realidade.

Tal polêmica entre Bakunin e Engels/Marx e a questão nacional, possui poucos analistas, mas alguns com bastante fôlego como a obra do marxista Roman Rodolsky *“Friedrich Engels e o problema dos povos sem história: a questão das nacionalidades nas revoluções de 1848-1849 a luz da “Neue Rheinische Zeitung”*, publicado em 1980. Nossa análise bebe muito em tal fonte tendo em vista que vai aos textos originais e busca um processo de autocrítica dentro do próprio marxismo e sua análise da questão nacional e mais especificamente do conceito de “Povos sem História”. Mas como exporemos mais a frente, também discordamos de algumas conclusões deste autor.

Outros pesquisadores também chamaram atenção para este debate e especificamente do posicionamento problemático de Engels e Marx acerca dos povos eslavos em 1848, mas não só neste período. O pesquisador João Bernardo na coletânea de artigos *“Marxismo e Nacionalismo”*⁷⁴, publicada pelo portal Passa Palavra faz um apanhado geral e histórico deste debate apresentando fontes e fatos importantes do século XIX ao século XX. Michel Lowi também cita este debate de 1848 sobre os eslavos e os comunistas alemães em seu texto *“O sonho naufragado: a revolução de outubro e a questão nacional”*, publicado em 1997.

A partir de tais fontes, principalmente Rodolsky (1980), mas também de nossas pesquisas, acreditamos que tal polêmica se expressou em três momentos principais:

1848-1849 – Revoluções de 1848	Apelo aos Eslavos - Bakunin x Pan-eslavismo democrático - Engels.
1862-1866 – Insurreição Polonesa	Artigos jornal Comommwelt - Marx/Engels x Programa da Fraternidade/ Aos russos, poloneses e todos meus amigos eslavos - Bakunin.
1871-1873 – Unificação Alemã,	Alemanha e Comunismo de Estado – Bakunin x Bakuninistas

⁷⁴ <http://passapalavra.info/2017/12/117201> (visto 30/07/2018).

Guerras e Insurreições (Paris, Espanha, México, etc)	em ação – Engels.
--	-------------------

Não é nosso objetivo aqui realizar uma análise extensa deste debate específico entre anarquistas e marxistas e a questão nacional, que por si só seria tema para uma outra dissertação, queremos fazer um quadro geral resumido deste debate e buscar extrair as conclusões de Bakunin em sua polêmica com a social-democracia alemã em relação a nossa temática. Abordaremos com mais detalhe o período de 1848 por ser especificamente um debate praticamente desconhecido. Portanto dentro de nossa perspectiva, acreditamos que esse três momentos sejam de particular importância por demonstrar como as políticas divergentes desses dois campos estavam ancoradas em concepções materialistas diferenciadas. Assim, um elemento que salta a vista é que a questão da autodeterminação dos povos foi o pano de fundo da divergência de Bakunin como os comunistas alemães durante toda sua história.

Tais autores a quais fizemos referência (Rodolsky, Bernanardo, Lowi) chamam atenção para a contradição entre os escritos teórico-filosóficos de Marx e Engels, principalmente em 1848, e sua prática política concreta, seus textos e ações político-militantes. Rodolsky, por exemplo, se pergunta como um ano após o lançamento do Manifesto Comunista, que clama pela luta de classes, os seus autores possam defender uma política baseada na concepção de “nação”? mais especificamente no conflito entre “nações revolucionárias” versus “nações reacionárias”, como veremos. Bernardo também fala como neste período e em alguns outros momentos, Engels e Marx pareciam privilegiar os sujeitos “nacionais” e “estatais” em detrimento de sua concepção de luta de classes.

No trecho abaixo Bernardo (2009) aponta tal aparente paradoxo:

“Neste contexto, tanto mais espantoso pode parecer que Marx e Engels tivessem em grande medida orientado as suas intervenções práticas não consoante a perspectiva da luta entre classes, mas numa perspectiva geopolítica de confronto entre grandes blocos nacionais. O drama histórico contemporâneo, que na teoria abstracta de Marx e Engels conceberam como uma luta entre proletários e capitalistas, foi frequentemente exposto na análise concreta como um choque entre, por um lado, nações consideradas revolucionárias, principalmente a Alemanha lutando pela unificação e a Polónia lutando

pela independência, e, por outro lado, nações consideradas contra-revolucionárias, que incluíam a totalidade dos eslavos com exceção dos polacos. E assim a visão de uma sociedade dividida em classes foi substituída pelo seu exacto oposto, Estados supraclassistas”. (BERNARDO, 2009)

Em geral esses analistas do campo marxista tendem a considerar tais posicionamentos de Marx e Engels como desvios de sua concepção materialista histórica, deslizes. Realmente é preciso salientar que o posicionamento dos fundadores do marxismo também se modificou ao longo do tempo, em relação, por exemplo, ao caso da Irlanda, principalmente, chegando até o debate com os populistas russos em 1880-1890. Porém muitos elementos de fundo de sua concepção se mantiveram intocados como bastiões da social-democracia alemã.

Inclusive, um elemento que precisa ser dito, é que muitos pesquisadores da obra de Marx e Engels, tendem a se debruçar apenas aos seus grandes escritos teóricos-filosóficos sem se preocupar com suas análises político-militantes, e o caráter de sua intervenção no movimento operário através dos jornais, congressos, cartas, discursos, que para alguns é onde está seu ponto distoante. Ainda que entendamos que ninguém possa ser classificado como uma unidade absoluta, sempre havendo certas contradições entre teoria e prática, acreditamos que existe sim uma vinculação muito clara entre as degenerações da prática política do marxismo com sua teoria.

Dessa forma, nós discordamos dessa perspectiva que analisa como um “desvio” do método de Marx e Engels, a transposição das questões de classe para o âmbito dos estados-nacionais. Acreditamos que pelo contrário são produto exatamente de seu método centralista e etapista (FERREIRA, 2014), cujo centro principal é a história vista como o desenvolvimento das forças produtivas, elemento que se manteve como fio condutor do materialismo histórico marxista por toda sua história.

Nessa perspectiva não é a “luta” entre classes, e seus atores sóciopolíticos, que possuem centralidade, mas o desenvolvimento da economia, das forças produtivas e dos modos de produção. Dessa forma, o desenvolvimento da Industrialização e do Estado-Nacional, produtos da centralização de capitais, são vistos como elementos primordiais para o progresso da história, do processo de transição entre o modo de produção feudal para o capitalista, e aqueles que se colocavam em seu caminho, dentro de uma determinada interpretação, mesmo quando se tratasse das classes trabalhadoras subalternas, não poderiam ser, em sua visão, nada além de reacionários.

Essa perspectiva pode soar tosca, e de fato não pode ser resumida de maneira tão simplista. Mas veremos como principalmente o posicionamento de Engels, tendeu para um etapismo economicista mecânico em muitos momentos, principalmente em 1848, mas também nas décadas de 1860, 1870 e depois também em relação aos populistas russos. Esse viés industrialista e estatista tendeu a taxar de conservadora e reacionária todas as perspectivas que não partilhavam a fé na Modernidade Capitalista. Dessa forma, as lutas camponesas, as lutas das “pequenas” nações e mesmo muitas lutas anticoloniais, não passavam para os comunistas alemães de lutas retrógradas, lutas fora de seu tempo, destinadas a desaparecer frente o progresso inexorável da história.

Também veremos que este debate que aparece como uma divergência política acerca das lutas de libertação dos povos eslavos, não se restringe a estes, pelo contrário, dizem respeito aos povos-nações que no processo de formação dos Estados Modernos coloniais foram subjugadas por esses Estados, maiores ou mais poderosos, e que Engels e Marx denominaram “povos arruinados” e “povos sem história”. O mais importante é que esta política estava ancorada em uma perspectiva de mundo, de análise da realidade e da história, do qual o anarquismo formulado por Bakunin foi o seu principal crítico no período, desde uma perspectiva revolucionária e socialista.

Enfim, por mais que alguns busquem apontar que Engels não pode ser confundido com Marx, de fato, mas nunca houve por parte deste uma crítica ao seu companheiro, seja por seu método, por suas posições, e acreditamos sim que havia uma unidade teórica entre os dois pensadores e militantes que atuaram juntos por toda a vida. A análise de João Bernardo⁷⁵ é particularmente importante para mostrar essa continuidade entre o pensamento de Engels e Marx em relação as posições da questão nacional. Vamos a elas.

3.3.1 - A crítica marxista ao “Apelo aos Eslavos”: a defesa da modernidade colonial

Como vimos, em novembro de 1848 Bakunin lançou o documento “Apelo aos eslavos” conclamando o campesinato eslavo a se insurgir contra os impérios e formar uma federação socialista. No ano seguinte Engels/Marx lançam pelo jornal Nova Gazeta

⁷⁵ “Marx defendia concepções idênticas. Em 1857, talvez com a ingênua ilusão de que seria capaz de inflectir a política externa britânica, Marx dedicou-se a escrever em inglês uma estranha obra antieslava, *História da Diplomacia Secreta no Século XVIII*” (BERNARDO, 2009). Autor aponta esta e diversas outras passagens dessa visão anti-eslava compartilhada entre Engels e Marx.

Renana o documento “O pan-eslavismo democrático”, que era uma resposta crítica a Bakunin.

Neste documento Engels aponta que durante e após a insurreição de 1848 muitos sonhos de unidade e fraternidade entre os povos foram levantados, mas sem qualquer base prática, a exemplo de Lamartine na França. Que em diversos lugares após os anúncios das barricadas, vieram as câmaras reacionárias e o avanço da Santa Aliança. Neste sentido, Engels entende que naquele momento o que estava em jogo era a luta entre nações revolucionárias e contra-revolucionárias.

Aponta que no ocidente os povos aprenderam com as experiências amargas, porém no Leste, as chamadas frações democráticas e revolucionárias dos povos eslavos, sempre continuavam sonhando com a fraseologia sentimental de fevereiro-março de unidade entre os povos. Defende que o centro do programa que ele define como “pan-eslavismo democrático” se encontra no Apelo aos Eslavos de Bakunin.

Fala que as considerações de Bakunin são delirantes, pois clama pela unidade entre diferentes povos com graus de civilização diferentes e com demandas políticas subordinadas a esses graus. Defende que a defesa da liberdade em abstrato não seria suficiente para resolver os problemas desses povos. Na verdade aqui Engels, sob toda sua fraseologia autoproclamada “materialista”, questiona o próprio Internacionalismo e a aliança entre os trabalhadores do centro e da periferia do sistema mundo capitalista.

Um dos exemplos, dessa concepção é quando Engels faz uma defesa da anexação da Califórnia pelos Estados Unidos da América, que até então era território do México, afirmando que os yankees levariam a civilização aos índios preguiçosos do México. Como vemos:

Comment se fait-il que la « volonté souveraine » du peuple américain, appuyée sur la vaillance des volontaires américains, ait déplacé à quelques centaines de lieues plus au Sud les frontières tracées par la nature « pour des nécessités géographiques, commerciales et stratégiques » ? Et Bakounine reprochera-t-il aux Américains une « guerre de conquête » qui porte, certes, un rude coup à sa théorie fondée sur la « justice et l'humanité » mais qui fut menée purement et simplement dans l'intérêt de la civilisation ? On bien est-ce un malheur que la splendide Californie soit arrachée aux Mexicains paresseux qui ne savaient qu'en faire ? Est-ce un malheur que les énergiques Yankees, en exploitant rapidement les mines d'or qu'elle recèle augmentent les moyens monétaires, qu'ils concentrent en peu d'années sur cette rive éloignée de l'Océan Pacifique une population dense et un commerce étendu, qu'ils fondent de grandes villes, qu'ils créent de nouvelles liaisons maritimes, qu'ils établissent une voie ferrée de New York à San Francisco, qu'ils ouvrent vraiment pour la première fois l'Océan Pacifique à la civilisation et que, pour la troisième fois dans l'histoire, ils donnent au commerce mondial une nouvelle direction ? L'« indépendance »

de quelques Californiens et Texans espagnols peut en souffrir, la « justice » et autres principes moraux peuvent être violés çà et là, mais qu'est-ce en regard de faits si importants pour l'histoire du monde ? (ENGELS, p.2,1848)

Rodolsky (1980, p.161-162) chama a atenção para este fato apontando que tal defesa de Engels foi muito infeliz, pois sua prática-política, para além da teoria, justifica a guerra de conquista, quando em nome da civilização e do desenvolvimento histórico e econômico, sendo algo completamente questionável. E que ainda neste caso específico dos Estados Unidos com o México reproduzia uma visão completamente distorcida, tendo em vista que um dos principais motivos da anexação da Califórnia e Texas aos EUA foi que o México havia abolido a escravidão em 1829, e os principais apoiadores dessa anexação eram os senhores de escravos do sul dos EUA. Na verdade a suposta “modernização” era conservadora e escravocrata.

Engels continua defendendo que não poderia haver fraternidade entre povos com diferentes evoluções sociais, neste sentido, em nossa visão, acabava por naturalizar o colonialismo e desconsiderar o desenvolvimento desigual do capitalismo. Aponta como as pequenas nações no leste europeu se apresentam como reacionárias por serem subdesenvolvidas:

“Nous avons développé comment des petites nations remorquées depuis des siècles contre leur propre volonté par l'histoire, étaient nécessairement contre-révolutionnaires, et comment leur position dans la révolution de 1848 fut réellement contrerévolutionnaire. Face au manifeste panslaviste démocratique qui réclame l'indépendance de tous les Slaves sans distinction, il nous faut revenir sur ce point.” (ENGELS, p.2, 1848)

Aponta que os poloneses não eram pan-eslavistas tendo em vista que todos os outros povos eslavos eram contra-revolucionários, por sua condição histórica e a Polônia por já ter possuído um estado próprio. O fato de um setor intelectual que tomou suas idéias de fora e que contrasta com sua realidade nacional, leva a se refugiar nas idéias. E assim, em sua visão o manifesto de Bakunin clamaria pela liberdade das nações inimigas da democracia. Tal discurso poderia ser comparado a visão anti-árabe contemporânea, que taxa tais povos como fundamentalistas religiosos, atrasados e inimigos da “democracia”, percebidos como bloco relativamente homogêneo.

Fala que além de poloneses, russos e eslavos turcos, os povos eslavos não possuíam futuro, tendo em vista que as condições para a independência, histórico, geográfico, político e industrial faltavam a esses povos. Aponta que os séculos de submissão aos Impérios estrangeiros fez com que estes povos não tivessem uma história própria.

Engels pergunta aonde está a história dos eslavos do sul:

“Il en est de même de ceux qu'on appelle les Slaves du Sud. Où est l'histoire des Slovènes d'Illyrie, des Dalmates, des Croates et des Scholazes ? Depuis le XI^e siècle, ils ont perdu la dernière apparence d'indépendance politique et ont été placés sous la domination ou allemande ou vénitienne ou magyare.” (ENGELS,p.3, 1848)

Aponta que após a sua dominação no século XI, não tiveram mais qualquer possibilidade de uma história independente. E dessa forma aponta que um dos elementos centrais é que nunca constituíram um Estado forte. Aponta uma série de fatores geográficos e étnicos da inviabilidade de conceder independência aos eslavos, em territórios vitais para os interesses alemães. A emergência destes povos como estado-nações específicos, principalmente no século XX, contradiz o prognóstico de Engels.

Aqui Engels ironiza afirmando que depois dos alemães “levarem” a civilização aos povos “bárbaros” eslavos, como o comércio, a indústria, uma exploração rentável da agricultura, e não seus rudimentos camponeses, agora eles agiam como mal agradecidos:

“Et tout cela en remerciement de la peine prise par les Allemands pour civiliser les Tchèques et les Slovènes à la tête dure, et pour introduire chez eux le commerce, l'industrie, une exploitation agricole rentable et la culture ! Mais le joug imposé aux Slaves sous prétexte de les civiliser constitue précisément un des grands crimes des Allemands et aussi des Magyars!” (ibid.)

Engels tenta em diversos momentos apresentar a germanização como um processo brando sobre os eslavos, que em alguns lugares já não havia a diferenciação entre eslavos e alemães, e que o que houve entre esses povos foi nada mais nada menos que a influência natural da nação mais desenvolvida sobre a subdesenvolvida, como algo benéfico e que os eslavos não eram mais oprimidos do que a massa alemã. Nesse sentido Engels tenta desqualificar a luta desses povos, afirmando que os próprios eslavos eram muito mais responsáveis por sua própria opressão do que os Alemães.

Aponta que na Hungria os magiares não tiveram do que se queixar da política dos alemães, e que se por oito séculos os Magiares dominaram os eslavos é por que foram mais enérgicos e viáveis. E que na verdade alemães e magiares fizeram uma favor aos eslavos em não deixa-los cair nas mãos dos turcos.

Defende que a centralização monárquica que uniu alemães e magiares foi uma necessidade histórica, e não um crime moral, e que na verdade beneficiou estes “povos

sem história”. E que agora devido a centralização econômica a centralização política se fazia ainda mais necessária e o pan-eslavismo e suas lutas por autodeterminação, se colocavam contra a marcha da história.

“Or maintenant, du fait des progrès puissants de l'industrie, du commerce et des communications, la centralisation politique est devenue un besoin encore plus pressant qu'au XV^e et au XVI^e siècle. Tout ce qui peut encore se centraliser se centralise. Et maintenant les panslavistes arrivent et exigent que nous « libérons » ces Slaves à demi germanisés, que nous supprimions une centralisation imposée à ces Slaves par tous leurs intérêts matériels!”. (ibid., p.4)

Assim, o processo de centralização era encarada como uma necessidade histórica, nesse sentido o que necessitava de centralização deveria ser centralizado sem rodeios, ainda que no processo fossem “sacrificados” alguns povos. E nesse sentido os eslavos surgiam no “pior” momento exigindo sua autodeterminação e Bakunin como o instigador dessa insurreição.

Nesse ultimo tópico Engels defende que os eslavos não deveriam ter até mesmo espaço dentro dos movimentos republicanos, apontando que a proibição aplicada aos croatas de falarem a própria língua dentro do parlamento húngaro era muito branda e complacente, com a verdadeira forma que esses “povos reacionários” deveriam ser tratados, em sua visão. Como aponta abaixo no caso do líder húngaro-magiar Kossuth :

“Bref, il s'avère que ces « crimes » des Allemands et des Magyars envers les Slaves en question appartiennent aux actions les meilleures et les plus remarquables dont notre peuple et le peuple magyar puissent se vanter dans l'histoire. Quant aux Magyars d'ailleurs, il faut encore remarquer spécialement que depuis la révolution notamment, ils ont procédé avec trop d'indulgence et de faiblesse avec les Croates pleins de suffisance. Il est notoire que Kossuth leur a fait toutes les concessions possibles, sauf celle de laisser leurs députés s'exprimer en croate à la Diète. Et cette indulgence envers une nation contre-révolutionnaire par nature est le seul reproche qu'on puisse faire aux Magyars.” (ibid., p.4)

Assim, começou o primeiro conflito entre Bakunin e Engels/Marx, essencialmente vinculado ao conflito entre a defesa dos Direitos Históricos dos Estados x Direito a Autodeterminação dos Povos (com ou sem História). Os comunistas alemães reféns de seu centralismo econômico, que era por consequência europeu, industrialista e estatista, chegam ao ponto de justificar a Guerra e o processo de Conquista dos Impérios europeus/norte americano, em nome do avanço da história. Bakunin, movido pelo seu populismo revolucionário, anti-centralista, defende a agência desses povos subalternizados, assim como de seus saberes populares comunais como forma de

resistência ao imperialismo das potências europeias, apontando para outro modelo de desenvolvimento centrado dos direitos materiais-naturais dos povos.

3.3.2 - As consequências do determinismo econômico na teoria marxista: centralismo e a negação da autodeterminação dos povos nas insurreições de 1848 e 1863

A partir da análise que já fizemos dos documentos de Bakunin relacionados as insurreições de 1848-1849 e dos posicionamentos de Engels e Marx, que analisamos agora, podemos afirmar que o que estava em debate eram duas concepções de desenvolvimento da história, uma anti-centralista, vinculada a noção de protagonismo e autodeterminação dos povos⁷⁶, e outra centralista, que encampava o Estatismo europeu ocidental e por consequência negava essa autodeterminação. As análises de Rodolsky sobre as posições de Engels no período de 1848-1852 e 1866 são esclarecedoras nesse sentido, e abusaremos delas aqui.

Os posicionamentos dos comunistas alemães debatidos aqui podem ser verificados principalmente nos artigos da Nova Gazeta Renana (NGR) 1848/49, no New York Dayle Tribune de 1852, no artigo Hungria 1850, The Comonnwealth de 1866. Em sua pesquisa, Rodolsky chega a fazer a comparação com alguns artigos anteriores as insurreições de 1848, onde o posicionamento dos alemães, eram mais brandos e até mesmo menos imperialistas, porém após 1848, seu posicionamento tende a ser uma continuidade do que veremos aqui.

Resumidamente tais documentos de Engels afirmam que a perspectiva de autodeterminação dos eslavos frente aos Impérios era romântica e não apenas isso, era retrógrada. Lembremos como a noção de romantismo é usada até hoje para desqualificar demandas indígenas e dos povos negros. O eixo central de sua argumentação estava na concepção de que os povos eslavos, principalmente tchecos, eslovacos, eslovenos, croatas, sérvios e ucranianos eram povos sem história. Com base na análise de Rodolsky os povos “ahistóricos” para Engels poderiam ser definidos como aqueles povos que não conseguiram criar nenhum sistema estatal vigoroso em sua história e que por isso não

⁷⁶ Andrey Ferreira aponta que umas das diferenciações entre as visões de história entre Bakunin e Marx, estava entre a concepção, respectivamente, materialistas de Vontade x desenvolvimento econômico. Entendendo aqui a autodeterminação como a Vontade dos Povos, não a toa, tal conceito foi abraçado pelo populismo russo, no nome de uma de suas organizações clandestinas, Vontade do Povo – Narodnaya Volia.

possuíam força para alcançar a autonomia nacional no presente e nem no futuro, sendo normalmente dominados por Estados estrangeiros (RODOLSKY, 1980, p.10).

A frase de Engels abaixo resume tal concepção:

“Pueblos que jamas tuvieron una historia própria; que desde el instante que ascienden los primeiros y mas toscos grados de la civilizacion ya se ponen bajo la férula extranjera, o que solo son compelidos a acceder a los primeiros grados de civilizacion por la obra de um yugo extranjero, no tienen ninguna viabilidad y jamas podran llegar a autonomia alguna. Y este fue el sino do los austroeslavos...”(ENGELS apud RODOLSKY,p.126-127)

Rodolsky aponta que esta concepção de “povos sem história” estava baseada no pensamento de Hegel, que defendia que os povos possuíam espíritos dotados de razão histórica que se manifestavam em seus Estados, e que povos sem Estado tendiam a desaparecer desprovidos de sentido e razão. (ibid., p.131) Dessa forma um povo só seria histórico para Engels, se apresentasse as condições de “viabilidade nacional”, que em seu tempo eram o desenvolvimento do Estado-Nação e da Industria capitalista.

Alicerçada a essa concepção, a política de Engels, Marx e NGR em 1848 estava calcada numa perspectiva que diferenciava entre “nações revolucionárias” e “nações reacionárias”, isso tendia a uma política nacionalista, que encobria as diferenciações de classe (Rodolsky,1980; Bernardo, 2009; Bakunin, 2000f), além disso, tendia a identificar as nações dos países centrais, da Europa Ocidental, onde as “revoluções burguesas” despontavam, como as nações revolucionarias por excelência, já que se conjugavam com o “avanço” da História.

Um dos efeitos marcantes dessa concepção do conflito entre nações revolucionárias e reacionárias foi a defesa de Engels e os membros da NGR de uma política abertamente eslavofóbica, de aniquilação de povos inteiros, inclusive sem distinção entre classes. Engels defende que os eslavos/eslavismo não poderiam se afirmar nacionalmente sem serem reacionários, e que se quisessem ser revolucionários deveriam ser necessariamente anti-eslavistas. Rodolsky chama atenção também que Engels considerava a “russiofobia” a primeira paixão revolucionária dos alemães. (p. 79-80) Vemos no trecho abaixo, e poderíamos citar diversas outras passagens, onde Engels vê como positivo a destruição de nações eslavas inteiras:

“los austro alemanes y los magiares se liberaran y tomaran cruenta venganza de los bárbaros eslavos. La guerra general que luego estallará desmenuzara esta liga especial eslava y aniquilará hasta el nombre de todas esas pequenas naciones taurocéfalas. La próxima guerra mundial no solo hará desaparecer del suelo terráqueo clases y dinastias reacionárias, sino también pueblos

reacionários enteros. Y esto también sera un progreso.” (ibid. p.80 ENGELS apud RODOLSKY).

Mas mais do que realizar um julgamento moral, o que nos interessa é perceber a concepção de fundo que deu abertura para tais “desvios políticos” nacionalistas dos comunistas alemães. Para nós a raiz desta problemática é teórica e se encontra na concepção centralista e por consequência etapista do Marxismo. Tanto em seu debate com Proudhon, em Miséria da Filosofia de 1846, como no próprio Manifesto do Partido Comunista de 1848, para falarmos de textos deste período, Marx e Engels, desenvolvem um concepção centrada no determinismo econômico. Tal concepção apontava que os elementos chamados superestruturais como a política ou a cultura eram determinados em ultima instância pelo desenvolvimento econômico, negando a dialética entre política e economia, como vemos no trecho abaixo:

“Assim pois, a arbitrariedade dos soberanos é, para o senhor Proudhon, a razão suprema na economia política. Verdadeiramente faz falta a ignorância absoluta da história, para não saber que, em todos os tempos, os soberanos tiveram que submeter-se as condições econômicas, sem poder ditar-lhes nunca sua lei. Tanto a legislação política como a civil não fazem mais que expressar e protocolizar as exigências das relações econômicas. (MARX, 1973, p.56- 57)

A história era vista então como uma mera expressão das exigências da economia, uma sucessão de modos de produção cujo motor era o desenvolvimento das forças produtivas e sua contradição com as relações sociais de produção. As classes eram assim também meras expressões de sua posição na estrutura produtiva e evolutiva. Essa concepção permitia que Engels articulasse os interesses do proletariado com o desenvolvimento da modernidade burguesa, como fase necessária, no que seria sua concepção das “nações revolucionárias”. Dessa forma, Engels entendia a defesa do Estado-Nação unitário como uma tarefa histórica a ser cumprida pelos revolucionários e pelo proletariado.

Como vemos abaixo em artigo de Engels de 1847, que resume bem tal concepção:

“Já a burguesia, com sua indústria, seu comercio e suas instituições políticas trabalha em todas as partes para arrancar de seu isolamento as pequenas e fechadas localidades que só vivem para si, colocando-as em relação recíproca, fundindo seus interesses com outros (...) e a partir das muitas localidades e províncias até agora independentes entre sí, formar uma grande nação que tenha interesses, costumes, e visões comuns. A burguesia já é significativamente centralista (...) O proletariado democrático não só necessita da centralização tal qual começou a burguesia, como deverá até executar-la com amplitude ainda muito maior.” (ENGELS apud RODOLSKY, p. 87)

A análise da centralização política e econômica como fase necessária ao desenvolvimento do capitalismo, passa não apenas de uma constatação, mais de uma defesa política dos comunistas e da futura social-democracia alemã, elemento que marca toda sua história. Tal centralização era vista como uma pré-condição para o próprio Estado Comunista. Essa perspectiva aplicada a análise da questão nacional levou uma defesa da centralização da concepção de “Nação”, identificando-a com o Estado Unitário. Nesse sentido, como aponta Rodolsky, o jornal Nova Gazeta Renana se empenhou em uma luta em defesa da centralização, do geral contra o particular, o geral entendido como o interesse das nações históricas, e o particularismo como as pequenas “nações reacionárias”. Corroborava-se assim com a construção da própria ideia de uma Nação Oficial.

O pensamento de Marx e Engels passa assim para Bakunin a se integrar na ala a esquerda do chamado Pan-Germanismo, corrente que pregava a unificação alemã em um grande Estado Centralizado. É interessante como os textos de Engels do período foram recorrentes em apontar como os alemães tinham de terminar a tarefa iniciada nos séculos XI, ou seja, nas conquistas teutônicas sobre os eslavos, visando formando formar uma grande nação germânica. Como vemos no artigo de Engels e Marx em 1852 no New York Dayle Tribune:

“(…) Esse echo probaba meramente la tendència histórica y, al mismo tiempo, la fuerza física e intelectual de la nacion germana para sojuzgar y asimilar a sua antigos vecinos, y esta tendència absorbente por parte de los germanos, siempre fue e sigue siendo, uno de los mas poderosos médios a traves de los cuales se difundió la civilizacion de Europa occidental al leste de este continente, que solo poderia cesar cuando el processo de germanizacion haya alcanzado los limites de una grande, compacta y unitária nacion (…)” (ibid., p. 105-106)

Para Engels, nesse sentido, o próprio Império Austriaco – Habsburgo havia cumprido um papel progressista na história levando a centralização e certa modernização, que os povos “bárbaros” eslavos não possuíam. Engels defende então a modernidade e o processo de centralização como inevitável e benéfico, assim como o próprio colonialismo comandado pelos Impérios. Engels vai argumentar em uma série de passagens acerca de como o Império Habsburgo da Austria cumpriu papéis progressistas na história, e apontando como a germanização e o combate aos eslavos bárbaros foram a única forma de levar a civilização ocidental para o leste.

“Que crime! – ironiza Engels para Bakunin - que os alemães e os magiares, na época que a Europa em geral as grandes monarquias se faziam uma necessidade histórica anexaram todas essas pequenas naçõeszinha multiladas e

impotentes em um grande império e de tal modo as capacitaram para participar de um desenvolvimento histórico a qual, abandonadas a si mesmas, haveriam permanecido completamente alheias.” (ibid., p. 108).

As “pequenas” nações que exigiam a autodeterminação frente a tais Estados- Impérios eram reacionárias e se posicionavam contra o avançar da História na perspectiva de Engels. Dessa forma, os povos que ao longo da história haviam sido subjugados por outros estados-nacionais, não teriam outro destino senão desaparecer, frente ao progresso da História que no processo de centralização dos Estados-Nacionais. Engels aponta todas as pequenas nações estão condenadas a desaparecer, além disso, aponta que todas as “ruínas de povos”, ou seja, povos anexados e centralizados pelo estado nacional, que insistiam em existir e se afirmar, eram contra-revolucionários.

“No hay ningun pais europeo que no posea em cualquier rincon una o varia ruina de pueblos, resíduos de una anterior poblacion contenida y sojuzgada por la nacion que mas tarde se convirtio en portadora de desarrollo histórico. Esos restos de una nacion implacablemente pisoteada por la marcha de la historia, como disse Hegel, esos desechos de pueblos, se convierten cada vez, y sigue siendolo hasta su total exterminacion o desnacionalizacion, em portadores fanáticos de la contrarevolucion, asi como toda em su existência em general ya es una protesta contra una gran revolucion histórica.” (ibid, p.122).

Engels chama atenção para o caso dos gaélicos na Escócia, dos Bretões na França, os Bascos na Espanha, os Eslavos no leste, ou mesmo irlandeses (que na sua visão tinham cumprido papel reacionário na revolução inglesa). Essa posição sobre os Irlandeses tende a se modificar posteriormente, mas não a concepção global etapista dos comunistas alemães. Como aponta Rodolsky (p.134), que mesmo nos anos 1860, 1870 e 1880, a linha da centralidade da revolução centro-européia de Engels continua sendo a mesma de 1848, a mesma posição acerca dos eslavos e que seguiu *“haciendo de la diferenciacion entre grandes “naciones” histórico progresistas e as inviáveis “ruínas de pueblos ahistoricos” el eje de su política relativa a la cuestion nacional”*⁷⁷.

Um desdobramento muito claro desta polêmica entre Bakunin e Engels, foi após a Insurreição de Janeiro na Polônia. Em 1866 em artigos da revista *The Commonwealth*, Engels combate exatamente o “Princípio das Nacionalidades” defendido por Bakunin no primeiro documento da Fraternidade Internacional e “Aos russos, poloneses e todos os meus amigos eslavos” de 1862. Na verdade a crítica de Engels parece ser bem direta a

⁷⁷ Rodolsky (1980, p.136) chama atenção como em cartas a Kautsky e Bernstein, Engels continua afirmando até o fim de sua vida o papel reacionário dos eslavos, como o que seria uma superação de seu liberalismo radical de juventude. Posição que se manteve mesmo com o inegável “florescimento nacional” dos países eslavos no final do século XIX, que passaram por um processo de resgate de suas línguas, dentre outras instituições (ibid.134).

posição anarquista criticando abertamente o direito a autodeterminação dos povos como vemos abaixo:

“Aqui, pues, percibimos la diferencia entre el *“principio de las nacionalidades”* y el viejo postulado de la democracia y de la clase obrera relativa al derecho de las grandes naciones europeas a una existência separada y independiente. El “principio de las nacionalidades” deja totalmente intacta la gran cuestion del derecho a la existência nacional de los *pueblos históricos* de europa, y si la toca, es solo para perturbala. El principio de las nacionalidades plantea dos tipos de cuestiones: primeiro que todo, cuestiones de fronteras entre esos grandes pueblos históricos, y segundo, cuestiones relativas al derecho nacional a la existência nacional independiente de esos numerosos y pequenos restos de pueblos que, tras haber figurado por um período mas o menos largo em la escena de la história, fueron finalmente absorbidos como porciones integrales em uma o outra de esas naciones mas poderosas, cuya maior viabilidade las capacitaba para superar mayores obstáculos”. (Ibid. p. 135)

É interessante perceber que Engels se preocupa centralmente apenas com o direito dos “grandes povos históricos”, ou seja, as nações centrais, imperialistas e mais desenvolvidas da Europa ocidental, enquanto o direito das outras nacionalidades não passava perturbações as nações verdadeiramente viáveis. Realmente Engels entende bem e combate o princípio das nacionalidades, que defende o direito a autodeterminação das povos-nações oprimidos, se colocando contra todo tipo de colonialismo e seus argumentos supostamente históricos.

No mesmo documento Engels aborda o caso polonês:

“Se por acaso, alguns dizem que exigen a restauração da Polônia com base no *principio das nacionalidades*, isso só prova que falam de coisas que não conhecem, pois a restauração da Polônia significa a restauração de um estado que, como mínimo, estaria composto de quatro nacionalidade”(ibid, p. 178)

Aqui fica clara mais uma vez a capitulação de Engels ao nacionalismo burguês. Rodolsky comenta que aqui Engels faz uma defesa do Estado polonês sob uma influência direta de seu movimento nacionalista burguês-aristocrático, visando a restauração da antiga república polonesa, nas palavras de Engels, que era anterior a 1772, porém tal estado continuaria a subjugar bielorrussos, ucranianos e lituanos. Além disso, havia uma insatisfação latente do campesinato ucraniano e lituano contra a dominação da nobreza polonesa, que no período levaram a diversos conflitos entre camponeses de outros povos e nobres poloneses, e deu origem a movimentos de libertação nacional no final do século XIX. Elementos ignorados por Engels e sua perspectiva das nações históricas (RODOLSKY, 1980, p.178).

A análise de Bakunin ia na contramão da visão de Engels, mais uma vez. Como vimos no tópico sobre a crítica de Bakunin ao pan eslavismo, Bakunin sempre foi um entusiasta da libertação polonesa, mas sua perspectiva nacional sempre esteve vinculada tanto a uma perspectiva anti-centralista, como classista, dessa forma o programa defendido por Bakunin neste processo, seguindo toda sua tradição populista-revolucionária, era Terra e Liberdade, ou seja, a defesa da autodeterminação dos povos e terra para o campesinato, elemento que acabava por entrar em contradição com o nacionalismo burgues-aristocrata polonês.

Como vemos abaixo, em texto de Bakunin de 1862 “Aos russos, poloneses e todos meus amigos eslavos”:

“Segundo minha concepção os poloneses cometem um grave erro. A velha polônia era um estado cavalheiresco, aristocrático (...). De acordo com isso, em outros tempos, apenas a circunstancia de que em qualquer país os magnatas⁷⁸ e a nobreza pertencessem a nação polaca constituía uma razão suficiente para que o país inteiro também fosse considerado polaco, sem importar de qual nacionalidade pudesse ser o povo simples. Nesse tempo, acontecia dessa maneira (...) Mas isso, também é possível hoje em dia, quando em todas as partes o povo pede liberdade a vocês? (...) Será possível a reunificação de Lituânia, Bielorrússia, Livônia, Curlândia e Ucrânia com a Polônia, se os camponeses lituanos, bielorrussos, curlandeses e ucranianos não o desejam? De que serve então falar de fronteiras históricas e econômicas? Se pode agitar e se convencer com isso aos povos? O que estes tem a ver com recordações históricas? (...) Não, eles necessitam algo distinto. Precisamente como o povo russo, eles necessitam de Terra e Liberdade. (...) Com programas senhoriais não se pode por em movimento um camponês sequer (BAKUNIN apud. RODOLSKY, 1980, p.179)”.

Vemos aqui, que um elemento fundamental da concepção das lutas nacionais de Bakunin, era a de que esta não estava atrelada a idéia de Estado Unitário, pelo contrário, os povos-nações estariam em contradição com tais estados. Nesse sentido o povo-nação seria então uma realidade social e histórica em si, autoconstitutiva, em constante processo de transformação, assim para Bakunin apenas a democracia, o direito a secessão e a autodeterminação poderiam definir cada povo, sem estar baseada em uma natureza imutável ou nos direitos históricos dos estados. Além disso, os interesses do campesinato sob o domínio das classes privilegiadas polonesas não poderiam ser sintetizados na idéia de uma nação unitária, na verdade, se voltavam contra ela.

Nesse sentido para Bakunin o processo de autodeterminação dos povos-nações não era algo que poderia ser resolvido através de um golpe de sorte, por um Estado unitário, de cima para baixo, como pensava Engels, pelo contrário deveria estar baseado

⁷⁸ título dado aos membros da alta nobreza polonesa e húngara.

na insurreição popular e para tal era fundamental não apenas mobilizar todo o campesinato, mas expressar seus interesses como o controle coletivo da terra e a liberdade da servidão e da tutela colonial.

Não podemos dizer que a concepção de Marx/Engels seja idêntica a concepção dos Direitos Históricos dos Estados, formulada pelo reacionário Congresso de Viena, mas suas concepções por estarem centradas tanto da idéia do Estatismo e do Centralismo, acabaram por confluir historicamente com a justificação dos impérios.

Dessa forma, a avaliação de Rodolsky de que Engels e os comunistas alemães, principalmente em 1848-1852, haviam se posicionado contra a autodeterminação dos povos e subordinado o proletariado ao programa nacionalista-burguês na idéia de “nações revolucionárias”, concorda com a perspectiva que apresentamos aqui. Ele se pergunta inclusive, sendo marxista, como esta posição dos comunistas alemães no período, pôde ser tão distoante do programa bolchevique, que em 1917 defendeu tanto a autodeterminação dos povos como a luta de classes, pelo menos em um primeiro momento.

Em relação tanto ao caso dos povos Eslavos como dos Poloneses, Rodolsky faz uma conclusão curiosa que nos parece interessante relatar, ainda que não possamos concordar com sua perspectiva na totalidade:

“por raro que parezca, em esta gran cuestion litigiosa el romântico político Bakunin obtuvo la vitória sobre el realista político Engels, no gracias, sino pese a su falseado punto de vista; pero Engels quedo em la sin razon, aunque estuviese em posesion de um método mas correcto.” (ibid., p.160).

A aqui o autor, Rodolsky, reproduz a visão corrente do marxismo de um Bakunin visto como romântico, que neste debate teve posições mais consequentes, porém não que não estava dotado do método correto. Como afirmamos, discordamos de tal afirmativa e acreditamos que Bakunin possuía sim um outro método, seja de análise do desenvolvimento do história como em relação a luta de classes, como veremos abaixo.

3.3.3 - A questão social nas lutas nacionais de 1848: o centralismo burgues das nações revolucionárias x o anti-centralismo do populismo revolucionário

“Esa postura del periódico (de Engels) parece confirmar el juicio de Bakunin, quien veía el error decisivo de los revolucionários alemanes de 1848-1849 em su subestimacion de la cuestion campesina.” (RODOLSKY, 1980, p. 155)

Como vimos acima, a caracterização dos comunistas alemães acerca dos povos eslavos durante e depois das insurreições de 1848, foi de que estes por serem nações ahistóricas eram povos reacionários. Tanto por características econômicas, como por questões políticas, como veremos. Um elemento importante para essa fundamentação, e que Rodolsky bem aponta, era a constatação de que muitos partidos eslavos, principalmente os Tchecos, e mesmo setores do campesinato, haviam passado durante o processo das revoluções democrático-burguesas para o lado da reação imperial.

Nesse sentido, Rodolsky aponta que Marx/Engels munidos de suas concepções eslavofóbicas tinham a tendência reducionista de taxar sempre qualquer proposta de independência dos eslavos como pan-eslavista e necessariamente como tropa avançada do czarismo russo no leste europeu. Essa concepção tendia a negar até mesmo as bases mais justas da crítica pan-eslavista que eram a crítica a dominação nacional e social das classes senhoriais alemãs, húngaras e polonesas sobre o campesinato eslavo.

Assim para Engels o pan-eslavismo:

“es um movimento ridículo y antihistorico que no se proponia ni mas ni menos que someter el Oeste civilizado al Este bárbaro, la ciudad al campo, el comercio, la indústria y la cultura espiritual a la agricultura primitiva de los servos eslavos” (ENGELS apud RODOLSKY, 1980, p. 110).

Para justificar histórica e politicamente sua perspectiva dos eslavos como necessariamente reacionários, Engels afirma que nas revoluções do leste, os eslavos foram a base dos exércitos da Reação, seja na Itália, em Viena, ou na Hungria. Rodolsky, porém, relativiza essa afirmação, apontando que vários desses movimentos “revolucionários” alemães e húngaros apoiaram por sua vez a repressão a outros movimentos revolucionários, citando, por exemplo, o caso dos vienenses que após a vitória revolucionária se jogaram na luta contra os italianos revolucionários. Aponta também que quem dirigia essa ofensiva não eram os eslavos, que eram a carne de canhão camponesa dos exércitos, e sim o oficialato austro-alemão. Eram os alemães quem davam as ordens, tanto no caso da Itália, como no de Viena. Ou seja, pontos que Engels omite em sua análise.

“Solo que aqui Engels olvida que los austroalemanes constituian despues de todo la nacion dominante em Austria, que el cuerpo de oficiales austriacos era casi exclusivamente aleman e que los eslavos “ahistoricos” de su ejercito, subjugados por Austria, solo podian suministrar la carne de cañon campesina... (...) es una rara argumentacion esta, que busca al culpable em el instrumento y no em quienes usan este instrumento”. (RODOLSKY, 1980, p. 90).

Rodolsky aponta também que no caso de Viena os “revolucionários” se recusaram a convocar o campesinato por medo de uma guerra camponesa. E que o caso da insurreição na Hungria, foi um dos únicos que realmente os camponeses eslavos se empenharam em combater voluntariamente os “revolucionários”. Mas aponta que a nobreza e a burguesia húngara/magiar, hegemônicas nesse movimento, contribuíram para esse fato tendo em vista sua tradicional política “anti-eslava”. No documento de Engels “pan-eslavismo democrático” vimos como este saudou e incitou os líderes Húngaros a tomarem medidas mais enérgicas contra os eslavos, inclusive proibir que se expressassem em seu idioma no “parlamento revolucionário”, reproduzindo tradicionais medidas de exclusão nacional utilizada pelos impérios coloniais.

Rodolsky chama a atenção que Engels utiliza dois pesos e duas medidas, quando fala das ações imperiais dos alemães fala que quem estava por trás delas eram, ora a Rússia, ora a Inglaterra, mas quando fala dos soldados rasos eslavos, ninguém estava acima e sim faziam isso por sua própria condição reacionária. Assim, nem a luta de rua em Praga que houve durante o Congresso Geral dos Eslavos em 1848, onde as tropas imperiais bombardearam o Congresso e a juventude que resistiu armada nas ruas, nem nesse caso Engels deu crédito aos eslavos. Apontando que foram reprimidos por eles próprios, ou seja, os outros eslavos soldados. (ibid p.95).

Engels conclui então que os eslavos se levantaram 1848 com o único fim de reprimir a revolução germano-magiar (ibid.,p.122). Anuncia que a constituição da nação eslava era um projeto reacionário em essência e que os eslavos deveriam negar suas visões “estreitas” de nacionalidade em prol do objetivo maior da revolução, apontando que só a integração nas nações históricas (centrais e desenvolvidas) poderiam lhes dar um futuro. (ibid., p.96) Nesse caso, apenas as nacionalidades alemã e magiar seriam legítimas e as portadoras do progresso.

Assim questionamos em que momento os revolucionários das nações históricas, colocaram seus interesses nacionais atrás dos da revolução? Engels julgava o mundo por sua própria realidade, pois na sua visão as nações históricas não precisavam fazer concessões de sua própria nacionalidade, que era “progressista”, e sim as nações ahistóricas oprimidas. Engels esquecia que:

“Es decir, mirando mas de cerca, se muestra que las clases dominantes de las llamadas naciones históricas de 1848-49 batallaban no solo por sus estados nacionales, sino tambien, y al mismo tiempo, por sus esferas de poder nacionales, vale decir por la continuidad de la explotación y opresión de los

“pueblos siervos” existentes hasta la fecha, mientras que por outro lado, y en lo esencial, el movimiento de los eslavos ahistoricos se originaba justamente em uma sublevacion contra el predominio nacional y social de las nobrezas feudales húngaras, polaca y alemana, y de la burguesia alemana, o sea que, em parte aqui, las fuerzas del futuro atuaban contra las del passado y por la revolucion...” (ibid.,p. 97)

Nesse sentido, apenas uma visão simplista, má intencionada ou produto de uma análise materialista errônea poderia chegar a conclusão de condenar os eslavos como naturalmente reacionários. O que Rodolsky chama atenção então, é que, as análises de Marx, Engels e da NGR do período não realizaram praticamente nenhuma análise centrada nos conflitos de classe e de poder dentro das insurreições de 1848 no leste europeu, predominando suas conceituações de luta entre nações revolucionárias x reacionárias (ibid., p.86-87), que eram unitárias e centralistas, como apontamos acima.

Esses elementos errôneos de análise e pela característica dos próprios movimentos nacionais existentes, tendeu a encobrir contradições centrais, principalmente entre campesinato x nobreza, elemento que teria sido uma das causas principais das derrotas das revoluções no leste naquele período (ibid., p152).

A questão camponesa, assim para Rodolsky, como para Bakunin, era a contradição de classe central dos países do Leste, e deveria ter sido o objeto principal dos revolucionários do período. Nesse sentido, não existiu uma vinculação verdadeira nem dos partidos eslavos, e muito menos dos partidos alemães, húngaros ou polacos, que tivessem raízes sobre o campesinato. Pelo contrário, eles muitas vezes representavam os interesses contrários, de uma burguesia e uma nobreza que se beneficiava de sua exploração. Esse na verdade foi um dos principais motivos apontado por Rodolsky, de setores do campesinato terem caído nos braços da Reação.

Aponta que as massas camponesas naquele momento, não possuíam um verdadeiro sentimento nacional, tal sentimento era muito mais negativo em sua visão, no sentido de negar a língua e a religião de seus senhores, porém não tinham uma vinculação com as nacionalidades oficiais que despontavam no período. Fala do campesinato da Galizia região considerada polonesa, mas na qual o campesinato designava como “polaco” apenas os senhores. Aponta que essa região apenas no final do século XIX teria um florescimento nacional entre o campesinato, na região hoje da Ucrânia. (ibid., p.151 - 152).

Assim, os camponeses eslavos desses diversos povos estavam em condições sociais bem diferentes, que não poderiam ser rotulados em uma única medida. Aponta

também mesmo os povos considerados mais “atrasados”, realizavam diversas formas de lutas contra o feudalismo e a aristocracia. Em 1846 houve uma grande revolta dos camponeses Galizianos, que terminou com centenas de nobres mortos e que se expandiu para diversas outras regiões dos Impérios

Durante a revolucion austríaca de 1848-49 não havia nenhuma classe da sociedade disposta e capaz de se por a frente das massas camponesas e apontar uma solução realmente radical a questão camponesa. (...) Assim definitivamente, a contrarrevolução austríaca pode capitalizar a seu favor os frutos da “liberação camponesa” a que as circunstâncias forçaram a Austria” (ibid. p.154)

Interessante perceber assim que na verdade a reação imperial austríaca se aproveitou de um processo que vinha ocorrendo, das libertações camponesas (fim das servidões que vinham ocorrendo de forma descentralizada nos reinos austríacos), tendo em vista as inúmeras revoltas na década de 1840, que eram um processo em andamento e marcadas por diversas questões ainda por avançar, que poderiam ter sido aproveitadas pelos revolucionários. Mas que por seus interesses de classes e análise econômicas e nacionalistas errôneas nenhum setor soube defender um programa para esse campesinato (como por exemplo, abolição sem indenização de todas as cargas feudais, devolução dos bosques e pastos a população rural, expropriação da grande propriedade rural feudal, etc), e Rodolsky cita que apenas Bakunin havia se atentado para esta questão em 1848.

Como Bakunin mesmo aponta em Confissão de 1851:

“el error decisivo de los democratas alemanes y, em un principio, también de los franceses, provenía, segun mi opinion, de la restriccion de su propaganda a las ciudades; en general no se preocuparon de los campesinos”. (BAKUNIN apud RODOLSKY, p. 155).

Aqui é importante ressaltar que a proposta de Bakunin foi muito além de uma simples declaração a posteriori, em seu período populista revolucionário como analisamos profundamente no segundo capítulo, Bakunin analisa que as insurreições nacionais deveriam ter como programa central a tomada das terras pelo campesinato e estabelecimento de suas comunas como as principais unidades políticas e econômicas. Porém como Bakunin analisou muito tempo depois, que o problema de 1848 não havia sido sua avaliação a cerca do campesinato eslavo, mas a falta de uma organização que pusesse em prática tal concepção e programa. O Congresso Eslavo acabou sendo apenas uma cortina de fumaça, sem conseguir definir uma linha revolucionária para o

movimento. O lema “ir ao povo” lançado por Bakunin e pelos populistas na década de 1860-70 possivelmente fazia parte dessa avaliação da derrota de 1848.

Apartir dos elementos colocados, vemos que Rodolsky aponta dois argumentos principais: a) existia uma estrutura social de dominação que estava baseada em uma dupla dominação nacional e social sobre o campesinato eslavo, tal elemento levou com que os eslavos fossem utilizados como carne de canhão em diversas manobras no exército austríaco, sob a direção da elite alemã. B) os movimentos revolucionários de caráter burgues-nobiliarquico em Viena, na Hungria e na Polônia, não tocavam na questão social e nacional dos camponeses eslavos, quando não se colocavam abertamente como anti-eslavos (principalmente no caso da Hungria). Assim como essas revoluções fizeram também diversos compromissos com a dinastia Habsburgo, fatos que na visão do autor parecem não ter influenciado a análise de Engels.

Aqui estava um dos elementos centrais que diferenciavam as concepções de Engels/Marx de Bakunin, enquanto para os primeiros os interesses do proletariado se integrava no projeto de construção de um estado nacional unitário democrático burguês, etapa necessária a ser cumprida para o desenvolvimento capitalista. Para Bakunin em 1848 os interesses das nações se fundiam com os interesses da massa trabalhadora, camponesa, e a questão nacional era entendida como uma fusão com a questão social, ou seja, para Engels a questão nacional se resolvia no terreno político com o Estado-Nação vitorioso, para Bakunin a questão nacional se resolvia na questão social, com a insurreição camponesa.

Por não estar baseada em uma concepção unitária de nação, sua perspectiva não era da nação com órgão policlassista, pelo contrário em diversos textos de Bakunin relaciona os interesses nacionais aos interesses de classe, e não ao contrário, dessa forma dentro de um Estado Unitário existiriam tantas nações tanto quanto classes diferenciadas. Essa análise realmente atravessa todo pensamento de Bakunin seja na década de 1840 a 1870. Na análise que faz da Rússia em 1849, faz da Itália em 1870, por exemplo, aponta que não existe um único interesse da Nação Italiana, mas que cada classe se comporta como uma diferente nação, baseada em uma realidade e interesses conflitantes, e neste sentido para ele a nação italiana unitária não passaria de uma ficção, o verdadeiro povo italiano eram apenas o campesinato e o operariado.

O papel do campesinato para Marx e para Engels se assemelha ao dos povos eslavos. Seja o insulamento, falta de vigor nacional/viabilidade, papel reacionário. Eles não se permitiram questionar para além do determinismo econômico, se os camponeses e os eslavos haviam tido um posição que poderia ser considerada reacionária em determinada conjuntura política, isso não permitia elencar fatores de diversas naturezas, como a própria ação dos revolucionários burgueses que tendiam a ignorar o campo (como aponta Bakunin), ou mesmo, a questão de classe entre eles (como aponta Rodolsky), mas apenas como uma expressão reacionária do campesinato e dos povos sem história com base em um determinismo econômico que beira o essencialismo.

Rodolsky (1980, p.157) fala que Bakunin queria realizar um verdadeiro trabalho sísifo buscando unir eslavos, alemães e húngaros sobre a mesma bandeira da revolução popular. Chamado de romântico, caluniado com agente do império russo, preso por 8 anos por sua ação revolucionária, em nossa visão, Bakunin foi, pelo contrário, o principal defensor de um internacionalismo proletário e popular na sua política prática, não apenas teórica.

3.3.4 - Pan germanismo e o Comunismo de Estado: o prelúdio da capitulação social-democrata e a denúncia de Bakunin

Lênin em sua crítica a posição da social-democracia alemã referente a sua capitulação na primeira guerra mundial de 1914-1918, afirma que o principal partido operário do ocidente caía numa grave crise e degeneração. Afirma que uma das principais causas desse processo era a formação de uma aristocracia operária que havia possibilitado a integração de setores do movimento operário alemão aos interesses do Imperialismo, dando origem aos chamados “social-patrioteiros”. Tal crítica leninista, não por acaso e tendo em vista o processo de marginalização político-acadêmica conduzido em relação ao anarquismo, ficou muito mais conhecida do que a crítica anarquista feita por Bakunin, pelo menos 40 anos antes, a tais tendências não apenas da social-democracia em termos genéricos, mais do próprio marxismo que a integrava.

Podemos dizer que a crítica de Lênin foi acertada, porém foi uma crítica parcial e limitada as consequências práticas de um problema muito mais profundo. A própria concepção de mundo do marxismo que era economicista atuou como uma força agente no processo de integração do proletariado tanto ideologicamente, como politicamente, aos interesses do Império Alemão, como veremos.

Bakunin aponta em 1871, em seu artigo “A Alemanha e o Comunismo de Estado” que o socialismo baseado nos grandes Estados levaria fatalmente a luta entre povos-nações. Antecipava assim, não só a capitulação da social-democracia alemã a primeira guerra mundial, como os crimes do estalinismo/URSS no leste europeu (caso da Ucrânia/Makhno, Espanha, entre outros). De certa forma tanto a linha reformista, como a linha revolucionária do marxismo, por seu estatismo, tiveram efeitos nefastos sobre sua perspectiva da questão nacional, aprofundando o conflito entre povos.

“Sim, o socialismo que preconiza a emancipação das classes operárias pelo Estado, pelos Estados, por vários grandes Estados dos quais cada um, tendendo necessariamente a oferecer todas as condições as condições econômicas, políticas e estratégicas necessárias a sua conservação e ao desenvolvimento de sua larga existência, teria como consequência fatal a luta das nações e das raças, a negação mais completa e sangrenta da humanidade no seu exterior e, em consequência, a opressão mais tirânica e a exploração mais injusta internamente.” (BAKUNIN, 2016, p. 447)

Tal elemento estava baseado também no militarismo e na noção de guerra total, ou seja, todo o povo seria transformado em exército regular permanente sob uma rígida hierarquia e disciplina militar centralizada, a caserna. Bakunin aponta que esse processo já vinha ocorrendo sob o reino da Prússia e da Áustria, nas décadas de 1860-1870. Tal absurdo, em sua visão, chega a ideia dos comunistas de um Estado Mundial, sob hegemonia alemã. Nesse sentido o revolucionário russo aponta que sob a bandeira do pan-germanismo e do estatismo, Marx e Bismarck caminhavam paralelamente.

Bakunin aponta que as teses materialistas e a crítica ao sentimentalismo moral em termos de história são necessárias, mas a forma como Marx e Engels, e a social-democracia alemã, desenvolvem suas teses materialistas levam a conclusão fundamental de que:

“Somente a raça germânica, inclusive as populações anglo-saxônicas da Inglaterra e da América, inclusive as da Holanda e da Escandinávia, tem agora capacidade de existir, a energia para se expandir e para se desenvolver e conseqüentemente só ela se mantém, doravante, enquanto representante legítima da humanidade” (ibid..p.448)

Bakunin então aponta que esta concepção pan-germânica presente nos documentos das seções alemãs da AIT, e com apoio dos marxistas, coadunam com a perspectiva Imperialista de que diversos territórios como Holanda, parte da Bélgica, três quartos da Suíça e toda Escandinávia, devessem estar sob um grande Estado alemão republicano, centralizado, proprietário e capitalista ao mesmo tempo, dito popular.

Vemos aqui como aquela concepção etapista e centralista que vê a história de cima para baixo, presente desde 1848 no pensamento comunista, se expressou politicamente no programa dos Internacionais germânicos. Em 1871 Bakunin chama a atenção para o processo de reforma da Constituição Federal da Suíça que contava com apoio dos marxistas, tinha por objetivo eliminar as liberdades cantonais e avançar na centralização do Estado burguês. O congresso de Basileia da AIT votou contra tal medida, que avançaria no processo de hierarquização e concentração do poder na região. Nesse sentido Bakunine escreve:

“É por isto que, no Congresso de Basileia, a maioria repeliu esta proposição, um verdadeiro presente de Ulisses ao povo troiano, e eis o que os socialdemocratas da Alemanha não querem nos perdoar. É por isto que eles nos acusam de fazer abstração da política. Sim, esta política que tem por objetivo a centralização dos poderes de Estado, a edificação desta mentira que eles chamam de Estado popular, desprezamos certamente, e só conhecemos uma política: aquela que traça um caminho reto para a abolição dos Estados.” (ibid. p. 449).

Bakunin aponta claramente que a Federação Cantonal Suíça, não é o modelo que os anarquistas buscam, que ela é uma “federação aristocrática e burguesa, feita pela exploração do trabalho popular pelas classes abastadas”, que mesmo suas vilas estão baseadas nessa exploração, nesse sentido aponta seu programa:

“A nossa federação é aquela das comunas socialistas, organizadas federativamente em cada lugar pelas associações operárias, industriais, agrícolas, comerciais e científicas. Os nossos cantões ou as nossas províncias serão menos provinciais territoriais, e mais autonomias dos mesmos setores de ocupação produtiva, formadas pela federação livre das associações autônomas de cada ocupação, ofício ou profissão”. (ibid, p. 450).

É interessante pontuar que Bakunin, reconhece como determinados formas de “descentralização” são retrógradas, como aponta em outro documento no caso Italiano (Carta aos meus amigos da Itália, 1871), onde a descentralização é defendida por classes nobiliárquicas que querem manter seu poder local. Por outro lado, são poderes descentralizados em termos geográficos, mas localmente são centralizados política e economicamente em suas elites que regem o poder de cima para baixo. Nesse sentido Bakunin combate tanto as elites nacionalistas, defensora dos grandes Estados, como as elites nobiliárquicas localistas.

“Mas convém distinguir entre federalismos e o federalismos. A Itália tem uma tradição de federalismo regional, que se tornou uma mentira política e histórica hoje. Vamos dizer de uma vez por todas: o passado nunca mais vive; e seria uma grande desgraça para ele poder viver novamente. O federalismo regional só poderia ser uma instituição aristocrático-consorciada, porque, em relação às associações

industriais e agrícolas e comunais e operárias, ainda seria uma organização política de cima para baixo. A organização realmente popular, pelo contrário, começa com um fato de baixo, da associação e da comuna. Organizando de baixo para cima, o federalismo torna-se assim a instituição política do socialismo, a organização livre e espontânea da vida popular.” (BAKUNIN, 2000k, p.32)

E o que estava em jogo em sua opinião era o avanço crescente da centralização do poder político e econômico, da formação do próprio Império Alemão, o que seria um retrocesso na visão de Bakunin, processo defendido não à toa por banqueiros, militares, setores da intelligentsia que se arrogavam no direito de “governar a ralé”, e também de determinadas associações operárias alemãs socialdemocratas inspiradas na liderança de Marx.

Bakunin aponta que outra consequência desse processo seria a germanização dos cantões romanches, franceses e italianos, e que a autonomia nacional que existia graças a autonomia dos cantões seria atropelada. O argumento principal dos centralizadores era a necessidade de centralizar o sistema de defesa nacional. Bakunin aponta que a Suíça já possuía um exército considerável, tendo em vista sua população total, trazendo dados sobre a composição do exército no país. Mas ele aponta que o verdadeiro objetivo era outro:

“Eles acham que (o exército) não é suficientemente prussiano, numa palavra. Mas eles não lembram que, para formar soldados a prussiana, é preciso alemães, prussianos, ou seja, um povo de escravos; e que nenhum povo livre, enquanto queira permanecer livre, consentirá com a disciplina dos prussianos, nem poderá jamais se submeter a ela”. (BAKUNIN, 2014, P.453)

Aqui é interessante fazer um paralelo com o que o que vimos nos capítulos anteriores de como a centralização prussiana, baseada no militarismo político e econômico (ANDERSON, 2004) e motor do 2º Reich, da unificação alemã, foi fundamental para a constituição dos próprios Estados-Nações e sua “ótica de Estado” como levantado por James Scott (1998).

“Querem portanto prussianizar os soldados Suíços; e como os soldados suíços são toda a população suíça, querem portanto, prussianizar o povo suíço, transformá-lo em um povo de escravos”. (BAKUNIN, 2014, p.453)

É importante dizer que Marx e Engels, de 1840 a 1860, não acreditavam que a Prússia seria o motor da unificação alemã, por seu caráter demasiado nobiliárquico, pelo contrário, por sua visões economicistas acreditavam que a unificação seria feita por uma “burguesia liberal democrática”, a qual defendiam em aliança, só que a história se mostrou irônica mais uma vez, o Estado Moderno do período anterior, nobiliárquico e

absolutista, a Prússia, foi central no desenvolvimento capitalista alemão, como Bakunin apontou tanto em seu documento *Minha Defesa* em 1850, como por na sua teoria do Estatismo. E o caso alemão apresenta bem a formação de um Estado-Nacional capitalista com base no pacto entre burguesia e aristocracia e o papel central do Estado-Império.

Bakunin aponta que principalmente as classes privilegiadas Alemãs e Suíças, os industriais e banqueiros bismarckianos, eram as defensoras desse processo de centralização e germanização da Suíça, os grandes jornais *Journal Geneve*, *Nouvelle Gazette de Zurique*, *Berliner Tageblatt* defendiam apaixonadamente o Partido da Reforma Centralista.

Bakunin cita o seguinte trecho do jornal *Berliner Tageblatt* que expressa bem os interesses imperialistas alemães sob o cetro do 2º Reich de Bismarck:

“Mas a Suíça e a Europa não ganharão nada com isto, enquanto não for restaurado o velho Império Germânico, cuja decomposição data do Imperador Maximiliano I, e enquanto todos os países que tenham feito parte dele não tiverem voltado para o colo da grande pátria germânica”. (*Berliner Tageblatt*, apud BAKUNIN, 2014, P. 454).

Bakunin aponta então, que não apenas a aristocracia e alta a burguesia, estavam mergulhadas neste pan-germanismo, mas os democratas burgueses alemães e a social-democracia sob o comando de Marx, Engels, Lassale e Liebknecht, estes últimos principalmente sob a ideia de emancipação do proletariado via a transformação do Estado bismarckiano em Estado popular, que seria por consequência ultra-centralizado e decorrência gradual de tal processo.

É como Marx bem disse a Engels em carta privada durante a Comuna de Paris, que o processo de centralização capitaneado por Bismarck era progressista e cumpria um papel necessário ao proletariado, e que a vitória deste sobre a França, na sua Guerra Imperialista, faria com que o movimento operário alemão se tornasse o centro do movimento europeu, e não mais os proudhonistas franceses, como até então.

“Se os prussianos vencerem, a centralização do Estado favorecerá a centralização da classe operária. Além disso, a supremacia alemã deslocará o centro de gravidade do movimento operário do ocidente da Europa, da França para a Alemanha, e basta comparar o desenvolvimento de ambos os países desde 1866 para se convencer de que a classe operária alemã está acima da francesa, tanto em teoria como em organização. O triunfo da primeira sobre a segunda representará ao mesmo tempo um triunfo de nossa teoria sobre a de Proudhon”. (MARX, 1965, p. 234-251)

Esta passagem demonstra como a perspectiva centralista se encontra arraigada na perspectiva marxista, e sua perspectiva de que a centralização do Império alemão beneficiaria a classe operária alemã. Mas ao contrário do que Marx previu a foi a Comuna de Paris, sob influência proudhonista, que forneceu o modelo do autogoverno revolucionário que inspiraria as revoluções futuras e não a social-democracia alemã.

E Bakunin verifica que este processo se dá de maneira peculiar:

“E sabem como ele lhes apresenta sua tendência? Sob um pretexto muito plausível, o da negação do princípio das nacionalidades, negação que seria perfeitamente justa se ela se fizesse em favor da internacionalidade, isto é, da humanidade, mas que se torna iníqua a partir do momento em que alguém a reclama em benefício de uma nacionalidade. Mas, como o Estado universal é impossível, negar as nacionalidades, o direito a autonomia das nacionalidades diferentes em favor do Estado, significa negá-los em proveito da nacionalidade que domina o Estado.” (BAKUNIN, 2014, p. 454)

E era exatamente o que Marx e Engels achavam, ainda que em relação a Comuna de Paris tenham mantido a nível privado, e a social-democracia o repetiu de maneira muito mais catastrófica 50 anos depois na primeira guerra mundial. Marx acreditou que Bismarck fazia um serviço ao proletariado, mas na verdade a social-democracia é que fazia o serviço do Imperialismo.

Bakunin aponta que os operários alemães raciocinam da seguinte maneira: “*a questão das nacionalidades é aristocrática e burguesa, deve ceder terreno a emancipação do proletariado*”. Até ai Bakunin diz estar tudo certo, mas os operários sob influencia dos seus chefes dizem “*devemos nos unir para fundar um grande Estado popular, banqueiro e proprietário único, por que somente ele pode emancipar o proletariado*”.

Assim Bakunin responde:

“Seria o Estado Universal? (...) Não, tal Estado é impossível. Portanto, querem vários grandes Estados separados – é a negação do Internacionalismo – e separados por que? De forma geográfica, etnográfica, e histórica; pela raça, pela língua, pelos costumes, pelo caráter da civilização. Enquanto alemães, vocês querem, naturalmente um Estado alemão, não podem querer, nem mesmo compreender, algum outro. Mas, então, quando chamam os trabalhadores que falam outras línguas, ao invés da sua, para vir fraternizar com vocês sob a bandeira de um Estado redentor único, vocês os convidam a se pan-germanizar. Vocês querem que o Estado pangemânico popular de vocês, para o próprio bem do proletariado das outras nações, submeta estas nações a seu jugo. Vocês trabalham para o bismarckianismo sem o saber, assim como o burguês fidalgo faz prosa sem perceber”. (ibid. . p.455).

Nesse sentido é interessante retomar a crítica a perspectiva de Engels, etapista e centralista, dos “povos sem história”, pois essa visão expressa em grande sentido como determinados Estados e Nações supostamente “revolucionárias” encarnariam o

progresso histórico, sendo a submissão dos outros povos uma fatalidade necessária. Nesse sentido, Bakunin aprofunda sua argumentação neste documento.

“Vou resumir. O princípio da maioria das nacionalidades torna-se justo, progressivo, favorável ao triunfo da humanidade, quando tem por corolário o da negação dos Estados. Torna-se um princípio anti-humano, conquistador, tirânico, a partir do momento em se pretende conservar o Estado, e os Estados.” (ibid., p. 456).

Nesse sentido, Bakunin diz que em quatro anos a posição do proletariado alemão mudou rapidamente, em 1868 defenderam um verdadeiro internacionalismo, apontando que não haviam mais do que duas pátrias no mundo, a dos trabalhadores e da burguesia. Em 1872, em reunião em Viena, aclamaram o grande Estado popular alemão, declarando que os eslavos que pediam separação faziam o jogo da reação. Afastaram o proletariado eslavo dessa maneira.

“pois se os trabalhadores eslavos podem e devem lhes dar a mão no terreno do Internacionalismo, desentulhado de todos os Estados, não poderão nem consentirão jamais a serem amalhados sob a bandeira nacional do grande Estado pangermânico”. (Ibid., p. 456).

Bakunin apontou então que o principal responsável por esta política foi o Partido Operário Social-Democrata Alemão, pois para este a meta imediata dos operários, era a conquista do poder político, entendendo que emancipação e organização do trabalho se deve fazer pelo Estado. Para isso o partido havia enviado aos montes representantes para o Parlamento do Império.

Bakunin considera tal estratégia completamente errônea, mesmo quando são enviados parlamentares operários:

“primeiro por que um operário membro do parlamento deixa de ser um operário puro e passa a ser um homem de governo. Ele considera – mesmo que não queira, por pura força de sua posição – o povo, de cima, como uma massa mais ou menos tola ou passiva, que ele tem a missão de fazer feliz. E depois, por que na ordem política atual, em todos os países da Europa, os parlamentos não são mais nada que válvulas de segurança para o Estado, ou máscaras atrás das quais se esconde o poder realmente despótico do Estado, fundado sobre o banco, a polícia e o exército.” (Ibid. p. 457)

Mas um dos elementos mais interessante é que Bakunin percebe que a doutrina dos comunistas Alemães está baseada em uma perspectiva evolucionista e etapista da questão nacional como vemos:

“O segundo efeito, igualmente necessário, é novamente, de acordo com o sistema de Darwin, a pangermanização sucessiva e lenta, mas certa segundo os doutores, das populações não germânicas da Europa, para sua própria felicidade”. (ibid. 457)

“Como, entre todas as raças humanas, a grande raça indo-germânica se poliu através do próprio desenvolvimento da história, como a representante real, legítima, única, da

humanidade inteira, excluindo todas as outras raças, então, dizem, dentro da raça indo-germânica, a raça propriamente tudesca mostra-se, hoje, a única capaz de tocar mais para frente os progressos da humanidade.” (ibid. p. 457)

Bakunin fala então que os pangermanistas desprezam não apenas os eslavos, mas também os latinos, ainda que mantenham um respeito diferenciado para com estes, no sentido de que reconhecem seus feitos, mas acreditam que seu tempo já se esgotou, e que a jovem raça germânica é quem herdará o futuro. Bakunin aponta também este pensamento não é apenas da burguesia, mas também partilhado por setores do proletariado alemão, e principalmente seus chefes, literatos, publicistas e políticos do partido socialdemocrata.

“Os eslavos lhe parecem bárbaros por demais – e a prova é que os eslavos, abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento autônomo, nunca souberam querer nem criar uma burguesia em seu seio, nem constituir um Estado. A natureza eslava, fundamentalmente hostil a estes dois elementos essenciais da civilização, tal como os alemães mais democratas e mais socialistas projetam, representa, portanto, a barbárie absoluta, a anarquia. Já se pode ver a consequência: de com acordo com esta teoria, na marcha progressiva da história, a raça latina representa a aristocracia, a raça eslava, a ralé, e a raça alemã, a burguesia”. (ibid., p. 459).

Nesse sentido Bakunin formula uma percepção que identifica a segmentação nacional com a segmentação social do capitalismo. Ou seja, o capitalismo realmente superexplorou determinados povos, criando uma aristocracia operária principalmente nos países germânicos e anglosaxões e uma proletariado marginal nos demais países, essa análise se coaduna, ou nasce, a partir da interpretação socialista de Bakunin da questão nacional.

A análise da questão nacional de Bakunin é internacionalista por que seu objetivo principal é acabar com a supremacia de algum povo particular e conceder uma existência igualitária e libertária entre os povos-nações, tal objetivo só seria possível com o fim dos Estados. Os Estados levam não apenas uma concentração de poder político e econômico, mas também o expansionismo de uma nação oficial, seja por sua língua, cultura ou composição social e étnico-racial.

Falando acerca dos jornais da social-democracia alemã Bakunin faz uma dura crítica as teses etapistas do marxismo que se acahavam no dever de excluir ou civilizar o campesinato eslavo:

“Em 1869 e 1870, ele publicou uma série de artigos, nos quais se encontrou desenvolvido o seguinte pensamento: os eslavos são uma raça essencialmente agrícola, por consequência retrógrada e reacionária. Devemos excluí-los da Internacional, por que eles permanecem completamente estranhos a civilização moderna, fundada na produção por meio dos capitais. Nunca tendo sabido desenvolver uma burguesia em seu seio, ficaram de fora deste movimento econômico da concentração de capitais produtores entre as mãos da burguesia; conseqüentemente, sua indústria, se é que existe, não é a grande indústria comanditada pelos grandes capitais burgueses, a qual produz para o

mercado mundial. É uma indústria barbara, primitiva; para sair da gleba primeiro precisam passar pelo monopólio burguês, que é a única coisa capaz de criar o dinheiro para a revolução moderna, o proletariado dos grandes estabelecimentos industriais e das cidades. Eles não tem operários, só tem camponeses (...)" (ibid. p. 460.)

Nesse sentido a social-democracia e os comunistas alemães não realizaram um trabalho para extirpar a idéias nacionalistas do seio do povo, pelo contrário, vemos que de 1840 a 1870, tais idéias se aprofundaram e mesmo se generalizaram para diversos setores do movimento operário. A crítica bakuninista foi pioneira, em identificar a degeneração desse processo, e realizar críticas a esse centralismo desenvolvimentista europeu, e mais particularmente alemão.

Assim, Bakunin vincula sua análise da questão nacional a questão de classe, ou seja, a defesa da supremacia de um determinada nação mais desenvolvida, produto do etapismo e da centralização, e por consequência de um proletariado mais "desenvolvido" e mais "consciente", leva a exclusão de outras parcelas da classe trabalhadora global como sujeitos históricos, condenando-os como sujeitos "sem história" e por consequência sem futuro. Nesse sentido, Bakunin termina o artigo defendendo a aliança operária-camponesa, que ao contrário do que o leninismo iria formular muitas décadas depois deste debate (e na concepção marxista muito mais como uma aliança entre a classe operária e a "pequena burguesia" progressista do campo - o campesinato). Para Bakunin a aliança operário-camponesa, era uma aliança entre a classe trabalhadora global, do campo e da cidade, do centro e da periferia do mundo.

Nesse sentido, também bem antes de Lenin, Bakunin também denuncia o surgimento da aristocracia operária e aponta para a necessidade de romper o processo de aburguesamento que setores do proletariado vinham se submetendo.

"Esta tendência dos operários das cidades de formar uma nova aristocracia, uma nova classe dominante ou política, é lhes infelizmente, inerente em mais ou menos todos os países da Europa Ocidental. Desenvolveu-se durante séculos, pela separação que se deu sucessivamente na história entre o desenvolvimento relativamente muito rápido das cidades e a estagnação relativa dos campos. Agravou-se através da influência que a burguesia exerceu sobre o proletariado das cidades e pela participação direta deste ultimo em todas as evoluções da política burguesa até os dias de hoje." (Ibid. p. 460)

"Todos aqueles que fazem realmente questão do triunfo da revolução social devem deplorar esta separação nefasta que existe entre o proletariado das cidades e o proletariado dos campos. Todos os seus esforços devem tender destruí-la, por que devemos estar, todos, bem conscientes de que enquanto os trabalhadores da terra, os camponeses, não tiverem dado as mãos aos trabalhadores das cidades para uma ação revolucionária comum, todos os esforços revolucionário das cidades serão condenados a fiascos inevitáveis. Toda a questão revolucionária esta aí: é preciso resolvê-la, ou então perecer." (ibid. p. 461)

Um elemento fundamental do debate entre marxismo e anarquismo, então, e um eixo fundante da própria questão nacional, é a relação entre geral e particular. Bakunin aponta que era falsa a perspectiva dos comunistas alemães que se julgavam portadores das condições e do pensamento universal, e que o anarquismo seria expressão de particularismos atrasados, pelo contrário. Bakunin demonstra que o geral, o universal dos comunistas alemães nada mais era do que um particularismo estendido, que o estado comunista universal não deixava de ser um Estado Alemão ampliado, essencialmente por que os estados eram materialmente e necessariamente particularistas, eram a negação da humanidade.

Nesse sentido por sua análise do Estatismo aplicada a própria formação do Império Alemão, já antecipava aquelas críticas que Lênin faria apenas no início do século XX. Enquanto Lênin analisou essencialmente o caráter econômico deste último, Bakunin percebeu o papel fundamental do centralismo estatal, que impulsionou a própria conformação dos trustes e cartéis da burguesia alemã, que foram garantidos pela política nacional-desenvolvimentista do Império Alemão no século XIX. O nacional-desenvolvimentismo alemão no século XIX, presente principalmente nas ideias de Friedrich List e outros, tomam o estatismo como dinamizador central nas políticas de protecionismo, investimento direto, etc.

Outro ponto importante é que a social-democracia/comunistas teve papel importante, no mínimo desde a década de 1840, na defesa deste Estado Unitário e imperialista alemão. Os pactos e a ideologia do partido socialdemocrata, com a condescendência dos comunistas e integração neste Estado, pela democracia representativa, foram fundamentais para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, a Política de Estado que se desenvolve nos movimentos nacionais e populares tendeu a degenerar politicamente, inclusive a sua vertente alemã, se transformando em nova forma de exploração e dominação imperialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O anarquista Camilo Berneri em 1937 escreve a Frederica Montseny uma carta em que apresenta uma dura crítica a participação dos dirigentes da CNT no governo republicano. Nesta carta entre outras questões, Berneri aponta como a “questão marroquina” era fundamental para a vitória da revolução, que naquele momento estava ameaçada. O Marrocos naquele período era uma colônia espanhola e foi o centro da reorganização fascista do exército espanhol. Para Berneri, a articulação dos anarquistas com o movimento de libertação do Marrocos e a determinação de uma política clara da revolução espanhola pela autodeterminação do país era fundamental para avançar na revolução e desestabilizar a reação fascista como aponta nesta carta publicada no “Guerra di Classe”, n12, de 1937:

“(…)A França vê com preocupação a possibilidade de respostas insurrecionais na África Setentrional e na Síria e a Inglaterra acredita que será um incentivo para a agitação autonomista no Egito e dos árabes na Palestina. É necessário aproveitar tais preocupações, com uma política que ameace desencadear a revolta no mundo islâmico. Para tal política, é necessário financiar e enviar agitadores e organizadores a todos os centros de emigração árabe e em todas as zonas de fronteira do Marrocos francês.(…)”(p.11) “O dilema Guerra ou Revolução já não faz mais sentido. O único dilema é esse: ou a vitória sobre Franco graças a guerra revolucionária ou a derrota. O problema para ti e para os outros companheiros é de escolher entre a Versalhes de Thiers ou a Paris da Comuna, antes que Thiers e Bismark façam a união sagrada.” (BERNIERI, 2017, p.15).

A falta de uma compreensão mais clara da dialética entre guerra e revolução, como apontamos no capítulo 3, que remonta a própria análise de Bakunin acerca da Comuna de Paris, e a debilidade de uma política anti-imperialista que apontasse para autodeterminação dos povos nas colônias espanholas foram elementos que na opinião de Berneri conduziram a derrota do processo revolucionário. Tal derrota consumada, em nossa visão, se remete a problemática que apontamos ao longo da dissertação do abandono e do descolamento entre a política do sindicalismo revolucionário e do populismo revolucionário, sintetizadas teoricamente no anarquismo de Mikhail Bakunin.

Nesse sentido, achamos de extrema importância afirmar que o populismo revolucionário de Bakunin fundamentou a primeira base para a política de autodeterminação dos povos dentro do campo socialista, seja passando por diversas nomenclaturas: política dos povos/nações, princípio das nacionalidades, ou anarquia. Como afirmamos a espinha dorsal da polêmica entre anarquistas e marxistas está vinculada a este debate, entre a defesa da “autodeterminação de todos os povos”,

defendido pelos primeiros, *versus* o “direito dos povos históricos e seus Estados”, defendido pelos últimos, expresso na década de 1840 no debate entre a centralização política alemã x a autodeterminação do campesinato eslavo. Na década de 1860 entre o nacionalismo centralista polonês x autodeterminação do campesinato ucraniano, bielorrusso, etc. Na década de 1870 entre a política-guerra de unificação da Alemanha x a autodeterminação do proletariado francês na Comuna de Paris.

Na década de 1880 o debate com os populistas russos se aprofunda. É interessante pautar que o papel de Pedro I, o fundador do império russo volta a debate, e o nascente setor da social-democracia russa alinhado com Engels saúda o papel modernizador do antigo imperador.

E como vimos tais divergências estavam fundamentadas em concepções materialistas distintas, em formas diferentes de como a dialética entre política e economia se estruturavam. Um documento histórico que marca este posicionamento do campo do marxismo é o “Bakuninistas em ação” escrito em 1873 acerca do levante insurrecional espanhol, onde a greve geral foi utilizada uma de suas primeiras vezes, e sob a direção do anarquismo. Neste documento, entre outras coisas, Engels aponta que os anarquistas e os trabalhadores estavam errados em lutar por uma revolução socialista na Espanha, pois as condições econômicas atrasadas do país exigiam que primeiro se constituísse uma república burguesa no país e que o correto seria os operários se organizarem em partido eleitoral para disputar tal Estado.

“A Espanha é um país muito atrasado industrialmente e por esse fato não se pode falar de uma emancipação imediata e completa da classe operária. Antes que isso possa acontecer, a Espanha terá que passar por etapas prévias de desenvolvimento e deixar para trás uma série de obstáculos. A República oferecia a oportunidade para tornar mais curtas essas etapas para liquidar esses obstáculos. Mas esta oportunidade só podia aproveitar-se por intermédio da intervenção política, ativa, da classe operária.” (ENGELS, 2019, p.1)

É importante que se diga que neste documento, Engels faz uma crítica a estratégia da greve geral em si, vista como ineficiente e inexecutável, apontando na verdade como a única saída para os trabalhadores a participação nas eleições da república através da “intervenção política ativa”. Historicamente a Alemanha e o seu partido social democrata foram as expressões máximas dessa proposta de “intervenção política” da classe operária, levando a uma integração e degeneração sistêmica de suas lideranças que aderiram paulatinamente as políticas do Império Alemão. Não custa lembrar também dos próprios líderes comunistas como Rosa Luxemburgo, mortos no

início do século XX a mando da casta de políticos social-democratas cultivados por muitas décadas de “participação política ativa”.

Vimos também como o determinismo econômico, em vez de conduzir a uma política radical da classe trabalhadora, levou pelo contrário a uma política de colaboração entre proletariado e burguesia, em nome do desenvolvimento histórico das forças produtivas e a formação das nações modernas, caracterizadas pela indústria e estados centralizados. Nesse sentido, o determinismo econômico marxista pôde ser instrumentalizado pelo nacionalismo burguês e vice-versa, dando origem a diversas propostas intermediárias como a defesa de políticas nacionais-desenvolvimentistas, democrático-populares, que retomavam idealizações do “Estado-Nação” como etapa necessária ao socialismo.

A questão nacional, ou mais especificamente da opressão nacional, que historicamente se vincula a questão étnico-racial, é um eixo estruturante do capitalismo moderno que não pode ser negligenciado. A formação dos Impérios Coloniais europeus esteve assentada na dominação de etnias-nações em todo mundo, consolidando uma estrutura de poder baseada na Supremacia Branca. Tal supremacia nunca foi biológica, mas sim social e se trata de um projeto das classes dominantes dos países do Atlântico Norte e de muitos Estados pós-coloniais. Se por um lado a questão de classe atravessa tais nações, por outro lado, não se pode ignorar a hierarquização social-étnica estrutural do racismo capitalista, que inclusive estratifica a própria classe trabalhadora a nível mundial.

Dessa forma Bakunin aponta para a dialética entre a Questão Nacional e Questão Social, na qual no atual sistema interestatal capitalista, uma só se explica articulada a outra. Nesse sentido a libertação de classe para ser verdadeira deve libertar as nações-etnias oprimidas, da mesma forma que as lutas de libertação de etnias-nações oprimidas só se realizam com a abolição das classes e do Estado. O conceito de autodeterminação dos povos-nações é central nesse sentido, a autodeterminação do povo-nação, começa com a autodeterminação das associações de trabalhadores urbanos e do campo, que se federam, mas mantém sua autonomia, ai se estende para a cidade, região, nação e globo, na confederação internacional dos povos e trabalhadores livres.

Por fim, cabem rápidas palavras, acerca de aberrações como o surgimento da concepção do chamado “nacional-anarquismo” (NA), que nada mais são do que

tentativas fascistas de renovação conservadora como foram feitas desde o antigo nacional-socialismo alemão (que nada mais foi do que o agressivo pan-germanismo, a completa antítese do pensamento de Bakunin e do socialismo), hoje também do “nacional-bolchevismo”. Na verdade tais concepções NA dizem criticar o Estado, mas sua defesa nada mais é do que ideia de nação unitária, estanque, religiosa e conservadora, que na prática só pode ser defendida por um Estado centralizado, não são à toa as denúncias feitas sobre a atuação desses “nacionais anarquistas” na defesa das políticas anti-imigrantes de seus Estados Imperiais europeus. Eles se permitem odiar os imigrantes, que para Bakunin nada mais seriam do que as verdadeiras nações naturais oprimidas, que foram dizimadas e colonizadas pela política expansionista destes Estados-impérios fascistas europeus e que se na atualidade os imigrantes fogem para Europa, aqueles NA “se lembram” e clamam pela “autodeterminação nacional” dos europeus em seu próprio benefício e pela perpetuação da ordem imperial.

Esses e outros elementos revelam como a verdadeira interpretação anarquista da questão nacional se faz urgente, já apontam nesse caminho os verdadeiros movimentos de libertação dos povos como os zapatistas e os curdos, baseado na crítica ao centralismo estatal e nacionalista. E nesse sentido devemos caminhar, como disse Bakunin argumentando contra o nacionalismo mazziniano em 1871: “Seguimos sendo sempre patriotas de todas as pátrias oprimidas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRUNHOSA, Rafael. **O conflito entre o projeto de modernidades de Marx/Engels e os Narodniks Russos**. I Curso de Extensão: o Pensamento Político de Marx.. A Luta de Classes na Rússia: o Debate entre Marx, Engels e os Populistas Russos. 2013.

ANDERSON, Benedict. **Comunidade Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Fondo de Cultura Econômica, Mexico - DF, 1993.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo, Brasiliense, 2004

_____. **Internacionalismo: um breviário**. *Anos 90, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.13-42, jan./dez. 2005.*

ANGAUT, Jean C. **La liberté des peuples : Bakounine et les révolutions de 1848**. Atelier de création libertaire, pp.224, França, 2009.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **A Revolução Russa 1917-1921**. São Paulo, Editora brasiliense, 4ª edição, 1989

AZEVEDO, Ariel M.C. **As controvérsias do desenvolvimento e as novas faces da dependência no Brasil contemporâneo: considerações sobre o PAC e a exploração de petróleo**. Brasília, UnB, 2015.

AZEVEDO, Rodrigo G. **A Era da informação: Economia, sociedade e cultura. Vº1 a sociedade em rede. Resenha**. Sociologias, ano 1, nº2, Porto Alegre, 1999, p.294-303.

BAKUNIN, Mikhail. **Confesion al zar Nicolau I**. Editorial Labor S.A. Barcelona, 1976

_____. **O patriotismo**. traducción de Rosendo Diéguez, Barcelona, Editora Atlante-Presa y Rosón, 1905.

_____. **Cartas a um francês sobre a crise atual**. In: Obras Completas Bakunin – Tomo 1. Edição La Piqueta, Madri, 1977.

_____. **Obras de Bakunin – La Revolucion Social en Francia II**. Madri: Jucar, 1980

_____. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo, SP; Nu Sol, Imaginário, 2003.

_____. **Carta a Annenkov.** In: Bakunin: revolução e liberdade. Cartas de 1845 a 1875. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2010.

_____. **Programa secreto da sociedade de emancipação da humanidade** 1864. In: De baixo pra cima e da periferia para centro: escritos de filosofia de Mikhail Bakunin. 2014a

_____. **Alemanha e Comunismo de Estado.** In: De baixo pra cima e da periferia para centro: escritos de filosofia de Mikhail Bakunin. 2014b

_____. **Considerações Filosóficas sobre o fantasma divino, o mundo real e o homem.** In: De baixo pra cima e da periferia para centro: escritos de filosofia de Mikhail Bakunin. 2014c.

_____. **Oeuvres complètes.** Amsterdam, Netherlands: International Institute of Social History; Netherlands Institute for Scientific Information Services; Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM).

_____. Princípios Fundamentais da Nova Política Eslava, 1848. In: Oeuvres completes, 2000a

_____. Apelo aos Eslavos – por um patriota russo. 1848 In: Oeuvres completes, 2000b

_____. Situação na Rússia, 1849. In: Oeuvres completes, 2000c

_____. Minha Defesa, 1850. In: Oeuvres completes, 2000d

_____. Sobre os Eslavos, 1862. In: Oeuvres completes, 2000e

_____. Aos russos, poloneses e todos meus amigos eslavos. 1862. In: Oeuvres complètes. 2000f

_____. Cartas sobre a Rússia, 1863. In: Oeuvres complètes. 2000g

_____. Rússia Oficial e Rússia Popular, 1863. In: Oeuvres completes, 2000h

_____. Discurso pronunciado no Banquete em Stockolmo. In: Oeuvres completes, 2000i

_____. A Questão Eslava. 1867. Oeuvres completes, 2000j

_____. Carta aos meus amigos da Itália, 1871. Oeuvres completes, 2000k

_____. Artigo Contra Mazzini, 1871. Oeuvres completes, 2000L

_____. A teologia política de mazzini, 1871. Oeuvres completes, 2000m

_____. O pan eslavismo, 1870. In: Oeuvres completes. 2000n

_____. Carta ao Die Reform. 1848. In: Oeuvres completes. 2000p

_____. Causa do Povo: Romanov, Pugachev ou Pestel. 1862. In: Oeuvres completes. 2000q

_____. Carta a um democrata. 1864. In: Oeuvres completes. 2000r

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11, Brasília, 2013

BEER, Daniel. **A Casa dos Mortos — o exílio na Sibéria sobre os Románov**. Companhia das Letras, 2018.

BERNARDO, João. **Marxismo e nacionalismo: o anti-eslavismo de Engels e Marx**. Passapalavra, 2009. <http://passapalavra.info/2009/05/4140/> (visto em 26/03/2019).

BERNIERI, Camilo. **Carta aberta a companheira Federica Montseny**. In: Revista da Biblioteca Terra Livre – 1936. Ano III – número 4, São Paulo, 2017

BERTHIER, René. **L'autre Bakounine - Allemagne et question slave**. Éditions du Cercle d'études libertaires - Gaston-Leval, França, 2014

BONFIL BATALLA, Guillermo. **El pensamiento político de los indios en América Latina**. *Anuário Antropológico/79*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

BENNIGSEN, Emmanuel. **Algumas considerações sobre as origens dos eslavos**. Revista de História da USP, Volume 5, Nº 11, 1952.

CAMPOS, Pedro M. **A colonização medieval alemã no oriente europeu através dos bilder aus der deutschen vergangenheit, de Gustava Freytag**. Revista de História da USP, nº 71, 1967.

CATROGA, Fernando. **Pátria e Nação**. Universidade de Coimbra, 2007 .

CASANOVA, Pablo Gonzalez. **El colonialismo interno**. Clacso, Buenos Aires, 2006.

_____. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. UNAM, México, 2003

CASTRO, Rômulo. **Industrialismo e Agrarismo: o eurocentrismo no marxismo e a crítica coletivista**. In: Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI. Niterói, Editora Alternativa, 2016.

CIPKO, Serge. **Mikhail Bakunin and the National Question**. The Raven, 3: 1, 1990, 3–14; J.P.

CORREIA, Felipe. **Introdução**. In: Revolução e liberdade, Cartas de 1845 a 1875. São Paulo, Hedra, 2010.

DEMURGER, Alain. **Cavaleiros de Cristo**. Jorge Zahar Editor, 2002.

ENGELS, Friedrich. **Le pan slavisme democratique**. Nova Gazeta Renana, 1848.

_____. **Bakuninistas em Ação**.

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/11/05.htm>, visto em 17/11/2019.

FERNANDES, Rubem C. **Dilemas do Socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, Alvaro M. **Colonização Oriental e o Senhorio Rural em Brandemburgo**. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, 2017.

FERREIRA, Andrey C. **Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea**. Em Debate, UFSC, n.4, p.1-23, 2010.

_____. **De baixo pra cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos de teoria sociológica de Mikhail Bakunin**. Niterói, Alternativa, 2014.

_____. **Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI**. Niterói, Editora Alternativa, 2016.

FRANK, Andre G. **América Latina: subdesenvolvimento ou revolução**. Edições Era, 1973.

GIMBUTAS, Marija. **Os eslavos**. Editorial Verbo, Lisboa, 1975

GURVITCH, Georges. **Dialética e Sociologia**. Vertice, São Paulo, 1987

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JOVANOVIC, Aleksandar. **Iugoslávia, uma constelação cultural**. Revista da USP, Junho a Agosto, 1990.

- KINIGHT, Ryan A. **Anti-colonial anarchism, or anarchistic anti-colonialism: the similarities in the revolutionary theories of Frantz fanon and Mikhail Bakunin**. In: *Without Borders or Limits: An Interdisciplinary Approach to Anarchist Studies*, Edited by Jorell A. Meléndez Badillo and Nathan J. Jun Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do Mundo**. Unicamp, SP, 2013
- MAZZEO, Antônio. **O Escravismo Colonial: Modo de Produção ou Formação Social?**. Revista Brasileira de História, volume 6, nº 12, SP, 1986
- MANFRED, A. Z. **História do Mundo**. Volume I. Editora Sociais, 1978.
- MARIÁTEGUI, Jose Carlos. **7 ensayos de interpretacion de la realidade peruana**. Biblioteca Amauta, Lima, 2007.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- MARX, Karl. **Karl Marx and Frederick Engels - Selected Correspondence**. Moscow, Progress Publishers, pp. 234-251, 1965.
- MCLAUGHIN, Paul. **Mikhail Bakunin: the philosophical basis of anarchism**. Algora Publishing, 2002.
- NANCE, Agnieszka B. **Nation without a State: Imagining Poland in the Nineteenth Century**. Dissertation for the Degree of Doctor of Philosophy The University of Texas at Austin, page 169-188, 2004
- OCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático**. Rio de Janeiro, Rizoma, 2016.
- POGGIO, Pier P. **Il populismo russo: percorsi carsici**. In: *La sinistra e le due liberta*. Quaderni dell'altra tradizione 2, 2004.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. IN: *Revista GEOgrafia*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano VIII, N. 16, pp. 41-55, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. **“El ‘Movimiento Indígena’ y las cuestiones pendientes en América Latina”**. Revista Tareas, n. 119, enero-abril, CELA, 2005.
- RAMIREZ, Pablo Mamani. **Territorio y Estructuras de Acción Colectiva: Microgobiernos Barriales**. *Ephemera, theory and politics in organization*, 2006, p. 276-286.

RODOLSKY, Roman. **Friedrich Engels e o problema dos povos sem história.** Cuadernos Pasado y Presente, México, 1980

SCOTT, James C. **Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed.** Yale University Press. 1998.

SKAZKINE, Sergey. **Problemas fundamentais da “segunda servidão” na Europa Central e Oriental.** Crítica Marxista, 2013.

SILVA, Selmo Nascimento. **Greve e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário.** UFF, Niterói, 2017

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975).** Porto Alegre: EST/UCS. Caxias do Sul, 1976.

STRATOS, Andreas N. **Byzantium in the Seventh Century.** Adolf M. Hakkert, Virginia, 1975.

VELAZQUEZ, Dolores Camacho. **A construção da autonomia no Movimento Zapatista de Chiapas: discursos e práticas.** In: Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI. Niterói, Editora Alternativa, p. 251-270, 2016.

WALT, Lucien van der. **Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism.** AK press, 2009.

_____. **“Fora das Sombras.** In: Anarquismo pensamento e práticas insurgentes. Niterói, Editora Alternativa, 2016,

URQUIDI, Vivian. **Questão nacional na Teoria Social Latino-americana e o Plurinacionalismo como questão.** 37 encontro da ANPOCS, 2013.